



www.dhnet.org.br

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

**O MOVIMENTO NEGRO E O ESTADO:
O CASO DO CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA NO
GOVERNO DE SÃO PAULO
(1983 – 1987)**

**TESE DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA
POLÍTICA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. DR.
VALERIANO MENDES FERREIRA**

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/12/2001.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira

Profª Drª Cátia Aída Silva

Prof. Dr. Omar Ribeiro Tomaz.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Sa59m

SANTOS, IVAIR AUGUSTO ALVES DOS.

O movimento negro e o Estado : o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987) / Ivair Augusto Alves dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de

Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Participação dos negros. 2. Políticas públicas.
3. Racismo. 4. Partidos políticos. 5. São Paulo (Estado) -
Política e governo. I. Ferreira, Valeriano Mendes.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de

Tradução do título e subtítulo da tese em inglês: The black movement and the

**STATE : THE CASE OF THE BLACK COMMUNITY PARTICIPATION AND
DEVELOPMENT COUNCIL**

in São Paulo Government.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Participation, Afro-American,
Public policy, Racism, Political parties, São Paulo (Brazil) – Politics and
government.

Área de concentração: Ciência Política.

Titulação: Mestre em Ciência Política.

Banca examinadora: Valeriano Mendes Ferreira, Catia Aida Silva, Omar
Ribeiro Tomaz.

Data da defesa: 12/12/2001.

Resumo

O MOVIMENTO NEGRO E O ESTADO: O CASO DO CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA NO GOVERNO DE SÃO PAULO (1983 – 1987)

Com a eleição do Governador de Estado de São Paulo (1982) e a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1984), um órgão de governo que formularia propostas de governo com participação da comunidade negra, um novo desafio se colocava: ultrapassar a visão dicotômica do Brasil; de um lado o Estado, de outro a sociedade, sem perder de vista a necessidade de continuar a lutar para consolidar a democracia, pois seria necessário pressionarmos as alavancas existentes em nosso sistema institucional vigente.

É desse modo que a luta pela igualdade social poderia contribuir para a consolidação e ampliação das organizações e instituições, promovendo um aumento na capacidade de organização democrática entre a população em geral e, particularmente, na população negra.

O trabalho inovador do Conselho passou a agir em cima de fatos gerados pela discriminação racial em diferentes campos, que nunca haviam sido objeto de incorporação em políticas públicas. Com a criação de um espaço de diálogo entre a sociedade e o Estado, estabeleciam-se novos parâmetros de atuação política.

As atividades foram se apresentando e, com o aprofundamento da questão, constatou-se que nenhum órgão ou agência poderia abordar, sozinha, a complexidade e a enormidade dos problemas que a discriminação racial institucional acarretava.

A participação nas Comissões do Conselho apresentou-se como um componente fundamental para o desenvolvimento individual e para o auto-aprendizado, pois a maioria das pessoas tinha vivido a problemática da discriminação racial. Antes, a forma de enfrentá-la era de maneira pessoal mas, agora, tratava-se de um processo para a construção de um cidadão ativo que lutasse pelo autopoder. A participação deveria ser entendida como forma de moldar e tomar consciência dos próprios interesses.

Criando um círculo virtuoso que levou a uma maior participação com Assessorias e Grupos de Trabalho, uma vez colocado em prática, gerava maior interesse e compromisso em outras áreas e setores de trabalho da sociedade civil como, por exemplo, os sindicatos.

Ampliando os limites do que se entendia por política, superando as fronteiras tradicionais, gerava, assim, a legitimidade na luta por relações mais igualitárias em outras esferas, como, por exemplo, nas escolas, empresas e sindicatos.

A criação do primeiro órgão de Estado em defesa e promoção dos direitos da população negra foi o início da institucionalização do movimento negro e de formulações de políticas públicas focalizadas na população negra no Estado de São Paulo, por meio da criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da

Comunidade Negra. Fruto da história de vida e luta de muitos anônimos militantes do Movimento Negro de São Paulo, que, de diversas maneiras, deram sua contribuição ao longo do século XX, para o sonho de uma sociedade justa e igualitária.

Um breve registro da história dos movimentos negros de São Paulo, a partir de depoimento de militantes, documentos e da bibliografia produzida sobre a questão.

Resgato a participação de alguns homens e mulheres, que tiveram um papel destacado enquanto negros nos partidos políticos. Pioneiros que, com muito sacrifício, iniciaram o debate sobre as relações raciais na política.

Um conjunto de cidadãos, de sujeitos sociais, que construíram caminhos alternativos de atuação, de enfrentamento e busca permanente de respostas para superar a discriminação racial a que a população negra foi submetida.

A indignação desses homens e mulheres desenvolveu-se em relação a uma multiplicidade de problemas sociais fundamentais sofridos pela população negra e contribuiu para o colapso do mito da democracia racial no Brasil.

O Conselho da Comunidade Negra surge nesse contexto, precedido por intensa participação dos movimentos negros, que contestaram o poder em um regime autoritário e cerraram fileiras com a sociedade civil.

iv

Abstract

The text refers to creation of Black Community Participation and Development Council (1984), Branch of the Government of the State of São Paulo which formulates implements and public polities, with focus on the black population.

Black movement, political parties and State are referred by the text as the main elements of institutionalization of black movement, on the creation of the first government branch, during the political transition occurred on Brazil, from 1983 to 1987.

Key-words: Racism, public politics for black population, black movement and State, the black and political parties.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de muitos anos, tive apoio e inspiração em amigos e familiares.

Durante estes anos mudei de casa algumas vezes e sempre levei as caixas de material de pesquisa. Foi um trabalho que só consegui terminar graças à Maria Cecília, minha esposa, cujo amor me deu forças e incentivo para retomar esse trabalho.

Agradeço à Flávia, minha enteada, que gentilmente fez a revisão gramatical e ortográfica.

Um agradecimento especial ao Prof. Valeriano Mendes Ferreira, que aceitou continuar a minha orientação e me deu apoio valioso em momentos importantes.

Agradeço aos meus filhos Mafoane, Husani, Handemba, Tetembua e Kwame, pelo sentimento da esperança e do sonho.

Agradeço aos amigos, que foram muitos, pelo apoio, e à colaboração das bibliotecárias com quem pude contar em diversas ocasiões.

Agradeço pela bolsa da CEPAES, que foi fundamental em determinada época da minha vida.

Termino expressando minha gratidão a meus pais, pela saudade e inspiração.

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.....01
- O Cenário Político.....02
- A Questão da Pesquisa e o Enfoque Teórico.....04
- A Questão do Método.....06

PARTE I

CAPÍTULO I

- Algumas questões teóricas sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado Capitalista – o caso do Movimento Negro em São Paulo***.....09
- a)O Movimento Negro.....12
- b)O Paradigma de Castells.....16

CAPÍTULO II

O Movimento Negro em São Paulo

- a) A longa caminhada do Movimento Negro.....25
- b) A resistência negra: de 1920 a 1945.....26
- c) O período de 1945 a 1964.....36
- d) Os anos de chumbo: de 1964 a 1974.....41
- e) A fase de ouro do Movimento Negro49
- f) A Primavera de Maio do Movimento Negro.....55
- g) A Igreja Católica e o Movimento Negro.....58

capítulo III

Os partidos políticos e a questão negra

- a) Os partidos políticos63
- b) O período de 1920 a 1936.....65
- c) O período de 1945 a 1964.....69
- d) O Autoritarismo.....74
- e) O Bipartidarismo.....76
- f) A Abertura Política.....78
- g) O cenário de 1978 e os novos atores políticos.....80

PARTE II

CAPÍTULO IV

A criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

- a) O novo paradigma.....89
- b) O difícil período de gestação da criação do Conselho.....96
- c) A composição paritária do Conselho.....105

CAPÍTULO V

O Conselho da Comunidade Negra.....111

- A) A Comissão de Educação.....115
- b) A Comissão de Segurança Pública.....126
- c) A Comissão de Relações de Trabalho.....137
- d) A ação política do Conselho: o pragmatismo da política externa brasileira com relação à África do Sul.....140
- e) A Comissão de Estudos Constitucionais.....146
- f) Visões sobre o Conselho da Comunidade Negra.....156

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....167

BIBLIOGRAFIA.....171

ANEXOS

I – Cartas.....191

- a) Como obtive o jornal.....192
- b) Mulheres negras.....195
- c) Não negros.....197
- d) Denúncias e sugestões.....198
- e) Constituinte.....199
- f) Região de origem.....200

II - Debate com Ruth Cardoso, no IBEAC.....207.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

Este trabalho é o resultado de estudos e pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos anos, sobre a experiência de institucionalização do movimento negro e de formulações de políticas públicas focalizadas na população negra no Estado de São Paulo, por meio da criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Fruto da história de vida e luta de muitos anônimos militantes do Movimento Negro de São Paulo, que, de diversas maneiras, deram sua contribuição ao longo do século XX, para o sonho de uma sociedade justa e igualitária.

Faço um breve registro da história dos movimentos negros de São Paulo, a partir de depoimento de militantes, documentos e da bibliografia produzida sobre a questão.

Resgato a participação de alguns homens e mulheres, que tiveram um papel destacado enquanto negros nos partidos políticos. Pioneiros que, com muito sacrifício, iniciaram o debate sobre as relações raciais na política.

Um conjunto de cidadãos, de sujeitos sociais, que construíram caminhos alternativos de atuação, de enfrentamento e busca permanente de respostas para superar a discriminação racial a que a população negra foi submetida.

A indignação desses homens e mulheres desenvolveu-se em relação a uma multiplicidade de problemas sociais fundamentais sofridos pela população negra e contribuiu para o colapso do mito da democracia racial no Brasil.

Os cenários políticos das décadas anteriores a 1984, que antecederam a criação do Conselho, marcaram a trajetória e acabaram formando as gerações que participariam da criação e do seu funcionamento.

O Cenário Político

Em outubro de 1982, ocorreram eleições no Brasil para os Governos Estaduais, Legislativo, Prefeituras e Câmaras Municipais, bem como para o Senado e a Câmara dos Deputados Federais. De acordo com muitos observadores políticos, essas foram as primeiras eleições realmente livres, depois de vinte anos de governos militares no Brasil.

As eleições de 1982 ofereceram aos eleitores cinco partidos criados apenas dois anos antes; na prática, nenhum deles competiria em qualquer eleição. Havia uma conexão direta entre o PDS, novo partido de apoio ao Governo, e a ARENA, antigo partido governista. Para a maioria dos analistas políticos, o PDS era simplesmente a ARENA com um novo nome.

A reforma partidária, implantando um sistema multipartidário, não se propunha, na verdade, a mudar o partido governista, mas apenas a fragmentar a oposição e livrar-se de uma sigla partidária governista bastante desgastada. Levando em conta uma proibição legal, imposta de cima, quanto a utilizar siglas do antigo sistema bipartidário, o principal partido oposicionista, por meio de uma manobra muito hábil, converteu o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, contrariando a engenharia política do governo militar, que desejava a divisão da força oposicionista.

A melhor performance política do PMDB em 1982 ocorreu em São Paulo, não só na capital, mas também em todo o Estado de São Paulo. O partido elegeu para governador o Prof. André Franco Montoro, senador de muita popularidade, que assumiu o Governo em meio à pior recessão do País, desde a década de 30.

A oposição chegou, pois, ao poder graças ao processo de “abertura política”, mas numa hora em que a economia se achava em pleno declínio – o que poderia comprometer as aspirações de redemocratização do aparelho estatal e da sociedade civil.

Quanto à repercussão da vitória do PMDB, deve-se lembrar que esse partido formulou uma plataforma de governo com base na participação da população por meio da organização de Conselhos. Desse modo, as expectativas de cumprimento das promessas das companhias eleitorais eram extremamente positivas junto aos vários movimentos sociais e associações de naturezas distintas.

O Senador Franco Montoro, ao longo de sua carreira política, como um dos líderes da Democracia Cristã na América Latina, defendia um ideário denominado "democracia participativa", expresso na introdução do livro Alternativa Comunitária – um caminho para o Brasil:

"Surge no Brasil um fato promissor – o despertar da sociedade civil: trabalhadores, pequenos e médios empresários, agricultores, professores, estudantes, mulheres, moradores de bairros, municípios e regiões, Igreja, intelectuais, artistas cooperados, ecologistas e outros setores da sociedade, deixam de lado a antiga passividade e passam a atuar de forma consciente e organizada, na solução de seus problemas.

É a substituição do paternalismo governamental pela participação ativa das comunidades. É o cultivo da solidariedade social como forma de combate a todas as modalidades de exploração e opressão." (Montoro, 1982, p. 9)

No entanto, se os partidos tinham posições firmadas sobre os problemas políticos imediatos, em termos de classes e grupos sociais, não pareciam dar a mesma atenção ao problema ou à questão racial no Brasil. Na verdade, os políticos de esquerda, centro e direita pareciam ser refratários ou, no mínimo, retardatários em relação à temática racial.

Com a vitória eleitoral das oposições, por outro lado, o Movimento Negro no Estado de São Paulo passou a vislumbrar a possibilidade efetiva de participação junto aos governos, na medida em que importantes lideranças negras haviam se candidatado a cargos eletivos.

Uma das articulações vitoriosas do Movimento Negro do PMDB com o Governo do Estado foi a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – a primeira experiência de um órgão criado para trabalhar a discriminação racial sofrida pela população negra em São Paulo.

Queremos registrar que a nossa participação na criação e existência do Conselho, de 1983 a 1987, foi direta, nas funções de articulação, da formação de conselheiros e na presidência do mesmo.

A Questão da Pesquisa e o Enfoque Teórico

Os estudos sobre as relações de desigualdades raciais no Brasil se ressentem da falta de trabalhos que os vinculem ou incorporem nas análises mais gerais sobre a realidade sócio-política do País. Em outras palavras, hoje há dados produzidos por entidades como IBGE e IPEA, entre outros que demonstram as desigualdades raciais a que está submetida a população negra; no entanto, os trabalhos de campo, tais como aqueles sobre favelas, sequer mencionavam a composição racial nelas presentes, nem questionavam por que há tantos negros e mestiços favelados. Por sua vez, os cientistas políticos e sociólogos, por exemplo, publicavam ensaios sobre a transição democrática, elaborando agendas para a construção da cidadania, sem gastar uma única palavra sobre o racismo e as desigualdades raciais no Brasil.

A literatura que tratava sobre as teorias dos movimentos sociais também não mostrava empenho em reportar os movimentos negros.

"A indignação moral contra a desigualdade racial é muito mais difícil de ser gerada num país onde a discriminação assenta-se sob formas silenciosas e, às vezes, inconscientes, tornando difícil identificá-la e transformá-la em ação política. Impede ainda mais a reação contra o racismo, a triste necessidade de combater toda uma série de injustiças que caracterizam a sociedade brasileira. Milhões de negros brasileiros sofrem diariamente a injúria e as aflições da discriminação racial – além daquelas injúrias que afetam a milhões de brasileiros, tais como a miséria, a desnutrição, a ausência de oportunidades educacionais e poluição ambiental." (Andrews, 1985, p. 55)

Na revisão da literatura sobre movimentos sociais constatamos que as reflexões apontam para a precariedade dos marcos teóricos de análise dos movimentos. Ou seja, as análises pecavam, de modo geral, pelo empirismo e pela incapacidade de especificar para a nossa realidade os modelos teóricos elaborados, a partir dos anos 70, com base na realidade dos países desenvolvidos.

Esse quadro se altera a partir da produção dos anos 80 e 90:

"Os analistas de movimentos sociais passam de um estado de euforia ao desencantamento – resultado de expectativas de mudanças decorrentes da intensa mobilização popular verificada nas décadas de 70 e 80 e não confirmadas." (Maior Fontes, p. VI, 1999)

Não pretendemos aprofundar essa discussão, mas apenas incorporar, na análise a que nos propomos, algumas idéias discutidas,

sobretudo para a reflexão sobre a relação entre os movimentos sociais e o Estado. De maneira específica: analisar a relação do Movimento Negro com o Governo do Estado de São Paulo, através do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

É importante, mais uma vez, ressaltar que a literatura sobre movimentos sociais no Brasil, a partir de 70, tem contribuído para a análise das especificidades dos protestos organizados (movimento dos "sem terra", dos favelados, de associações, pelo custo de vida, pela moradia, protestos feministas, ecológicos etc.), movimentos que podiam ser reduzidos a meras expressões de luta de classes populares contra o Estado ou pressões reivindicatórias para a obtenção de bens coletivos negociáveis (tais como creches, casas, eletricidade, terras etc.).

Poderemos, a título provisório, adiantar algumas hipóteses a respeito da relação entre o Movimento Negro e o Estado, que se encontram, muitas vezes, nos próprios discursos e falas da militância negra.

A primeira hipótese afirma que os conselhos comunitários são uma imposição do Estado que, de modo assistencialista, neutraliza as manifestações autônomas da população negra, por meio da cooptação de suas lideranças, ou seja, é o Estado quem atua como elemento definidor do processo de formalização ou institucionalização das demandas sociais do Movimento.

A segunda hipótese supõe o contrário da primeira: o elemento definidor do processo de institucionalização são os agentes do protesto organizado; o Estado absorve a demanda de forma estática, suas ações tornam-se mero reflexo da vontade popular manifesta no Movimento.

A terceira hipótese aponta para uma compreensão dinâmica da relação do Governo com a demanda do Movimento – nem um, nem outro são estáticos; de certo modo, é o Estado também um ator político em confronto com os atores políticos do Movimento.

Pareceu-nos, como participantes da articulação que gerou o Conselho no Governo Montoro, que a terceira hipótese é a que mais dá conta das negociações políticas estabelecidas entre o Governo e a parcela da população negra, cuja motivação foi muito mais ampla do que apenas de obter bens e serviços do poder político.

A Questão do Método

1. A pesquisa bibliográfica é o elemento indispensável para a construção de um paradigma teórico de análise do Movimento Negro, enquanto dotado de uma tipologia ou especificidade que o aproxima dos movimentos ecológicos e feministas. Ou seja, desde já, temos uma ótica que nos afasta dos modelos marxistas de análise que sempre vincularam a questão racial à luta de classes populares que organizam pressões reivindicatórias para a aquisição de direitos garantidos pela lei. Na verdade, os movimentos negros têm lutado para alterar valores negativos que permeiam a cultura brasileira pós-abolicionista, nos preconceitos etnocêntricos e ações discriminatórias abertas ou veladas. Por esse motivo, não nos parece que a luta organizada possa sempre estar remetida ao Estado como alvo preferencial de pressões reivindicatórias – as práticas sociais, as mentalidades, os estereótipos reforçados pelos meios de comunicação de massa, a pouca influência das escolas no processo de alteração das consciências, o conservadorismo refletido na imagem de um “paraíso racial”, a invisibilidade da questão racial para a população e tantas outras coisas que fazem parte do cotidiano dos agentes sociais, mostram, em definitivo, que o movimento tem que estar atento ao cotidiano social que gera uma espécie de insensibilidade à condição da população negra brasileira. De qualquer maneira, a pesquisa da literatura em Sociologia Política poderá nos servir para adequar o modelo de análise ao processo social denominado “Movimento Negro”.

2. Coleta de dados sobre o período 1983 – 1987. A escolha do período se dá por duas razões:

- a) nesse período foi criado, por lei, o primeiro Conselho Estadual da Comunidade Negra no Brasil, que teve um efeito multiplicador em vários outros Estados;
- b) representa um período da redemocratização do Estado brasileiro, com vários momentos, como a primeira eleição direta para governador, o movimento das *Diretas Já*, a reestruturação político-partidária e a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República.

A coleta de dados foi realizada através de arquivos particulares, bem como dos jornais do Conselho e de outras fontes da imprensa. Entrevistamos militantes ligados, direta ou indiretamente, à criação do Conselho e tivemos acesso também a documentos de diversas instituições do Governo Federal.

3. A análise dos dados dependeu, sem dúvida alguma, do marco teórico e das hipóteses que têm orientado nossa visão da relação dinâmica entre o Movimento e o Estado no período de redemocratização do País.

A dissertação estará dividida em três partes. Na primeira parte, trataremos de algumas questões teóricas sobre a relação dos movimentos sociais e o Estado, com vistas a definir o marco teórico ou matriz de conceitos sobre o tema dos movimentos sociais, incluída aí a particularidade do Movimento Negro. Ainda na mesma parte, serão contempladas as reflexões dos teóricos sobre os regimes de transição, do autoritarismo para a democracia, uma vez que os períodos a serem destacados neste trabalho compreendem os anos de transição para a democracia no Brasil, bem como os anos de recuperação do "Estado de Direito" pela sociedade civil, ou seja, os anos 70 e 80, respectivamente. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Governo do Estado de São Paulo, cujas ações políticas e impacto nos outros Estados brasileiros constituem o ponto central do nosso tema de pesquisa, foi criado nos anos 80. Mas, é preciso ressaltar que as suas condições de possibilidade histórica emergiram dos anos 70, ou melhor, das ações coletivas do Movimento Negro em São Paulo. Essa é a razão pela qual, também, na primeira parte, desenvolveremos capítulos sobre a "fase de ouro" do Movimento Negro em São Paulo, bem como a "primavera de maio de 1978" e as ações da Pastoral do Negro da Igreja Católica no período. Faremos exposições sobre a Frente Negra de Oposição Política (FRENAPO), com depoimentos de lideranças negras importantes que se articularam com os partidos políticos, desde os tempos anteriores ao Bipartidarismo até o momento de reinstalação do pluripartidarismo no Brasil.

Na segunda parte, focalizaremos o Conselho de Participação da Comunidade Negra desde a sua fundação, em 1983, até 1987, quando finda a sua primeira gestão. Registraremos o começo, as dificuldades das articulações iniciais do Conselho, assim como a sua iniciação nos temas constantes na agenda política do governo do Estado, como também da transição nacional.

A temática da luta contra o *apartheid* na África do Sul deixa de ser uma bandeira exclusiva do Movimento Negro e é incorporada nas atividades do governo estadual, com repercussões nacionais.

Num período de mudanças importantes, como o da formação de uma Comissão de Elaboração de Sugestões para a Constituinte, o

Conselho conseguiu se fazer presente como a única instituição negra no debate.

Como forma de atuar junto às diferentes áreas públicas, o Conselho adotou a estrutura de organizar comissões, integradas por conselheiros e convidados. Há uma descrição de algumas atividades e avanços importantes desses trabalhos.

A terceira parte é constituída de uma análise da correspondência recebida pelo jornal do Conselho da Comunidade Negra, que serve de registro, mesmo que parcial, pois está restrito aos que escreveram ao jornal, mas que dará uma boa idéia das impressões provocadas pela ação do Conselho no seio da comunidade negra.

Nas considerações finais, a partir de um breve resumo se apresenta uma discussão sobre as hipóteses apresentadas neste trabalho.

PARTE I

CAPÍTULO I

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO CAPITALISTA – O CASO DO MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO

Este trabalho trata do Movimento Negro, do Estado, da crise do Autoritarismo e do colapso do mito da democracia racial no Brasil, enquanto temas debatidos pelas lideranças e pela comunidade negra. Por este motivo, a comunidade negra, as suas lideranças e as ações do Estado são ou representam os atores privilegiados desta dissertação.

Os grupos e as entidades organizadas na luta contra o racismo, a partir de estratégias diferenciadas mas com objetivos se não idênticos, pelo menos semelhantes, têm dado visibilidade às práticas reivindicatórias dos discriminados, ao questionamento da ação do Estado autoritário e à constituição de um coletivo mobilizado.

Na conjuntura da crise do autoritarismo e da transição à democracia, o papel das práticas do Movimento Negro foi fortemente condicionado pela experiência de resistência aos regimes autoritários e pela emergência e recriação das lutas pela cidadania. Apesar das dificuldades de articulação do Movimento, sobretudo pela incapacidade de crescer e resolver os seus próprios impasses, bem como de enxergar o papel que poderia desempenhar na crise brasileira, surgiram diferentes formas de organização.

"Os militantes negros, embora tenham consciência das dissensões ideológicas e variedades de finalidades entre várias organizações, comumente assumem o Movimento Negro como um só, repudiando o plural, movimentos negros. Em toda enunciação, oral ou escrita, os militantes definem sua luta como luta do Movimento Negro.

Longe de ser uma questão de mera denominação, o que encontramos por trás deste rótulo unificador é um jogo de

posições que, ao afirmar a equivalência entre todas as organizações e ações de resistência negra encobre a disputa de poder interna (...). Portanto, o singular do Movimento Negro projeta, para além do espaço fragmentário do exercício cotidiano da negritude, uma imagem unificada da assim chamada "comunidade negra" por parte de segmentos desta. O desejo de união, encarnado na projeção discursiva da almejada totalidade, é permanentemente confrontado com a diversidade social e cultural, que é o que se encontra quando se vai buscar, na pesquisa empírica, o Movimento Negro." (Mendonça, 1996)

A valorização dos movimentos sociais acontece no final dos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, com a emergência de mobilizações que indicavam uma crítica à sociedade de consumo e às práticas de racismo, bem como a defesa dos ideais pacifistas. Ocorrem rebeliões estudantis, da juventude, do movimento *hippie*, do movimento negro americano, dentro de um período de aparecimento de novas utopias sociais e políticas.

A realização de balanços sistemáticos da produção acadêmica sobre movimentos sociais no Brasil (Jacob, 1987; Silva e Ribeiro, 1985; Pompermayer, 1987; Sader, 1987; Ribeiro, 1991; Nascimento e Barreira, 1993; Cardoso, 1994; Dagnino, 1994; Sherer-Warren, 1999; Maior Fontes, 1999; Telles, 1999) tem permitido tanto a avaliação qualitativa desta produção, quanto o reconhecimento bastante ágil da emergência de novas abordagens do tema e a integração das linhas de análise da produção internacional.

Devemos considerar ainda o fato de que a área de movimentos sociais se encontra profundamente marcada pela heterogeneidade de processos e formatos organizativos, que constituem o seu objeto de interesse. No Brasil, os movimentos sociais têm se organizado de forma setorializada e localizada: pela pavimentação das ruas, pelo esgoto, luz, água, por creches, escolas, moradia, postos de saúde etc.

Os movimentos sociais urbanos ressurgem no Brasil na década de 70, entre outras razões, como uma forma possível de resistência ao regime militar, um *locus* onde grupos e segmentos podiam participar politicamente.

Na literatura sobre os movimentos sociais, até hoje, não se encontram bem definidas e delineadas as suas características essenciais, tampouco uma clara delimitação de seu campo específico.

Há um consenso sobre a dificuldade de utilização de uma definição por todos os estudiosos: os movimentos sociais são difíceis de comparar, os vários autores tentam isolar alguns aspectos supostamente comuns dos fenômenos coletivos; cada autor procura acentuar elementos característicos na definição utilizada. Os movimentos são reduzidos a uma categoria empírica, com a conseqüente fragmentação da produção e dificuldades na construção de conceitos genéricos e categorias teóricas.

A seguinte definição de movimento social, proposta por P. Wilkinson (*apud* Azevedo e Prates, 1991, p. 125) é elucidativa no que se refere aos aspectos que caracterizam esse tipo de ação coletiva:

"(...) um empenho coletivo deliberado para promover mudanças em qualquer direção e por quaisquer meios, não excluindo violência, ilegalidade, revolução ou criação de comunidades utópicas.

(...) deve possuir um grau mínimo de organização, embora esse possa ir de um nível organizacional frouxo, informal ou parcial até um movimento altamente institucionalizado e burocratizado.

(...) o compromisso de um movimento social com a mudança e a razão de ser de sua organização fundam-se na vontade consciente, no compromisso normativo, na participação ativa por parte de seus membros e seguidores."

Essa definição é importante na medida em que enfatiza o caráter "não-negociável" dos bens coletivos, requerendo do movimento o compromisso normativo por parte de seus membros com os fins últimos da organização.

Os cenários em que os movimentos sociais se organizam tornam-se cada vez mais diversos, e as experiências concretas na luta por direitos nos leva à definição adotada por Ilse Scherer-Warren, que apresenta um universo abrangente e estimulante na análise sobre os movimentos sociais:

"Os movimentos sociais são formas de ação coletiva reativas aos contextos históricos sociais nos quais estão inseridos(...). Movimento Social é um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória) resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e

representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas. Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos, de democratização da esfera pública, de combate à pobreza ou exclusão social, e assim por diante. Portanto, movimento social é a síntese de múltiplas práticas, produto das articulações de sujeitos e associações civis.” (Sherer-Warren, p. 14-16, 1999)

a) O MOVIMENTO NEGRO

Movimento Negro é, antes de mais nada, aquilo que os próprios protagonistas dizem que é movimento negro. Não é difícil ver que o Movimento Negro, no sentido estrito, foi uma resposta, em dadas condições históricas, ao mito da democracia racial, esse conjunto de imagens idealizadas, consensual, criado nos anos 30. Manipulando a inteligência brasileira, articulou as peças fundamentais do mito da democracia racial:

- 1-nossas relações de raça são harmoniosas;
- 2-miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária;
- 3-o atraso social dos negros, responsável por fricções tóxicas, se deve, exclusivamente, aos seu passado escravista (Rufino, 85).

No estudo dos movimentos sociais, poucos trabalhos dedicaram-se a refletir sobre o Movimento Negro. As pistas para entender esse estado é uma análise de dentro do Movimento que talvez revelasse com maior clareza aquilo que o especifica.

O contexto precisa ser ampliado porque o Movimento Negro tem sua estrutura fundamentada em princípios que o caracterizam e o identificam como movimento social e na sua especificidade, nos pontos relativos à identidade étnica imprescindíveis à sua existência.

Segundo a tese defendida por Cardoso de Oliveira (1976), o conceito deve ser atrelado ao fator social, justificando a sua associação ao termo grupo, denotando e ampliando o complexo de significados construtores das diferenças, percebidos anteriormente por meio da concepção de raça. Etnia diferenciaria um grupo social dos outros por sua especificidade cultural – sinais diacríticos- sem que esses traços culturais sejam definidores do grupo étnico.

A questão da identidade não é só do ponto de vista da delimitação de espaço e da diferenciação enquanto grupo específico, mas também da perspectiva da ação política. A identidade é entendida como um agente do processo de ruptura da alienação, no qual os indivíduos estão inseridos em relação a si mesmos e aos outros.

Os movimentos sociais passam a atuar como fomentadores do processo de negação e independência em relação aos outros. E também da afirmação, construção e identidade social própria, através da qual os indivíduos transformam-se em sujeitos da história. Nessa contextualização, a identidade torna-se o ponto de especificidade dos movimentos sociais, traduzindo-se no referencial de existência.

Com base nesse referencial teórico sobre a identidade étnica, no bojo, o Movimento Negro trabalha a questão da consciência, dos valores culturais, do resgate histórico, da estratégia de mobilização, da articulação política, dos encaminhamentos das denúncias de discriminação e racismo e a sua institucionalização. Nesse contexto, a questão da identidade é relevante para o Movimento Negro.

Como é fazer parte desse "sujeito coletivo", denominado de Movimento Negro, como ele se relaciona com outros movimentos, como expressa suas vontades, como se articula e difunde seus interesses? Evers fornece uma importante reflexão:

"Talvez a noção de identidade seja mais adequada para esboçar os conteúdos básicos destes primeiros passos; tanto a nível individual ou coletivo, a primeira tarefa difícil consiste em chegar a uma autopercepção eleita de suas próprias características, potenciais limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora, e atravessando as tempestades onde se alternam excesso e ausência de auto-estima. Fundamentalmente, isto significa reafirmar a própria dignidade humana diante da expressão diária de miséria, opressão e devastação cultural."
(Evers, 1984)

O entendimento sobre a especificidade do Movimento Negro refere-se à identidade étnica propriamente dita, ou seja, o reconhecer-se enquanto negro antes de se reconhecer como elemento oprimido. A questão da identidade tem sido fartamente utilizada por Pinto, Hasenbalg, Sodré, Amaro, Grin, Sansone, Gomes, Munanga e Castells entre tantos que procuram abordar a temática da identidade étnica. Recorremos à sistematização de Castells sobre a identidade:

"Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo (...) Entendo por identidade um processo de construção de significado com base num atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (...) defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator (...). Não é difícil concordar com o fato de que a identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece." (Castells, 1999)

Um dos tipos de identidade que Castells avalia como o tipo mais importante é a destinada à resistência, que leva à formação de comunidades. Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, ao contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que aparentemente foram definidas com clareza pela história, geografia, ou biologia, facilitando assim a essencialização pelos limites.

O Movimento se articula em função das situações vivenciadas com a discriminação racial e o racismo. Convivendo com um duplo processo de combater e livrar-se de uma identidade comumente estigmatizada, ou transformá-la de estigmatizada em não estigmatizada, ou seja, o processo de construção do que é ser negro, consistindo no super esforço de construir, formar, consolidar um grupo étnico negro, a fim de fortalecer e poder enfrentar a discriminação racial e o racismo. (Pinto,1993)

As desigualdades raciais estão fortemente relacionadas com os indicadores sociais e econômicos e isso se apresenta em nossa vida cotidiana, as pessoas naturalizam essa realidade. Este aspecto é óbvio e gritante para todos que param para se deter sobre qualquer contexto urbano. Mas, como dizem Hasenbalg, Teixeira, Pinto, Oliveira, Rufino e tantos outros, o racismo e a desigualdades raciais são vistos como algo "natural", fazem parte do mito social e da democracia racial e ir contra essa idéia acarretaria custos elevados para quem o fizesse.

"Observa-se ainda a já popular percepção 'culturalista' das relações raciais, que, mesmo reconhecendo o lugar desigual do negro na sociedade brasileira, extrai 'conforto ontológico' da premissa de que os brasileiros se sentem vocacionados para a democracia racial, pois vivem num país de larga miscigenação,

no qual a interação entre 'brancos', 'índios' e 'negros', a um só tempo hierárquica, inclusiva e complementar, exhibe harmonia e plasticidade(...). Na perspectiva culturalista, o problema da desigualdade racial não pode ser objeto de intervenções que alterem por imputação científica ou sentenças de sociologia dogmática o status quo da mistura e da complementaridade entre as 'raças', conforme a crença dos brasileiros, uma vez que estabeleceriam conflito e diferenciação rígida. Adotar políticas reparatórias significaria a um só tempo a desestabilização de uma cosmologia 'racial' híbrida, complementar e inclusiva e a aceitação de uma 'culpa histórica', que segundo essa versão não teria lugar na 'estrutura moral e afetiva' das relações entre sujeitos sociais no Brasil (...)

No Brasil, a contingência, a ambivalência, a dubiedade e a complementariedade parecem prevalecer nos cenários das relações raciais. Parece sempre muito difícil e complexo fazer escolhas claras, transpor dilemas morais e mesmo promover intervenções políticas que possam resultar em conflitos abertos e insustentáveis. No debate normativo, porém, essa ambivalência é freqüentemente vista como negatividade, pois não propicia intervenções precisas, sobretudo de intérpretes/legisladores, e tampouco se tolera "anarquia" cognitiva. Se suspenso o véu da ambivalência, da indefinição, da justaposição racial, da contradição, da contingência das representações, dos double binds, eis que poderá surgir, para gozo dos cartesianos, o cenário racial rígido e bipolarizado que vem sendo, para alguns, condição ou caminho necessário para a diminuição das injustiças raciais no Brasil."(Grin)

O discurso do Movimento Negro, por tratar a denúncia de racismo, gera problemas, pois aponta para algo de incômodo, que não está presente na cabeça das pessoas todo o tempo. A maioria das pessoas prefere não tocar no assunto. O negro pobre não consegue perceber e fazer a conexão entre sua condição racial e sua condição sócio-econômica.

As acusações são muitas, desde que se estaria praticando o racismo às avessas, até a alegação de que se estaria preocupado com problemas que aqui não existem. Hasenbalg aponta bem esse aspecto quando afirma que pode isso suscitar várias formas de repressão, entre elas a repressão física e a simbólica.

A etnicidade negra é explicada pela história das relações raciais no Brasil, sendo caracterizada por limites relativamente fluidos, uma ênfase

universalista: um país, uma lei, um povo/raça, uma religião sobre a lei e Estado, a institucionalização de um grupo de mulatos e a presença do catolicismo romano como religião predominante. O Brasil é uma República Federal com poder central forte, que opera num contexto de dogmas estritamente universalistas, uma história de misturas raciais, um sistema de classificação racial não polarizado, uma antiga tradição de intolerância com relação à diversidade étnica na vida política, uma aversão geral à etnicidade. No Brasil heterofóbico, o direito à diversidade cultural é efetivamente negado. Nesse contexto, na década de 80, propor a criação de um Conselho formado por negros no aparelho de Estado significava reconhecer o diferencial na etnicidade negra e mexer com a noção de que o negro no Brasil era parte integral da construção da imagem nacional e de representação pública do brasileiro.

b) O PARADIGMA DE CASTELLS

Na produção acadêmica brasileira que, durante a década de 80, ocupou-se da análise da trajetória dos movimentos de base local em suas relações com o poder público, grupos e partidos, pouco ou nada se afastou da matriz teórica que inspirou a análise dos movimentos sociais ao longo dos anos 70.

Uma das matrizes, que acabou sendo considerada paradigma, foi a obra de Manuel Castells, que forneceu uma das definições sobre movimento social mais utilizada pelos estudiosos brasileiros. O autor trabalha a questão urbana e é nesse contexto que conceitua os movimentos sociais. Para ele, os movimentos sociais urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana. (Castells, 1976, p. 3).

Disse a esse respeito:

“Um novo espectro ronda o mundo, na crise com o capitalismo avançado. Associações de vizinhos, comitês de bairros, organizações de usuários de serviços públicos, associações de pais de alunos, sindicatos de consumidores, organismos de participação, clubes culturais, centros sociais, toda uma infinidade de expressões cotidianas que lutam, organizam-se e tomam consciência na tentativa de transformar a base material e a forma social na vida cotidiana.” (Castells, M., 1980, p. 19).

Para Castells, esse conjunto de fenômenos constitui um todo, configurando um processo social estruturado, cuja lógica e unidade é o resultado das contradições sociais nas sociedades capitalistas na base monopolista. A concentração acelerada dos meios de produção, a constituição dos trustes econômicos e financeiros, as grandes organizações vinculadas aos aparelhos do Estado, onipresentes na sociedade, foram determinantes poderosos no surgimento de movimentos sociais urbanos, ou seja, de sistemas de práticas sociais que controvertem a ordem estabelecida, tendo como polo de oposição o próprio Estado capitalista e não a burguesia industrial.

Nesse sentido, a *"(...) intervenção do Estado não constitui um suposto regulador neutro aplicado a um sistema em desequilíbrio. É a resultante de um processo político amplamente determinado pelas lutas de classes. Assim, os conflitos políticos serão fatores essenciais na gestão dos meios políticos de consumo e do sistema urbano por eles determinado."* (Castells, N., 1980, p. 23).

A análise do sistema urbano passa pela contradição entre o sistema capitalista e o fenômeno urbano, considerado numa perspectiva de totalidade, em que se faz presente a concentração da força de trabalho, bem como a intervenção do Estado enquanto derivação de duas contradições: o incremento das necessidades coletivas e a contradição fundamental do capitalismo entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o modo coletivo de gestão desse processo.

Segundo sua avaliação, Castells afirma que *"(...) um movimento social nasce do encontro de uma certa combinação estrutural que acumula diversas contradições (...) e todo movimento social provoca por parte do sistema urbano um contra-movimento, que é apenas a expressão de uma intervenção do aparato político (integração-repressão), que tende à manutenção da ordem."* (Castells, 1978, p. 321).

O principal pressuposto desse paradigma é que os movimentos sociais urbanos constituem um fenômeno unidimensional, uma entidade abstrata que resulta das novas contradições do Capitalismo. A partir desse paradigma, estabeleceu-se uma associação da participação das classes populares nos movimentos às "contradições urbanas". Os trabalhos como, por exemplo, de José Alvaro Moisés (Moisés, 1982), Pedro Jacobi (Jacobi, 1980) e outros como Gohm (1990) consideravam explicitamente a contradição entre o desenvolvimento das forças

produtivas e as relações de produção como a força impulsionadora das transformações sociais.

"A gênese e o significado das reivindicações sociais estaria explicada, a priori, pelo resultado inelutável da dinâmica global. As cidades capitalistas é que expressariam equipamentos necessários à reprodução da força de trabalho e, portanto, à reprodução do capital." (Nunes, 1987, p. 76).

A fragilidade desse paradigma é o viés ideológico dos seus pressupostos fundamentais que foram pensados numa sociedade avançada com a perspectiva de caminhar para o socialismo. O trabalho acabou assumindo juízos de valor *a priori* como, por exemplo, que os movimentos sociais urbanos constituiriam manifestações "libertárias" das "classes populares", diante do aparato dominador do Estado. Os estudos brasileiros incorporaram alguns desses pressupostos da tradição marxista, de que as contradições do Capitalismo avançado deslocariam o centro do conflito de classes do ambiente das relações industriais para o cenário do espaço urbano.

Embora a literatura brasileira contemporânea afirme que tais movimentos acabem por constituir identidades coletivas ou vários sujeitos coletivos, a missão desses movimentos é vista como predeterminada pela natureza do Capitalismo monopolista contemporâneo.

O trabalho de Castells acabou sendo transposto das sociedades capitalistas avançadas para a situação autoritária do regime brasileiro, levando a uma excessiva ênfase no caráter autoritário do Estado e nas funções deste como representante-interlocutor do capital, impondo um viés que limitou substancialmente a visão das diferentes contradições no interior do aparato burocrático estatal. Os novos atores sociais – sujeitos coletivos – dos movimentos sociais urbanos, emergiram das contradições urbanas e assumiram o papel revolucionário do antigo proletariado industrial, não mais frente à burguesia, e sim ao aparato estatal, que se configuraria como o único adversário e instrumento de dominação do capital.

Segundo Ruth Cardoso (Cardoso, 1987, p. 29), os autores nacionais que compartilharam das idéias de Castells nem sempre foram fiéis ao inspirador e suas análises, ora retomando alguns pontos, ora negligenciando outros. Os pontos críticos dessa produção foram:

- a falta de análise das transformações do Estado contemporâneo e desinteresse pela análise do Estado, sempre representado como um inimigo dos movimentos sociais;
- a falta de análise das mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade;
- o processo de centralização das decisões estatais apresentado por Castels como resultado da oligopolização, assimilado pelos autores nacionais como centralismo autoritário e repressivo;
- o estreitamento do conceito de movimentos sociais urbanos, que passa a ser usado quase que exclusivamente para qualificar os grupos populares reivindicativos, deixando de lado as mobilizações mais amplas (antiracista, feminista, ecológica);
- privilégio às reivindicações que podiam ser identificadas como das classes populares;
- o não-reconhecimento de que cada contexto de luta determinará os caminhos da negociação, incluindo possibilidades e bloqueios específicos.

Chama atenção o trabalho de Ana Maria Doimo que "*essa matriz teórica desenvolveu-se com tanta força que a própria idéia de movimentos sociais tornou-se corriqueiramente sinônimo de movimentos urbanos.*" (Doimo, p.23).

Estudos, como o de Sherer-Warren (1993), apontam para a precariedade do marco teórico em que se baseia a maior parte das reflexões sobre a temática dos movimentos sociais no Brasil. Argumenta-se, em geral que, apesar da contribuição que possam trazer à compreensão de realidades locais:

- as análises pecam pelo empirismo;
- a incapacidade de especificar para a realidade brasileira os já frágeis modelos teóricos elaborados com base na realidade dos países capitalistas avançados;
- a generalidade da definição do que vem a ser movimento social;

- a falta de discussão sobre a natureza e as funções do Estado contemporâneo;
- a falta de análise dos pressupostos dos determinantes da ação coletiva;

A partir dessa discussão sobre o paradigma de Castells¹, queremos destacar dois pontos que são de interesse direto deste trabalho:

- a questão do Movimento Negro na literatura dos movimentos sociais;
- a discussão sobre a relação do Estado contemporâneo e os movimentos sociais.

Nossa questão principal diz respeito ao Movimento Negro e aos outros movimentos sociais na literatura especializada. Ruth Cardoso (Cardoso, 1987, p.3 e 1994, p. 83) já apontou nas suas críticas a essa literatura a não-incorporação dos movimentos negros, dos homossexuais, das mulheres e ecológicos, sob o título de movimentos sociais.

O argumento principal dessa literatura é que os vários movimentos populares estariam objetivando a transformação da sociedade por meio da conquista da terra, do uso do solo urbano, da moradia, da saúde pública etc. Nesse sentido, a população negra, ou melhor, os protestos negros estariam sendo atendidos por essas vias de reivindicação.

As escassas menções ou mesmo indiferença dos sociólogos especializados em movimento sociais com relação aos movimentos negros no País parecem estar vinculadas a uma tentativa de incorporar a todos os movimentos sociais os determinantes de ordem econômica que se manifestam sobretudo no cenário urbano. Grupos e associações urbanas populares são, nessa literatura, os substitutivos modernos da "classe proletária", bem como o Estado, o substituto da "burguesia industrial". A estratégia de compreensão dessa literatura é a de que os movimentos sociais se articulariam em razão da conscientização dos problemas gerados pelos efeitos da concentração excessiva do Capital,

¹ Segundo Pasquino (Pasquino, 1986, p. 789), a análise estrutural de Touraine se ocupa particularmente dos movimentos sociais que influem profundamente na estruturação de um sistema social que só muda mediante conflitos de grande relevo; nesse sentido, não atribui importância aos conflitos solúveis mediante adaptações de breve duração, marginais e incompletas mas que, não obstante, deixam as suas marcas.

na fase monopolista. Daí a compreensão artificial de que todos os oprimidos estariam unidos pela construção de uma sociedade sem antagonismos de classes, na qual os problemas dos grupos minoritários seriam resolvidos.

Além disso, encontramos nessa literatura a idéia de reportar o Movimento Negro à teoria dos movimentos sociais, mas com restrições de ordem organizacional. Vejamos, a esse propósito, as observações de José Malori Pompemayer sobre os movimentos sociais em Minas Gerais:

“Em que pese o caráter freqüentemente polêmico interno ao movimento negro político-urbano em Minas, manifesto com clareza no trabalho final deste livro, que a reemergência do movimento nos anos 70 tem como base a revalorização das tradicionais formas de associativismo primário de identidade sócio-cultural da comunidade negra, expressas no mais das vezes em atividades sócio-recreativas, religiosas e culturas etc. Todas estas são expressões sócio-culturais amplamente desenvolvidas e arraigadas entre os negros em termos históricos, em Minas Gerais. As diversas ramificações ideológicas do movimento negro no Estado significarão, possivelmente, tentativas de inspiração diferentes, e mesmo contraditórias, de articular e canalizar no plano político essa diversidade real de expressões sócio-culturais específicas daquilo a que se poderia chamar a comunidade negra.” (Pompemayer, J.M., 1987, p.15) (grifos nossos)

A ausência de menção do Movimento Negro ou a sua subsunção nos demais movimentos sociais ou as “reservas” a respeito do seu caráter de movimento, por causa de suas origens, apontam também, a nosso ver, para as limitações ou insuficiências teóricas dessa literatura que, ou não capta a especificidade por causa das malhas conceituais ou subestima a relevância social do Movimento Negro por restrições às suas origens organizacionais.

Por essas razões, vamos destacar as importantes contribuições de Ruth Cardoso, Renato Boschi, Durham, Pedro Jacobi, Dagnino, Telles, Scherer-Warren, Doimo e Gregori entre outros. No dizer de Durham:

“Em primeiro lugar, é importante refletir sobre o modo de constituição dos movimentos sociais e especialmente a forma de definição de seus membros. Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa), em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da

percepção de carências comuns (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto). É a carência que define a coletividade possível dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento. Como as carências podem ser definidas de diferentes modos e em diferentes níveis, os movimentos constituem formas muito flexíveis de mobilização, que operam cortes muito diversos uns dos outros, definindo coletividades de tipos muito diferentes – desde 'mulheres', 'negros' até 'moradores de rua'." (Durham, E., 1984, p. 29).

Em suma, a literatura sociológica tem obedecido a vieses paradigmáticos que, na forma de pressuposições mais ou menos tácitas, definem ou delimitam o campo de estudo – ora compreendendo o conjunto dos movimentos sociais pelas determinações sócio-econômicas, ora reconhecendo tipologicamente a variedade de composição pelas distintas forças motivacionais que foram as coletividades ou sujeitos coletivos. De qualquer maneira, o que nos importa frisar aqui é que a ausência de menção ou subsunção do que denominamos Movimento Negro aos outros movimentos sociais urbanos corresponde, sem dúvida, a essas questões teóricas ou meta-teóricas presentes na literatura especializada.

Há ainda a considerar a substituição do termo "raça" pelo conceito de etnicidade. Reconhece-se hoje que não há raças, em termos biológicos, embora as características fenotípicas tendam a ser ainda interpretadas como indicadoras das diferenças raciais e sejam utilizadas para legitimar o preconceito e a discriminação racial, a despeito do fato da discriminação ocorrer também com grupos em que tais características não sejam visíveis (anti-semitismo, por exemplo). O uso do termo "étnico" será usado para enfatizar grupos humanos enquanto fenômenos culturais e históricos e não como categorias de pessoas biologicamente determinadas, exibindo traços hereditários comuns.

É usual a referência a "grupos étnicos" na literatura sociológica atual a respeito de movimentos sociais. Nesse sentido, a utilização da palavra "étnico" em relação ao Movimento Negro passa a significar o reconhecimento de sua existência e especificidade, da construção de laços de solidariedade e de sua diretividade explícita. Como diz Jacobi:

"Não se pode, entretanto, restringir a análise dos movimentos sociais apenas àqueles que apresentam uma base nitidamente popular urbana na medida em que os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais

pauperizada, mas também outros grupos sociais, gerando, por exemplo, o movimento ecológico, o movimento homossexual, o movimento negro e o movimento feminista. Neste sentido, como coloca Durham, torna-se necessário analisar a heterogeneidade dos movimentos urbanos, sua constituição e articulação em torno de reivindicações que vinculam os movimentos sociais às relações de classe.”(Jacobi, P., 1989, p. 14).

Os anos 70 e 80 apresentaram certas condições que facilitaram o fortalecimento dos movimentos. O Movimento Negro tem uma história longa no Brasil e, com o passar do tempo, houve mudanças na sua relação com o Estado, em sintonia com as diversas organizações e entidades surgidas nos últimos anos.

Para entender essas mudanças, é necessário reconhecer que elas ocorreram tanto na sociedade quanto no Estado. Sempre é bom resgatar que os negros partiram da escravidão e, ao longo do século, sempre tiveram que, em menor ou maior grau, organizar-se diante da mentalidade escravagista das oligarquias rurais, incorporada na estrutura cidadina e no tratamento com as classes subalternas. Ao negro foi negado o direito de se organizar, com o argumento perverso de que isso constituía uma forma de racismo - um argumento sutil para a desarticulação da identidade étnica.

A característica do Movimento Negro, dentre os movimentos sociais surgidos na década de 70, como o movimento dos trabalhadores que partiram de sindicatos oficiais e entidades fortes com poder de pressão e mobilização, foi a de sempre lutar por sua existência e reconhecimento social. O que diferenciou os anos 70 das décadas anteriores foi a idéia de participação como uma relação ou parceria entre a sociedade e o Estado, cujas formas de existência podiam variar de acordo com os grupos sociais e experiências em jogo.

A produção acadêmica sobre movimentos sociais, em relação ao Estado, representado pelas agências de governo, manteve durante os anos 70 uma matriz que concebia a cooptação ou o seu inverso, a autonomia como alternatis únicas e reciprocamente excludentes. A análise do papel do Estado nessa literatura estava fundamentada em alguns pressupostos, tais como:

- o Estado é um bloco monolítico sem fissuras, diante do qual a população estaria resistindo através de movimentos sociais organizados;

- a relação Estado - Sociedade é posta em termos de contraposição;
- a sociedade civil teria o seu papel limitado e controlado pelo Estado.

Com forte influência de Poulantzas, essa análise foi alvo de profundas críticas por parte de cientistas como Ruth Cardoso, Boschi, Jacobi, entre outros.

Essa construção teórica, no entanto, serviu de maneira expressiva para a interpretação da realidade por parte dos movimentos sociais no Brasil.

Em conseqüência, a visão de um Estado sempre disposto a desenvolver mecanismos de cooptação e controle dos movimentos sociais tem tornado quase impossível uma análise sobre os programas participativos surgidos no início da década de 80, com a eleição democrática dos governadores estaduais. Trata-se de uma visão que insiste na questão cooptação/economia, levando a análises, por exemplo do Movimento Negro, a identificar o Estado como incapaz de gerir políticas anti-discriminatórias, atribuindo a ele o papel de mero desmobilizador dos movimentos.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO

a) A LONGA CAMINHADA DO MOVIMENTO NEGRO

José Correia Leite, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Jayme de Aguiar, Odacir de Matos, Padre Batista e Márcio Damázio são alguns dos milhares de militantes do Movimento Negro que fizeram a História. São pessoas que entregaram parte de suas vidas a uma causa na qual acreditavam: lutar contra a dicriminação racial no País.

Ao longo do século XX, todos eles escreveram páginas de dedicação e entrega, mesmo com sacrifícios pessoais. Lutaram contra a invisibilidade e a indiferença contra o mito da democracia racial.

O Movimento Negro, desde o início do século, conviveu com a solidão e o anonimato. Nas páginas que se seguem, procuramos, de maneira sumária, resgatar essa página da história.

Dividimos essa trajetória em três momentos: de 1920 a 1945, de 1945 a 1964 e de 1964 até a criação do Conselho da Comunidade Negra. Essa divisão é uma proposta que adotamos, para facilitar a recuperação da memória dos protagonistas negros nesse longo processo.

Na história da sociedade brasileira, a questão racial sempre esteve presente, embora eficazmente ignorada, mas é essencial para a compreensão de como se formaram as relações de dominação em nosso País.

Inicialmente, a indignação e o protesto eram as únicas respostas que o Movimento Negro tinha; entretanto, cientistas como Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Hasenbalg, Bento Teixeira, Telles, Andrews e tantos e outros conseguiram levantar informações e, a partir da convivência com esses militantes, demonstraram que no Brasil a significativa diferenciação salarial entre trabalhadores igualmente produtivos é calcada em atributos não produtivos. E que ao controlar por uma variedade de características observáveis os diferenciais persistem, como atributos são remunerados de forma distinta, sugerindo que critérios distintos são utilizados na sua determinação, baseados na raça.

Além disso, essas diferenças não guardam proporcionalidade com as diferenças educacionais entre negros e brancos. Há a constatação de que existem diferenças substanciais quanto ao retorno monetário aos investimentos educacionais, sendo que *"esse diferencial é crescente e se acentua na medida em que aumenta o nível de escolaridade da força de trabalho."* (Oliveira, Porcaro e Costa, 1983).

O desafio colocado diante do Movimento Negro era o de contestar a idéia de um só povo, uma só raça e da inexistência de conflitos raciais e que vivemos em plena harmonia.

A História que descrevo pontua momentos importantes de luta contra uma imposição cultural na base de padrões universais tradicionais, nos quais encontram-se implícitas a desvalorização de seus valores, como uma ameaça à identidade negra, e uma aplicação cruel dogmática desses valores que são opressivos, porque geralmente implicam na tese de que os negros seriam sub-humanos. (Oliveira, 1977)

B) A RESISTÊNCIA NEGRA: 1920 A 1945

A primeira República, de 1889 a 1930, foi conhecida como a República Velha e a República dos Coronéis. Coronel era o mais alto posto da Guarda Nacional, sempre a pessoa mais poderosa do município, exercendo grande influência política. Quando a Guarda perdeu seu caráter militar, a figura do Coronel passou a ser a do chefe político.

Durante os primeiros anos da República Velha, a economia do Brasil era exclusivamente agrária. Antes da industrialização, a ordem racial mudara um pouco da época da Abolição e a maioria dos trabalhadores livres era negra. O Censo de 1907 registrou menos de 3.000 empresas industriais em todo o País, das quais 905 empregavam 4 ou menos trabalhadores. Entre 1907 e 1920, a produção industrial do País quase quintuplicou e, entre 1920 a 1940, aumentou em 7.800%. Nessa altura, o Brasil possuía mais de 70.000 indústrias, num total de 1,4 milhão de trabalhadores. (Andrews, 1998)

A aliança de grandes oligarquias de São Paulo e Minas Gerais permitiu que esses dois Estados controlassem a política nacional.

Em 1893, a presença de estrangeiros na cidade de São Paulo, onde se concentrava o trabalho fabril, chegava a 55% dos residentes na

capital, ocupando 84% dos empregos das indústrias manufatureira e artística, 81% no ramo dos transportes e 72% nas atividades comerciais. No início do século, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros. Em 1911, no setor têxtil, cerca de 75% da força de trabalho era estrangeira, na sua maioria italianos.

Até 1920, os imigrantes estrangeiros representavam a maioria dos trabalhadores na indústria, o equivalente a 52%. Dentre os 48% restantes, a maior parte era composta por filhos de estrangeiros. Com a importação do trabalho dos imigrantes, os ex-escravos foram afastados das atividades produtivas e foi reduzida substancialmente a absorção da mão de obra nacional, que não havia passado pelo cativeiro.

Couberam ao trabalhador nacional nas zonas urbanas de São Paulo os serviços mais aviltados, como os empregos domésticos, tarefeiros de todo tipo e outras atividades classificadas como "mal definidas", não declaradas, e nas quais estavam incluídos o trabalho pesado, insalubre e ocasional. (Kowarick, 1994)

A cidadania, vista como exercício de direitos, era muito precária para a população brasileira de modo geral e os direitos civis só existiam no papel.

"A grande maioria do povo tinha com o Governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República." (Carvalho, 2001)

Recorremos aos textos do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto, um intelectual negro que sofreu na pele a discriminação racial, vivendo na República Velha como observador e crítico. Seu testemunho desse período fornece um olhar da sociedade de "Bruzundanga", um país imaginário, bastante parecido com o Brasil, mas retratado de forma caricatural.

Reproduzimos alguns trechos de suas crônicas:

"A Política e os políticos da Bruzundanga"

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado: não há político influente que não se julgue com direito de deixar para seus filhos, netos,

sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República. No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida."

"As Eleições"

Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o presidente da república, eram eleitos por sufrágio universal, e lá, como aqui, de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador- 'o voto'.

Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração, porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários da Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam."

Entretanto, é preciso reconhecer que, mesmo na ausência forçada de uma comunidade negra organizada, existia um sentimento, ainda que difuso, de identidade negra. Esse sentimento acompanhou a expansão de cidadania da população negra.

Em São Paulo, uma das alternativas dessa expansão foram as organizações da comunidade negra, muito diversificadas e ricas na sua forma. Algumas das instituições sobreviveram à Abolição, como as irmandades religiosas negras, algumas do século XVIII, como o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e outras que tiveram um papel importante na luta contra a escravidão. A assistência social estava exclusivamente nas mãos dessas associações, que ofereciam aos seus membros tratamento de saúde, auxílio financeiro, empréstimos e mesmo pensões para as viúvas e seus filhos. Muitas entidades eram formadas por negros muito pobres, que se reuniam regularmente para ouvir música, dançar e conversar.

Em São Paulo, a partir de 1920, surgiram muitas associações de cunho cultural e de lazer, criadas em função da necessidade, pois os negros não podiam entrar na maioria dos clubes sociais criados pelos brancos, não sendo sequer aceitos nos quadros de associados como, por exemplo, no Palestra Itália, Paulistano, Clube Homes e Tietê.

Com o crescimento da classe trabalhadora, na década de 20, ocorreu uma profunda sensação de pública alienação da República, que foi criada em razão da esperança de mudanças e que acabou frustrando a classe média. A comunidade negra também sentiu e procurou se integrar na Resistência à República, mas foi impedida, como, por exemplo, nos movimentos operários dominados por imigrantes. A comunidade negra sofreu rejeição, pois a esmagadora maioria das lideranças operárias eram formada por estrangeiros. (Maram, 1978)

No Movimento Tenentista, os negros eram proibidos de ingressar no corpo de oficiais e nos Partidos Políticos, dominados pelas oligarquias estaduais, as elites não tinham nenhum interesse em facilitar qualquer envolvimento da comunidade negra.

Os negros, num esforço enorme, construíram muitas associações recreativas e uma Imprensa Negra ativa, que era constituída de jornais que circulavam na capital de São Paulo e no interior. Essa imprensa de negros para negros conseguiu realizar a auto-afirmação da comunidade recém saída da cruel realidade da escravidão, e era representada por Jornais como O Menelick, criado em 1915; A Rua, e O Xauter, em 1916; O Alfinete, em 1918; O Bandeirante e A Liberdade, em 1919; A Sentinela, em 1920; O Kosmos e o Getulino em 1922.

Seu noticiário consistia em informações de eventos sociais, quermesses, aniversários, falecimentos, locais de festas, casamentos, formaturas.

Refletiam o mundo ideológico do negro paulista, suas esperanças e comportamento, retratando um contexto de ambigüidades, de frustrações, de incertezas. Reivindicavam sua integração e participação na sociedade e o resgate da história de um povo, com textos de incentivo à educação, orgulho de pertencer à comunidade negra e, principalmente, valorização da educação como maneira de conseguir ascensão social.

O papel desempenhado pela Imprensa Negra foi fundamental para o despertar da consciência negra, valorizando e exaltando tudo que era negro, divulgando a biografia de abolicionistas, como grandes exemplos da História do Brasil e enaltecendo figuras como Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Henrique Dias e Cruz e Souza.

O esforço desenvolvido por esses homens autodidatas, diante de tantos obstáculos como, por exemplo, a falta de recursos, exigiu

sacrifícios pessoais que resultaram em páginas de luta e resistência contra a discriminação racial. Destacamos José Correia Leite, um dos fundadores do Jornal O Clarim da Alvorada, que, com seu amigo Jayme de Aguiar, lançou o primeiro número no dia 24 de janeiro de 1924.

É Correia Leite quem comenta o surgimento desses jornais nesse período:

"A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte."(Leite, 1992)

"A importância do Clarim da Alvorada dentro da imprensa negra é que não foi um jornal apenas para a comunidade negra divulgar pequenas notícias. Ele procurou transpor as fronteiras e sair do meio. Mas o branco brasileiro nunca procurou tomar conhecimento. O Clarim da Alvorada foi um jornal de negros para negros. Só branco muito curioso, ou estudioso é que mandava empregados irem procurar o jornal." (Ferrara, 1986)

Em 1929, o Clarim da Alvorada lançou a idéia de realizar um Congresso da Mocidade Negra mas, não conseguindo apoio, o evento acabou não acontecendo:

"A cidade, num dia do ano de 1929, acordou com um espanto. Havia cartazes pregados nos postes com a figura de um negro quebrando correntes e o anúncio de que ia acontecer um Congresso da Mocidade Negra. No outro dia a grande imprensa logo discordou da idéia." (Leite, 1992)

O Clarim da Alvorada encerrou suas atividades em 1932, mas deixou marcas profundas na história do negro paulista.

Uma das organizações negras mais citadas e estudadas na década de 30, considerada como uma referência, um marco de resistência da população negra no Brasil, foi a Frente Negra Brasileira. (Fernandes, 1978; Nascimento, Elisa 1981; Leite, 1992; Pinto, 1993; Andrews, 1998)

A Frente foi fundada em São Paulo, em 16 de setembro de 1931. Surgiu num clima de efervescência de vários grupos que haviam sido criados na década de 20, como o Clarim da Alvorada, o Centro Cívico Palmares entre outros .

O diferencial estava no fato de que, além das reivindicações de cunho político e cultural, a Frente incorporou a luta por condições mais justas de acesso ao mercado de trabalho. Tinha o firme propósito de ocupar espaços no cenário nacional brasileiro, como registra artigo de seu presidente, Arlindo Veiga, no jornal "A voz da Raça":

"Não se iluda o negro brasileiro a respeito do futuro da Gente Negra Nacional, se êle não tomar uma atitude viril em face da vida política e social brasileira .Não se iluda!

O negro precisa entrar violenta e tenazmente na História do Presente do Brasil, conquistar violentamente O SEU LUGAR , na comunidade nacional, porque desengane-se! – ninguém lh'ó dará por bem. No fim de todos os nossos trabalhos, sempre nos quererão tapear , embrulhar, roubar... e felizes de nós ainda , quando o que devia ser nosso fica nas mãos de patrícios brancos e não vae parar nas de estrangeiros!

Assim foi nas guerras da Independência, assim foi nas guerras do Sul, assim foi na Guerra do Paraguai, assim foi na revolução de 1930 e já se pode dizer na de 32, em que muitos dêles tomaram parte e que depois vimos andando atôa nas ruas por aí, túnica furada e de culote sem botinas e sem perneira" (Arlindo Veiga dos Santos, Que o negro brasileiro não se iluda! A voz da Raça, 2(42) 15.12.1934, p.1 apud Pinto, 1993)

Agir politicamente e ocupar os espaços possíveis, manter-se alerta às manobras e às decepções da história eram as advertências àqueles jovens negros, por quem já tinha acumulado experiência em uma rica e agitada militância.

Esse olhar sobre a política nacional era uma luta permanente por se incluir na agenda nacional e estabelecer pontes de negociação para a inserção da população negra. Alguns fatos relatados pelos autores que registraram as atividades dessa época destacam pontos importantes que realçam a relevância da existência da Frente Negra Brasileira.

Florestan Fernandes, no seu clássico livro A Integração do Negro na Sociedade de Classes destaca que graças, a sua organização e orientação, a Frente contribuiu especificamente para mudar o padrão de reação aos mecanismos de discriminação racial:

- 1- Doutrinação das pessoas, valorizando o ambiente familiar, o respeito à mulher e aos filhos, estimulando a ambição a um emprego estável, aquisição de terrenos e imóveis.

- 2- Agir com perfeição, mas reagir com dignidade às agressões sofridas. Não se devia esperar uma Segunda Abolição, mas realizá-la com as próprias mãos, se preciso usando até métodos violentos.
- 3- Adoção de uma política decidida em face a manifestações de discriminação racial. A ordem era quebrar tabus e se insurgir contra brancos que tinham "preconceito de cor", animando os negros a combater com bravura as injustiças sofridas.
- 4- Preparação do negro subjetiva e materialmente para 'quebrar o seu medo' e a sua covardia diante do branco, para dar-lhe coragem e ousadia na competição econômica ou na defesa de seus direitos. Buscar o conflito e, no confronto, que o negro tomasse uma posição.
- 5- Reeducação do branco para a convivência com o negro.

Esses cinco pontos são destacados por Florestan Fernandes em sua obra, o que fornece informações importantes sobre quão amplas e construtivas foram as estratégias de combate à discriminação racial da Frente Negra.

Um trabalho importante de sistematização foi o trabalho realizado por Regina Pahim Pinto, que elaborou um detalhado levantamento sobre a organização e seu funcionamento da Frente Negra Brasileira. Confirmou a hipótese que a idéia de criação da Frente Negra foi devido à discriminação sofrida por um grupo de jovens negros que tiveram sua entrada barrada na Casa de Boliche 'Luiz Gama', situada no Largo do Arouche, em São Paulo.

O momento político era propício e a crescente imigração estrangeira serviu de estímulo. Tudo isso, somado às péssimas condições sociais em que vivia a população negra no desemprego e o subemprego.

O número de associados da entidade, segundo o depoimento de seus membros, era de 6.000 em São Paulo e 2.000 em Santos, mas há outros depoimentos que falam em dezenas de milhares e até mais de cem mil associados no País. (Pinto, 1993 e Andrews, 1998)

Durante a sua existência, que foi de 1931 a 1937, a Frente Negra teve dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que exerceu o cargo até 1934 e, a partir de então, Justiniano Costa, que havia ocupado o cargo de tesoureiro da entidade.

Há dois registros importantes sobre as atividades da Frente Negra que dão uma contribuição para entender a força e a disciplina dessa

instituição, que conseguiu obter sucesso como um grupo de pressão, relatados por Elisa L. Nascimento (1978) e George Andrews (1998).

A Frente Negra Brasileira conseguiu eliminar as políticas de admissão em alguns locais de lazer público e combater a discriminação racial no ingresso de negros na Guarda Civil. A Frente Negra estabeleceu uma negociação com o Presidente da República de Getúlio Vargas, que recebeu uma delegação da Frente e ordenou à Guarda que alistasse imediatamente 200 recrutas negros. Posteriormente, cerca de 500 negros ingressaram na milícia do Estado, um dos quais ascendeu até o posto de coronel (Andrews, 1998).

A Frente Negra Brasileira, o Clarim da Alvorada e outras associações da comunidade negra eram, na sua maioria, formadas por jovens de uma diminuta classe média negra. Eram filhos de empregadas domésticas, lavadeiras, marceneiros e costureiras. Para muitos a grande oportunidade foi de fato o ingresso no serviço público: nos Correios e Telégrafos, na Rede Ferroviária Federal, no Fórum, entre outros, exercendo a função de contínuos, serventes, porteiros e udantes de serviços gerais.

O fim da Frente Negra ocorreu após sua transformação em partido político. Getúlio Vargas dá o golpe de Estado, tornando ilegais todos os partidos existentes. Correia Leite dá o seguinte depoimento:

"Getúlio Vargas dá o golpe. No dia eu vinha vindo do serviço, quando ouvi no rádio a notícia de que tinham fechado o parlamento, os partidos políticos e outras instituições. Não passou muito tempo, eu soube que a Frente Negra Brasileira tinha sido fechada pela lei (de 10 de novembro de 1937) que instituiu o Estado Novo. Antes disso, tinha chegado a meu conhecimento o surgimento de um partido político dentro da Frente Negra. Isso me deixou indignado, porque eu acabei descobrindo, com esse fato, que aqueles negros da Frente Negra não estavam sendo fiéis ao professor Arlindo Veiga dos Santos, do qual eles sempre defenderam as idéias, o programa que deveria ser seguido pela entidade.(...) Por que um Partido Negro? Isso é que eu não poderia entender em termos de política. um país que nem o Brasil, um país cheio brasileiros brancóides, negróides, mestiços, quem é negro ? Um homem como o Barão de Cotegipe, que chegou a ser contra a assinatura da Lei Áurea, tinha sua grande dosagem de sangue negro. Era um 'branco suspeito', como se costumava dizer E já tivemos um Presidente da República, como o Nilo Peçanha, que não era branco (...)

Porque um Partido Político Negro não existiria para eleger um deputado, um vereador? Um Partido Político existe para disputar o poder.”(Leite, 1992).

Ao analisar o censo de 1900 e 1920 nada se revela dessa luta; no entanto, o censo de 1940 sugere que a única área de emprego da classe média em que os negros começaram a se aproximar de alguma paridade em sua representação na população como um todo foi o setor público. Nesse ano, os negros em São Paulo compunham 12, 2% da população em idade produtiva e 8,8 % dos funcionários públicos. No geral, os negros estão bem distantes da população branca, principalmente nas profissões liberais e na posse de empresas industriais (Andrews, 1998).

Tabela. Profissionais liberais, empresários e funcionários públicos no Estado de São Paulo, 1940.

	Branco	Pardos	Pretos
Profissionais Liberais	30.873	602	428
Proprietários de empresas	55.578	1.267	1.369
Agricultores	30.695	1.036	977
Trabalhadores nas Indústrias e transportes	11.006	78	99
Comércio/Serviços	16.777	153	293
Funcionários públicos	64.541	2.638	3.573

Fonte: IBGE, Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estado de São Paulo (Rio de Janeiro, 1950), tabela 30 pp.24-25

O cotidiano dessa gente foi marcado por muita luta, sofrimento e humilhação, descrita por Lima Barreto no livro Recordação do Escrivão Isaias Caminha:

"Eu tinha cem mil réis por mês. Vivia satisfeito e as minhas ambições pareciam assentes. Não fora só a miséria passada que

assim me fizera; fora também a ambiência hostil, a certeza de que um passo para diante me custava grandes dores, fortes humilhações, ofensas terríveis. Relembrava-me da minha vida anterior; sentia ainda muito abertos os ferimentos que aquele choque com o mundo me causara. Sem os achar, em consciência, justos, acobardava-me diante da perspectiva de novas dores e apavorei-me diante da imagem de novas torturas. Considerei-me feliz no lugar de contínuo da redação do O Globo. Tinha atravessado um grande braço de mar, agarrara-me a um ilhéu e não tinha coragem de nadar de novo para a terra firme que barrava o horizonte a algumas centenas de metros. Os mariscos bastavam-me e os insetos já se me tinham feito grossa a pele...

De tal maneira é forte o poder de nos iludirmos, que um ano depois cheguei a ter até orgulho da minha posição."

A década de 30 foi marcada pelo fim da República Velha e a tomada de poder por Getúlio Vargas. Foi um momento de rupturas com as velhas oligarquias e a prática fraudulenta do sistema eleitoral.

Na primeira fase do governo getulista (1930 - 1937), a aprovação da legislação trabalhista facilitou o ingresso dos negros no mercado de trabalho.

No final da década de 30, há um episódio, realizado na cidade de São Paulo, que coloca a população negra em estado de alerta e acaba gerando um clima de protestos.

Os negros começaram a ir à Rua Direita nas tarde de domingo e à noite para se encontrar, conversar, marcar compromissos, namorar. Independentemente se as lojas estivessem abertas ou fechadas, os comerciantes do bairro começaram a se queixar. Em 1944, a polícia de São Paulo proibía a circulação dos negros na Rua Direita.

Correia Leite relata o episódio :

"Já no fim do Estado Novo, foi a atitude de um secretário, com o nome de Alfredo Issa, no sentido de atender o pedido de comerciantes da Rua Direita. Ali era ponto de encontro da negrada que fazia o "footing". Era também uma rua do comércio mais ou menos diversificado. E os negros passeavam... Alguns, meio malucos, faziam suas necessidades em qualquer canto. Aquilo prejudicava o comércio, pois atrapalhava a burguesia que, aos domingos, saía para passear. As luzes das vitrines eram

deixadas acesas, não para a negrada, mas sim para a burguesia paulista ir ver as novidades. E esse Issa atendeu o pedido. Um dia tirou as brutas e proibiu os negros de passearem na Rua Direita. O negócio teve uma grande repercussão e quase cria um caso(...) E esse negócio chegou ao conhecimento do Getúlio Vargas, que mandou uma ordem para o Alfredo Issa, a fim de que desse um jeito de contornar a situação.”(Leite,1992)

C) O PERÍODO DE 1945 A 1964

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou algumas medidas econômicas, implantando um plano de substituição de importações, objetivando modernizar a economia e diminuir a dependência externa no consumo de bens manufaturados. A economia baseada na exportação de produtos primários passava a ser reformulada, com um crescimento industrial e, conseqüentemente, aumentavam as oportunidades de mercado de trabalho, o que possibilitou o aparecimento de uma pequena classe média negra.

O Estado Novo marcou o fim de um período de intensa mobilização da comunidade negra em São Paulo. As entidades negras continuaram a existir e foram até estimuladas, como o caso das Escolas de Samba, embora sob controle do Estado.

Com a volta ao regime democrático, em 1945, e o surgimento de novos partidos políticos, há o lançamento da candidatura de vários candidatos negros. A Frente Negra tenta se rearticular como partido político, transforma-se na Associação Nacional do Negro Brasileiro e realiza a Convenção Nacional do Negro. O período do Estado Novo tinha conseguido desarticular e desativar muitas das entidades negras; era o momento de rearticulação e avaliação do que se tinha feito anteriormente. Renovavam-se as esperanças.

A redemocratização levou um conjunto de intelectuais negros a lançar um manifesto em São Paulo, em 11 de novembro de 1945, para a Convenção Nacional do Negro, fazendo referência a uma nova Abolição. Conclamava todos a uma reação contra a sonegação dos direitos sagrados do negro e da efetivação dos mesmos; seja como um soldado contra a decadência dos costumes, contra a ignorância e protévia dos preconceitos existentes - embora muitos o queriam negar -, reivindicando seus direitos através dos seguintes pontos:

- 1- Que se tornasse explícita na Constituição de nosso País a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca;
- 2- Que se tornasse matéria de lei penal o crime de lesa pátria, o preconceito de cor e de raça;
- 3- Que se tornasse matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular, como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular;
- 4- Enquanto não fosse tornado gratuito o ensino em todos os graus, que fossem admitidos brasileiros negros como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 5- Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejassem estabelecer-se em qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior a Cr\$ 20.000,00;
- 6- Que se considerasse como problema urgente a elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros. (Nascimento, 1982)

O período anterior a 1945 tinha deixado uma herança de lutas com vitórias e lições de resistência. A leitura do momento exigiria novas posturas, mas algumas estratégias, como as relacionadas à Educação, são enfatizadas.

"A educação é reivindicada de outra forma; se antes era dirigida diretamente aos pais dos jovens negros, o apelo era feito para que os negros fossem às escolas por um aperfeiçoamento cultural e intelectual; agora a educação é reivindicada a partir de uma reflexão apoiada no valor econômico, isto é, em melhores condições de trabalho, que vão resultar em melhores condições econômicas."(Ferrara,1986)

Entretanto, a situação do negro no mercado de trabalho mantinha os padrões de discriminação racial. Era prática corrente a publicação de anúncios procurando empregados com a advertência: "não se aceitam pessoas de cor."

Um dos primeiros registros sobre a discriminação racial no Ministério do Trabalho está mencionado na pesquisa realizada pela diretoria da Seção de Colocações daquele Ministério, segundo o Jornal O Globo do Rio de Janeiro, do dia 6 de junho de 1959:

"Com efeito, candidato de cor, mesmo com habilitação, para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares,

hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de 'boa aparência', não conseguem trabalho. (...) É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator de desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade.”(Nascimento, 1978)

Na Convenção Nacional do Negro, em São Paulo, presidida por Abdias do Nascimento, entre outras medidas aprovadas houve, a reivindicação de uma legislação antidiscriminatória, que acabou sendo proposta pelo Senador Hamilton Nogueira (UDN). Em 1950, foi rejeitada sob o argumento de que não havia fatos concretos. Em 1951 o Congresso aprovou a lei reapresentada, desta vez deputado Afonso Arinos.

Distribuição percentual da posição na ocupação das pessoas economicamente ativas no Estado de São Paulo

COR	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	Empregados %	Empregadores %	Conta própria %	Membro Família %
Branços	65,2	5,2	16,3	13,4
Mulatos	75,5	1,3	11,4	11,8
Negros	79,4	0,9	9,1	10,6
Amarelos	23,3	10,1	31,7	34,8
	65,7	4,8	15,9	13,6

Fonte: IBGE/ Conselho Nacional de Estatísticas - VI Recenseamento Geral do Brasil -1950

Uma das poucas profissões a que o negro começa a ter acesso é o magistério. Embora não representasse a ascensão de toda a comunidade negra, apontava que a conscientização promovida pelo Movimento Negro começava a obter sucessos.

Entretanto, é necessário registrar que muito do que ocorreu no magistério é resultado de uma série de fatores, desde o esforço individual, a degradação da profissão de professor e a massificação do ensino público, associados às dificuldades da população negra na ocupação de postos no mercado de trabalho, o que explica o crescimento de profissionais negros no magistério.

Em abril 1947, no Jornal O Estado de São Paulo, um artigo racista, assinado por Paulo Duarte, provocou forte reação do Movimento Negro.

O artigo foi publicado sob o título "Negros do Brasil" e dizia que os negros tinham sido a força de Getúlio. Correia Leite relata o episódio e a reação suscitada:

"Houve uma reação do meio negro e parece que ele ficou meio espantado. O próprio jornal Alvorada, no mês seguinte, respondeu ao trabalho dele com um outro chamado "Esgar do Sr. Paulo Duarte", que redigi. Então, por meio da revista que ele tinha, de nome Anhembi, o Paulo Duarte pretendeu fazer uma pesquisa sobre a relação entre brancos e negros em São Paulo. Nessa ocasião apareceu um representante da UNESCO, o antropólogo Alfred Metraux e a pesquisa foi entregue à orientação do Prof. Florestan Fernandes. Eles partiram para a realização de alguns seminários (...) Eu fui procurado, também, por um rapaz que depois se tornou meu amigo. Ele se formou em Sociologia e foi aluno do Prof. Roger Bastide. O nome dele era Renato Jardim Moreira. Ele fez comigo um trabalho sobre a minha participação nas lutas sociais. Esse trabalho foi inserido na pesquisa da UNESCO e também, mais tarde, na tese do professor Florestan Fernandes, 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes'."(Leite,1992)

A década de 50 foi frutífera em relação aos estudos sobre a população negra porque, graças à iniciativa da UNESCO, figuras como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virgínia Leone, Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, realizaram trabalhos que se tornaram referências para a Sociologia brasileira.

A pesquisa da UNESCO sobre relações raciais no Brasil tinha como hipótese que o País representava um exemplo neutro na manifestação de preconceito racial e que seu modelo poderia servir de inspiração para outras nações, cujas relações eram menos democráticas. Havia a expectativa de que as teses sobre a mestiçagem enfatizassem o convívio harmonioso entre as raças, com base nas análises de Gilberto Freire e Donald Pierson.

A análise de Florestan Fernandes enfocou a desigualdade, questionando a democracia racial brasileira e a ausência de conflitos como base dessa argumentação, contrapondo-se a um certo código de decoro que, na prática, funcionava como um obstáculo intransponível entre os diferentes grupos sociais.

Era uma análise sociológica, que utilizava de maneira inovadora dados estatísticos, ao invés da análise culturalista e partia de bases teóricas centrada na situação das classes sociais no Brasil, face à revolução burguesa que se instalava.

Registrava a existência de um comportamento particular de racismo: "o preconceito de não ter preconceito", e a tendência do brasileiro conviver com a discriminação, apesar de considerar condenável tal atitude. O racismo aparecia mais como algo de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar, quase um modo de vida.

"É como se os brasileiros repetissem o passado no presente, traduzindo-o na esfera privada. A extinção da escravidão e a universalização das leis e do trabalho não teriam afetado o padrão tradicional de acomodação racial; ao contrário, agiriam no sentido de camuflá-lo."(Schwarcz,1998)

Novamente, e por meio de análises diversas, a especificidade do preconceito no Brasil ficava evidenciada nesse seu caráter privado e pouco formalizado. O resultado foi confundir miscigenação com ausência de estratificação, além de uma construção de uma idealização voltada para o branqueamento. (Schwarcz, 1998)

A Segunda República foi marcada pela criação da Associação Cultural do Negro, fundada no ano do Quarto Centenário da cidade de São Paulo. Essa entidade desempenhou um papel importante ao congregar jovens que foram incentivados nas atividades culturais, dando oportunidade ao surgimento dos mais expressivos escritores negros do período: Oswaldo Camargo, Carlos Assumpção e Odacir de Matos.

A Associação foi importante ao se tornar uma referência no campo cultural, na promoção de livros, revistas e, principalmente, por criar um espaço para o surgimento de intelectuais negros em São Paulo.

Foi um período em que se patrocinaram conferências, peças teatrais, literatura e corais, evitando a participação política mais direta, mas que acabou criando as bases para a incorporação dos temas africanos, em especial a questão da negritude.

A Associação Cultural do Negro liderou as comemorações dos 70 anos da Abolição, e negociou com o Governador, Jânio Quadros, que liberou a Gráfica do Estado para a impressão de material de divulgação. As palestras promovidas pela Associação Cultural nas dependências da

Biblioteca Municipal foram um sucesso, com a presença de um grande público.

O cenário internacional se transformava pela luta dos negros americanos pelos direitos civis e o regime de *apartheid* na África do Sul, o que levou a Associação Cultural do Negro a realizar atos de protestos e solidariedade. 1960 foi considerado o Ano Africano, pois o movimento de independência dos países africanos encheu de orgulho a comunidade negra. O interesse sobre a África despertou a curiosidade e o interesse pelas idéias dos revolucionários africanos.

D) OS ANOS DE CHUMBO: de 1964 a 1974

Levando em conta os diferentes procedimentos para registrar a cor das pessoas nos diferentes recenseamentos, essas informações mostram uma tendência importante: o período compreendido entre 1872 e 1940, que se caracterizou pelo impacto da imigração européia, é uma fase de "branqueamento".

A ideologia do embranquecimento nunca foi analisada pelos intelectuais de esquerda a partir de sua real importância: um mecanismo ideológico de dominação inscrito nas próprias bases de fundação da nação, um projeto de nação branca e autoritária.

O branqueamento e o mito da democracia racial são conceitos destinados a socializar a totalidade da população (brancos e negros igualmente) e a evitar áreas potenciais de conflito social.

Distribuição da População segundo a cor. Brasil- 1872 a 1980

Anos	Total Absoluto (1000)	Classificação de Cor%				
		Branca	Preta	Parda	Negra	Amarela
1872	10.112,1	38,1	19,7	42,2	61,9	
1890	14.333,9	44,0	14,6	41,4	56,0	
1940	41.252,9	63,5	14,7	21,2	35,9	0,6
1950	51.944,4	61,7	11,0	26,5	37,5	0,6
1960	70.191,4	61,0	8,7	29,5	38,2	0,7
1980	119.011,1	54,2	5,9	38,8	44,7	0,6

Fonte: Censos Demográficos 1872, 1890, 1940, 1950 , 1960 *apud* Oliveira *et alii*, s/d Censo Demográfico de 1980

Na análise do quadro acima, ao comparar os censos demográficos, observamos que, no período de 1940 a 1980, a tendência é de “pardização” da população, notando-se uma diminuição proporcional, tanto do grupo preto, quanto do grupo branco.

A distribuição da população segundo a cor não ocorre de forma homogênea pelo território nacional; nas regiões Sudeste e Sul e em alguns estados do Centro-Oeste, a maioria da população é branca. No Estado de São Paulo, a distribuição se dá segundo a tabela a seguir.

Distribuição da população segundo a cor (São Paulo, 1940 a 1980)

Anos	Total Absoluto (1000)	Classificação de Cor %				
		Branca	Preta	Parda	Negra	Amarela
1940	7.180	84,9	7,3	4,7	12,0	3,0
1950	9.134	85,6	8,0	3,2	11,1	3,0
1960	12.823	82,7	5,9	8,4	14,3	2,8
1980	25.042	73,7	4,6	18,4	23,0	1,9

Fonte: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1980.

Notamos algumas mudanças na interpretação dos Censos relativos ao período de 1940 a 1950: a população branca em São Paulo continua a crescer, devido à imigração após a Segunda Guerra Mundial; por outro lado, a população preta também aumentou em razão da migração interna no País. A tendência à pardização ocorre entre os anos de 1960 e 1980, um pouco mais tardio do que no resto do País.

O golpe de 1964 desarticulou os movimentos sociais brasileiros. A repressão desmobilizou as lideranças negras, como todos os demais movimentos reivindicatórios e contestadores da ordem político-sócio-jurídica, lançando-os numa espécie de “semi-clandestinidade”. As Constituições de 1946 e 1967 já trouxeram no seu corpo a proibição da propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceito de raça e classe social.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, com a Emenda nº 1, inclui outras proibições de propaganda no artigo 153, § 8º, ao tratar da liberdade de expressão, e preserva a proibição da propaganda de preconceitos de raça.

“É livre a manifestação do pensamento... Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou

preconceitos de raça ou classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.”(Lima Bertúlio, 1989)

Mais tarde, a Lei de Segurança Nacional – Decreto Lei de 26.09.1969, tipificou como crime, no artigo 39, inciso VI, com pena de reclusão de 10 a 20 anos, incitar ao ódio ou à discriminação racial.

A jurista Dora Lúcia de Lima Bertúlio levanta a hipótese de que essas importantes alterações podem ter acontecido em virtude das conseqüências do cenário internacional de revoluções e movimentos de independência no continente africano e a luta pelos direitos civis, liderada pelo movimento negro nos Estados Unidos e internamente, o crescimento da atividade cultural e política do movimento negro, que começava a estabelecer uma relação de afinidade com outros movimentos.

No Jornal O Globo, publicado em dezembro de 1969, no Rio de Janeiro, com o título de: ‘Portela vê imprensa a serviço da discriminação racial para conturbar’, tem-se um pronunciamento oficial sobre as preocupações que cercam o tema das relações raciais:

“Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em Exposição de Motivos ao Presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, datada de 10.02.1969, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: ‘No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: (item 9) – campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas.”

Abdias do Nascimento, uma das importantes lideranças negras do século XX, no seu exílio forçado, desenvolveu o trabalho de denúncia sobre a falsa democracia racial. Com isso, o noticiário internacional passou a registrar essas manifestações e principalmente as reações oficiais:

No Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, ocorrido em Dakar, no ano de 1966, o delegado oficial brasileiro, branco, declarou:

"...no que se refere à dimensão histórica, parece que existe um certo sentimento de inferioridade por quem é africano. Assim, não é possível apresentar um texto histórico correndo paralelo àquele dos países ocidentais."

Ao fazer essa afirmação, um branco, na qualidade de delegado oficial do Brasil, ainda excluiu a participação do professor Abdias Nascimento, um negro que vem persistente e apaixonadamente propondo e demonstrando uma contra opinião a respeito do negro, sua criatividade e sua história.

Este fato, um só entre um milhão de exemplos análogos, fornece seu próprio suporte para a tese justificativa dos argumentos de Nascimento, isto é, que existe uma censura que vai de sutil a explícita, na discussão da anomalia racial que ocorre no Brasil; e que a casuística que reforça esta censura é a excusa da inatividade, numa situação que requer ação corretora; e, mais ainda, o que este processo encoraja e perpetua a anomalia, assim tornando possível, por exemplo, para uma nação africana, numa reunião negro-africana, aceitar como porta voz de povos negros, uma antipática, até mesmo hostil, testemunha da história do negro; e permitir a tal estrangeiro participar em deliberações que crucialmente afetam a auto-definição do negro e o planejamento do seu futuro. (Soyinka, 1978)

O escritor português, Antônio de Figueiredo, em artigo publicado no Diário Popular, de Lisboa, em 23 de fevereiro de 1977, com o título de 'O Brasil no FESTAC 77' afirmou:

"É significativo que, no Brasil, tal como na África do Sul, se tenha preferido o recurso à legislação repressiva para classificar a discussão da questão racial como subversiva e tema proibido. Foi este também o erro que cometeu o sistema Salazar-Caetano que, depois de décadas de tática hipócrita, tardiamente se lançou no expediente do inter-racialismo figurativo.

Mas a realidade brutal que os brasileiros têm de aceitar é que o racismo é em toda a parte diferente e em toda parte o mesmo – varia em estilo, mas não em essência. As forças do progressivismo ideológico estão agora ocupadas com a Rodésia e África do Sul; mas cedo ou tarde se voltarão para o Brasil e porão à descoberto a nudez forte da verdade social que se esconde sob o manto diáfano da fantasia e da propaganda."

E o escritor de Ghana, Anani Dzidzienyo, tão apropriadamente concluiu:

“Qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois inconvenientes: uma opinião oficial que consideraria ‘atividades raciais’ como subversivas, e a atitude geral da sociedade que consideraria isto divisionista.”

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de auto-definição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua raça e cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal de autodefesa. A Constituição do País não reconhece entidades raciais; todos são simplesmente brasileiros. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganha uma dupla qualidade: a de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu seio “democrático”. (Nascimento, 1989).

Na verdade, porém, a classe dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização negra como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo é mencionado que, nessas ocasiões, os negros estão tratando de impor ao País uma suposta superioridade racial negra. Qualquer esforço por parte do movimento negro esbarra nesse obstáculo. A ele não se permite esclarecer e compreender a própria situação no contexto do País, o que significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional; tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. Ao longo da história das lutas sociais do Movimento Negro no País, desde a imprensa negra no início do século, o Estado Brasileiro age de forma dura e repressiva diante das iniciativas surgidas no meio negro. Diferente do período ditatorial de Vargas, em que se estabelecia um diálogo mínimo, não houve espaços para conversação. Mesmo aqueles negros que aderiram ao Golpe de 64, não puderam se assumir enquanto negros e, muito menos, tomar iniciativas.

O “registro” dos posicionamentos dos Presidentes Geisel e Figueiredo foi de não aceitar participar de atividades em que esses temas estivessem envolvidos.

Como nesse período há poucos registros sobre a comunidade negra, recorreremos ao estudo de Micêncio Santos sobre o 13 de Maio, e encontramos excelentes referências. Observarmos que as

representações dessa data refletem as relações contraditórias com a comunidade negra e a exaltação da harmonia racial.

Nas comemorações do 80 anos da Abolição da Escravatura, encontramos em 1968 uma resposta ao requerimento de informações de um parlamentar, sobre se havia discriminação racial no Exército. O Ministro do Exército, por intermédio do general Aurélio Lira, responde à Câmara Federal, negando existir preconceito de raça ou social, disse ainda que o Exército "é um caminho onde se fundem todos os elementos inter-raciais que compõem o nosso povo". O general Humberto Peregrino justificou que a ausência quase total dos negros nos quadros mais graduados das organizações militares pela baixa procura dos negros pela carreira militar.

Em 13 de maio de 1968, estudantes do Movimento Universitário Negro, liderados por graduados do Largo São Francisco, reivindicam direitos iguais em todos níveis. Era o início do movimento negro no movimento estudantil, que sofreu forte repressão.

Em 1969, o 13 de maio foi comemorado em São Paulo com um evento do Governo do Estado. O ex-Governador Abreu Sodré, em homenagem à data, ofereceu um almoço comemorativo. Entre os convidados estavam dois atletas: Pelé e Ademar Ferreira da Silva.

Em 1972, pela primeira vez, um Presidente da República participa das comemorações de 13 de maio: o Presidente Emílio Garrastazu Médici foi convidado pelo Clube 220 de São Paulo, a uma homenagem à Mãe Preta, no Largo do Paissandu, com a presença de mais de 10.000 pessoas. Acompanhado da Primeira Dama, depositou flores no monumento da Mãe Preta. O fundador do Clube 220 se referiu ao fato da seguinte forma:

"Maior vitória ter conseguido fazer com que o Presidente de um País de maioria branca prestigiasse em praça pública, pela primeira vez na História do Brasil, uma cerimônia organizada por negros."(JB,12/5/1972:15)

Em 1975, o Presidente Ernesto Geisel recebeu o presidente da Associação dos Homens de Cor, em audiência no Palácio do Alvorada. Ele foi convidado a comparecer às comemorações do 13 de maio e recebeu um pedido de que essa data tornasse a ser feriado nacional. O Presidente aceitou o pedido, mas condicionou sua presença à agenda presidencial. O representante da comunidade negra negou que havia

segregação racial a não ser, no seu ponto de vista, em caso esporádicos.

Para a esquerda, o “problema do negro”, sua marginalização, sua miséria, seu analfabetismo, sua cidadania despojada, eram apenas parte ou conseqüência de um problema maior; vale dizer, o imperialismo, o subdesenvolvimento ou o capitalismo. A esquerda era incapaz de discutir politicamente a dimensão étnica da sociedade brasileira ou mesmo do proletariado. O negro não se podia ver, não era percebido etnicamente, só era percebido na sua comunidade e como classe trabalhadora.

Florestan Fernandes, ao discutir a importância da imigração, afirma: *“imigração entendida sociologicamente como fator estrutural e dinâmico, para a perpetuação ou a alteração das acomodações raciais”*; isto é, a imigração como fenômeno inserido no bojo das transformações do capitalismo. Tudo passaria como se o negro fosse incapaz de competir (por incapacidade psicológica, fruto da desumanização da escravidão).

Ao negro só restaria dedicar-se, por meio de um longo aprendizado, integrar-se lentamente no mundo industrial, construído pela novas relações capitalistas. Os preconceitos eram interpretados como resíduos de um sistema escravista, irracional e persistente, ainda a pós abolição pela existência da desigualdade de renda.

Se o negro denunciava a discriminação racial, registrada na imprensa, era entendido como algo de foro íntimo e como um preconceito. A existência da Lei Afonso Arinos era inútil.

A discriminação racial e o racismo das elites brancas era interpretado como se muito pouco haviam determinado a situação em que se encontrava o negro: excluído do mercado de trabalho e despojado de sua cidadania. Ninguém era responsabilizado, era fruto de uma reacomodação estrutural do sistema produtivo e do próprio negro despreparado para competir.

A situação do negro era um problema de “absorção” ou “assimilação”. Seu problema era de classe. Sua condição, de desigualdade social se resolveria num contexto mais amplo de classe social. Na verdade, o que predominava na questão das relações raciais não era um problema de discriminação racial, mas um preconceito de classe ou preconceito social.

Como um país em desenvolvimento, a tarefa que caberia à população negra não poderia ser outra que não aquela que apontasse antes para a emancipação via crescimento econômico. Para tal tarefa era fundamental a união de todos na nação. Os que estavam excluídos e marginalizados deveriam, de outra forma, serem integrados; todavia, integrados sempre num sentido menos político de sua cidadania, e mais no sentido econômico, enquanto agentes produtivos. A idéia era de que uma plena integração como agente econômico no sistema capitalista nacional proporcionasse a igualdade cidadã capaz de nos unir para o combate com os verdadeiros inimigos: os de fora, o imperialismo alienador e colonizador. Assim, nada havia de discriminação racial, a própria desigualdade econômica se equacionaria paulatina e naturalmente, com integração dessas parcelas excluídas no mercado. A questão essencialmente era econômica e não política. Em tal linha de raciocínio, a diferença não poderia existir no interior da sociedade. A diferença só seria percebida na relação de dominação entre "os de dentro" e "os de fora", entre nação e anti-nação, entre nacionalistas e imperialistas. Dessa maneira, a sociedade mobilizada pelos "de dentro" é homogênea e indivisa na luta contra os "de fora."(Silva, 1993)

"A visão que acaba prevalecendo não deixa oportunidade para o reconhecimento da existência da diferença, e nem pensa a liberdade mais do ponto de vista mais político do que econômico, incorporando o reconhecimento do cidadão negro como sujeito ativo na afirmação de sua igualdade e sua diferença. A diferença é invisível, o outro é denegado, o outro não é negro, o outro é trabalhador ou é burguês." (Silva,1993)

O negro não é visto em sua especificidade e suas demandas somente são pensadas no âmbito da generalidade econômica. A invisibilidade, omissão, silêncio ou recalçamento em torno das desigualdades raciais no Brasil está associada ao mito da democracia racial.

Promovia-se uma noção homogeneizadora da sociedade e, para debates das questões políticas fundamentais, esforçavam-se em construir respostas que teimavam em exorcizar as diferenças, as especificidades e as identidades, diluindo-as no raciocínio em que foi erigida a "nação brasileira", a cultura nacional, o povo da nação, os valores nacionais.

A possibilidade de uma interlocução entre o pensamento oposicionista de esquerda na década de 60 e o regime militar não residiam em posições doutrinárias (nisso divergiam totalmente), muito

menos em fundamentos éticos e até mesmo, em alguns casos, econômicos.

"Tinham, do ponto de vista político (isto é, da construção da liberdade e da cidadania), matrizes de natureza semelhantes, francamente autoritárias. Rediscutir a diferença na igualdade, a nação, a especificidade étnica, política e cultural; colocar em questão a autonomia relativa de grupos sociais, era evidentemente erodir os fundamentos de um projeto autoritário de construção do Estado-Nação brasileiro, de sua respectiva idéia de povo (homogêneo, mestiço) e sua articulação com uma ideologia de dominação racial de classe que se resumia na fórmula: homogêneo na desigualdade."(Silva, 1993)

E) A FASE DE OURO DO MOVIMENTO NEGRO

"O movimento negro contemporâneo ressurgiu a partir de meados da década de 70, nos anos finais de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África" (Hasenbalg, 1994, p.148-149)

De uma maneira geral, os grupos criados nessa década foram constituídos por pessoas da classe média. Em 1972, foi fundada uma entidade com participantes quase que exclusivamente universitários e profissionais liberais, que tinham a sua orientação voltada para uma integração do negro na sociedade o GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Universitários Negros, sob a liderança da médica Iracema de Almeida, a primeira mulher negra a estudar na Faculdade Paulista de Medicina.

O GTPLUN dedicou boa parte do seu trabalho em campanhas de assistência à comunidade, incentivo à profissionalização de jovens,

promovendo cursos de atendentes de enfermagem e principalmente enaltecendo valores culturais do continente africano.

Segundo o relato de Antônio Leite, um dos fundadores do GTPLUN:

"Não estávamos satisfeitos porque a representatividade do grupo passava muito por mim mesmo. E a gente queria um algo mais que era que a comunidade negra, o grupo étnico negro, tivesse, de fato, representantes de peso que fossem respeitados aos olhos da sociedade e, quando houvesse uma ação mais dura, digamos da política, chegasse na Secretaria, no Governo e tivesse peso. Então precisaria Ter mais gente. Aí, começamos a procurar a Iracema de Almeida, ginecologista da Vila Prudente.

Conhecemos o Carlos Augusto Rocha, engenheiro, nosso companheiro de DAE – Departamento de Águas e Esgotos. Era uma pessoa conceituada e muito inteligente. Fomos atrás dele e ele sugeriu a Iracema, uma médica de quem todo mundo falava bem. Ela era médica do INPS e tinha um consultório. Discutimos muito lá e surgiu o GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros de São Paulo, em 1972. Nesse meio tempo, conheci muitas pessoas, todos universitários. O único que não era universitário era eu. Ser universitário já era uma forma de mostrar que a gente tinha universitários. Isso dava status. Eu não era, mas era empresário".

O ano de 1974 foi de mudanças no cenário político. Foi o ano de surgimento de muitas entidades que tiveram vida efêmera como, por exemplo, a **CACUPRO** – Casa de Cultura e Progresso (cujas atividades eu procuro relatar através de alguns depoimentos), o **CECAN** – Centro de Cultura e Arte Negra, o **CECAB** – Centro de Cultura Afro-Brasileira, o **CEAB** – Centro Afro-Brasileiro, o **Grupo de Teatro Evolução** de Campinas, o **Grupo de Teatro Rebu**, depois **Congada**, de São Carlos, e o **Grupo de Teatro Zumbi**, de Santos.

Esses grupos eram constituídos, na sua maioria, por estudantes, profissionais liberais, ou seja, a classe média negra que se organizava, não só em São Paulo, mas também em grandes cidades como Campinas, Santos, São Carlos e Capivari.

Um aspecto a se destacar é a presença de estudantes universitários negros na criação dos grupos do movimento negro. A aquisição de um melhor nível educacional por parte da população negra não livrou o jovem negro universitário de continuar a enfrentar

situações de discriminação racial, criando mais conflitos entre a sua posição social e a maneira da sociedade tratá-lo. O estudante universitário, de modo geral, incorpora uma auto-imagem de descompromisso com uma ampla liberdade social de ação; diferentemente do estudante universitário negro, que continuava a ser identificado através de sua marca racial. Ao mesmo tempo, a mudança de nível cultural o aproximava de uma postura crítica, aumentando sua percepção e a consciência da necessidade de defender seus interesses enquanto negro em ascensão.

Por que o jovem negro de classe média desenvolveu uma atuação política de contestação nos anos 70? A resposta a essa indagação foi dada por diversos autores que, em síntese, afirmavam:

- consciência de sua exclusão econômica e política, face às desigualdades raciais em todos os níveis de força de trabalho;
- sentimento de frustração à ascensão social ou à admissão ao status de classe média a que fazia jus pelo grau de instrução e pelas qualificações profissionais (Andrews, 1991, p. 37);
- sentimento de valorização da cultura negra, redefinição do papel da história do negro no Brasil e auto-afirmação de ser negro.

"Ora, a expectativa nacional, contida na própria ideologia racial brasileira era de que 'mais negros formados, menos discriminados'. Mesmo sem considerar o descompasso específico entre o 'boom' educacional e o mercado de trabalho, que frustraria a expectativa, em geral, da nova geração de formados, houve a frustração particular do graduado negro – o mercado estava, de fato, à sua espera, mas como mão-de-obra de igual competência a preço módico. O véu do templo, como na Bíblia, se rasgou de par em par: o crescimento capitalista, ao invés de corrigir, acentuou as desigualdades raciais" (Rufino, 1988, p. 7)

É preciso lembrar que o movimento negro é filho da explosão educacional dos anos 70 – proliferação de faculdades particulares estimuladas pelo Estado como solução para a "crise de vagas no ensino superior", considerada geralmente um ponto crítico das relações sociedade - governo desde 1960. Com efeito, os jovens que fundam, nos anos 70, entidades negras de luta contra o racismo são, quase sempre, desta geração universitária. Foram vários grupos, mas

destacamos o Grupo Negro da PUC de São Paulo, citando o depoimento de Antonio Carlos Arruda, que foi o principal articulador:

“Eu entrei na PUC em 1977. Em 1978 criamos o Grupo Negro da PUC na CACUPRO. Eu me lembro que uma das discussões era de que ‘se entrava negro na universidade e saía branco’. Eu via todo mundo preocupado com isso. Aí passam 73, 74, 75 e o movimento negro fala isto, discute isto. Em 1977 eu entro na PC-SP e logo após o ‘pacote de abril’, o movimento estudantil começou a pegar fogo. Mas eu estava preocupado com a questão do negro, não tinha negro na minha classe. Nós éramos poucos e alguns eram meus conhecidos.

Então eu fiz uma carta para os negros da PUC, convidando todo mundo para uma reunião no Centro Vinte e Dois de Agosto. Fiquei de plantão lá. A carta dizia que nós, negros, precisaríamos nos reunir, estarmos juntos, para discutir esta coisa de entrarmos negros na universidade e sairmos brancos”

Embora de forma reduzida, os grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade no movimento estudantil acabaram se relacionando também com o movimento negro.

Na clandestinidade, a tendência trotskista **Liga Operária**, que mais tarde se uniria à Faccção Bolchevique Trotskista, formando a **Convergência Socialista**, desenvolveu uma política junto aos movimentos estudantis no Rio de Janeiro e em São Paulo, Campinas, São Carlos e também junto ao movimento negro.

Essa iniciativa partiu de um dos fundadores da **Liga Operária** - que se tornaria, mais tarde, **Convergência Socialista** - Júlio César Tavares, do Rio de Janeiro, que participou das primeiras reuniões do surgimento do movimento negro, na década de 70. Segundo suas palavras:

“Achava que os negros se organizavam muito nos guetos e independentemente de qualquer outra estrutura. Pensava, naquela época, que devia ser diferente. Deveria ser integrado a um processo revolucionário. Muitos me chamavam de vanguardista, que não era por aí. A minha crítica era de que não se percebia a vinculação da questão específica com a questão geral. Reconhecia que não existia realmente uma teoria a respeito, e que tínhamos que produzir essa teoria, mas não isolando-a da questão mais geral. Na minha concepção, não deveria existir um movimento negro isolado do movimento social mais amplo, do partido. Num

primeiro momento, essa vanguarda deveria estar dentro de um partido revolucionário articulado às demais (sindicais, políticas...) que ali discutiriam a questão mais geral” (Monteiro, 1991, p. 109-110)

Esse envolvimento acabou levando à criação do Núcleo Negro Socialista, que desempenhou importante papel na organização do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

A diplomacia brasileira realizou um esforço muito intenso no estreitamento de relações econômicas com o continente africano, especialmente os países de colonização portuguesa, na década de 70. O Brasil, num gesto ousado do Ministério das Relações Exteriores, foi um dos primeiros a reconhecer a independência de Angola, dando uma estreita atenção aos novos países independentes da África Meridional.

Nos fóruns internacionais, o Brasil condenou o *apartheid* na África do Sul, numa posição ambígua, ao conviver com a situação de discriminação racial, embora a imagem divulgada fosse a da democracia racial no Brasil.

Paralelamente, todas as entidades do movimento negro se identificaram com as transformações ocorridas na África e enfatizavam a necessidade de buscar as raízes da comunidade negra.

Era comum nos encontros culturais a representação de poetas angolanos, como Agostinho Neto e Antônio Jacinto. A poesia “Monamgambe”, de Antônio Jacinto, que retratava a dura vida de um camponês angolano, era transplantada para a dura realidade de ser negro no Brasil. O envolvimento com os angolanos sempre foi rico e, após a independência em 1975, o intercâmbio intensificou-se. Receber a visita de um africano era sinônimo de festa e tudo quanto se publicava sobre a luta de independência era devorado. O interessante é que os discursos políticos, em particular de Agostinho Neto, não tiveram o mesmo impacto e repercussão que os seus poemas. Por outro lado, os escritos políticos de Amílcar Cabral, da Guiné Bissau, foram muito lidos e utilizados pela militância.

No seu depoimento, Antonio Carlos Arruda diz:

“Quando eu entrei na CACUPRO, quando eu ajudei a organizar a CACUPRO, era o período de volta à África: nós usávamos roupas afro, tranças, éramos contra alisar o cabelo. Eu estava com 21 anos, quer dizer, neste período nós tentávamos

fazer outras coisas, tentava-se montar peças e exposições. Era tudo muito ligado à África, redescoberta da África. Estávamos muito próximos dos movimentos revolucionários de Angola e Moçambique. Não podia aparecer um africano que nós carregávamos o sujeito para falar alguma coisa”

O GTPLUN, por outro lado, tinha como uma das suas atividades, o relacionamento com as embaixadas africanas e uma preocupação em divulgar os estudos sobre a África no período pré-colonial.

A literatura negra dessa época foi abundante em citações sobre o continente africano, como o livro de contos Carro do Êxito, de Osvaldo de Camargo.

As orientações e posturas políticas entre os grupos do movimento negro eram heterogêneas, o que levava, evidentemente, a estratégias de ação diferenciadas.

O movimento estudantil influenciava os universitários negros no entendimento sobre o regime autoritário. Nesse período, a todo instante havia uma cobrança do discurso essencialmente cultural a muitas entidades negras, do registro de encenação de muitas peças de teatro, em contraposição a uma militância político-partidária.

O movimento negro não se contentava em realizar atividades culturais, de exaltação à beleza negra, ao passado africano e de crítica às comemorações do 13 de maio no Brasil. A identificação com modelos culturais simbólicos, com os líderes dos movimentos de libertação africana e com a luta dos negros em ascensão frustrada fez com que o movimento adotasse como gurus Eldrige Cleaver, Malcom X, Stockley Carmichael, Angela Davis, James Baldwin, Samora Michel, Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

Leituras de livros sobre a experiência norte-americana e o intercâmbio, notadamente promovido pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, aproximaram a experiência de luta do negro norte-americano da militância negra emergente em São Paulo.

Cresceu o interesse por movimentos como o *Black Power*, *Black Panthers* e *Black Muslim*, menos por mensagens políticas recebidas e mais por uma postura de reconhecimento, de solidariedade, uma tomada de consciência étnico racial que trazia embutida a questão da identidade racial.

f) 1978 – A PRIMAVERA DE MAIO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

O ano de 1978 foi um ano de ruptura, quando o discurso político ganha consistência e uma forma mais definida, um momento de muita efervescência cultural promovida pelo movimento negro, momento em que as concepções antigas conservadoras sofrem uma dura crítica, o ano da abertura política.

Nesse ano, o Professor Eduardo de Oliveira e Oliveira, em um esforço individual, conseguiu organizar um encontro, uma semana de cultura afro-brasileira na USP, que reuniu os principais pesquisadores de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Foi um tempo de muitas reuniões, debates, seminários, mas também de longas, cansativas e intermináveis discussões.

Segundo o escritor Oswaldo Camargo, foi o ano que demarcou o período dos “Novíssimos”, com a publicação dos livros **Memória da Noite**, de Abelardo Rodrigues e o livro **Poemas de Carapinha**, do Cuti (Luís Silva). Ano pleno de acontecimentos culturais, sob o signo dos **Cadernos Negros** (1978). A inserção negra no jornal alternativo **Versus**, através da seção afro-latino-américa; o aparecimento da revista **Tiçã**, em Porto Alegre, e, em São Paulo, os jornais **Abertura** e **Capoeira**.

O projeto **Cadernos Negros**, iniciado em 1978, e que configurou uma proeza inédita na vida intelectual do negro brasileiro e extraordinária no meio literário em geral, chegou ao número 17 no ano de 1994, com uma coletânea de contos.

A figura de Zumbi dos Palmares também foi resgatada, com a organização de um festival anual intitulado FECONEZU – Festival Comunitário Negro Zumbi, com o propósito de promover encontros de grupos de artes, escritores e atividades esportivas.

Neste contexto político e de profunda agitação cultural no seio dos vários grupos e entidades negras, surge o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que teve sua criação impulsionada por uma atitude de discriminação racial do Clube Tietê de São Paulo contra quatro atletas negros, e também pela morte de Robson Silveira da Luz, um negro operário, assassinado durante sessão de tortura em um Distrito Policial da Capital. Esses acontecimentos foram decisivos para a mobilização e arregimentação, em nível político, de entidades negras e pessoas de diversos matizes: **CECAN, Associação Cultural Brasil**

Jovem, Grupo Afro-Latino-América, Blacks, representantes das equipes de bailes, artistas, intelectuais, estudantes e esportistas. Em junho de 1978, foi fundado oficialmente o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – MNUCDR, com militantes do Rio de Janeiro e São Paulo.

A primeira atividade política aconteceu no dia 7 de julho de 1978, um ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Essa atividade, programada para protestar contra os atos de violência mencionados, acabou representando um marco da inserção do Movimento Negro no contexto da luta pela redemocratização do País, que proclamava:

"Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia, campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego e marginalização.

Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro. Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferência e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo"

O ano de 1978 foi um marco, pelo esforço de reunir diversas correntes do movimento negro, inclusive de militantes de partidos clandestinos e membros da ARENA e do MDB. Alguns grupos mais conservadores, como o GTPLUN, condenaram o movimento, por considerá-lo muito radical.

Assinale-se que lideranças que organizaram o ato foram obrigadas a prestar depoimento na polícia. Merece registro também o fato de que, por ocasião da primeira Assembléia Nacional do MNUCDR, em Salvador-BA, em novembro de 1978m, os delegados provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, foram obrigados a mudar o local da reunião, quando a polícia do Estado da Bahia cercou o prédio onde se realizaria a reunião. Segundo o jornal O Globo, órgãos do Governo interpretaram a assembléia como uma transgressão à lei Afonso Arinos. A reunião teve o local alterado e, mais uma vez, foi cercada pela polícia, impedindo a realização do encontro que, finalmente, foi realizado em um terceiro local escolhido em segredo.

Não se tratava só de denúncias, mas inseria a luta contra o racismo como uma pré-condução para a redemocratização do País,

assinhalando a necessidade de sua incorporação nos programas partidários, bem como nas lutas populares.

É sem dúvida uma postura mais abrangente, sintonizada com o movimento político que solicitava união de todas as forças populares contra o regime autoritário, sem abdicar de sua posição enquanto negro. A dimensão cultural ganha relevo, entendida como instrumento de libertação do povo negro. Essas mudanças iriam repercutir e influenciar outros movimentos, como o realizado na Igreja Católica.

Ao analisar o papel do surgimento do Movimento Negro Unificado em 1978, em comparação com o documento produzido no encontro de São Carlos, em 1976/1975 (ver anexos I e II), descobrem-se pontos em comum, uma linha de continuidade e uma sensível mudança de rumo.

A preocupação em unificar, em fazer uma articulação que ultrapassasse as barreiras geográficas do Estado de São Paulo, trazendo grupos e tendências diferentes, esteve sempre presente nos dois momentos, acreditando que a identidade étnica sobrepujaria as diferenças.

No campo da educação, fortalece-se o entendimento não só de uma reavaliação da história do negro no Brasil, mas também da igualdade de oportunidades no acesso à formação. A criança negra é objeto de denúncia, pelo tratamento desumano e desigual, e pela necessidade de uma atenção diferenciada que combata os estereótipos.

A cultura negra, entendida como a condensação das experiências, o modo de viver e se relacionar, a história com raízes no continente africano são outro ponto em comum.

O elo de continuidade, formado pelas pessoas que estiveram presentes nos dois momentos, bem como o intenso intercâmbio, acabou desenvolvendo uma crítica, que apontou para uma efetiva mudança. A luta contra a discriminação racial passa a ser entendida como uma luta de libertação, onde não só os negros devem se engajar, mas a sociedade como um todo. Há um nítido apelo a que as forças democráticas incorporem também o combate à discriminação racial, uma cobrança de solidariedade, um forte desejo de uma sociedade democrática e participativa.

O movimento negro passa a se solidarizar com outros setores populares, bem como a luta internacional contra o racismo. É entendimento e o reconhecimento de que sua marginalização enquanto

negro passa pela luta por igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho e à educação.

G) A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO NEGRO

A Igreja Católica sofreu uma grande transformação na década de 70, surpreendente para alguns, na medida em que ela, tão ligada à manutenção do *status quo* e às classes altas, transformou-se em *locus* de ativistas preocupados com os pobres e as classes populares.

Foram muitas as mudanças ocorridas na Igreja Católica do Brasil, com o surgimento da Teologia da Libertação, nome dado à nova teologia latino-americana. Uma teologia nascida e desenvolvida com o compromisso de encarnar o cristianismo no mundo de hoje, com uma postura crítica da Igreja estabelecida como herança cultural, social e política da antiga cristandade, revalorizando a religião popular.

Seu princípio orientador é de que, por meio de uma opção preferencial pelos pobres, o seu envolvimento e engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão desencadeie um processo histórico de liberação dos povos.

A influência do Concílio do Vaticano II, nos anos 60, foi fundamental para a renovação da Igreja no Brasil, propondo mudanças internas, incluindo a liturgia, a vida sacerdotal, a vida paroquial etc. Com a criação do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano e a realização, em 1968, da II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia, foi feito um esforço para traduzir para a realidade da América Latina os ensinamentos do Concílio do Vaticano II.

Igual importância para entender esta mudança teve a realização da III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla, México, em 1979, representando um marco importante nesse compromisso com os movimentos sociais, numa prática de denúncias contra a violência institucionalizada, a favor da união dos pobres.

O segundo aspecto a destacar, entre as razões das mudanças foi a presença de jovens teólogos, treinados em Louvain, Frankfurt e outras universidades da Europa e Estados Unidos, que se tornaram pensadores da Teologia da Libertação, formando um quadro de ativistas católicos, homens e mulheres, clérigos e leigos.

O terceiro aspecto foi a legitimação rápida do processo pela CNBB, que sancionou, formalmente, as novas instituições através das quais os católicos críticos do regime militar puderam se organizar. Entre Medellín (1968) e Puebla (1979), mais de 1.500 cristãos foram aprisionados, exilados, torturados ou mortos, pelo seu comprometimento com a Teologia da Libertação (Sherer-Warren, 1993, p. 378).

A Igreja, nos anos 70, empenhou-se em lutar contra o regime autoritário no Brasil, diante do aumento de perseguidos políticos, com destaque para a Igreja em São Paulo, que mobilizou-se internamente, protegendo e ajudando muitos cristãos. Em paralelo, os teólogos da libertação desenvolveram uma estratégia política no interior da Igreja, como suporte a essas ações políticas.

O Brasil enviou 40 pessoas para participar de Puebla, em 1979. Eram bispos e leigos que levaram uma série de documentos que haviam sido objeto de reuniões preparatórias. Em São Paulo, a CNBB designou algumas pessoas para prepararem um documento sobre os negros no Brasil.

A maioria da população negra brasileira é católica e a presença negra pode ser percebida observando-se as organizações das irmandades e das tradicionais famílias negras católicas. Entretanto, a Igreja Católica, no passado, omitiu-se em relação à escravidão negra, assumindo posições muitas vezes legitimadoras, justificando a escravidão no Brasil. No início do documento de Puebla, precisamente na nota nº 8, há duas linhas dedicadas a um duplo reconhecimento: a escravidão negra na América Latina e a omissão da Igreja em relação ao problema. Diz a nota:

“O problema dos escravos africanos não mereceu, infelizmente, a devida atenção evangelizadora e libertadora da Igreja.”

A pastoral, não só no passado, como no presente, teve um comportamento ambíguo pois, em várias regiões, manifestações religiosas afro-brasileiras, como a Congada, foram proibidas e discriminadas pelos sacerdotes, que não lhes reconheciam autêntico conteúdo da fé cristã.

Não é preciso muito esforço reflexivo para sentir que a teologia é devedora para com o negro. Durante o Brasil Colônia, por exemplo, os teólogos não intervieram na questão da escravidão negra, a não ser para reforçá-la e legitimá-la. As poucas discussões em torno do problema do escravismo eram concluídas pelos teólogos oficiais da época, justificando a escravidão como um “mal menor”, “questão

circunstancial”, um “sofrimento em favor do bem eterno”. E não falaram sobre os que alicerçaram a legitimidade da escravidão na dúvida quanto à existência ou não da alma nos africanos.

A expectativa era a de que, nas conclusões da Conferência de Puebla, a temática dos afro-americanos recebesse uma atenção maior. Entretanto, no texto oficial nº 34 constava somente que a *“situação de extrema pobreza generalizada na América Latina adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (...). Feições de indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que vivem segregados e em situações desumanas, que podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres.”*

Esse texto oficial, embora curto, foi de grande impacto no seio da comunidade, por focalizar a relação explícita entre as feições de Cristo e os afro-americanos. Considerando que em outros documentos anteriores a Igreja Católica sequer mencionava a questão racial, o referido texto foi um importante passo.

Para os católicos, essa rápida passagem tocava em algo central na prática dos cristãos: homens e mulheres da Igreja Católica podiam ver no rosto dos afro-latinos e caribenhos o rosto de Jesus Cristo. A questão negra passava a exigir dos teólogos uma revisão da teologia à luz de situações concretas de discriminação racial em que vivia a comunidade negra. Era necessário dar prioridade à investigação e estudo da idiosincrasia do afro-latino-americano.

Paralelamente a essa movimentação que era iniciada no interior da Igreja, ao criar um grupo de trabalho para a elaboração do documento de Puebla, o Movimento Negro Unificado era criado, fortalecendo-se e influenciando a posição de Puebla.

A CNBB, atenta a essa articulação, preparou uma reunião com leigos, religiosos e padres para que, de alguma forma, fosse criada uma organização para tratar deste tema de forma permanente. Em 1980, surgia, então, o movimento da União e Consciência Negra, com pessoas fundamentalmente ligadas às práticas da Igreja Católica no Brasil.

Essa iniciativa foi importantíssima, pois trouxe para o interior da Igreja a discussão sobre o racismo, embora tenha surgido oposição por parte de setores do clero que criaram dificuldades para as reuniões da comunidade, com o argumento de que tal procedimento seria divisionista na ação social contra a pobreza no Brasil.

A imagem de um país sem conflitos raciais, dotado de um clima de convivência harmônica, fraternidade e democracia racial, foi defendida arduamente por setores conservadores da Igreja. O racismo, muitas vezes, era visto como uma questão subjetiva, de modo que, quanto menos se tocasse no assunto, menos problemas surgiriam.

Por outro lado, alguns teólogos da Teologia da Libertação, fincados no binômio classe dominante e classe dominada, não reconheciam a necessidade de se especificar a questão negra. O desafio posto aos que se organizavam a partir da identidade religiosa representava uma tarefa árdua a vencer dentro da Igreja, sem contar com a crítica do movimento negro, que via com muita desconfiança qualquer iniciativa que partisse da Igreja Católica.

O Vaticano II intensificou o trabalho ecumênico, facilitando o diálogo religioso, entre várias confissões de fé cristã; mas esta abertura não se deu em relação aos cultos afros. Seu comportamento, em relação ao candomblé e à umbanda, ao longo da História, sempre foi de repressão e discriminação, tendo evoluído para um clima de tolerância.

Face a essas dificuldades, era de se esperar que o Movimento União e Consciência Negra estivesse fadado ao fracasso, pois muito pouco apresentava-se como viável a se realizar a partir da experiência de ser cristão. Na verdade, a cisão acabou ocorrendo quando surgiu a necessidade que parte do movimento sentia de ser autônoma das Igrejas, sem abandonar a sua fé religiosa.

Criaram-se os Agentes de Pastoral Negros, com uma preocupação muito específica de trabalhos ligados à sociedade civil, com o movimento negro. Não se criou uma Pastoral Negra porque, de um lado, a CNBB entendia que era necessária uma organização mais autônoma e, se criada, a Pastoral Negra estaria subordinada aos bispos locais, dentro da organização da Igreja Católica. O bispo, se entendesse que a questão fosse relevante, daria peso e avanço importantes; entretanto, se fosse conservador e tivesse outra maneira de ver o problema, seria um grande entrave.

A importância desse embate no interior da Igreja Católica, com o surgimento do Movimento União e Consciência Negra e dos Agentes de Pastoral Negros, trouxe uma combinação importante na luta contra a discriminação racial, que destaca alguns pontos importantes:

1. O reconhecimento de que a Igreja Católica contribuiu, de forma negativa, no período da escravidão, justificando e respaldando a violência da escravidão, com exceções, tornando a prática cristã devedora em relação à comunidade negra.
2. A necessidade da Teologia da Libertação, ao dialogar com a comunidade negra, de superar a análise teológica, sob o ponto de vista progressista liberal, indo além da generalização da categoria de pobres.
3. O "enegrecimento da teologia" vai exigir que se faça teologia a partir de situações concretas de opressão, discriminação e racismo em que vive a comunidade negra.
4. O "enegrecimento do teólogo" supõe a compreensão de que a comunidade negra seja uma valorização do movimento negro, criticando as organizações ortodoxas e obsoletas dos partidos políticos e das hierárquicas organizações eclesiais.
5. A instalação de um novo ecumenismo, que reconheça os valores presentes nos cultos da população negra.
6. Uma crítica profunda às instituições que desempenham um papel fundamental como geradoras e mantenedoras do sistema de opressão e discriminação racial, denunciando a exclusão do negro nos processos decisórios e a negação do negro nos espaços dentro do Estado (CEDI, 1986, p. 27).

Com o surgimento do Movimento Negro, a década de 70 iniciava-se um discurso singular na História por espaço e efetiva participação política. A singularidade estava na oportunidade que o momento criava de redemocratização política, bem como a existência de uma pequena classe média negra que, embora vendo frustrados seus anseios de igualdade, tinha no Movimento Negro o elemento novo. A sociedade civil se organizava e clamava por redemocratização, e o negro buscava ter reconhecida sua luta contra a discriminação racial, sem abrir mão de sua identidade como negro.

CAPÍTULO III

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A QUESTÃO NEGRA

A) OS PARTIDOS POLÍTICOS

A idéia principal é demonstrar que, no período que antecede à criação do Conselho da Comunidade Negra, na recomposição político-partidária em 1979, o Movimento Negro articulou seus interesses por meio dos partidos políticos e acabou construindo, de forma decisiva, as bases e alianças para a disputa do espaço público nas eleições de 1982. Destacaremos a criação da **Frente Negra de Ação Política de Oposição – FRENAPO**, criada por lideranças do movimento negro e por políticos profissionais, que se organizaram para marcar posição contra os políticos eleitos pelo MDB e, na reestruturação partidária, fizeram opção pelo PDS.

Essa organização, com fins declaradamente políticos, foi fruto do desenrolar das atividades do Movimento Negro, que procurou articular várias correntes políticas, atuando de maneira pluripartidária e de oposição ao regime autoritário.

Com o objetivo de mostrar a singularidade desse período, fizemos uma recapitulação histórica, aproveitando para salientar o carácter descontínuo e intermitente da história partidária brasileira, traçando um painel no qual a questão racial surge de forma marginal, em função dos fatores político-institucionais impeditivos à articulação do tema.

Um balanço dos estudos sobre a questão racial e os partidos políticos indica que, na história recente, no período 1979-1985, houve uma elevação do nível de participação do movimento negro na vida político-partidária.

Para estudar o tema da questão racial e os partidos políticos, utilizamos os documentos programáticos dos partidos políticos. Os programas partidários não foram vistos como instrumentos meramente formais, mas como assinaladores de diferenças entre os partidos nacionais.

Ao aprofundar a análise, percebem-se diferenças que evidenciam as abordagens da questão racial, embora os programas em si ofereçam limitações à análise, pois um partido, ao longo de sua existência, sofre mudanças. Além disso, é necessário contextualizar as abordagens, bem como complementar as informações contidas nos programas. Os partidos políticos pouco se debruçaram sobre a discriminação racial sofrida pela população negra.

O processo de configuração político-partidária sempre se realizou como um jogo de cartas marcadas, restritivo em termos sociais e racialmente seletivo, ou seja, sempre se realinharam posturas, conservando as posições. De maneira geral, os partidos políticos não conseguiram ser mecanismos de incorporação das reivindicações negras.

Apresentamos uma análise panorâmica do sistema partidário brasileiro apenas para situar a presença, a inserção da temática das relações raciais. Os partidos são canais privilegiados para focar os silêncios e as raras presenças da questão negra. Esse estudo recai sobre a participação de personalidades que, em certos momentos da vida partidária do Estado de São Paulo, foram lideranças expressivas.

Os diálogos do Movimento Negro com os partidos políticos, ao longo do século XX, mostram a falta de sensibilidade e percepção das reivindicações. O quadro que será apresentado não esgota a análise, mas faz uma introdução que situa a sua importância na criação do Conselho da Comunidade Negra.

A análise da participação política do negro na cidade de São Paulo poderia ser realizada com vários enfoques e leituras da conjuntura em cada período da história do sistema partidário, que sofreu várias mudanças ao longo do século. Uma das linhas que acompanha a inserção do tema tem sido a negação absoluta da existência da discriminação racial e uma valorização do clima de harmonia entre grupos raciais no Brasil.

O negro não é reconhecido na sua especificidade, sua história é ignorada e suas demandas somente são pensadas no âmbito da generalidade econômica. A invisibilidade, omissão, silêncio ou recalçamento em torno das desigualdades raciais no Brasil estão associados ao mito da democracia racial.

Essa visão que permeia a idéia de uma nação e um só povo que vive em plena harmonia entre as raças."o *problema do negro*,

precisamos ter presente, é um problema de origem política, de natureza política, e só de maneira política se encontrará solução.”(Oliveira, 1977)

B) O PERÍODO DE 1920 A 1936

Um dos registros mais antigos sobre o envolvimento do Movimento Negro com os partidos políticos está na fala autobiográfica de José Corrêa Leite, que relata, em especial, seu envolvimento com o Partido Comunista, na década de 20. O depoimento é elucidativo sobre as ambigüidades que irão permear a linha de argumentação do Movimento Negro, na sua relação com os partidos políticos de esquerda, nas décadas seguintes:

“Não passou muito tempo, comecei a analisar bem a coisa e disse comigo mesmo: - Não posso misturar meus ideais de negro com as minhas obrigações de brasileiro, de cidadão. Então, eu vi que o comunismo era um conjunto de idéias políticas e eu não podia confundir minhas idéias. Então, eu nunca misturei uma coisa com outra. Sempre agi como negro. Quando eu tinha de tomar as minhas atitudes políticas eu era outra coisa (...) Fiquei simpatizante por muito tempo do comunismo, porque achava que de fato havia uma desigualdade muito grande entre ricos e pobres. Não era uma coisa como hoje, que tem leis trabalhistas e o sujeito que está em situação inferior recebe os seus direitos como justiça social (...) O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia a causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Sempre me debati que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era mal recebido em casa de proletários brancos.” (Corrêa Leite, 1992, p.55-56)

O nível de ambigüidade em relação aos partidos de esquerda estará sempre presente na relação com o Movimento Negro. A identificação com os partidos de esquerda, imaginada e teorizada como um processo natural, estava impedida pela não-incorporação das reivindicações específicas do Movimento Negro.

Na década de 20, o antigo regime escravocrata ainda estava muito presente, o que colaborava com o nível de desinformação reinante. A estratégia elaborada de aproximação de lideranças do Movimento Negro estava fadada ao insucesso.

A leitura da sociedade pós-abolicionista, respeitando as diferenças raciais, só aumentava a impossibilidade de uma articulação, em que se insistia em abordar os proletários de maneira homogênea, como se o mecanismo de discriminação racial não existisse.

Na República Velha (1889-1930), as leis eleitorais afastavam do processo eleitoral milhões de pessoas, como as mulheres, por exemplo, e não havia garantias de que o voto pudesse ser dado livremente ou que, sendo depositado na urna, fosse apurado devidamente e garantida a posse dos efetivos eleitos. O voto não era secreto, as mesas eleitorais eram controladas pelos grupos dominantes locais e as apurações eram feitas nas próprias mesas de votação. Além disso, os mandatos tinham de ser reconhecidos em uma instância superior, dominada por políticos governistas. Favorecia os abusos o fato de o País ser eminentemente agrário, e latifundiários ainda dominarem a cena política.

Nesse período, a participação negra no interior dos partidos políticos podia ser considerada como inconcebível e os partidos incapazes de servirem de canais de incorporação de interesses da população negra e de encaminhar suas demandas.

Os grupos dominantes assumiam o controle absoluto facilitado pelo sistema econômico, que mantinha a massa da população dispersa em pequenas aglomerações ou em áreas rurais; daí a existência de um campesinato pobre e analfabeto, confinado nos latifúndios, que continham uma parte substancial da população negra não-mobilizada.

A década de 30 foi um período de mudança dominado pelas idéias do nacionalismo, fascismo, corporativismo e das teorias raciais. Oliveira Viana publicava a obra Raça e Assimilação, na qual ao negro são imputadas a inferioridade biológica e a incapacidade de criar uma civilização. Um clima propício para discussões raciais no qual os intelectuais ligados ao PCB também registravam as suas posições em relação à questão racial. O livro A caminho da revolução operária e camponesa, que Leôncio Basbaum escreveu na prisão da Ilha Grande, em 1932-33, e publicou em 1934, sob o pseudônimo de Augusto Machado, reconhecia que os negros e índios eram minorias étnicas oprimidas no Brasil e propunha a criação em território nacional de Estados independentes que assegurassem aos negros e índios meios para cultivarem autonomamente seus costumes e credos próprios. Essas idéias irão aparecer em dois documentos: na Conferência Regional de São Paulo do PCB, em 1931, e na I Conferência do PCB, em 1934.

Os trotskistas, ao analisarem as teses que seriam apresentadas na Conferência Regional de São Paulo do PC do B, registraram no jornal *A Luta de Classes*, 2, nº 7, de 1º de maio de 1931, com ironia, as teses do PC do B sobre a questão do negro e do índio. Em suas teses, o PC do B reconhecia aos índios e negros “o direito de plena autonomia, inclusive o de formarem nações independentes(...)”. Sarcasticamente, o jornal comentava que a proposta de combate ao racismo pregava abertamente a separação das raças.

“O louro Astrogildo e o cândido Paulo Lacerda sentir-se-iam envergonhados de sentar no bonde ao lado de um trabalhador negro ou índio ! Os operários do partido que verifiquem agora quem são os 'traidores e renegados ’’ (Duller, 1977, p. 383)

O documento da I Conferência Nacional do PC do B (julho de 1934) dizia:

“Negros e índios escravizados

No odioso regime em que vivemos, vós sofreis duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas.

Estribando-se no conceito escravocrata de raças 'inferiores' e raças 'superiores', as camarilhas dominantes aproveitam-no para nos explorar e maltratar mais ainda.

(...) O Partido Comunista ajudar-vos-á nas lutas por vossa libertação, desde as lutas pela devolução das terras roubadas e pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, até a luta pelo direito de constituirdes vossos próprios governos, separados dos governos federal e estaduais, caminho pelo qual vos podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios.” (Carone, 1982, p. 167)

Durante a década de 30, o processo imigratório no Brasil transformou o quadro demográfico de São Paulo; para os negros, o influxo de imigrantes agravou o quadro de marginalização.

Durante a República Velha, com a política de imigração e a substituição da mão-de-obra nacional pela estrangeira, mudou a composição racial do País foi alterada. Pelo censo de 1890, a população negra era de 31%; em 1940, essa proporção baixou para 12%.

Com a queda da República Velha devido à Revolução de 30, com Getúlio Vargas à frente, criou-se uma expectativa do surgimento de um novo Estado, no qual a reforma política foi o elemento central.

No Brasil, a legislação eleitoral de 1932 reconhecia os partidos como qualquer sociedade civil até mesmo só para concorrer a uma eleição. Isto foi muito importante para a decisão da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, de se transformar em Partido da Frente Brasileira.

Isso suscitou algumas questões; inicialmente, o Tribunal Eleitoral alegara inconstitucionalidade, mas depois acabou aceitando.

No seio do movimento negro, a discussão se colocava desde o perfil dos integrantes – se deveriam ser somente negros e como definir quem era negro no Brasil. No entender dos militantes havia diferença entre lutar contra a discriminação racial e representar a população num partido político negro:

“Porque um partido político negro não existiria para eleger um deputado, um vereador, um partido político existe para disputar o poder. Essa é a função de um partido político.”(Leite, 1992, p. 131)

A FNB teve uma idéia que lhe deu sustentação durante anos: criou um grupo de pessoas para arrecimação. Elas saíam pelos bairros da periferia e cobravam uma taxa de mil réis de cada pessoa arrecimada, o que seria a primeira mensalidade. No fim do dia, os “cabos” recebiam uma porcentagem do dinheiro arrecadado com seu trabalho. O êxito foi muito grande, pois foram mobilizadas milhares de pessoas, primeiramente no interior de São Paulo, depois em outros Estados. A proposta de arrecimação possibilitou que se profissionalizassem os militantes que, em geral, eram pessoas desempregadas, que viviam em dificuldades e que se atiraram a esse trabalho com muito entusiasmo.

As idéias dominantes, no seio das lideranças, eram nacionalistas, muito próximas das idéias dos integralistas. A FNB tinha na sua direção um Grande Conselho constituído de 20 pessoas, com um chefe e um secretário; havia também o Conselho Auxiliar, formado pelos “cabos distritais” da capital.

Na Convenção da Ação Integralista, no Teatro Municipal, Arlindo Veiga dos Santos (presidente da FNB) hipotecou o apoio de 200.000 negros, porque era hábito se dizer que a Frente Negra tinha 200 mil negros. As idéias do patrianovismo de Arlindo Veiga dos Santos tinham muita aproximação com as do integralismo, *“apesar do integralismo não ter como proposta a monarquia”*(Leite, 1992, p. 94).

A FNB envolveu-se com todos os momentos críticos da política brasileira e tomou uma posição aberta contra o Movimento Constitucionalista, que via como um movimento de elite paulistana que não visava alterar a situação social dos negros brasileiros.

"A situação pegou fogo e estourou a revolução, o que ficou ruim para a Frente Negra Brasileira. Ela era abertamente contra o Movimento Constitucionalista. Acabou ficando como uma entidade suspeita, E começou a correr um boato de que havia uma carta secreta em que o governador Pedro de Toledo alertava para que se tomasse muito cuidado na aceitação de negros para participar da revolução. Eu não posso afirmar que isso fosse uma coisa real. Mas era um boato. Outro boato que corria é que a Frente Negra foi ameaçada de invasão porque desconfiavam que houvesse armas guardadas na sede ou gente com idéias de sabotagem (...). Quando terminou a Revolução de 32, a Frente Negra voltou com grandes vantagens. Uns diziam que o Arlindo Veiga dos Santos ia ser Secretário da Justiça, outros diziam que seria Secretário da Segurança Pública (...).

A Frente Negra preparou uma manifestação e em passeata seus membros foram lá ao Palácio Campos Elísios para cumprimentar o interventor, mas não foram recebidos. O general foi avisado, mandou trancar o portão e dizer que agradecia muito mas não ia receber ninguém. A manifestação não deu resultado." (Leite, 1992, p. 103-105)

Depois de muitas lutas internas e alguns insucessos, surgiram algumas facções que tentaram impor uma corrente política; uma delas foi a Frente Negra Socialista, formada por militantes que ingressaram na FNB com o objetivo de ocupar a sua direção. Em 1936, na disputa interna, a FNB acabou constituindo no seu interior um partido político. Foi a primeira tentativa de se criar um partido político negro.

C) O PERÍODO DE 1945 A 1964

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas outorgava uma nova Constituição. Extinguia a Justiça Eleitoral, dissolvia todos os partidos políticos, permitindo que se organizassem em associações civis de fins culturais, beneficentes e desportivas com nomes diferentes. Estava proclamado o Estado Novo, que iria durar até 1945.

No período de 1945-1964, viveu-se um período singular, de existência de um sistema multipartidário.

Ao analisar os programas partidários, encontramos referências sobre a questão racial nos seguintes partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrata Cristão (PDC). Nos maiores partidos desse período, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), partidos conservadores, não constava nenhuma menção ou citação em seus programas sobre a questão racial.

Entretanto, foram os parlamentares da UDN os autores da lei que dispunha sobre atos de discriminação e preconceito racial e de cor que, durante décadas, permaneceu como o único recurso legal: a Lei Afonso Arinos.

Há ainda a registrar que uma das mais expressivas lideranças políticas negras surgidas neste século pertencia a um partido, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Esmeraldo Tarquínio, protagonista marcante na vida política do Estado de São Paulo.

O PTB, considerado como de orientação progressista, foi um dos partidos mais importantes deste período. No PTB estavam representadas tendências diferentes: sindicalistas, ideólogos e pragmático-getulistas. Independentemente das tendências nele existentes, com o passar do tempo houve uma identificação da classe trabalhadora com o PTB, com exceção do Estado de São Paulo, onde o PSP (Partido Social Progressista) desempenhou esse papel.

Entretanto, num trabalho pioneiro, Amaury de Souza, ao analisar dados coletados por Glaucio Ari Dellon Soares, na cidade do Rio de Janeiro, nas eleições de 1960, concluiu que: *"a maioria dos negros, independentemente de sua classe social, é petebista, enquanto que a maioria dos brancos é da mesma forma udenista"* (Souza, 1971, p. 68).

A imagem de Getúlio Vargas sempre mereceu, por parte da população negra, uma forte identificação, havendo um sentimento de gratidão pelas reformas realizadas durante o período do Estado Novo. No depoimento de militantes da Frente Negra, alguns episódios, como no atendimento às reivindicações de romper com o "tabu da patinação" (era vedado aos negros a entrada nos ringues), o acesso à Guarda Civil do Estado, também proibido a negros, que por meio do alistamento poderiam estudar e fazer carreira (Ferrara, 1986, p. 74-75). Há ainda a figura de Gregório Fortunato, um negro que estava próximo ao

Presidente, passando a imagem controvertida e muito discutível de que Getúlio tinha simpatia pelos negros. Nos depoimentos registrados de militantes negros, todos, de alguma forma, fazem referência à legislação trabalhista que o PTB se propunha a defender, considerada uma conquista significativa para a população negra.

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. A elaboração da legislação, que regulamenta o mercado de trabalho, reabilita o trabalhador nacional. O Estado Nacional, por seu ideal de justiça social, volta-se para uma política de amparo ao homem brasileiro, de proteção à família e ao trabalhador.

Já foi dito que a política de imigração atingiu diretamente o trabalhador negro que foi alijado do emprego, tendo como consequência a sua marginalização no mercado de trabalho. Mas, a partir da década de 30, essa política foi efetivamente rediscutida, pois o número de desempregados era grande, assim como também o número de trabalhadores do campo que se dirigia à cidade. Tudo isto redimensionava o problema político da presença maciça de estrangeiros (Gomes, 1982, p. 161).

O Estado redefiniu a política imigratória e nomeou em 1938, uma comissão para a reformulação da legislação, resultando numa série de decretos-lei, como a lei de nacionalidades, a lei de extradição e a lei de entrada de estrangeiros. Embora esse conjunto de medidas tenha representado uma conquista significativa, essa mesma legislação salientava e perseguia a imagem do malandro, cujas raízes se encontravam no negro com passado escravista, que se recusava conscientemente a integrar-se ao mercado de trabalho, projetando um mundo em que a justiça e a felicidade eram encontradas fora das regras políticas vigentes.

O Estado valorizava o homem trabalhador criando medidas protetoras, ao mesmo tempo em que promovia a obediência às leis. O Estado personificava a figura de Vargas, e o PTB, ao ser criado por Vargas, foi o partido com o qual a população negra melhor se identificou.

No Brasil havia o laicato, que era um corpo de pessoas, de militantes na vida religiosa católica, sob a orientação dos párocos que atuavam nas várias instituições, nos vários segmentos sociais, como a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Agrária Católica, a Juventude Operária Católica e outros, constituindo centros de debates contínuos e

boa circulação das idéias. A JOC e a JUC eram os movimentos mais ativos e mais presentes na sociedade, relacionavam-se muito entre si. A JUC dava assistência jurídica, ministrando conhecimentos, assistência dentária, arrumando empregos, ou seja, prestando assistência social.

Nesse processo, algumas lideranças negras, como Eduardo Ferreira de Oliveira, que pertencia à JOC, receberam apoio e capacitação na metodologia de análise – Ver, Julgar, Agir –, que acabou sendo aplicada no lançamento de sua candidatura a vereador por São Paulo. O seu depoimento é ilustrativo das dificuldades em ser candidato, vinculando-se à comunidade negra, pois o fato de o grupo negro possuir um sentimento comum de privação não era suficiente para criar laços de solidariedade, pois este sentimento se coloca para o negro como fruto de uma situação individual, como prova de sua incapacidade, em uma sociedade onde a discriminação é minimizada como um problema menor diante da miséria. A legislação eleitoral na década de 50 sofreu mudanças como a exigência, pela primeira vez, do título de eleitor com retrato do portador. Segundo o depoimento de Eduardo F. de Oliveira, essa era uma dificuldade a ser enfrentada pelo candidato negro:

“Eu me candidatei pela primeira vez em 1955 a vereador. Comecei a fazer a campanha, com apoio de Antonio Queiroz Filho que achava que eu tinha condição não só da eleição, mas de organizar a comunidade negra, de dar uma estrutura de vida um pouco mais condigna, um pouco mais à altura de uma pessoa humana.

Eu fiz uma grande reunião no salão da União Fraterna na Lapa, uma grande reunião, aproximadamente 1.500 pessoas, uma grande reunião para a época, um baile. Vieram pessoas de todas as regiões da Lapa, Jaguaré, Piauí, Freguesia do Ó, Brasilândia, Piqueri, Osasco (antigamente não era emancipada) de toda esta região.”

A UDN foi marcada, principalmente, por um profundo elitismo. A prática cultural ao bacharelismo, típico da UDN, estava pronto a justificar ocultando as contradições, escamoteando os conflitos, garantindo para que o sistema de dominação vigente não se alterasse. Esse elitismo assumido de maneira ostensiva fica elucidativo no depoimento de Afonso Arinos. Ele não nega o elitismo do partido, pelo contrário, o identifica, orgulhosamente, com as origens da UDN na “verdadeira mineira”, a partir de seu presidente Antônio Carlos: *“quando Antônio Carlos lançou seu famoso aforismo ‘façamos a revolução antes que o povo o faça’, muitos críticos mordazes consideravam tais palavras como maquiavelismo, talvez como cinismo político, mas tal não era. Pela boca*

do Andrada falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante a presciência das elites em relação aos grandes movimentos populares (...)" (Benevides, 1918, p. 252).

A UDN era o 'partido dos bacharéis'. O bacharelismo significa o excessivo gosto pelo beletismo político, pela retórica – a palavra, o discurso, a metáfora, como dotados de significado mais importante do que os fatos, ou conhecimentos científicos, sobretudo econômicos.

No período de 1945 a 1964, dois partidos de caráter conservador dominavam o cenário político: o PSP e a UDN, que não tinham em seus programas partidários nenhuma menção sobre a questão racial.

Entretanto, a ação parlamentar da UDN registra o episódio marcante da primeira lei brasileira, que tratou especificamente das relações no Brasil, a Lei n. 1.390, de 1951, cujo autor recebeu a homenagem de ter seu nome acoplado à referida lei: Afonso Arinos. A Lei n. 1.390/51 ou 'Lei Afonso Arinos' tipifica como contravenção penal a prática do preconceito de cor ou raça em bares, restaurantes, clubes e similares.

O que importava era recuperar o papel dos partidos ao propor uma lei, cuja eficácia (intencionalmente ou não) era praticamente nula.

A UDN, em sua atuação parlamentar, tinha como padrão aprovado pelo Diretório Nacional no trabalho legislativo: apresentação de projetos, assessoria técnica e acompanhamento dos mesmos; controle sobre as comissões, destacando-se o papel dos juristas (Benevides, 1981, p. 173).

O Projeto de Lei foi apresentado pelo deputado Afonso Arinos de Melo Franco, representante da União Democrática Nacional por Minas Gerais. O debate, quando de sua apresentação, é esclarecedor sobre as razões que animaram o legislador a tomar a iniciativa de propor a lei, que estão contidas no parecer do deputado incumbido de examiná-lo, Plínio Barreto, representante da União Democrática Nacional por São Paulo.

"Na fundamentação da lei, são os seguintes os pontos que merecem ser postos em evidência:

- 1. a proibição das discriminações raciais, contida na Constituição de 1946, em vigor, tem-se revelado inócua, do ponto de vista prático;*

2. *a conduta burocrática estimula os particulares, fornecendo exemplos que precisam ser evitados: 'é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros, que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos oficiais e que outras restrições existem em vários setores da administração'; quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de discriminação vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proíbam a entrada de negros em seu recinto;*
3. *a nova lei deverá ter uma função elucidativa e prática ao mesmo tempo, prevenindo futuras ameaças à paz social. 'Nestes termos é que propomos a adoção do projeto para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governamentais do país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura.'* (Fernandes, 1955, p. 211-212)

D) O AUTORITARISMO

O sistema pluripartidário de 1945 não foi prontamente extinto pelas forças que tomaram o poder em 1964. O novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária. *"A decisão de extinguir aquele sistema e a passagem ao bipartidarismo devem ser compreendidas em função das tensões que se foram mantendo entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar tecnocrática do novo regime; e também das pressões que constantemente se renovaram entre os oficiais de menor patente no sentido de impedir um retorno à 'normalidade' por eles percebida como uma virtual devolução do poder às esquerdas, ao populismo e a políticos corruptos."* (Lamounier, 1986, pp. 63-64).

A derrota dos candidatos apoiados pelo governo em 1965, em dois estados importantes, Rio de Janeiro (então Guanabara) e Minas Gerais, levou a uma ruptura, desencadeando uma radicalização dos setores mais duros dos militares, numa escalada de perseguição e cassações.

Um exemplo dessa situação foi o que aconteceu com o representante do Partido Trabalhista Renovador, Esmeraldo Tarquínio².

Em 1968, Esmeraldo Tarquínio, importante liderança negra de Santos, venceu as eleições para a Prefeitura daquela cidade. Mas, em 13 de março de 1969, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, por força do Decreto do Presidente Costa e Silva.

Esmeraldo Tarquínio foi uma das raras lideranças negras que fez a sua trajetória de vida na política, sendo eleito deputado estadual por duas vezes; a sua cassação, sendo seu depoimento, foi um registro da intolerância racial. Ao ser entrevistado pelo jornal *'A cidade de Santos'*, em resposta à questão se o preconceito racial havia influído na sua cassação, deu o seguinte depoimento, lembrando um episódio ocorrido no dia 29 de junho de 1965:

"Houve um almoço da Associação dos Veteranos do Forte de Itaipu e, logo após o meu pronunciamento, levantou-se um coronel chamado Rubens Fleury Varela. Esse coronel, insuflado por outro coronel, gritou: 'Negro subversivo, vai para a Rússia limpar latrina, que é o teu lugar'. Eu ia responder ao coronel, mas um grupo de amigos me agarrou pelo braço, temendo que houvesse uma chacina, pois quase todos os oficiais estavam armados.

No dia seguinte, pensei em fazer um pronunciamento na Assembléia, mas os deputados Corte Real e Luiz Alberto Brancato haviam sido procurados por oficiais para que me impedissem de falar na tribuna. Deixamos a decisão para o presidente da Assembléia, que achou melhor eu ficar calado. Hoje, eu me arrependo. Devia ter posto a boca no trombone.

Por este motivo, tenho que concluir que havia uma certa animosidade racial entre os oficiais, pois todos se calaram diante da agressão daquele coronel. Ser negro neste país não é mole, não. Crioulo não é ser Pelé, pois só se tem respeito pelo negro quando ele joga futebol ou samba na avenida. Atualmente, essa situação está mudando um pouco, mas vivemos ainda num país onde não há racismo, mas há um preconceito muito sério.

Para muitos, um negro não pode subir as escadarias da Prefeitura, porque vai ser muito chato um crioulo receber certas autoridades. Por isso, antes de culpar os militares pela minha cassação, há também uma responsabilidade civil e local. Uma

² O Movimento Trabalhista Renovador surgiu de uma dissidência interna do PTB, por volta de 1959, e só se transformou em partido em 1962. Era um partido pequeno, sem grande expressão no estado de São Paulo, sendo que uma de suas grandes figuras foi o deputado Esmeraldo Tarquínio.

minoría, detentora de poder econômico, que não quis, não quer e não quererá que um negro suba as escadarias da Prefeitura. Para estes, negro só ascende politicamente quando é comunista.”
(Jornal A Cidade de Santos, 14 de março de 1979).

Esse episódio ganhou as páginas de jornais do país, dando visibilidade à discriminação racial. O fato desmentia que a ascensão social imunizava a pessoa para atos explícitos de racismo. O negro devia estar fadado a determinados papéis e a disputa por ocupar espaços públicos no Executivo estava praticamente proibida.

A história do regime autoritário implantado em 1964 serviu também para a elite manifestar os limites impostos a um político negro que, além da sua identificação enquanto negro, ter idéias socialistas. Isso era considerado inadmissível.

Com toda sua experiência política, no entanto, Esmeraldo Tarquínio tinha dificuldades em trabalhar com a temática da questão racial, uma das características que irá acompanhar os políticos negros até o surgimento do Movimento Negro, no final dos anos setenta. Evitar explicitar a existência do racismo pelo preconceito era transferir para o indivíduo a saída para o problema. A experiência de vida e os depoimentos não eram suficientes para a montagem de uma estratégia se não se partisse do reconhecimento do racismo.

E) O BIPARTIDARISMO

Os partidos políticos criados pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ARENA e o MDB, fizeram com que as lideranças negras identificadas politicamente com as lideranças partidárias do período anterior se definissem ora pelo MDB, ora pela ARENA.

Aconteceu que setores ligados à corrente política de Adhemar de Barros, com forte presença no seio da comunidade negra, foram aos poucos se identificando com a ARENA. Uma das atividades que simbolizava essa aproximação ocorreu na época do 13 de Maio, com a participação de membros do Governo nas festas comemorativas da Abolição da Escravatura.

A ARENA contou com o apoio de figuras importantes da comunidade e de entidades como o GTPLUN, a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens de Cor, Brasil Jovem, além de diversas escolas de samba, equipes de baile e outros.

Ao examinar os programas, o conteúdo que faz menção explícita às discriminações e preconceitos, notamos que, tanto ARENA como MDB muito pouco ou quase nada declararam a esse respeito, porque eram partidos criados de cima para baixo, sem nenhuma participação da população. As diferenças encontradas de maneira sutil não atendiam aos anseios da militância negra. A ARENA, sob o manto da Integração Nacional, proclamava que os brasileiros eram desprovidos de preconceitos de quaisquer espécies, continuando a perpétua imagem da sociedade brasileira como uma democracia racial, por força da miscigenação. Ignorava a existência de quaisquer preconceitos e tinha como política oficial a promoção da harmonia social, sem o devido reconhecimento das tensões raciais envolvidas nos atos discriminatórios e representações etnocêntricas.

No MDB, a questão racial aparece diluída, tanto no diagnóstico da realidade brasileira quanto no capítulo dedicado à questão internacional. No entanto, o MDB, com a sua identificação como partido de oposição e partido do povo, contava com a participação da maioria da população negra.

Até 1974, como já mencionamos, o MDB não representava uma alternativa de participação política. O clima de desconfiança ainda persistia, embora já tivesse começado a aparecer no seio da população negra, mais especificamente da classe média negra, o desejo vivo de entrar e participar do campo político.

Em 1974, o discurso da juventude do Movimento Negro, com forte influência do movimento estudantil, dado que havia lideranças oriundas deste último, pregava o voto nulo. A visão de dois jovens militantes, Milton Santos e Hélio Santos, professores de formação, reforçava a necessidade de combater os 'caciques' do partido, que falavam em nome do negro, mas em completa desvinculação com as organizações negras que surgiam nesse período.

Os negros que conquistavam espaços no poder por meio do voto, como Adalberto Camargo e Teodosina Ribeiro, eleitos deputados federal e estadual, respectivamente, mantinham uma relação de conflito com os grupos que estavam surgindo. O nível de cobrança por parte da comunidade nunca se traduzia em aliança, no sentido de uma organização que fosse vitoriosa; pelo contrário, levou para o interior do partido todas as contradições.

Entretanto, 1974 foi um marco que acabou impulsionando lideranças para o interior do MDB, questionando a omissão e a

fragilidade do mesmo, e encontrando canais para introduzir a questão racial nas discussões partidárias. Cada introdução de um parágrafo no programa era comemorada como uma vitória do Movimento Negro.

F) A ABERTURA POLÍTICA

As interpretações do período da chamada Abertura Política no Brasil podem, segundo citação de Eli Diniz (1985, p. 329), ser classificadas em três categorias básicas.

Em primeiro lugar, é possível distinguir duas perspectivas polares que focalizam a transição, em termos dicotômicos pressão social / iniciativa do Estado.

A interpretação, que enfatiza a pressão da sociedade como elemento propulsor da mudança do regime, baseia-se no argumento econômico. Segundo esse argumento, a queda do regime autoritário estaria associada às contradições econômicas e tensões sociais por ele geradas. A existência da crise, estagnação e recessão econômica poderiam levar, entretanto, para duas saídas políticas: a redemocratização em busca do apoio da sociedade, ou, ao contrário, ao endurecimento como forma de controle sobre a população.

Sob o mesmo enfoque interpretativo da mudança como resposta à pressão da sociedade, há argumentos que enfatizam as alterações estruturais recentes da sociedade brasileira, ligadas à modernização industrial e ao desenvolvimento urbano. O regime autoritário, ao tentar administrar as demandas surgidas por essas contradições, acabou propiciando a emergência de tensões e conflitos sociais, traduzidos na reaparição dos movimentos sociais, como protagonistas da liberalização política.

Contraopondo-se a esta linha de interpretação, desenvolveram-se explicações que enfatizaram a autonomia do núcleo dirigente e sua capacidade de assumir a iniciativa das mudanças, antecipando-se às pressões da sociedade. Neste sentido, o jogo político entre as elites situadas nas altas esferas do poder seria a matriz dos impulsos transformadores. Conflito e contradição, cisão e alianças no interior do próprio regime seriam os fatores determinantes do processo de liberalização, fora do âmbito dos partidos e da sociedade civil (Diniz, 1985, p. 332).

O que há de comum entre essas linhas de interpretação é a ênfase nas interrelações entre forças sociais e o regime, como fontes da mudança ou transições para a democracia no Brasil.

Entre ambas, situa-se uma terceira modalidade de interpretação, que supõe que a abertura política dependeu da confluência de duas dinâmicas básicas: os esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação do seu poder e a capacidade de resistência da sociedade civil. A dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade foram articuladas por movimentos sociais e organizações políticas.

Em 1974, a presença dos setores populares na cena política ainda não tinha a visibilidade dos meios de comunicação, que passaria a ter nos anos seguintes. A censura à imprensa impedia que se tornassem conhecidos os conflitos no campo e na cidade: a repressão militar e policial censurava a expressão dos movimentos populares, levando-os a se encerrarem em si mesmos, a serem bem ou mal sucedidos, incapazes de se difundirem e mesmo de se articularem (Cruz, 1983, p. 48).

O surto associativo expresso pelas novas formas de mobilização política da classe média estava relacionado à dinâmica do processo de abertura, enquanto fruto de uma interação contínua entre sociedade civil e Estado.

"Um exame retrospectivo da movimentação da sociedade civil, que se efetuou fora dos canais partidários, permitiria talvez este diagnóstico: êxito econômico e malogro político da Revolução de 1964. A rebelião da sociedade civil não está relacionado à estagnação econômica ou ao declínio do País enquanto nação. Neste particular, a situação brasileira não tem semelhança com a de Portugal na época do salazarismo, quando houve estagnação econômica e política de toda a sociedade." (Rodrigues, 1983, p. 164).

A politização da sociedade civil, expressa nos movimentos e surtos associativos, contra o autoritarismo de Estado, foi, segundo Leôncio Rodrigues, a característica essencial da transição democrática no Brasil. *"O caráter excludente do regime, além ou mais do que uma política econômica, constitui uma das principais razões da mobilização da sociedade civil. Daí porque as aspirações de participação apareceram no centro da atividade política, trazendo uma revalorização de certos elementos da democracia representativa e de um liberalismo pluralista como instrumentos essenciais da ordem institucional, sem os quais não*

seria possível uma ordem social economicamente mais igualitária.” (Rodrigues, 1983, p. 164).

G) O CENÁRIO DE 1978 E OS NOVOS ATORES POLÍTICOS

As eleições de 1974 e 1978 confirmaram o fato de que o sistema bipartidário havia transformado as eleições em plebiscitos, reduzindo as opções do eleitor a votar contra ou a favor do Governo.

Em um trabalho de Bolivar Lamounier sobre as eleições de 1978, há um registro importante sobre a identificação da população negra com o MDB, tomando como parâmetro o trabalho pioneiro de Amaury de Souza:

“Quanto à cor, confirma-se ligeiramente a conhecida tendência por parte dos pretos e mulatos a apoiarem partidos mais ligados à tradição trabalhista.”(Lamounier, 1980, p. 58)

A identificação com o MDB, segundo diversas classificações sócio-econômicas, em 1978, era a seguinte:

Cor	Percentual
<i>Branços</i>	<i>74,8%</i>
<i>Pretos</i>	<i>78,3%</i>
<i>Mulatos</i>	<i>84,7%</i>

O Movimento Negro começava a se envolver efetivamente na disputa eleitoral e a lutar pelo seu reconhecimento, como está registrado no depoimento do então candidato a senador, Fernando Henrique Cardoso, em 1978:

“Um movimento negro agressivo não poderia levar a um novo tipo de racismo ?

Fernando Henrique Cardoso – Pode, mas não necessariamente. E é um risco que devemos correr. Afinal, o mínimo que se espera de uma democracia é que reconheça e legitime a existência da diversidade social e até mesmo cultural. O que não se pode é algemar duplamente as minorias, primeiro com a opressão que sofre e, segundo, condenando o seu esforço para libertar-se sob

o pretexto de uma igualdade abstrata que, para as minorias, nunca funcionou na prática.

Mas não seria mais eficaz, e talvez mais justo, somar as reivindicações populares da maioria ?

Fernando Henrique Cardoso – Somar não, pois se trata de coisas homogêneas. Eu diria multiplicar. As reivindicações dos movimentos minoritários passam, repito, pela reivindicação básica de igualdade e supõem a liberdade de organização, de expressão e de reivindicação. Neste sentido, não somente você tem uma massa maior da população mobilizada em torno da democracia – isto é, você soma – mas, principalmente, você multiplica as razões para reivindicar e mobilizar, você cria novos pólos de articulação de interesses, e isso é democracia. E há mais, as minorias não se deixam iludir muito pela igualdade jurídica, pois a experiência do dia-a-dia a desmente a cada momento. Por isso, a visão da igualdade é mais concreta e, portanto, mais radical, porque o que está em jogo é a própria vida de cada um, e não somente idéias. A opressão, para os negros e as mulheres, não é um conceito compreendido num livro de teoria política, nem numa notícia de jornal, é experiência diária de sua própria condição de vida. Por isso, a organização e a atuação dos movimentos de emancipação é uma frente inestimável de luta por uma democracia substantiva.” (Cardoso, 1978, p. 32)

A disposição dos militantes se articularem no interior do partido ganhou expressão durante o debate que antecedeu a reformulação partidária em 1979. O Movimento Negro Unificado, que estava se consolidando no País, definiu uma participação mais ativa nos partidos políticos. Esmeraldo Tarquínio, em 1979, recuperou seus direitos políticos e se transformou num pólo de união dos militantes do Movimento Negro no interior do recém criado PMDB.

Por outro lado, o Deputado Federal Adalberto Camargo, que havia construído toda a sua trajetória política no MDB, decidiu ingressar no PDS, o Partido Democrático Social, como resultado de um acordo político, envolvendo também a Deputada Estadual Teodosina Ribeiro. O ato de filiação de parlamentares negros, que tiveram sua carreira política construída na oposição, no MDB, e que aderiram ao PDS, em troca de cargos da administração de Paulo Maluf, levou militantes do Movimento Negro a articularem uma reação.

Sob a liderança política de vereadores negros do MDB, como Benedito Cintra, Milton Santos e de pessoas que tinham uma atuação no partido como Esmeraldo Tarquínio e Eduardo Oliveira, foi criada uma organização política denominada Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO), incorporando todos aqueles que se identificavam com a oposição ao regime autoritário.

A existência da FRENAPO inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiência parlamentar que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar as demandas aos tomadores de decisões políticas.

A reformulação partidária, bem como as eleições que seriam realizadas em 1982, configuravam-se como a possibilidade real de ter canais abertos, através dos quais a comunidade negra poderia expressar seus interesses e demandas específicas. Os partidos que estavam se constituindo acabaram agregando os interesses dos diferentes grupos da comunidade negra, o que se refletiu nos programas partidários.

A FRENAPO preocupava-se geralmente em fazer mais do que apenas denunciar a discriminação racial, articulando os seus interesses junto às lideranças dos partidos encarregadas de tomar decisões, que buscavam fazê-lo de modo a obter uma resposta favorável à comunidade negra. O primeiro obstáculo era vencer a desinformação reinante sobre o tema da questão racial, que era entendida como uma questão que dividiria a luta contra o regime autoritário.

A campanha de 1982 foi um momento em que a FRENAPO conseguiu mobilizar negros do Estado de São Paulo, realizando um grande encontro com vários candidatos, bem como trabalhando como agente da campanha que acabou culminando num encontro com André Franco Montoro, um dos candidatos a governador. Com o transcorrer do tempo, a FRENAPO concentrou sua ação no PMDB, pois a maioria de seus membros tinham vínculo com esse partido. A FRENAPO existiu até meados de 1983. Depois da posse do Governador André Franco Montoro, passou a ter uma atuação diferenciada, que acabou criando condições para reivindicar a participação no próprio governo que se instalava.

**Quadro I PROGRAMAS PARTIDÁRIOS E A QUESTÃO RACIAL
1945 a 1964**

<p align="center">PTB</p> <p>PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO</p>	<p>Artigo 24 – O Espírito de Solidariedade entre todos os cidadãos.</p> <p>Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos sem preconceito de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria</p> <p><u>A unidade nacional, da qual depende a grandeza da Pátria, funda-se no espírito de solidariedade entre todos os cidadãos obrigados sem quaisquer distinções sob a gloriosa Bandeira nacional. Para que essa solidariedade cada vez mais se solidifique torna-se necessária.</u></p> <p>a) que nenhum preconceito de cor seja empecilho ao acesso de cidadão na vida pública, inclusive no oficialato das Forças Armadas, no corpo diplomático, admitida a seleção entre todos os candidatos apenas por critério de competência;</p> <p>b) que o Governo cuide, especialmente, da educação e da saúde dos homens de cor, para que lhes seja possibilitada igualdade absoluta de condição ao acesso na vida pública.</p>
<p align="center">PSD</p> <p>PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO</p>	<p><u>Resolvem, constituir-se em partido, sob o lema de Socialismo e Liberdade e orientado pelos seguintes princípios:</u></p> <p>Art. VIII – No termo cultural, o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, usando a fraternidade humana e abolição de todos os privilégios de classe e preconceito de raça</p>
<p align="center">PDC</p> <p>PARTIDO DEMOCRÁTICO CRISTÃO</p>	<p>Programa de 1961</p> <p>Fraternidade</p> <p>Afirma a inspiração de toda a vida pública pelo espírito de FRATERNIDADE, em oposição à INDIFERENÇA</p>
<p align="center">PSP</p> <p>PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA</p>	<p>Capítulo VIII - Na Ordem Cultural</p> <p>Art. 14 – Combate permanente às doutrinas tendentes a fomentar ócios raciais ou de classe ou a subverter os valores peculiares às liberdades democráticas</p>
<p align="center">PSD -</p> <p>PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO</p> <p align="center">PR</p> <p>PARTIDO</p>	<p>Nesses partidos políticos não encontramos nenhuma</p>

REPUBLICANO PRP PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR PL PARTIDO LIBERTADOR	menção sobre a questão racial
---	-------------------------------

1964 a 1979	
ARENA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	Capítulo V – Integração Nacional Proclama a ARENA a importância vital, para o Brasil, de alcançar estágios mais amplos de integração social e econômica, consolidando a integridade de comunidade nacional (língua, costume, ascensão moral, <u>miscigenação</u> e supressão de desníveis sociais e regionais) mediante sólido sentimento de solidariedade entre brasileiros desprovidos de preconceitos de quaisquer naturezas e uma participação efetiva de todos e de cada um na preservação dos valores que caracterizam a nossa paisagem cultural.
MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	Diagnóstico da realidade política e sócio-econômico do Brasil No mundo moderno, a ordem econômica e social rejeita as concepções que abrigam privilégios e diferenças de casta, credo, cor e status Programa de Ação no Campo Econômico Social XII – Estabelecimentos de definições claras para a política externa, na linha da independência, da afirmação e da segurança nacional. I – condenação a todas as formas de discriminação notadamente a racial e a religiosa

1979 a 1985	
PTB PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	Lutar para que todos os brasileiros trabalhistas ou não, de qualquer raça e credo, civis e militares, homens e mulheres, jovens e anciãos, unam-nos no esforço comum e patriótico pela Democracia, Paz e Progresso do Brasil
PMDB PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	O PMDB entende que os negros são, em nosso País, discriminados econômica, social e culturalmente. A imensa população negra de todos os matizes vive, em sua maioria, em condições de miséria as cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e

	<p>de crônicas deficiências que ela provoca. Por isso, o Partido propugna pela criação de condições que lhe permita romper o círculo vicioso configurado pela situação de pobreza e imobilidade social a que estão submetidos. Tais condições deverão traduzir-se em melhores condições de educação, incluída a qualificação profissional, bolsas de estudo, obrigatoriedade de concender matriculas em estabelecimentos de ensino, empregos em atividades produtivas e participação em entidades culturais. O PMDB exigirá que os negros sejam respeitados como homens e mulheres e defenderá na integralidade seus direitos como cidadãos brasileiros. O PMDB defenderá também a preservação do patrimônio cultural dos negros e o estudo da história da população negra, valores que têm sido desprezados e deturpados.</p>
<p>PT PARTIDO DOS TRABALHADORES</p>	<p>O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo econômico. Neste particular, a luta pela defesa de cultura das terras indígenas bem como a questão do negro assume o papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no banco e, não raro, também no lar.</p> <p>O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.</p>
<p>PDS PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL</p>	<p>Princípios</p> <p>Respeito às minorias étnicas, sociais e religiosas, componentes da expressão da nacionalidade e , bem assim, o seu pleno direito de participação, de representação, de ascensão e de acesso ao bem da sociedade e dos serviços do Estado</p>
<p>PDT PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA</p>	<p>Compromissos Prioritários</p> <p>O quarto compromisso programático é com a causa da população negra como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso nós concretizamos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais de trabalho. A</p>

	democracia e justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza
--	--

A Partir de 1985	
PS PARTIDO SOCIALISTA	Programa Político Fim das restrições às diferenças de raça, cor, sexo, idade, religião, condição econômica e social.
PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	Integrar as já existentes e criar novas campanhas contra a discriminação racial, de sexo, religiosa, cultural, inclusive quanto às pessoas idosas e deficientes.
PDC PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO	FRATERNIDADE – Afirma a inspiração de toda a vida pública pelo espírito de fraternidade em oposição à indiferença egoísta do individualismo burguês e à discriminação por classe, raça, nacionalidade, religião e sexo.
PH PARTIDO HUMANISTA	Programa: Distintas formas de discriminação se ligam à exploração econômica e adquirem caráter de violência racial, religiosa, cultural e psicológica.
PSB PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Manifesto: Caberá à vida partidária incorporar ao seu programa a denúncia e o combate a antigas formas de exploração, agora melhor identificados, a comprovada discriminação racial, a opressão às minorias e às mulheres.
PCB PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Medidas Políticas Supressão de todas as formas de discriminação racial, respeito aos direitos das minorias.
PC do B PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Quer a instauração de um regime efetivamente democrático que ponha fim às discriminações e preconceitos reacionários e assegure o direito de livre organização e participação do povo na vida política nacional, garanta eleições diretas pelo sufrágio universal e secreto em todos os níveis
PASART PARTIDO SOCIALISTA AGRÁRIO E RENOVADOR TRABALHISTA	Manifesto de lançamento do Programa do Partido: Devemos procurar, com a nossa Mobilização Nacional, com vistas ao nosso próprio desenvolvimento, garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos, os direitos impostergáveis da pessoa humana, a igualdade de sexo, o respeito a todas as minorias étnicas, culturais e econômicas.
PND PARTIDO NACIONALISTA	Plano Nacional Respeitar, proteger e dar assistência à pessoa humana, sem

DEMOCRÁTICO	distinção de raça, sexo, cor, classe, estado civil ou religioso.
PPB PARTIDO DO POVO BRASILEIRO	Defender a participação dos brasileiros de todas as raças na vida pública, lutando contra o racismo sob qualquer forma que se manifeste; lutar pelo rompimento das relações diplomáticas com os países racistas, cuja prática é inadmissível face a nossa sociedade multirracial; defender a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.
PRN PARTIDO DA NOVA REPÚBLICA	<p>Mudanças de ordem social</p> <p>Lutar por leis que viabilizem a "Proporcionalidade de Oportunidades das Comunidades Negra e Branca" que tinha como síntese a obrigatoriedade de empregar um percentual da população negra e branca, levando-se em consideração o percentual de nível de instrução das duas raças. Desse modo, em cada nível, a raça negra seria empregada obrigatoriamente em empresas com mais de cem empregados no percentual de sua participação e de acordo com estudos e levantamentos do IBGE.</p> <p>Objetivo: Terminar com o círculo vicioso da raça negra no Brasil, qual seja: não melhora seu padrão de vida porque os poucos que conseguem ter instrução superior são preteridos por outros do mesmo nível, porém de raça branca e, desta maneira, estes poucos que sobem, sobem em cultura, não em situação financeira; portanto, não conseguem ir melhorando o nível da comunidade negra, que continuará sempre achatada num baixo nível.</p> <p>Ao existir a obrigatoriedade por lei, manter-se um critério de percentual, de acordo com a situação atualizada da comunidade negra, evita-se beneficiar a mesma de forma abrupta, o que totalmente levará ao choque social.</p> <p>A proporcionalidade de oportunidades das comunidades negra e branca "resultará numa automática elevação do nível da comunidade negra, estancando o círculo vicioso que mantém a mesma num baixo nível".</p>

Outros Partidos, criados a partir de 1985, que não mencionam a questão em seus programas foram:

PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

PMC - PARTIDO MUNICIPALISTA COMUNITÁRIO

PL - PARTIDO LIBERAL

PTR – PARTIDO TRABALHISTA RENOVADOR
PRT – PARTIDO REFORMADOR TRABALHISTA
PJ – PARTIDO DA JUVENTUDE
PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PCN – PARTIDO COMUNITÁRIO NACIONAL
PEB – PARTIDO ESTUDANTIL BRASILEIRO
PRP - PARTIDO RENOVADOR PROGRESSISTA
PLB – PARTIDO LIBERAL BRASILEIRO
PDI - PARTIDO DEMOCRÁTICO INDEPENDENTE

PARTE II

CAPÍTULO IV

A CRIAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA

A) O NOVO PARADIGMA

A criação do Conselho foi resultado do esforço da sociedade, da articulação de entidades e da integração e mobilização de diferentes setores e grupos que tinham como bandeira comum a democratização das relações na sociedade.

Ao mencionar as entidades, fazemos referência às pessoas que ao longo de décadas contribuíram para que a luta contra a discriminação racial mantivesse sua chama. É importante registrar que, no momento da criação do Conselho, essas pessoas exerceram influência diretamente como atores. Os religiosos, membros de instituições tradicionais, militantes de diversas correntes partidárias de esquerda e direita, todos renascem e marcam presença neste momento.

A proposta da criação do Conselho Estadual do Negro reavivou várias polêmicas, como a dúvida sobre sua criação, pois o Governo estaria criando um órgão para tutelar os negros e cooptar as lideranças negras, como prêmio de consolação para os negros, pois não tinham conseguido eleger nenhum candidato. Pejorativamente, o Conselho chegou a ser batizado de "FUNAI dos negros".

Acabou-se formando uma oposição ao Conselho, vinda de setores peemedebistas e petistas. Começou-se a falar nos perigos de institucionalização do Movimento Negro e foram muitas as articulações para esvaziar o Conselho. O conflito no interior do Movimento estava instalado, pois a criação do Conselho colocava fatos novos e não controlados pelo conjunto do Movimento Negro que apoiava o Governador Montoro.

A idéia da criação do Conselho do Negro foi totalmente inspirada na experiência exitosa do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Nunca foi uma demanda explícita do Movimento Negro que tinha apoiado a campanha de Montoro. Então, como surgiu a idéia?

Quando o Governador assumiu o Palácio Bandeirantes, procurou acomodar as lideranças da comunidade negra que pressionavam para ter “espaço”. A reivindicação era uma Secretaria Estadual no Governo do Estado ou uma Secretaria Municipal no Governo da Prefeitura de São Paulo, que seria preenchida também por indicação do Governador. Em um ambiente de muita disputa por cargos e de competição para ocupar lugares estratégicos dentro da administração, as reivindicações ficaram sem resposta.

Entretanto, um fato novo e auspicioso foi a designação de dois assessores negros para trabalhar no Palácio dos Bandeirantes, estrategicamente nos cargos de Assessor Especial e de Assessor do Gabinete, pois eram posições importantes para observar o que acontecia no Gabinete do Governador. Eram lugares privilegiados de aprendizes no exercício do cotidiano do que é fazer política no Estado de São Paulo.

A agenda do Governo era muito dinâmica devido à intensidade e quantidade de problemas que surgiam diariamente e atividades como:

- marcação de audiências com o Governador,
- como fazer e quem decidia,
- como era publicado no Diário Oficial e a importância e repercussão dessa publicação;
- como trabalhar com a mídia e agências de propaganda;
- quem mais decidia, além do governador quais políticas seriam implementadas e quais estavam prestigiadas;
- qual a preocupação do Governador em relação ao Programa de Governo;
- quem tirava as fotografias do Governador e como conseguir cópias do arquivo;
- preparar os detalhes das cerimônias e a lista de convidados;
- escolher o teor dos discursos, quem escrevia, a frequência dos temas tratados;
- acompanhar as pesquisas de opinião sobre o governo e o PMDB;
- monitorar a estratégia de comunicação;
- atender pessoas que o Governador designava;
- representar o Governador em cerimônias externas;
- acompanhar a discussão sobre a conjuntura nacional;
- supervisionar o atendimento parlamentar;
- integrar o órgão de apoio e discussão programáticas – Instituto Brasileiro de Estudos Comunitários e seu papel no Governo;

- verificar a receptividade do Conselho da Mulher no gabinete;
- e, finalmente, como conduzir e superar os momentos de crise política.

A lista de informações e situações com que esses assessores conviveram dava-lhes suficiente condição para decidir o que seria viável realizar, como fazer, com quem contar e articular, pois os detalhes de sucessos e insucessos foram devidamente registrados. Diariamente havia reuniões de balanços, nas quais, com freqüência, seus participantes deparavam-se com surpresas. O imaginário de quem decidia e como decidia passava a ser muito concreto e determinaria o que poderia ser feito.

Em 11 maio de 1983, na celebração antecipada do Dia 13 de Maio, os assessores marcaram uma cerimônia com o Governador e militantes do Movimento Negro, com cobertura da TV Cultura. O objetivo da cerimônia era realizar um ato de protesto contra o racismo e marcar a data como dia de luta do negro, e não de comemoração.

Conhecedores dos detalhes da cerimônia no Palácio Bandeirantes, o evento foi estruturado com um discurso de abertura, lido por quatro pessoas, acerca das temáticas: racismo no trabalho, criança negra, mulher negra e ausência de negros no primeiro escalão. Ao final, uma pergunta dirigida ao Governador: *Por que não criar um Conselho do Negro, a exemplo do Conselho da Mulher ?*

Numa situação de desconforto, com a cobertura da televisão, o Governador iniciou sua fala dizendo que reconhecia a existência de problemas e pediu a um dos assessores para confirmar os esforços do Governo na inserção do negro na Administração. O assessor negro respondeu que, infelizmente, sentia dizer, mas o negro ainda não estava plenamente inserido no Governo Montoro. O Governador retomou a palavra e disse que tomaria medidas, começando pela criação do Conselho do Negro.

Ao ir para o noticiário da noite, o Conselho começava a fazer parte da agenda de realizações do Governo, mas isso ainda não significava a sua criação de fato. Levaria quase um ano de trabalho de articulação para vencer as resistências de toda ordem - desde o nome que, de Conselho Estadual do Negro, passou a ser Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Para compreensão do que veio a ser o Conselho, faz-se necessária a observação dos limites, tensões e conflitos que o integravam e se

manifestavam por meio de ações e reações aos processos de mudanças, integração e inovação.

Não houve uma discussão se a forma de Conselho era a ideal, nem se uma estrutura administrativa mais flexível propiciaria a articulação entre as Secretarias de Estado, pois não houve tempo para isso, entre o período que antecedeu o anúncio da criação e a sua criação de fato. Logo, uma das primeiras dificuldades que se apresentou foi a inexistência de orçamento que o Conselho pudesse gerir autonomamente, pois era totalmente dependente da Casa Civil.

O Conselho foi fundado tendo como pedra angular o sistema de Garantia de Direitos, baseado em três grandes eixos ou linhas: promoção, controle e defesa.

O eixo promoção tinha como objetivo principal a formulação de políticas públicas, um espaço estruturador de uma nova organização social que buscava incluir nas políticas sociais a temática das relações raciais.

O eixo controle era o espaço da sociedade civil organizada, cujo objetivo se reportava à vigilância do cumprimento dos preceitos definidos na plenária do Conselho. Os instrumentais desse eixo deveriam oferecer potencial de pressão, mobilização e produção de conhecimentos em torno da problemática da população negra.

O eixo defesa tinha como objetivo específico atuar na assistência a vítimas de discriminação racial.

A realidade apresentada na atuação do Conselho possibilitava uma variedade de reflexões. Uma delas era a concepção e interação de espaços, instrumentos de novos atores no interior de cada um dos eixos, atuando como uma unidade interdependente, mas formando uma teia de relações entrelaçadas que, de modo desordenado, procurava contribuir para o mesmo fim de ampliar a cidadania da população negra e colocá-la na agenda das políticas públicas do Governo.

Após quase dois anos de convivência na Administração Montoro, algumas alianças foram-se consolidando no interior do seu Governo. As pessoas que tomaram a iniciativa de propor a criação do Conselho começaram a se articular e agir enquanto grupo. Quem eram essas pessoas? Descrevemos, a seguir, as pessoas que integraram o Grupo de Trabalho designado para criar o Conselho da Comunidade Negra.

Houve uma aglutinação em torno do Prof. Hélio Santos, que havia participado ativamente no Movimento Negro e se vinculado à corrente no MDB e PMDB de Fernando Henrique Cardoso, tendo sua candidatura a deputado federal a que obteve a maior votação entre os candidatos negros. Com certeza era uma das pessoas do Movimento Negro de maior prestígio junto ao Governador, sendo cogitado algumas vezes para ocupar cargos como de Secretário Estadual, no Governo Montoro.

Antonio Carlos Arruda, ex-militante e fundador do Movimento Negro dos Estudantes na PUC/SP e jovem advogado, um dos precursores do trabalho de atendimento aos casos de discriminação racial, de forma sistemática em São Paulo. Era delegado do MDB e, posteriormente, do PMDB do bairro do Jabaquara, em São Paulo.

Genésio de Arruda, tapeceiro, ferroviário, autodidata, o mais velho do grupo, com uma militância antiga no Movimento Negro e no PMDB da cidade de Carapicuíba, da região metropolitana de São Paulo. Tinha sido candidato a vereador naquela cidade, pelo MDB. Era um entusiasta da causa da criança negra abandonada.

Ivair Augusto Alves dos Santos, militante do Movimento Negro, recém chegado de uma Missão pela UNESCO, em Angola, e, embora não tivesse participado da campanha eleitoral, pois chegou ao País depois da eleição de Montoro, era membro do diretório do MDB e PMDB do bairro do Tatuapé, em São Paulo.

A vinculação dessas pessoas tinha sido realizada nos anos de militância no antigo MDB e se consolidava no novo projeto, que era a criação do Conselho da Comunidade Negra. Havia um clima de articulação política, mas também um clima de cumplicidade e de amizade.

A essas pessoas juntaram-se outros nomes que, embora não aparecessem no Decreto de criação do Conselho, foram fundamentais para a articulação de apoio à proposta, como:

- Jurandir Nogueira, servidor público, um dos militantes mais antigos e ativos do Movimento Negro de São Paulo, filiado ao MDB e depois ao PMDB, da Freguesia do Ó, região da Zona Norte de São Paulo. Foi um dos militantes que participaram ativamente da campanha eleitoral e acabou sendo um dos principais articuladores da mobilização de apoio ao Conselho.
- Vilma Lúcia de Oliveira, militante do PCB e PMDB, foi quem incorporou a questão da mulher negra. Trabalhou ativamente

junto aos partidários do PCB, apoiou a idéia do Conselho e foi quem, de certa forma, ampliou as alianças na esquerda do PMDB.

- Capitão Osmanir, aposentado da ex-Guarda Civil de São Paulo, representante do Diretório do Tucuruvi do PMDB, trabalhador incansável, que ajudou a consolidar e mobilizar os militantes do Movimento Negro junto ao Conselho da Comunidade Negra.
- Waldir Nicolau, jovem militante do MDB e do PMDB, filiado ao Diretório do Tatuapé, representou a juventude negra que se envolveu na articulação do Conselho, com uma atuação importante junto a esse segmento do partido.
- Ivo dos Santos, um admirador, servidor público aposentado, que transformou a idéia do Conselho em um ideal de vida e dedicou-se arduamente como voluntário, disponibilizando-se a trabalhar em várias atividades na divulgação do Conselho da Comunidade Negra.
- Ernani de Almeida, engenheiro, morador de Mogi Mirim, foi o principal articulador do Movimento Negro no interior do Estado de São Paulo. Foi a pessoa que mais defendeu, desde o primeiro momento, a idéia de instalar delegacias do Conselho no interior do Estado de São Paulo.
- Waldir Nogueira, servidor público, administrador, filiado ao PMDB da Região Norte de São Paulo, militante antigo do Movimento Negro, trabalhou na campanha do Prof. Hélio Santos.

O conjunto de pessoas envolvidas foi crescendo a partir desse núcleo, que se reunia sistematicamente e discutia estratégias de como instalar o Conselho.

O Conselho foi implantado por meio de uma comissão provisória de três pessoas, que tiveram como atividades iniciais preparar a lista de conselheiros, procurar uma sede para seu funcionamento e organizar a cerimônia de posse do primeiro Conselho³.

³ Discurso de posse do Grupo de Trabalho: *"Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. André Franco Montoro, Exmos Srs. Secretários, Exmos Srs. Deputados, amigos e companheiros presentes*

A criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra se reveste de uma importância histórica, pois marca uma nova fase na luta do negro no Brasil.

A criação do Conselho pelo governo democrático de São Paulo é resultado de trabalhos iniciados em meados de 1980, quando, em companhia de outros companheiros, estive na casa do então Senador Franco Montoro, levados que fomos pelo nosso aliado desde a primeira hora, Carlos Figueiredo.

Lembro-me que, já naquela oportunidade, Vossa Excelência se colocou ao nosso lado nas mais diversas reivindicações.

Por ocasião da campanha eleitoral, marco importante para a nossa comunidade foi o encontro de 21 de março de 1982 quando, reunidos na Rua Madre Teodora, 210 pessoas representativas da nossa comunidade empunharam o programa de participação proposto por V. Ex.a.

A criação do Conselho é uma resposta a uma das reivindicações feitas há exatamente um ano atrás, quando aqui estivemos.

Somente um governo democrático como o de V. Ex.a poderia criar um instrumento de participação que contemplasse a população negra que, apesar de representar, segundo o IBGE, cerca de 44% dos brasileiros, continua sendo desrespeitada nos seus direitos fundamentais de cidadania:

1- o direito ao trabalho: diversas empresas sistematicamente vetam ao negro o direito de se sustentar através do seu trabalho, impondo-lhe a condição de subempregado;

2- O direito de ir e vir: a repressão policial continua sendo um fator de constrangimento para a população negra - e ainda nos ameaçam com prisão cautelar;

3- O direito de dispor dos meios fundamentais à vida civilizada: habitação, transporte, educação, saneamento básico e lazer;

4- O direito de não ter a nossa imagem deturpada pelos meios de comunicação que sistematicamente, direta ou subliminarmente, reduzem a figura do negro.

Sr. Governador, deverão se fazer representar, no Conselho ora criado, os mais diversos setores: operários, profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos, políticos, enfim, todos aqueles que possam contribuir para que o nosso Conselho seja a caixa de ressonância das reivindicações e políticas a serem adotadas para a população negra de maneira autônoma e eficaz.

O Conselho não deverá ser a panacéia para todos os males que afligem a comunidade negra, mesmo porque muitos deles dizem respeito à sociedade como um todo:

1- As eleições diretas para Presidente da República;

2- o estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte;

3- o direito à greve e à livre organização sindical;

4- a livre organização partidária;

5- o equacionamento soberano da dívida externa brasileira;

6- o direito à terra.

Acredite V. Ex.a., será este Conselho um instrumento eficaz e moderno para o surgimento de novas lideranças negras, capazes de tornar realidade a

B) O DIFÍCIL PERÍODO DE GESTÃO DO CONSELHO

A experiência que vivenciamos no início do Governo Montoro, no Gabinete do Governador de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, foi fundamental para a criação do Conselho da Comunidade Negra.

Tudo era novidade: desde o espaço físico, a disposição das salas até a burocracia, os procedimentos administrativos, os servidores que lá trabalhavam e mesmo como se comportar estando no poder, depois de quase vinte anos sendo oposição. Cada dia era uma descoberta; as idéias surgiam da experiência cotidiana, da tentativa de abstração constantemente reexaminada, criticada, mergulhando sempre na experiência de como construir uma política de combate à discriminação racial.

participação, que é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas.

O Grupo de Trabalho, encarregado de exercer provisoriamente a direção do Conselho, tem claro que o instrumento ora criado é uma conquista da Comunidade Negra e que por isso se pautará de forma a não permitir qualquer tipo de manipulação que crie obstáculos ao seu pleno desenvolvimento.

O problema do negro nem sempre foi devidamente compreendido ou mesmo assimilado por alguns setores da sociedade; assim sendo, é de se esperar que não haja unanimidade de aplausos a esta conquista. Entretanto, é a prática deste Conselho que demonstrará o acerto da decisão tomada pelo governo democrático de São Paulo. Todos temos um compromisso com o futuro, somos protagonistas - negros e brancos- de uma nova e importante fase da luta daqueles que, após ajudarem a construir este País, continuam relegados e impedidos de uma participação justa e legítima.

Queremos deixar claro que a demanda da Comunidade Negra não se esgota com a criação deste Conselho. A participação ora implementada permitirá um desenvolvimento ainda maior da consciência crítica, o que inevitavelmente acarretará uma maior aquisição de poder.

Concluindo, não poderíamos deixar de mencionar entre os diversos ausentes o nosso político maior: Dr. Esmeraldo Soares Campos Tarquínio Filho, que por certo estaria conosco nesta empreitada.

Agradecemos a presença de todos, sobretudo dos diversos companheiros do interior que se deslocaram de suas cidades até aqui.

Muito obrigado

A) Grupo de Trabalho

Antônio Carlos Arruda da Silva

Hélio Santos

Ivair Augusto Alves dos Santos"

Os funcionários negros do Palácio diziam que nunca tinha havido tanta circulação de negros naquele ambiente. Isso facilitou a criação de uma rede de amizades com os servidores públicos mais humildes, que exerciam funções auxiliares, como o pessoal de limpeza, da cozinha, telefonistas, motoristas e encarregados da distribuição de correspondência, entre tantas atividades palacianas. Éramos negros e todos tínhamos em comum histórias pessoais para relatar de discriminação racial.

Na Assessoria do Governador, passamos a conviver com colegas brancos, professores da Universidade São Paulo - USP, da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, com larga experiência de magistério, mas não de governo. O que nos aproximava era o sonho de participar do processo de redemocratização do País. Havia também representantes de uma elite tradicional paulistana e muitos antigos funcionários da administração pública, que nunca tinham ouvido falar sobre discriminação racial e olhavam toda essa mobilização em silêncio e com indisfarçável desconforto.

Esse ambiente nos aproximou do IBEAC- Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, que foi também importante nas articulações da criação do Conselho da Comunidade Negra. O IBEAC foi criado em 1981, por Franco Montoro, juntamente com alguns políticos e intelectuais, entre eles Paulo de Tarso Santos, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, Helena Iracy Junqueira, Chopin Tavares de Lima, José Pinheiro Cortez, José Richa, José Carlos Dias e Jorge Cunha Lima. O IBEAC tinha como objetivo realizar estudos, promover cursos e seminários, apoiar iniciativas comunitárias e desenvolver projetos que contribuíssem para a defesa dos Direitos Humanos, a promoção da cidadania e o fortalecimento da Democracia Participativa.

O IBEAC, em 1983, passou a realizar seminários ligados ao processo de participação popular e à administração pública, com a presença do Governador Montoro, de Secretários e Assessores, representantes de Empresas de Economia Mista e Autarquias, de comunidades, movimentos sociais, professores e pesquisadores dos temas em questão. Essa forma de atuação contribuiu para a formulação de políticas públicas do governo e a consolidação da idéia de Conselhos Estaduais representativos e setoriais, como os Conselhos da Condição Feminina e o da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (IBEAC, 2001).

A articulação de mulheres que elaborou o programa de governo durante a campanha eleitoral, liderada por Eva Blay, conseguiu instalar

o primeiro Conselho da Condição Feminina, depois de uma longa luta travada no interior do movimento de mulheres, pois diversos grupos eram contra a criação de um órgão no interior do Estado. Também enfrentaram o primeiro protesto, pois as mulheres negras não haviam sido representadas na composição do conjunto de conselheiras. O Conselho da Condição Feminina surgia aos olhos dos Assessores do Palácio dos Bandeirantes como uma imagem de problema, avaliando, nos bastidores, que não seria fácil o relacionamento dos movimentos sociais com a administração pública. Isso era péssimo para a pretensão de criação de novos Conselhos.

Após a fase de implantação do Conselho da Condição Feminina, a proposta de criação de um Conselho para a Comunidade Negra foi colocada pela primeira vez ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Políticos, o maranhense Carlos Figueiredo, um intelectual, poeta, admirador da cultura negra e um dos principais articuladores políticos, estrategista e pessoa de confiança do Governador Montoro. Sem vacilar, avaliou que a idéia tinha sentido. Acreditou na proposta e começou a preparar o clima no Palácio dos Bandeirantes.

Com essa aliança palaciana e o apoio do IBEAC, foi sendo tecida a idéia de se criar o primeiro Conselho da Comunidade Negra na história do País.

A idéia do Conselho da Comunidade Negra representava uma ruptura na linha de pensar as relações raciais no País. Representava o reconhecimento oficial da existência da discriminação. Mexia com mitos, como o da democracia racial, e a idéia de nação em que as raças viviam em plena harmonia. Chocava negros e brancos que discursavam sobre relações raciais sem a devida convicção. Chocava e incomodava também pela novidade. Para muitos, negros e brancos, a existência do Conselho seria uma criação do racismo negro. Não poderia dar certo.

A idéia da criação do Conselho para os negros não despertou simpatia junto às lideranças negras que haviam se candidatado nas eleições de 1982 e aos brancos, mas sim um sentimento de indignação, de ódio, de desconfiança, ceticismo e discriminação racial. Ao ser veiculada, despertava certa rejeição.

Para entender a reação de algumas lideranças negras, é preciso recorrer à pesquisa de Ana Valente sobre o compromisso dos candidatos negros com a questão racial nas eleições de 1982:

"De maneira geral, os candidatos que publicamente se proclamavam comprometidos com a questão do grupo étnico, deixavam claro que, enquanto políticos, estavam preocupados com certos temas gerais independentes de quaisquer conotações de natureza racial (...).

Outros evitavam incorporar em suas plataformas eleitorais qualquer menção à questão e o medo de "queimar a imagem". Era a explicação encontrada para tal procedimento. O simples fato de serem negros, para muitos, tornava-os imediatamente candidatos da 'comunidade'.

Os descomprometidos, em geral, tinham seu discurso calcado no mito da democracia racial ou, simplesmente, achavam que o problema racial suposto era um problema de distinção entre classes sociais." (Valente, 1986).

O entendimento das estratégias de abordar a questão de relações raciais sempre foi múltiplo e rico em contradições. A heterogeneidade das posições dos grupos que integravam o Movimento Negro reagiram e o apoio foi muito reduzido, como fica evidenciado no depoimento de Hélio Santos, que seria o primeiro presidente do Conselho: *"dificuldade foi a falta de apoio do próprio Movimento Negro, que, embora consultado no momento de criação e composição do Conselho, não compreendeu sua necessidade e importância e poucos atenderam ao apelo". (Santos,1992).*

Havia uma tensão entre setores do Movimento Negro, não só pela definição de interlocutores, mas também quanto à proposição de como conduzir o processo político. A dúvida era a de, em se tratando da conjuntura nacional, privilegiar a luta pela democratização e melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, ou adotar uma política de reivindicação sobre os problemas da população negra oriundos do racismo e da discriminação racial. O PMDB se manteve alheio a qualquer articulação dos Conselhos. É interessante recuperar a avaliação dos Conselhos por uma dirigente do Diretório Estadual do PMDB, em novembro 1987, a Deputada Erci Ayala:

"Nunca vi uma discussão sobre o racismo dentro do partido. Eu participo das reuniões da Executiva do partido como suplente, e (...) de um número razoável de reuniões. Eu não lembro de um dia ter um temário que abordasse a questão racial(...). Se existiu alguma proposta, ela passou por escrito. (...) eu sei que existe um agrupamento formado por negros, surgiu desde o governo Montoro. Eles hoje integram o Conselho do Negro. Mas eu acho que essa política de Conselhos tem se mostrado ineficaz. Eu não

participei dessa discussão e hoje estou dando a minha opinião. Mas eu nunca vi o funcionamento desses conselhos, nem o da mulher, nem o do negro. Sabe o que eu faria com os conselhos? Faria um levantamento do que foram, se deram bons frutos e, avaliando, veria se vale a pena continuar ou não. Eu acho que tem muitos negros bem preparados para os cargos de vereador e deputado, mas essa história de negro votar em negro é um atraso. Não se pode votar em alguém porque é negro, a gente vota em programa.” (Santos, 1992).

A avaliação da criação do Conselho da Comunidade Negra foi entendida por boa parte do Movimento Negro como uma divisão no seu interior, um processo que trabalharia para desmobilizar a comunidade negra.

“Com seu forte poder de fascínio e penetração, ressentindo-se de um questionamento mais abrangente dos problemas estruturais e conjunturais da sociedade brasileira e, finalmente, com dificuldades para transitar nos domínios da multirraciedade, a construção da Negritude termina realizando-se nela mesma. Sua absorção pelo poder de Estado ou pelos órgãos que, em tese, sentem-se responsáveis pela manutenção das formas culturais afro-brasileiras ou pela preservação dos direitos civis dos cidadãos se faz sem a direta participação de seus interessados.

A criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, por exemplo, termina refletindo em mais uma fratura no interior do Movimento Negro. Com ausência de programas e palavras de ordem referendados pelos diferentes setores da comunidade, o negro cidadão, o negro marginalizado, o negro trabalhador passa ser representado e idealizado como um ser capaz de, em si mesmo, realizar-se como cidadão e como negro.” (Nascimento, 1989).

A confusão de idéias e a discordância dos grupos, apoiadas pelo silêncio e a postura omissa, não dividia o Movimento Negro. Ao contrário, dava visibilidade às contradições e ambigüidades desse complexo universo.

Um grupo, que se intitulava Modernidade, era o grupo do Palácio, pois a maioria das articulações ocorria no Palácio dos Bandeirantes, entendia que era preciso superar a fase de denúncia, que se estendia por uma imensa lista de fatos tristes de racismo, violência policial, perseguição no trabalho, falta de oportunidades etc. Esse grupo dizia

que era necessário ter uma atitude de superação, com um discurso moderno de realização.

Um outro grupo se denominava Frente Negra, pois algumas lideranças se identificavam com o seu ideário, via que era necessário, literalmente, ocupar espaço. Como uma estratégia militar, era preciso ocupar o campo político e as situações se resolveriam. Não se deveria perder tempo com ideologias ou com discussão, era preciso mirar na maneira como outros grupos étnicos atuavam no Governo.

O grupo de candidatos negros não eleitos do PMDB era o grupo de lideranças mais descontentes, que eu denomino de Suplentes, pois se sentiam desprestigiados e abandonados à própria sorte pelo governo que ajudaram a eleger, pois não haviam sido designados a nenhum cargo na administração estadual. Estavam desempregados, endividados pela campanha e, principalmente, não estavam sendo reconhecidos como interlocutores da comunidade negra junto ao Governo do Estado, embora tivessem participado ativamente e investido no partido e na chapa vencedora. Reivindicavam um espaço no Governo. Mais do que qualquer outro sentimento, era para alguns uma questão de sobrevivência. As dívidas de campanha eram prementes e se faziam muito presentes a todo instante.

A mobilização contra a existência de um Conselho tinha também uma oposição advinda de negros e brancos da esquerda que defendiam a idéia de que qualquer vinculação com o governo eleito e a institucionalização do Movimento Negro feriria a autonomia do movimento negro. Esse fazia uma dura oposição ao Conselho ou a qualquer outro órgão, pois afirmava que não representava os anseios da população negra. Entendiam que os negros que apoiassem tal proposta estariam colaborando com o sistema e a serviço da desarticulação do Movimento Negro no país. O Estado era racista por natureza.

"O Conselho é um fato concreto, embora aos olhos da sociedade, inclusive aos da comunidade negra, pouco tenha contribuído para a ampliação da cidadania do negro. É nesse sentido que alguns setores do movimento negro realizam severas críticas e apropriam à relação negro/Estado o significado de cooptação, à medida que este processo, ao absorver quadros da militância para a ação institucional, acabou immobilizando a pressão do movimento, o mesmo ocorrendo com a militância no campo institucional, isto em função das inúmeras dificuldades e da complexidade em se lidar com o aparelho de Estado, principalmente quando não era intermediada por um processo eleitoral que ratificasse o poder de representação

através do voto, o que diminuía o poder de barganha para enfrentar outros setores alocados no Estado. Quando o espaço adquirido no âmbito do Estado não representa a força do voto, acaba constituindo um campo estéril, independentemente da validade e da necessidade de ampliação da cidadania. Ao contrário, o que se tem nesse caso é a instituição de um benefício, qual seja, o de criar uma instância para apenas normatizar uma estrutura decorrente das necessidades sociais. Se a instituição de poder não consegue normatizar o que se propôs, está fadada à burocratização, pois nem se pode ser extinta, uma vez que foi transformada em lei. A obtenção de uma secretaria de governo geralmente significa um espaço de poder diferente; ela resulta da correlação entre as disputas socioeconômicas reais e reflete poder de barganha no interior do partido político.” (Santos, 1992).

Essa análise do papel dos movimentos sociais persiste na interpretação de muitos pesquisadores sobre a relação entre os movimentos sociais e o Estado. Não há incorporação sobre o processo de negociação e dos fatos apresentados pelas práticas concretas do movimento de mulheres e do Movimento Negro.

“As pesquisas indicam que esses movimentos combinam diferentes estratégias de atuação, ou seja, convivem com formas de participação política diferentes e aparentemente antagônicas. Mas não basta para análise a constatação dessa convivência. Se o modelo comunitário e de autonomia tem sido importante para a constituição de novos atores políticos é porque, em certa medida, ele desempenha esse papel como uma espécie de premissa prática. O equívoco de muitos estudiosos criticados por Ruth Cardoso tem sido atribuir a esse modelo o caráter de premissa básica: considerada como aquilo que dá aos movimentos o seu sentido inédito autêntico e com potencial de transformação das estruturas de dominação. Eles acabam por entender autonomia como “estar fora de” e “não negociar com”, principalmente no que se refere aos organismos estatais e públicos. É claro que os militantes desses movimentos consideram importante a sua autenticidade e a sua autonomia, senão eles não teriam força de mobilização. Contudo, eles não desqualificam o objetivo de conquistar suas reivindicações, mesmo que para isso manipulem regras de um jogo que eles também tentam negar.

Entender o modelo comunitário e a organização autônoma - com tudo o que eles implicam - como uma premissa prática e não como uma premissa básica, permite entender como os movimentos

ampliam as suas bases de legitimidade e o seu poder de mobilização. Eles estão se constituindo como atores políticos na medida em que não sendo 'principistas' e tendo finalidades concretas de atuação negociam e dialogam. Com o sucesso dessas ações - conquistando as suas reivindicações - eles garantem futuras investidas junto ao poder público (...). Por outra parte, esses sucesso permite a difusão para outros movimentos (...) principalmente, o homossexual e o movimento negro." (Gregori, 1988)

Nesse contexto, fica difícil entender como foi possível criar o Conselho da Comunidade Negra, se não fossem as premissas tão bem colocadas por Gregori, ao enfatizar o papel de negociação.

"Com o início das lutas pela democratização, aumentou a crença de que o Estado deveria investir na questão racial, no nível do aparelho do Estado. Ai surge o Conselho, a partir de negociações com o grupo de Franco Montoro. Os negros peemedebistas foram os únicos que perderam as eleições de 1982 e ganharam espaço de poder no âmbito do Estado, porque tiveram poder de articulação, embora as lideranças e o governo do Estado ainda não discernissem as pressões do movimento negro, o que facilitou a conversação para obtenção daquele espaço político. Tudo isso significava que o negro possuía uma fatia, mesmo pequena, do espaço de poder. Isso trouxe também alguns problemas com certos setores do partido, que obstaculizavam a organização e o desenvolvimento do projeto do Conselho." (Santos,1992)

Esse processo levou um ano de conversas e maturação para que ocorresse a oportunidade de criação. O clima da Campanha "Diretas Já", que tomou conta do País, ofereceu uma conjuntura favorável. Mas, no seio do Movimento Negro, alguns setores se sentiam vencedores, pois tinham conseguido, aparentemente, enterrar a idéia; outros conseguiram acomodar seus pleitos junto à administração pública e, finalmente, alguns se puseram na oposição de qualquer iniciativa.

Aos poucos, os aliados à proposta ganharam apoio no interior do Movimento Negro. Com seminários do IBEAC, aconteciam reuniões no interior do Estado e reuniões quase semanais com o Movimento Negro. A idéia foi avançando lentamente. A decisão de criar o Conselho tinha adversários, mas começava a ter simpatizantes. Com paciência e cautela, construía-se uma base de apoio a essa decisão. Alguns setores do movimento sindical passaram a ser trabalhados, com a perspectiva

de uma ação futura no combate à discriminação no mercado de trabalho. O segmento mais comprometido das Escolas de Samba foi também trazido para o debate, ao mesmo tempo em que segmentos conservadores eram afastados. A idéia de incorporar o Movimento Negro presente em outros partidos políticos nos levou a convidá-los a participar do Conselho.

Nessa caminhada de incorporar os diversos segmentos da comunidade negra, houve o cuidado de conversar com as lideranças negras que tinham militâncias em partidos de esquerda, como o PCB, do PC do B e o MR-8 que, embora não legalizados, conviviam no PMDB e foram aliados importantes no período da mobilização pelas "Diretas Já", consolidando um apoio importante na criação do Conselho.

As lideranças religiosas foram procuradas, em especial, o movimento negro criado no interior da Igreja Católica, que se recusou a participar diretamente. Outros segmentos, como os evangélicos e as religiões de matriz africana, deram apoio e aceitaram integrar o Conselho.

O critério de gênero foi bastante ponderado, pois a experiência do Conselho da Condição Feminina estava presente e havia um grande número de mulheres negras colaborando com o processo.

Em dado momento, notou-se que o número de pessoas e segmentos convidados era muito maior do que o número de vagas no corpo de conselheiros. Criamos então o critério da suplência, como forma de ampliar a participação no Conselho. Mesmo assim, haveria problemas para acomodar tanta gente e, por isso, recorreremos a uma conversa com os Secretários para indicar nomes que se adequassem à proposta de colaborar e com disposição de enfrentar o desafio que se apresentava.

Cercamo-nos de várias possibilidades mas, em dado momento, cresceu a pressão pelo grupo de negros do PMDB que fora candidato e se sentia naturalmente merecedor das vagas. Porém, nem todos, ao longo do ano de articulação, demonstraram o compromisso e a seriedade ao enfrentar a temática. Haveria um momento em que recusaríamos integrar algumas pessoas e o impasse seria criado. Adiamos esse instante para o último dia, antes de enviar os nomes para o Diário Oficial do Estado.

Antes disso passamos a enfrentar o desafio de construir um nome para o Conselho. O primeiro nome, escolhido em comum acordo entre

os quatro articuladores, foi Conselho Estadual do Negro. Entretanto quando apresentamos esse nome, sentimos uma reação de reprovação que poderia ser um motivo para adiar por muitos meses a criação do Conselho. Reunimo-nos de novo e, a partir das palavras de ordem: governo, comunidade, participação e desenvolvimento, chegamos ao nome Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. O importante era garantir a presença da palavra negro.

Convidar as pessoas a participarem da criação e implantação do Conselho implicava, por outro lado, a predisposição de colaborar e uma postura de conviver com o aprendizado e a execução de novas formas de pensar e se relacionar com o Movimento Negro, com os outros movimentos e, principalmente, com a máquina administrativa.

Era necessário percorrer uma trajetória repleta de mecanismos pedagógicos com o objetivo "didático" de viabilizar o aprendizado de novas formas de relacionamento com a temática das relações raciais. Era fundamental aprender a ver essa atividade como um novo tipo de serviço público que enfrentasse a discriminação racial.

Nesses termos, a experiência política acabava sendo transformadora, pois era capaz de gerir um saber e gestar uma ação, sem tomar como referência algo que fosse externo a ela mesma. Não havia experiências anteriores para serem comparadas. Inaugurar-se-ia uma maneira diferente de fazer política com o foco nas relações raciais.

C) A COMPOSIÇÃO PARITÁRIA DO CONSELHO

Um dos avanços mais importantes foi o fato de a constituição do Conselho ser formada, em tese, por igual número de membros do governo e de representantes da sociedade dos diversos grupos e entidades do Movimento Negro. Para cada representante do Executivo, a sociedade civil teria um assemelhado, para garantir a qualidade da paridade. Assim, para cada representante de Secretaria da Saúde, Educação, Justiça, Segurança, também haveria um representante da sociedade civil.

Entretanto, a prática de ocupação de espaço no Conselho acabou sendo permeada pela defesa de interesses pessoais. Nem sempre houve correspondência do compromisso dos órgãos públicos em relação às posições assumidas por seus membros no Conselho, na medida em que muitas das deliberações extrapolavam a autonomia conferida aos

representantes. A participação dos membros da sociedade civil, de forma heterogênea e com desconhecimento das prerrogativas e limitações da administração pública, gerou, logo no início, uma desorganização administrativa.

O Conselho foi criado com a idéia de uma co-gestão da coisa pública por dois atores institucionais: um representante do Executivo e outro da sociedade civil, colocados na arena de negociação, que é o espaço institucional do Estado. Uma relação complexa, pois rompia com antigos papéis e assumia nova postura, articulando novos espaços e instrumentos, obedecendo à racionalidade do poder público e ao espírito da democratização.

Ao se falar de novos atores, espaços e instrumentos e, devido às especificidades de cada um, impunha-se também uma nova atitude: a articulação e a integração. Tornava-se essencial redefinir papéis, alianças e comportamentos, a partir de um reordenamento permanente. Surgiam novos horizontes e fazer tudo já não era mais viável.

As reuniões de plenário do Conselho foram planejadas para serem realizadas mensalmente. Para dar continuidade ao trabalho do Conselho, no intervalo entre as reuniões foram constituídas uma Comissão Executiva e algumas Comissões Temáticas. O papel da Comissão Executiva era secretariar a plenária e operacionalizar suas decisões. As Comissões Temáticas deveriam gerenciar os procedimentos administrativos, representar o Conselho e desempenhar o papel político de articulação externa.

Quanto aos Conselheiros Governamentais, dependendo da conjuntura, poderiam ser deslocados para prestar serviço exclusivo para o Conselho.

O Conselho tinha condições de fazer indicações junto a programas de governo para incluir a questão das relações raciais. Entretanto, era um processo difícil de articulação política e convencimento junto aos órgãos do Poder Executivo, um trabalho de desconstrução permanente da imagem de que não havia discriminação, de enfrentamento e conflitos. Por isso, as mudanças mostravam-se muito lentas.

O espaço político do Conselho não substituíria os órgãos legítimos de representação da sociedade dentro do Estado Democrático de Direito, como os partidos políticos, parlamentares e membros do Executivo. Cabia aos representantes da sociedade civil entenderem que, ao integrarem um órgão paritário, não poderiam ser confundidos com

representantes da população negra, como contemplados dos interesses da comunidade negra. Esta importante definição nem sempre ficou clara, pois as pessoas eram vistas e algumas viam a si próprias de maneira equivocada, como representantes da sociedade e o Conselho como um espaço de democracia representativa.

A consciência de tal representação deveria fazer parte do reordenamento institucional do governo e da sociedade civil, assim como a consciência de não defender os interesses corporativos dos segmentos ou das organizações de que faziam parte, sob pena de colocar em segundo plano a missão de encaminhar os interesses da comunidade negra.

A prioridade era defender os interesses difusos e coletivos da comunidade negra, inserindo-a nas políticas públicas. Por outro lado, os conselheiros trouxeram à discussão, para deliberação em plenário, questões suscitadas nas suas organizações de origem.

Eva Blay, que foi a primeira Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, refere-se aos Conselhos Estaduais e Nacional como órgãos de cunho *"artesanal no profissionalismo político (...), etapa importante na direção do avanço (...) uma efetiva profissionalização destes órgãos que assim se tornarão interlocutores do mesmo nível que a secretaria ou ministérios (...) na estrutura do Estado"* (Blay, 1987).

"Foi através do Conselho que vários líderes negros, fosse em apoio, fosse em oposição ao Conselho, saíram do anonimato ou do espaço restrito do seu grupo. Com isto, o Estado passou a reconhecer as diversas vozes do movimento negro, aprendendo suas necessidades e fragilidade." (Oliveira,1992).

O Conselho acabou se constituindo, para uns segmentos, no único espaço de encaminhamento de propostas da comunidade negra, independentemente de filiação partidária, enquanto que, para outros, o Conselho se apresentava como apenas mais um espaço.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

NOME	REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	PARTIDO POLÍTICO
ALBERTO ALVES DA SILVA FILHO	SOCIEDADE CIVIL	ADVOGADO E DIRIGENTE DE ESCOLA DE SAMBA	PMDB CAPITAL
ANTÔNIO CARLOS ARRUDA	SOCIEDADE CIVIL	ADVOGADO	PMDB CAPITAL
ANTÔNIO JOEL DA CONCEIÇÃO	SOCIEDADE CIVIL	ADMINISTRAÇÃO	PMDB RIO CLARO
ANTONIO OLIMPIO SANTANA	SOCIEDADE CIVIL	TEÓLOGO METODISTA	PT PIRACICABA
OSWALDO RIBEIRO	SOCIEDADE CIVIL	ADVOGADO E DIRIGENTE SINDICAL	PMDB CAPITAL
MARIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	SOCIEDADE CIVIL	PROFESSORA	PDT SANTOS
GENÉSIO DE ARRUDA	SOCIEDADE CIVIL	TAPECEIRO	PMDB CARAPICUÍBA
HÉLIO SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	PROF. UNIVERSITÁRIO. DE ECONOMIA	PMDB CAPITAL
ADEMIR JOSÉ DA SILVA SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	ADVOGADO E ANALISTA DE SISTEMA	PMDB CAMPINAS
MILTON SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	PROFESSOR	PMDB
ADONIAS AUGUSTO DOS SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	FUNÇÃOÁRIO DA FEBEM	PT CAPITAL
ALUIZIO RODRIGUES DOS SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	ADMINISTRADOR	PMDB TAUBATÉ
ERNANI DE ALMEIDA	SOCIEDADE CIVIL	ENGENHEIRO	PMDB BAURU
MARCO ANTÔNIO ZITO ALVARENGA	SOCIEDADE CIVIL	ADVOGADO	PMDB CAPITAL
MÁRIO ASSUMPTÃO	SOCIEDADE CIVIL	FUNÇÃOÁRIO PÚBLICO	PMDB CAPITAL
OSVALDO SANTIAGO	SOCIEDADE CIVIL	SINDICALISTA/TELEFÔNICO	PMDB BARUERI
VILMA LÚCIA DE OLIVEIRA	SOCIEDADE CIVIL	ASSISTENTE SOCIAL	PMDB CAPITAL
VLADÍMIR RODRIGUES DOS SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	JOGADOR DE FUTEBOL E SINDICALISTA	PT
UBIRACI DANTAS	SOCIEDADE CIVIL	SINDICALISTA/METALÚRGICO	PMDB
IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS	SECRETARIA DE GOVERNO	QUÍMICO E PROFESSOR	PMDB
JOSÉ EUGENIO SOARES	SECRETARIA DE GOVERNO	JORNALISTA	PMDB
CLÁUDIO FRANÇA E	SEC. ECONOMIA E	ECONOMISTA	PMDB

SILVA	PLANEJAMENTO		
MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO	SECRET. ECONOMIA E PLANEJAMENTO	ECONOMISTA	PMDB
JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA GALVÃO	SECRETARIA DE JUSTIÇA	ADVOGADO DA JUNTA COMERCIAL	PMDB
HELVÉCIO RIBEIRO PINTO	SECRETARIA DE JUSTIÇA	ADVOGADO	PMDB
RACHEL DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PROFESSOR	PMDB
HILMO ALVES	SECRET. EDUCAÇÃO	PROFESSOR	PDS
ADEMAR FERREIRA DA SILVA	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	ATLETA OLÍMPICO	PFL
SÔNIA FÁTIMA CONCEIÇÃO	SECRET. PROMOÇÃO SOCIAL	SOCIÓLOGA	SEM PARTIDO
IRAILDES SANTOS BONFIM	SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO	ADVOGADA	SEM PARTIDO
ANTÔNIO ASSIS	SECRET. RELAÇÕES DO TRABALHO	ADVOGADO	SEM PARTIDO
PAULO ROBERTO LISBOA	SECRETARIA DE CULTURA	ADMINISTRADOR	SEM PARTIDO
RAQUEL TRINDADE	SECRET. CULTURA	ARTISTA PLÁSTICO	SEM PARTIDO
JURANDYR ROQUE CARLOS BITTENCOURT	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	MAJOR DA POLÍCIA MILITAR	SEM PARTIDO
JOÃO LEITE DE GODOY FILHO	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	CAPITÃO DA POLÍCIA MILITAR	SEM PARTIDO
VALDIR NOGUEIRA DA SILVA	NÉGOCIOS METROPOLITANOS	ADMINISTRADOR DE EMPRESA	PMDB
EULÁLIA MARIA DOS SANTOS	NÉGOCIOS METROPOLITANOS	ADMINISTRADORA DE EMPRESA	PMDB

CAPÍTULO V

O CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA

A criação do Conselho, surgido num período de transição política, descortinou o véu que encobria o racismo institucional. Recupero a citação de Andrews (1985), feita anteriormente "*discriminação assenta-se sob formas silenciosas e, às vezes, inconscientes, tornando difícil identificá-la e transformá-la em ação política*".

O racismo faz parte da sociedade paulista onde o comportamento, aparentemente livre de preconceitos, foi duramente denunciado por muitas entidades em São Paulo como, por exemplo, a **CACUPRO** – Casa de Cultura e Progresso, o **CECAN** – Centro de Cultura e Arte Negra e o **CECAB** – Centro de Cultura Afro-Brasileira, bem como o **CEAB** – Centro Afro-Brasileiro, o **Grupo de Teatro Evolução** de Campinas, o **Grupo de Teatro Rebu**, de São Carlos, e o **Grupo de Teatro Zumbi**, de Santos.

Os homens e mulheres que faziam parte dessas instituições tiveram participação intensa nos anos 70, na luta contra a discriminação racial, juntamente com a **Frente Negra de Ação Política de Oposição – FRENAPO**, criada por lideranças do movimento negro e por políticos profissionais que se organizaram para marcar posição contra os políticos eleitos pelo MDB e, na reestruturação partidária, fizeram opção pelo PDS.

O primeiro impacto, jamais superado, foi afirmar a existência de uma comunidade negra que, independentemente das pessoas terem ou não preconceitos, era vítima de discriminação racial, para cuja perpetuação o Estado contribuía, por meio de suas agências.

Em cada atividade do Conselho a discriminação racial ocorria de forma aberta e o conflito se estabelecia, pois as políticas públicas nunca haviam sido pensadas para levar em conta a participação da sociedade e muito menos de lideranças da comunidade negra.

O Conselho foi entendido sempre como instrumento político, com características específicas, com uma ação de uma equipe multidisciplinar, que deveria combinar a experiência de militância do

movimento negro e o profissionalismo sobrepondo a improvisação e o voluntarismo. Entretanto, o Estado e os servidores públicos não estavam preparados para a novidade.

O Conselho acabou sendo um órgão para elaborar, propor, co-executar e executar políticas, cujo público alvo era a população negra. Desde o início, preocupou-se com a competência na geração de resultados mensuráveis e que pudessem ser acompanhados e avaliados. Os recursos escassos obrigaram o estabelecimento de estratégias para a definição de prioridades e adequação às exeqüibilidades financeiras, ampliando os horizontes somente dentro das possibilidades reais de êxitos e resultados.

A preocupação com o levantamento de informações relativas às políticas para a população negra determinou que se fizesse um esforço concentrado, em um curto de espaço de tempo, mantendo audiências e conversas permanentemente com técnicos das Secretarias. Logo constatou-se que, muito mais que levantar informações, era necessário sensibilizar os servidores públicos sobre a questão racial como fator importante na formulação de políticas públicas. Assim, diversas parcerias e alianças foram articuladas com esse objetivo.

O Conselho foi formado com representantes de nove Secretarias:

- 1- Secretaria de Governo
- 2- Secretaria de Economia e Planejamento
- 3- Secretaria de Justiça
- 4- Secretaria de Educação
- 5- Secretaria de Promoção Social
- 6- Secretaria de Relações do Trabalho
- 7- Secretaria de Cultura
- 8- Secretaria de Segurança Pública
- 9- Secretaria dos Negócios Metropolitanos

As demais Secretarias não tinham assento no Conselho, mas participavam de suas atividades por meio de Comissões de Trabalho, constituídas por especialistas, pesquisadores e conselheiros:

1- Comissão de Relações de Trabalho

Tinha por objetivos identificar as condições da população negra no mercado de trabalho, incluindo empresas que praticavam a discriminação racial, além de preparar negros para os concursos públicos.

2- Comissão de Educação

Seu objetivo era potencializar esse setor, desde o Mobral até o 1º, 2º e 3º graus, rever os livros didáticos, e realizar pesquisas sobre a condição da população negra na área da educação. Essa comissão deveria também apresentar sugestões para as Secretarias Estadual e Municipais de Educação, MEC, universidades e demais entidades do setor educacional.

3- Comissão de Segurança Pública

Estava incumbida de elaborar um projeto que definisse uma política de relacionamento entre as polícias civil e militar e a população de periferia, em especial a população negra, buscando combater o estereótipo do negro como suspeito pela polícia.

4- Comissão de Comunicações

Tinha como objetivos:

- desenvolver políticas voltadas para o setor de comunicação com vistas a combater a invisibilidade da população negra e os estereótipos na mídia;
- desenvolver um programa de divulgação do Conselho;
- realizar campanha publicitária;
- coordenar o trabalho de relações públicas junto à Assembléia Legislativa, Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e demais órgãos representativos da sociedade, nas atividades e projetos em desenvolvimento no órgão.

5- Comissão de Economia e Planejamento

Deveria atuar no sentido de incluir o recorte racial nas pesquisas sócio-econômicas da população negra e apoiar iniciativas empresarias da população negra. Estava encarregada também de realizar um mapeamento (quantitativo, distribuição partidária, situação regional), fazendo cruzamento com os dados do IBGE, para conhecimento efetivo da situação real da população negra no Estado, realizar estudos de alternativas de representatividade e definir métodos para ação.

6- Comissão do Interior

Estava incumbida de elaborar e implantar um programa para descentralização progressiva das atividades do Conselho, obedecendo a seguinte ordem: Capital, Grande São Paulo, Regiões Administrativas, cidades mais desenvolvidas do Interior, cidades menores com maior grau de organização comunitária, levando em conta o crescimento do trabalho, condicionando a capacidade de atendimento da demanda e das reivindicações.

Deveria também atuar junto às 13 sedes das regiões administrativas do Estado, criando 13 Delegacias Regionais, visando a interiorizar o trabalho.

7- Comissão do Menor

Tinha por objetivo atuar junto à FEBEM, propondo estudos e sugestões para equacionar e colaborar com as questões relacionadas à criança abandonada.

8- Comissão da Cultura

Objetivava a realização de eventos e seminários relacionados com a produção cultural da população negra.

9- Comissão de Justiça

Tinha de desenvolver trabalhos na área, propondo ações relativas à situação do egresso, prisão cautelar e recuperação do detento. Estava encarregada também de rever a Lei Afonso Arinos.

10- Comissão de Saúde

Deveria realizar o levantamento de doenças que atingem preferencialmente a população negra e propor programas de saúde com recorte racial.

Recursos humanos e orçamento

Os recursos humanos para a execução das tarefas do Conselho, que foram se apresentando com complexidade crescente, impôs a necessidade de desenvolver a formação de diversas equipes numérica e profissionalmente capazes de desenvolver projetos. Recorreu-se ao comissionamento de servidores públicos da Administração direta, de autarquias e empresas estatais. Profissionais como psicólogos da área de recursos humanos, professores, técnicos administrativos, entre outros, foram sendo incorporados.

A complexidade das tarefas levou o Conselho a estabelecer prioridades em algumas Secretarias, como a de Segurança Pública, Educação, Relações de Trabalho e Governo. Cada uma dessas Secretarias instituiu Assessorias e Grupos de Trabalho específicos por meio de Resoluções, publicadas no Diário Oficial do Estado. A publicação foi fundamental para que os servidores reconhecessem a importância do trabalho desenvolvido no combate à discriminação racial.

a) A Comissão de Educação

A educação é determinante na vida do negro e por isso, é uma das bandeiras que sempre fez parte da pauta das principais reivindicações. Rebatendo o estereótipo do desinteresse pela educação por parte do negro, encontramos o racismo como parte do cotidiano no ambiente escolar.

O Conselho empenhava-se em questionar a educação eurocêntrica e sua reprodução consciente e inconsciente dos preconceitos que permeiam nossa sociedade e estão presentes no espaço da escola, nas relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores.

Já nas primeiras conversas com os professores, desde a criação do Conselho, ficou evidenciado o abismo que separava a tarefa de trabalhar esse tema: o despreparo, a desinformação, o desconhecimento e a inexistência na formação dos professores de uma prática pedagógica que soubesse identificar os estereótipos, preconceitos e a invisibilidade do negro nos materiais pedagógicos. A presença negra nos materiais pedagógicos, quando visível, era tratada de forma estereotipada, estigmatizada, acabando por reforçar o sentimento de auto-rejeição em se afirmar como negro.

Uma das maiores e mais importantes Comissões Temáticas do Conselho da Comunidade Negra era a de Educação, que chegou a ter quinze pessoas. Eram, em sua maioria, mulheres: professoras, negras e brancas, de diferentes partidos, voluntárias que não ocupavam cargos remunerados no Conselho. As reuniões eram abertas à participação de todos. Entretanto, a composição dessa comissão foi lenta, pois os professores foram recrutados através de indicações.

"Uma estratégia adotada foi participar sistematicamente de encontros de educação e abordar professores negros militantes de entidades de classe, convidando-os a participar das reuniões da Comissão. Foram, basicamente, encontros utilizados pelos professores como espaço para expor suas dificuldades profissionais e refletir sobre a sua atuação como educadores negros. Os programas da Comissão de Educação eram gestados coletivamente e o próprio grupo se encarregava de sua implantação. Cada professor era um divulgador do programa em sua escola e em sua região".

"Nossos programas foram frustrados: ainda não podiam se apoiar nas experiências de outros estados e faltava conhecimento

de teorias de educação e teorias sobre relações raciais, além de informações empíricas sistematizadas, para orientar melhor o trabalho. Não havia professores negros em posições políticas importantes e os órgãos de decisão da Secretaria de Educação dificultavam muito o trabalho” (Oliveira, 1992).

Por ser o Conselho da Comunidade Negra um órgão do Estado, a Comissão de Educação desenvolveu estratégias de trabalho na Secretaria de Educação e escolas oficiais, com o objetivo de que professores, alunos, supervisores, enfim toda a comunidade escolar pudesse refletir sobre a questão racial.

Esse trabalho teve início com uma audiência, presentes o Secretário de Educação, Sr. Paulo Renato de Souza, a Sra. Rachel de Oliveira e Sr. Hilmo Alves, membros titular e suplente, respectivamente, da Comissão Executiva do Conselho.

Nessa primeira audiência, ficaram estabelecidas as diretrizes de relacionamento com a Secretaria de Educação e a necessidade de se obter dados concretos sobre a situação educacional dos negros. Decidiu-se que o Conselho da Comunidade Negra e a Secretaria Estadual de Educação realizariam uma pesquisa, com a finalidade específica de desenvolver um diagnóstico geral da educação da população negra no Estado de São Paulo.

Durante as discussões posteriores com os responsáveis dos órgãos por essa pesquisa, a primeira dificuldade foi a realização de um censo sobre a presença negra nas escolas. A questão de como incluir o item cor gerou profundas discussões, quase caminhando para o impasse, pois alegava-se que muitas pessoas sentiam que essa caracterização era discriminatória. Esse primeiro episódio deu a dimensão dos obstáculos e das atitudes racistas que poderíamos encontrar.

A primeira e grande lição para aqueles que estão envolvidos com o movimento negro e que pretendem fazer algum trabalho junto a órgãos de governo, de maneira geral, é a barreira quase intransponível que é a inclusão do item cor nas pesquisas sobre quem é negro.

A alternativa encontrada diante do impasse foi a realização da pesquisa sobre a realidade educacional dos negros em São Paulo, utilizando a parceria da Fundação Carlos Chagas, órgão reconhecido pela Secretaria de Educação.

A pesquisa compreendia um levantamento bibliográfico, procurando realizar a síntese sobre estudos e pesquisas que tratavam direta ou indiretamente do tema. Preocupou-se também com os estudiosos e com a fala dos militantes do movimento negro, com a produção destinada à infância e adolescência e, finalmente, fez uma ampla tabulação dos dados fornecidos pelo IBGE e SEADE.

Na pesquisa sobre a imprensa negra há uma constatação de que a comunidade negra valoriza o papel da educação como uma maneira de resgate de sua auto-estima. O Salve 13 de maio ? foi um dos projetos que de fato conseguiu atingir toda a comunidade escolar.

Ao final de dois anos, ficou evidenciado que a escolarização consciente é para o negro uma arma contra a discriminação racial.

O setor de educação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra procurou fomentar e ampliar uma discussão sistêmica e crítica sobre as necessidades que a comunidade negra encontrava no plano educacional. Nesse sentido, teve-se como prioridade a necessidade de criar um conjunto de atividades voltadas para a educação formal, ou seja, atuação direta na rede de ensino oficial, por meio dos órgãos da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Essa iniciativa se deu em primeiro lugar levando-se em conta os contatos em trânsito e as propostas já encaminhadas pela Comissão da Educação do Conselho àqueles órgãos.

Considerando as conclusões advindas das discussões sobre a situação educacional dos negros, a Comissão de Educação tirou como prioridade as seguintes propostas:

- pesquisa e análise da situação educacional dos negros em São Paulo;
- reformulação do grade curricular, incluindo toda a contribuição dos afro-brasileiros (política, econômica e sócio cultural);
- introdução da História da África como contribuição para a identidade dos afro-brasileiros e origem do elemento negro;
- reciclagem de professores nível I, em Língua Portuguesa e Estudos Sociais;

- participação em congressos, simpósios e encontros de educadores;
- formação de grupos de professores negros, ou não, que atuassem em nível de DRECAP e DREM, aproveitando momentos de reuniões para distribuição de material para levantar questões referentes ao assunto educacional dos afro-brasileiros;
- formação de coordenadores para organizar o 1º Encontro Estadual de Educação dos Afro-Brasileiros;
- trabalho dentro das entidades de classe divulgando o trabalho da Comissão de Educação;
- discussão do curso noturno e democratização da escola pública;
- debate sobre como trabalhar a questão da pequena frequência de alunos negros nas escolas mesmo em bairros de periferia;
- divulgação dos trabalhos da Comissão de Educação por intermédio dos meios de comunicação;
- elaboração de projeto de Educação Alternativa extensiva à família;
- frente à omissão da Secretaria com relação aos livros didáticos que depreciavam a imagem do negro, assegurar a edição de livros de autores negros (literatura, história etc.), por intermédio da Fundação do Livro Escolar - FLE, dando acesso, conseqüentemente, às editoras, para comercializarem seus produtos, com preços mais baixos, dentro da escola;
- elaboração de material de subsídio para a Comissão de Educação do Conselho;
- debate acerca do problema do livro didático e encaminhamento de documento ao Ministério da Educação e às Secretarias, solicitando posicionamento;
- formação de grupos para discutir "Constituinte Educação".

Segundo a Profª Rachel de Oliveira, Coordenadora da Comissão, os projetos se avolumaram nos órgãos centrais de educação, como a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas- CENP e a extinta Fundação para o Livro Escolar e só começaram a acontecer quando foram implementados quase à revelia desses órgãos.

Como parte das estratégias de envolvimento da Secretaria de Educação, em 30 de abril de 1985, foi promovida a visita do Secretário Estadual de Educação, Prof. Paulo Renato Costa Souza, ao Conselho da Comunidade Negra, com o objetivo de encaminhar propostas educacionais relativas ao negro.

Ao final desse encontro, ficou definido que seria criada, na Secretaria de Educação, uma Assessoria Afro-brasileira para que fosse iniciado um trabalho de resgate cultural junto aos educadores nesse órgão. A partir daí ficou estabelecido o contato direto entre o Conselho e a Secretaria de Educação.

*"As possibilidades de ter um assessor negro dentro da Secretaria aumentou, em parte, o prestígio da Comissão e, de fato, viabilizou alguns projetos, como o **Salve o 13 de maio ?**, mas esta estratégia ainda era insuficiente para responder à crescente demanda feita pelas escolas da rede e pelo movimento negro. A Comissão de Educação começou a reivindicar a ampliação dessa Assessoria e, em outubro de 1986, no mesmo ano em que se iniciou o projeto 13 de Maio, foi criado, na Secretaria de Educação do Estado, o **Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros (GTAAB)**. O GTAAB surgiu quando a comissão já havia acumulado uma certa experiência na rede escolar. O próprio projeto Salve 13 de maio ? criara uma demanda de atuação da Comissão incompatível com a pequena estrutura que a Secretaria lhe oferecia.*

O GTAAB foi criado em 1986 pela Resolução nº 267, publicada em 15/10/86, com o objetivo de formular uma política para a erradicação do preconceito racial contra o negro no sistema educacional (...) Foi através da criação do GTAAB que a Comissão de Educação pode legitimar sua interferência nos programas escolares (...) não podendo mais serem expropriados por outros grupos da Secretaria que incorporavam nossas sugestões, mas nos excluíram dos trabalhos " (Oliveira,1992).

- Reformulação do conteúdo curricular na área de Geografia e Estudos Sociais, na Secretaria Municipal

A partir de uma audiência com a Secretária Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, em que foram apresentadas propostas da Comissão de Educação do Conselho, ligadas à questão educacional do negro (entre elas, a revisão historiográfica do negro na sociedade brasileira), a Comissão de Educação participou do trabalho de revisão

curricular na área de Geografia e História, juntamente com a equipe de Estudos Sociais do Setor de Currículo do Departamento de Planejamento – DEPALN , daquela Secretaria.

- **Cartazes**

Além do cartaz sobre o 13 de maio, distribuído na rede escolar, a Comissão de Educação elaborou também o cartaz sobre a data de 20 de novembro, com o mote **“Zumbi vai à escola e dá lição de liberdade”**. O objetivo desse cartaz foi fixar, por meio de seu *lay-out*, principalmente na comunidade escolar, a bandeira de luta da comunidade negra, ou seja, promover, utilizando esse recurso visual, um avanço na conscientização da população afro-brasileira.

- **Participação da Comissão de Educação na I Feira Comunitária Escolar**

Nos dias 5 e 6 de outubro de 1985, realizou-se, na Zona Leste da capital São Paulo, a I Feira Comunitária Escolar, promovida pela 7ª Delegacia de Ensino, com a participação efetiva de 23 escolas e demais entidades comunitárias da região.

Esse evento idealizava uma maior integração entre a comunidade e as escolas e também a divulgação da contribuição cultural dos estados brasileiros, países e continentes, apresentados em estandes.

A participação da Comissão Executiva se deu pelo assessoramento e apoio ao estande do continente africano, de responsabilidade da Escola Estadual de Primeiro Grau “Profª. IRENE RIBEIRO”.

Em conjunto com essa escola, foi possível levar àquela comunidade várias manifestações da cultura afro-brasileira, além de algumas personalidades, tais como o historiador Clóvis Moura e o Cônsul honorário do Togo, Sr. Marcos Ananis, entrevistados pelos alunos, no sentido de veicular a cultura brasileira, intimamente ligada à cultura africana.

Os grupos apresentados nessa Feira foram:

- **Quilomboje** – Literatura;
- **Militantes do Movimento Negro Unificado** do Rio de Janeiro - expondo artesanato e brincos afros;
- **Wanda e Equipe** – culinária afro-brasileira;
- **Lizar** – artes plásticas;

- **Grupo Bandalá** – dança afro;
- **Toninho Crespo e Banda** – música afro.

A apresentação desses grupos contou com o apoio de material explicativo sobre cada um deles, elaborado pela Comissão de Educação.

O trabalho rendeu à E.E.P.G. Prof^a. IRENE RIBEIRO o 1º prêmio, sendo visto pela comissão julgadora como o estande que apresentou efetivamente a manifestação e a influência de uma grande parcela da população brasileira, ou seja, a comunidade negra, com caráter eminentemente educativo.

- **II Encontro Nacional sobre a Realidade do Negro na Educação**

A participação da Comissão de Educação nesse Encontro teve como objetivo ampliar o nível de informações na comunidade negra sobre a realidade do negro brasileiro, analisar criticamente, a partir das exposições dos painéis, a situação do negro no Brasil e coletar relatos sobre o resgate cultural político, social e histórico do negro brasileiro.

Importante também nesse Encontro foi o intercâmbio de informações entre vários setores da comunidade negra, envolvidos com a questão educacional em todo o País.

- **VISITA À FUNDAÇÃO DO LIVRO ESCOLAR - FLE**

Foi realizada visita à FLE, pela Comissão Executiva e Diretores do Conselho, oportunidade em que se verificou a possibilidade de educadores membros da comissão trabalharem na revisão do livro didático, como também a edição de livros e cartilhas sobre vultos históricos negros, em especial, escritores.

- **PALESTRA COM PROFESSORES SOBRE A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS AFRO-BRASILEIROS**

No dia 09 de novembro de 1985, a Comissão de Educação reuniu cerca 70 professores no Teatro Caetano de Campos, interessados em discutir a situação educacional dos afro-brasileiros.

Dessa reunião foram tiradas várias propostas pela plenária, e atividades específicas desenvolvidas pela Comissão.

- PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA

Nos trabalhos gerais do Conselho, participamos ativamente na organização do curso sobre Constituição e Constituinte, realizado no dia 10 de agosto de 1985, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas da comunidade da Capital e do interior.

- I ENCONTRO SOBRE O MENOR

O Conselho também procurava participar de atividades promovidas pelo Conselho da Condição Feminina. Dentre elas, destacou-se o I Encontro sobre o Menor.

- CRIAÇÃO DE GRUPOS ESPECÍFICOS

A Comissão de Educação debruçou-se sobre enormes desafios, como o de formar diversos especialistas, pesquisadores e procurar integrar os vários programas da Secretaria.

Para maior atuação e visando a uma maior participação da Comissão para atender às ansiedades da Comunidade Negra, após reuniões gerais, foram definidos três Subgrupos de educadores para áreas de atuações específicas: Social - que desenvolveria projetos de educação, Eventos - para participação em congressos e fóruns, e Currículo - para discutir a democratização da escola e o currículo escolar.

Subgrupo Social: esse grupo tinha como objetivos: consolidar as propostas da Comissão de Educação, desenvolvendo projetos de educação alternativa e de cultura popular; conhecer os controles das organizações econômicas dirigidas às minorias sociais, nível de planejamentos municipais, estaduais e nacionais; e enfatizar aos órgãos culturais e tecnológicos a necessidade de reestruturação das escolas de Magistério e Universidades, visando a incluir conteúdo que propiciassem o pleno conhecimento da realidade econômica e histórica do país.

Subgrupo Eventos: deveria ter maior atuação em congressos, simpósios e encontros, discutindo a problemática educacional do negro, sensibilizando educadores e apresentando as propostas da Comissão.

Subgrupo Currículo: tinha a finalidade de discutir a democratização da escola e a qualidade de ensino da escola pública, analisando e interferindo no currículo escolar, introduzindo a contribuição política, econômica e cultural dos afro-brasileiros, além da

função de pesquisar o índice de matrícula, evasão e repetência e reivindicar bolsas de estudos para alunos de baixa renda.

- PARTICIPAÇÃO NO III CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Representando a Comunidade Negra de São Paulo, a Comissão de Educação se fez presente no III Congresso Estadual de Educação, onde distribuiu um manifesto reivindicando várias mudanças no sistema educacional, bem como propondo alternativas visando atender à população negra.

- DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DA REVISTA PAULICÉIA

Com a entrevista da Conselheira e Coordenadora da Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra, Rachel de Oliveira, a Revista Paulicéia elaborou a matéria "VIVA ZUMBI", onde a professora e pedagoga manifestou a posição do Conselho em relação à data 13 de maio. Também relatou seu trabalho, enquanto professora, de conscientização e esclarecimento que realiza junto aos alunos nessa data, dando uma nova perspectiva e colocando a figura de Zumbi dos Palmares como o verdadeiro símbolo de lutas e aspirações de liberdade para a comunidade negra.

- SALVE 13 DE MAIO ?

De acordo com a Resolução 95/86 da Secretaria Estadual de Educação, o dia 13 de maio, Abolição da Escravatura, ficou instituído como o- "**Dia de debate e denúncia contra a discriminação racial**".

Com o objetivo de questionar a abolição da Escravatura e a Democracia Racial, foi introduzido em toda a rede escolar o projeto Salve 13 de maio ? , com a seguinte programação:

- Dia 06/05/86- Participação no Programa Prioridade Educação pela RTC – Rádio e Televisão Cultura, às 22 horas, com debate sobre "O papel da escola na erradicação do preconceito racial".
- Dia 12/05/86 – Realização de mesa redonda sobre "A discriminação racial na educação e no trabalho", com a apresentação do vídeo "O negro no mercado de trabalho", no auditório Fernando Azevedo da Casa Caetano de Campos, sede central da Secretaria Estadual de Educação.

- Dias 13/05 a 06/06/86 – Realização, no espaço escolar, de atividades utilizando o texto intitulado Salve 13 de maio ?, sobre a história do negro no Brasil, abordando os seguintes tópicos: “De onde vieram nossos ascendentes negros”, “Como o negro foi trazido para o Brasil na condição de escravo”, “Como era o transporte de escravos”, “A resistência do povo africano”, “O que eram os Quilombos de Palmares”, “Como se chegou a 13 de maio”, “Após 13 de maio como ficou o negro liberto ?” .

O “Salve 13 de maio ?”, além de subsidiar toda a rede estadual de ensino, encaminhou às escolas sugestões de atividades propondo a leitura e discussão do mesmo, realização de palestras e entrevistas com membros de entidades negras e militantes do movimento negro, pesquisa de opinião envolvendo pessoas presentes no espaço escolar e na comunidade em geral, fórum de debates intercalasses, coleta de análises de informações veiculadas nos jornais, rádio e televisão, entre outras sugestões.

A partir do período proposto oficialmente pela Secretaria de Educação, as escolas desenvolveram atividades letivas questionando a importância do negro na formação da sociedade brasileira e o papel da escola na luta pela eliminação do preconceito racial contra o negro, dentro do tema Negro, Educação e Constituinte.

Além dessa participação direta dos alunos, foram realizadas pela equipe do Setor de Educação, palestras em 20 escolas e 3 faculdades, com o objetivo principal de conscientizar toda a clientela escolar sobre o problema da questão racial. Estiveram visitando o Conselho, no período de 12 de maio a 30 de junho, 40 escolas, cujos alunos também puderam desenvolver trabalhos e pesquisas entrevistando e questionando o setor de educação sobre esse tema.

Mesmo após o encerramento do período de veiculação do projeto, grupos de alunos passaram a visitar o Conselho da Comunidade Negra, com o objetivo de levantar propostas e analisar o projeto, reconhecendo principalmente o problema individual da criança negra, já que ela representa um percentual maior do contingente de menores vivendo em condições inadequadas.

- PARTICIPAÇÃO NA IV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - CBE

Com o painel intitulado “O papel da escola no combate ao racismo”, coordenado pela Conselheira Rachel de Oliveira, foi

desenvolvido um trabalho na IV Conferência Brasileira de Educação em Goiânia, nos dias 2 a 5 de setembro de 1986.

O tema abrangia os seguintes itens:

- Revisão Histórica – Prof^a. Rachel de Oliveira;
- A Escola no Combate ao Racismo- Prof. Ismael A . Freire;
- Educação e Trabalho – Psicóloga Maria Aparecida Silva B. Teixeira.

Dentro desses itens apresentados foi possível retratar a posição do negro no processo histórico, social e educacional naquele momento, bem como desenvolver um trabalho a nível nacional, posicionando os professores e as autoridades educacionais diante do problema do racismo.

Na avaliação do GTAAB, realizada pela Prof^a. Rachel de Oliveira, algumas informações importantes deram a dimensão da discriminação racial sofrida pelos negros:

"Apesar de ser um grupo diretamente ligado ao Gabinete do Secretário, o GTAAB enfrentou uma série de problemas: discriminação racial , profissional e partidário.

Com muita dificuldade conseguimos uma pequena sala e um ramal telefônico. A sala n. 45 do andar térreo da Casa Caetano de Campos - Secretaria de Educação, onde o grupo se alojou inicialmente, estava há tempos interditada por suspeita de vazamento de gás. Ao indicar a sala, o administrador comunicou o fato dizendo que era a única sala que poderia oferecer para que o grupo pudesse guardar o material mas que, por razões de segurança, o local de trabalho não poderia ser ali. Organizamos nosso material naquela sala, solicitamos um ramal telefônico e esquecemos o vazamento de gás. Estranhamente nunca fomos perturbados por qualquer cheiro diferente. Após algum tempo, o mesmo administrador pediu que a sala fosse desocupada com urgência para abrigar um outro grupo da Secretaria. Assim saímos definitivamente do prédio do gabinete e fomos nos instalar na Rua Rego Freitas . A sala que ocupávamos ficou por algum tempo desocupada e, depois, foi transformada em uma pequena sala de reuniões.

Enquanto coordenadora do grupo, era também assessora do secretário, mas nunca foi chamada para participar de reunião de assessores e, dificilmente participava de debates internos sobre a educação. Éramos vistos como militantes negros e não como educadores (...).

Um problema que nos afetava era a pluralidade partidária. Dentro da Secretaria, os grupos de educadores ligados ao partido do governo tinham um certo poder decisão. O GTAAB era um grupo pluripartidário, com apenas um membro ligado ao PMDB. Era através deste membro que se faziam as articulações para reivindicações de espaços políticos para o Grupo. No entanto, sempre perdia prestígio por ser considerado opositorista” (Oliveira, 1992).

Nesse importante depoimento, algumas questões precisam ser destacadas:

- 1- O Conselho criou ramificações dentro do Estado, potencializando o seu papel de elaborar políticas, a partir da criação de grupos de trabalho.
- 2- A experiência de negociar e mediar conflitos no sistema burocrático foi também estendida na ação do GTAAB.
- 3- o GTAAB, criado a partir de uma articulação de militantes do Movimento Negro, sempre foi visto como um corpo estranho à Secretaria.
- 4- A função de Assessoria, como um cargo de confiança, não foi incorporada pelo Secretário. Na administração Montoro, todos os negros que ocuparam cargos de confiança tiveram o mesmo problema, o que só constata que a questão da discriminação racial podia até ser temporariamente incorporada, mas não as pessoas.
- 5- A questão partidária foi equacionada pelo movimento negro de forma singular. Quando da constituição da Comissão, o que aproximou as pessoas não foi o partido político, nem mesmo o programa de governo, mas, sim, a possibilidade de trabalhar a questão do racismo na educação.

b) A Comissão de Segurança Pública

O início dos trabalhos do Conselho na área de Segurança Pública foi marcado por uma tragédia comum na periferia das grandes cidades paulistas: o assassinato de um jovem negro pela Polícia Militar, na cidade de Campinas.

Um jovem negro, funcionário da Companhia Paulista de Força e Luz, foi morto com um tiro na boca porque não admitiu ser preso por

falta de documentação na frente do prédio onde morava. Segundo relatos, ele sobreviveu ao tiro e a polícia rodou durante horas até chegar ao hospital, quando o rapaz já estava morto.

O movimento negro mobilizou a comunidade e acionou o Conselho. A primeira reunião com o Secretário de Segurança Pública para tratar do assunto foi realizada no dia 31 de julho de 1984. O jornal Folha de São Paulo, que circulou em 1º de agosto, registrou o fato em seu editorial, com o título de "Um caso de resistência" que, devido à sua importância e repercussão, reproduzimos alguns trechos:

"Que terra de paradoxos é o Brasil ! Enquanto a transição para a democracia continua em pauta no noticiário político apesar dos descaminhos da sucessão indireta, a crônica da violência policial mostra quanto a vida cotidiana do País ainda está impregnada de autoritarismo.

Ontem, representantes da comunidade negra de São Paulo foram ao Secretário de Segurança Pública, Michel Temer, reclamar a punição de policiais militares acusados de assassinato de um jovem negro em Campinas. (...)

Os boletins de ocorrência policial costumam enterrar casos parecidos na vala comum da 'resistência à prisão'. Sabe-se que a maioria dos mortos são mesmo delinquentes que reagem a tiros. Às vezes são cidadãos pacatos que se apavoram e fogem à aproximação da polícia. O que parece incomum na reação do jovem de Campinas, segundo denúncias, é o fato de ele não haver puxado uma arma nem corrido.

Os líderes negros levaram seu protesto ao endereço certo. O Secretário de Segurança Pública é a autoridade responsável pelos desmandos da polícia estadual por muito que estes reflitam distorções acumuladas ao longo dos anos. Cabe-lhe ao mínimo, atendendo a um compromisso expresso do governo, a impunidade que encoraja exhibições de incompetência e/ou prepotência (...).

O jovem de Campinas não teria sido assassinado se, além de uma polícia mais civilizada tivéssemos uma população menos acostumada a aceitar passivamente a arbitrariedade das chamadas 'prisões para averiguação'. Infelizmente, não só a polícia, mas a própria população tende a considerar suspeito-

ainda mais quando se é negro- andar na rua, sem documentos, embora não exista lei que obrigue a fazê-lo."

Reputamos esse registro como um dos mais importantes para ajudar a esclarecer o papel do Conselho na consolidação e defesa de uma cidadania democrática. A construção da cidadania exige algum tipo de controle dos cidadãos sobre os governantes para que possam proteger-se do poder arbitrário. A defesa dos direitos fundamentais só é possível quando os cidadãos também se sentem parte do processo e percebem-na como resultado de transações entre iguais.

O Conselho conseguiu, no referido episódio, traduzir os anseios de participação da comunidade negra. Entretanto, relendo o editorial, fica o registro da convivência da população com esse tipo de arbitrariedade, como que fazendo parte do cotidiano e da história da cidade São Paulo.

Em estudo sobre a criminalidade e crimes na cidade de São Paulo, entre 1880 e 1924, o historiador Boris Fausto faz um relato do racismo avassalador sofrido pela população negra, por parte das autoridades policiais, médicos, juízes e comerciantes que, estigmatizando a população negra, colaboraram para a formação de uma consciência coletiva em que estão profundamente arraigadas as associações entre negro e ócio, violência e permissividade sexual. *"Não se trata apenas de um preconceito genérico contra o preto, o que se tem diante dos olhos (..) é um ser inferior- preto e pobre"* (Fausto, 1984).

O editorial ainda faz menção às prisões para averiguação e à necessidade de porte permanente de documentação comprobatória de identidade. Hélio Bicudo faz um registro importante sobre esse comportamento:

"A violência policial no Brasil é a regra. A polícia sempre bateu, sempre espancou e sofisticou seus meios de tortura para obter aquilo que jamais obteve, que é a prova da realidade criminal, e que não se faz dessa maneira. Isso decorre exatamente de omissões do Ministério Público e da Magistratura, que têm o dever de fiscalizar a atuação policial e não fiscalizam (...). O que é a prisão cautelar? É a prisão ilegal, porque quando hoje se efetua uma prisão a autoridade que a faz está obrigada, por uma determinação constitucional, a comunicar imediatamente o fato ao juiz competente. Pergunto a vocês: quantas comunicações desse tipo foram feitas numa cidade de 8 milhões de habitantes como São Paulo? Elas são feitas apenas pro forma depois de vários dias, depois que nada se apurou contra aquele

que foi detido, ou depois que já se apuraram, a partir de torturas a que foi submetido o detento, os delitos que ele talvez nem tenha cometido (Bicudo, 1981).

Durante o regime autoritário (1964-1985), o Governo tolerou ou apoiou a violência policial como instrumento de controle político dos segmentos de oposição ao regime (Mesquita, 1999).

Há uma diferença fundamental entre a polícia e os cidadãos. A polícia tem o direito do uso da força física contra outra pessoa no cumprimento do dever legal, preservação da segurança pública, da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Segundo Mesquita, há pelo menos quatro concepções do que se entende por violência policial e que reproduzimos a seguir, de maneira sintética:

1. Do ponto de vista jurídico, há uma distinção entre uso da força e violência. O uso da força seriam os atos cometidos dentro da legalidade, enquanto que a violência seriam os atos de força física cometidos contra outra pessoa de forma ilegal. Por exemplo, o uso excessivo de força física para resolver pequenos conflitos, ou ainda extorsão, tortura. Qualquer uso legal da força física por policiais contra outras pessoas, ainda que ilegítimo, desnecessário ou excessivo é caracterizado como ato de força e não como um ato de violência.
2. Com base no critério de legitimidade do uso de força física, são considerados casos de violência policial não apenas aqueles cometidos na ilegalidade, mas também os que fazem uso ilegítimo da força física. Por exemplo, o uso de arma de fogo durante uma perseguição policial, colocando em risco a vida de outras pessoas.
3. Na concepção jornalística, do ponto de vista dos meios de comunicação, da opinião pública, são considerados atos de violência não somente os ilegais e ilegítimos, mas também os que causam comoção pela irregularidade, anormalidade, uso da força física escandaloso ou chocante por policiais contra outras pessoas. Por exemplo, a desocupação de imóveis invadidos por pessoas humildes e o uso de armamento pesado para fazer barreiras policiais.

4. A utilização de padrões de comportamento para policiais, que poderíamos chamar de critério profissional: a violência policial pode ser entendida não apenas como uso ilegal, ilegítimo e irregular da força física por policiais contra outras pessoas, mas o uso de força física além do que um policial altamente competente consideraria necessário em uma determinada situação.

Entretanto, o comportamento do policial está firmemente fundado em uma cultura que acredita que o controle do crime só pode ser realizado tomando-se determinadas atitudes, tais como:

- uso ilimitado do poder policial;
- os fins que justificariam os meios;
- a crueldade dos criminosos que justificaria qualquer ação policial;
- a incerta tese de incompatibilidade entre direitos humanos e repressão ao crime (Cerqueira, 1998).

"Mais uma vez a Polícia Militar de São Paulo invade residências em pleno Centro de São Paulo, agredindo homens e mulheres e horrorizando crianças.

Duas rádio-patrulhas, sob o comando de um policial visivelmente embriagado, e duas viaturas do tático móvel, montaram um verdadeiro cenário de guerra nas primeiras horas de domingo último, na Rua Silveira Martins, para reprimir militantes do movimento negro que se encontravam numa festa familiar (...).

Esta ação da polícia não pode ser vista como um ato isolado, mas sim como mais uma constatação da realidade vivida quotidianamente pelo povo brasileiro, em particular por nós negros, que a cada dia nos sentimos mais inseguros, em face da ação mais violenta da polícia militar.

Denunciamos aqui mais este ato de violência da polícia militar do Estado de São Paulo.

O Movimento negro convoca todos os democratas e progressistas para, juntos, exigirmos medidas concretas do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Michel Temer, pelas agressões, torturas e mortes sofridas diariamente pelos trabalhadores, na sua maioria negros, por parte da Polícia Militar".

O relato acima é a reprodução de um manifesto produzido pelo movimento negro em 19 de janeiro de 1986, que contou com o apoio do Conselho da Comunidade Negra.

Na cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo, também acontecia mais um ato de violência policial, em janeiro de 1986, conforme relata jornal da região:

“Mesmo sob forte chuva, o ato público para protestar contra a violência policial em São José foi considerado excepcional. A participação da comunidade foi grande e diversas entidades fizeram uso da palavra - entre elas dois rapazes que foram vítimas da violência da Polícia Militar e sua família - que denunciou a perseguição que a polícia lhes faz por serem negros (...). Na ocasião, o deputado estadual Benedito Cintra, do PMDB, anunciou a audiência que haverá nesta segunda feira com o Secretário de Segurança Pública, Michel Temer”.

Esses acontecimentos, entre outros, acabaram gerando os seguintes procedimentos, por parte do Conselho da Comunidade Negra:

1-mobilização de entidades do Movimento Negro, no intuito de prestar ato de solidariedade e pressionar o Secretário de Segurança Pública para realizar apuração;

2-prestação de acompanhamento jurídico às vítimas;

3-agendamento de audiência com o Secretário de Segurança Pública;

4-elaboração de dossiê sobre violência policial;

5-elaboração de pauta de propostas a serem levadas para o Secretário:

- incorporação de seminários, palestras e debates sobre discriminação racial e violência policial, nos cursos de formação e reciclagem das polícias civil e militar, promovidos com a participação do Movimento Negro e do Conselho;
- criação de uma Central de Atendimentos aos casos de discriminação racial e violência policial.

6-Contato com a imprensa para ato na Secretaria de Segurança Pública.

O jornal Diário Popular, que circulou em 25 de janeiro de 1986, registrou a audiência com o Secretário de Segurança, Michel Temer, em matéria com o título “Negros reivindicam a Temer melhor tratamento policial”.

Segue trecho:

"Durante a manhã de ontem, representantes do Movimento Negro, do Conselho da Comunidade Negra, e membros de partidos políticos, como Eduardo Suplicy (PT) e o deputado Benedito Cintra (PMDB), estiveram reunidos com o Secretário de Segurança, Michel Temer, para reivindicar uma conscientização da polícia em relação ao tratamento dispensado para com os negros, discriminatório, segundo eles.(...) O secretário Michel Temer afirmou que vai apurar o caso de agressão e prometeu estudar um plano para atender as reivindicações dos negros, que hoje voltam a se reunir com ele, para apresentar sugestões".

O Secretário de Segurança comprometeu-se em facilitar a discussão das propostas junto às Academias de Polícia Civil e Militar e procurar integrar as preocupações e convidar o Movimento Negro para participar junto aos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), que tinham como funções discutir, analisar, planejar ações comunitárias de segurança e serem um canal mais direto junto à Secretaria.

O sociólogo Phillips Gunn, ao analisar as informações sobre a violência na década de 80, identifica um crescimento generalizado em relação aos homicídios, tentativas de homicídios, e também nos registros de ocorrências de furto e roubo.

No auge da primeira recessão econômica, especificamente entre 1983-1984, houve um surto de roubos superando os furtos. Os dados da região metropolitana sugerem a hipótese de que aumentos de violência foram associados à realidade de recessão econômica.

Confirmando essa hipótese, a Prof^a. Nancy Cardia, nos estudos sobre o uso da violência e o processo de transição democrática nesse período, apresenta uma análise que inicia identificando os homens jovens moradores das grandes cidades como as principais vítimas, e o crescimento dos homicídios se dando ao mesmo tempo em que o Brasil inicia o processo de transição para a democracia, coincidindo com a *"forte crise econômica e restrições do Estado em promover o crescimento econômico ou criar a infra-estrutura para que o crescimento ocorresse"*. Conclui dizendo que *"dois elementos básicos para a redução da violência foram afetados: a economia, que não podia oferecer alternativas para incorporar novos trabalhadores no mercado de trabalho, e o Estado, sem poder interferir na economia e promover o crescimento econômico, punindo aqueles que cometem crimes"*.

O Prof. Paulo Sérgio Pinheiro (1998) vai mais longe em sua análise, afirmando que a Segurança Pública está diretamente vinculada às questões da consolidação da democracia. Cita, entre outras análises, que *“as crescentes pobreza e desigualdade, ligadas à reestruturação da economia, estão associadas ao crime urbano e várias formas da violência, aguçando os conflitos entre grupos na sociedade”*.

Na década de 80, o País passa a ser importante na rota da cocaína destinada à Europa e aos Estados Unidos e transforma-se num paraíso para a lavagem de dinheiro e consumo de armas pesadas (Silva, 1999).

O crime organizado e a criminalidade violenta ameaçam a sensibilidade para a consolidação da democracia, legitima a violência oficial e enfraquece a legitimidade do sistema político (Pinheiro, 1998).

E a polícia? Quando o Governo Montoro iniciou seu mandato, em março de 1983, havia forte expectativa de que houvesse alterações no campo ético, administrativo e político. O movimento em defesa dos direitos humanos nutria uma real esperança de mudanças. A sociedade passava por um período de repulsa contra os abusos policiais.

Desde 1981, Montoro mantinha um grupo de pessoas trabalhando num projeto de governo. Em 1982, passaram a se reunir na Rua Madre Teodoro, que ficou conhecida como “Sorbonne”. De início, o Grupo de Segurança e Justiça foi coordenado por um promotor, Ronaldo Porto Macedo, que faleceu antes do término dos trabalhos, e foi substituído por José Carlos Dias, advogado criminalista, ligado à Comissão de Justiça e Paz, que se destacou na defesa de presos políticos.

O grupo era integrado por delegados de Classe Especial e alguns oficiais da Polícia Militar, nenhum no posto de coronel, e somente três tenentes coronéis. Em razão do número maior de delegados do que de oficiais, a maioria das propostas dizia respeito a mudanças na Polícia Civil: reestruturação da Corregedoria da Polícia Civil, transformação da Escola de Polícia em Departamento, eleições dos membros do Conselho da Polícia Civil, entre outras (Mingardi).

Quanto aos militares, a mudança de mentalidade da PM visava a combater o crime e não o criminoso e, ao mesmo tempo, aumentar o efetivo para o policiamento ostensivo. Para além dos pontos mencionados, a Segurança Pública tinha um diagnóstico de três grandes problemas: aumento do índice de corrupção policial; aumento do índice de violência arbitrária e rebaixamento do índice de eficiência policial.

O Governo Montoro teve, nos quatro anos de governo, quatro Secretários de Segurança: Prof. Manoel Pedro Pimentel, Miguel Reale Jr., Michel Temer e Eduardo Augusto Muylaert Antunes. O Conselho só manteve relacionamento mais estreito com o Sr. Michel Temer e o Sr. Eduardo Augusto Muylaert Antunes.

“O Secretário de Segurança Pública, na maioria dos casos, tem muito pouco vivência do trabalho policial. Geralmente é um político e/ou advogado criminalista. Mesmo que ele venha do Ministério Público ou Judiciário, seus contatos com criminosos, vítimas e policiais se dá em outro nível. Um ditado corrente na polícia diz que ‘Juizes e advogados não conhecem as vítimas, somente os criminosos, e muito após o crime’. O fato é que ele dificilmente teve de correr atrás de um ladrão na favela, ficou envolvido em um tiroteio ou participou do interrogatório de uma vítima ainda traumatizada. Experiências como essas são essenciais quando se trata de baixar uma instrução sobre a ação repressiva. Nada mais sem sentido do que uma ordem provinda da Secretaria durante o Governo Montoro, e baixada por pressão dos grupos de direitos humanos, que proibia o uso de algemas a não ser quando o preso resistisse à prisão. Tal medida não beneficiou em nada os prisioneiros, a não ser facilitando-lhes a fuga. Além disso, criou ressentimentos entre os policiais” (Mingardi).

Os quatro Secretários enfrentaram várias crises e o projeto de mudança da política de Segurança Pública acabou sofrendo com a falta de continuidade.

A gestão do Prof. Manoel foi marcada por uma seqüência de pequenas crises, que colocavam nas manchetes a polícia e o Secretário praticamente todos os dias. Um episódio em especial marcou o governo: uma manifestação contra o desemprego, iniciada no Largo 13 de Maio, na Zona Sul de São Paulo, que acabou transformada num tumulto, com as polícias agindo de maneira desordenada e intimidada. A manifestação foi até as grades do Palácio Bandeirantes. Um dos orgulhos do Governador era que a manifestação foi controlada e não houve um incidente que acabasse em tragédia.

O combate e a detenção de policiais corruptos que praticavam extorsão marcou de maneira significativa a ação no início do governo. O Prof. Miguel Reale Jr. trabalhou num curto período de dois meses na transição que representou um certo recuo das propostas de governo e do PMDB, resultado de uma articulada campanha negativa da imprensa

contra os direitos humanos, associando essa à defesa dos bandidos, e de grupos no interior das polícias que resistiam à mudança.

O Secretário Michel Temer também enfrentou o crescimento da criminalidade comum, principalmente no concernente a roubos e furtos, a exploração pela imprensa dos crimes sangrentos e os desencontros entre PM e Polícia Civil, que foram presentes até na indicação dos nomes para integrar o Conselho da Comunidade Negra. Foram indicados dois oficiais da PM, um major, como titular, e um capitão, como suplente, tornando inviável a indicação de um membro de cada polícia.

Quanto ao ex-Assessor Especial do Governador, advogado e também ex-aluno do Governador Montoro, Eduardo Augusto Muylaert Antunes, nomeado Secretário de Segurança Pública, continuou a enfrentar as dificuldades da imprensa e os desencontros entre as polícias.

"Outro risco que corre o Secretário é de não perceber se as informações que recebe, sobre a parte escusa do trabalho policial, são fidedignas. Na gíria policial, ele é um 'olho de vidro', aquele que olha mais não vê" (Mingardi).

Por sua vez, o Secretário Eduardo Muylaert estabeleceu com o Conselho uma parceria privilegiada, incorporando a idéia de formação de um grupo de trabalho no interior da polícia, com a representação das duas polícias. Foi uma iniciativa que comprometia os dois grupos, entretanto, é preciso registrar, a Lei Orgânica da Polícia define parâmetros muito precisos para indicação de pessoas na ocupação de cargos de chefia, pois estabelece que somente delegados de classe especial podem ser nomeados como diretores de Departamento, delegado geral, chefias de Regional e Seccional.

O espaço de atuação do Secretário ainda sofreu muita pressão por parte de deputados e políticos, o que permite afirmar que a *"cúpula da instituição tem pouca autoridade sobre as bases"* (Mingardi).

A imprensa escrita e os programas de rádio desempenharam um papel permanente no combate contra a política de respeito aos direitos humanos, prestando um grande desserviço, ao distorcer os fatos e dar mais ênfase aos roubos violentos.

Em importante trabalho sobre a polícia, Guaracy Mingardi registra os principais obstáculos à reformulação da polícia: *"As mudanças estruturais não bastam, o governo não controla a forma de agir dos*

policiais, e a cúpula da instituição tem pouca autoridade sobre as bases". Uma das alternativas sempre citadas é a capacitação dos policiais.

Todavia, o trabalho de Mingardi não deixa dúvidas ao fazer a comparação entre a atividade profissional do médico e a do policial, pelo grau de autonomia com que trabalham. O exercício da Medicina exige que o médico se dedique ao estudo durante, no mínimo, seis anos; o médico de plantão é o senhor da vida e da morte. Qualquer decisão que tome não será questionada por ninguém, a não ser em raríssimas ocasiões. O perigo de ser preso ou mesmo perder a licença para clinicar é muito menor do que o do policial ser expulso ou preso.

Outro fator a considerar é o de que um recruta, para trabalhar na polícia, pode ir sem um dia sequer de Academia. O policial está habilitado para o exercício de algumas atividades mais simples, que podem ser aprendidas em outros locais. Disparar uma arma e imobilizar alguém são coisas que não se aprendem exclusivamente na Academia. Isso está intimamente relacionado com a idéia de que ser polícia se aprende na prática e também na delegacia, onde se aprende com os veteranos. Aprende-se a menosprezar o que se aprende na Academia, como se fosse algo distante da prática cotidiana.

A esse quadro, some-se que o serviço do policial tem permanentemente relações de conflito com o sistema judiciário. Segundo Yves Michaud *apud* Mingardi, os conflitos provêm do fato de que a polícia tem como objetivo primeiro a manutenção de certas leis e não o respeito integral a todas as leis. Junte-se a isso, também, a forma corporativa com que enfrentam os problemas de seus subordinados.

Diante de um quadro com tal complexidade, o grau de articulação do Conselho ficou muito aquém das mudanças que poderiam interferir na forma com que a política de segurança pública atuava no campo dos direitos humanos. A reforma na polícia pretendida pelo programa do Governo Montoro não se sustentou, em parte devido às críticas da imprensa, e em parte devido à descontinuidade dos Secretários, que não souberam resistir à pressão daqueles que não desejavam mudanças (Mingardi).

c) Comissão de Relações de Trabalho

A primeira atividade externa do Conselho foi um Seminário sobre Relações de Trabalho, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior sindicato do País. A decisão de realizar esse evento alguns meses após a posse do Conselho sinalizava sua importância.

Para compor o Conselho haviam sido convidados quatro dirigentes sindicais: o Presidente do Sindicato dos Aeroviários, o Presidente do Sindicato dos Jogadores de Futebol, o Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e um Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de São Paulo. Além de duas representantes da Secretaria do Trabalho, advogadas e conhecedoras da administração pública, a equipe foi acrescida de mais duas pessoas que desempenharam papel fundamental para os trabalhos do Conselho: uma psicóloga especializada na área de recursos humanos de uma empresa estatal e um ativista sindical de base.

Com esse núcleo heterogêneo, um forte investimento foi realizado, iniciando um processo fecundo, complexo, rico e inovador. O entendimento sobre a discriminação racial nas relações de trabalho ganharia novos contornos, com repercussão futura.

O período inicial de descoberta de caminhos e estratégias coincidia com as mudanças que estavam ocorrendo no universo sindical com todas as correntes político-partidárias, conflitos e diversidade de posições existentes.

O Jornal do Conselho da Comunidade Negra registrava, no seu primeiro número, que, nos dias 30/11 e 1/12 de 1984, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra realizava o seu primeiro evento, o Seminário sobre Discriminação Racial no Mercado de Trabalho. Na mesa de abertura estavam presentes o Presidente do Conselho, Hélio Santos, o Secretário de Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, Almir Pazzionotto, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Joaquim dos Santos Andrade, o Presidente da Associação dos Diretores de Recursos Humanos, Luís Luigi, o Coordenador de Programação da Rádio Televisão e Cultura- RTC, Fernando Pacheco Jordão, o Deputado Estadual Benedito Cintra e o dirigente sindical Bira, do Sindicato dos Metalúrgicos.

Resgatando trechos da fala dessas autoridades, pode-se ter uma idéia de como o tema era visto naquele momento. Em seu depoimento, o Deputado Benedito Cintra dizia:

"Que tipo de Brasil vamos querer depois de superado este momento político? Assim como em 1891, nas constituições de 1934, 1937, 1945 e 1969 e a questão não foi abordada.

É chegado o momento de participarmos com peso e decisão neste processo político em curso no Brasil, de forma organizada, a fim de que não continuemos a assistir à discriminação sofrida por nossos companheiros diariamente. É necessário discutir nas favelas, nas escolas e nos locais de trabalho, de forma que a maioria da população conduza seus interesses de maneira decisiva neste processo de transição pelo qual passamos(...) as empresas que reconhecidamente discriminam, é preciso que sejam inicialmente advertidas e, caso isto não seja suficiente, o Estado deve intervir."

O líder sindical Joaquim dos Santos Andrade relatou um caso de discriminação racial, ocorrido com um companheiro numa empresa em Santo Amaro, em 1976:

"A raça negra precisa e merece ocupar espaços (...) além da própria lei, nós temos que unir nossos esforços e a nossa luta. Porque para aquilo que a lei não é suficiente para fazer cumprir, a nossa união, a nossa bravura e a nossa consciência devem abrir espaços e passar por cima daqueles que não reconhecem a questão racial e nem à lei querem obedecer. Ninguém ousa dizer em público que discrimina os negros, mas o fazem de maneira sorrateira, de forma subterrânea, maliciosa e covarde. E a essa covardia devemos responder com nossa organização consciente, com o peso da nossa palavra e o peso da nossa ação uniforme."

Em seu discurso, o Secretário Almir Pazzionoto afirmou:

"A discriminação é patente e presente e cabe ao Estado, sob pressão dos mais diversos setores organizados da sociedade, corrigir esta anomalia da discriminação racial (...) pouco adiantam as nossas manifestações verbais, nossos discursos, nossa boa vontade e nosso empenho, na medida em que o Estado não toma a si a responsabilidade, inicialmente, do reconhecimento do fato e da gravidade da questão racial e da discriminação e, em seguida, se proponha, através de medidas rápidas e objetivas, a recuperar o tempo perdido(...)."

Luís Luigi, Presidente da Associação Paulista dos Diretores de Recursos Humanos de São Paulo, deu um dos depoimentos mais marcantes e do Seminário:

"Em reunião com dois grupos de 58 pessoas, ligadas ao setor de recursos humanos, perguntei sobre o que elas achavam sobre o problema da discriminação racial, se existia ou não nas empresas e como isto funcionava. Não houve ninguém que dissesse que não existia. Todos confirmaram que existe o problema da discriminação racial aqui no Brasil. É um tipo de preconceito que vocês terão uma longa luta para vencer, porque é um preconceito sutil, flexível, difícil de definir como é e como funciona. É como se fosse invisível..."

Entre as resoluções do Seminário destacam-se três propostas que acabaram sendo as principais diretrizes seguidas sobre esse tema:

- 1) Implementar uma política de ação conjunta entre a Secretaria de Estado das Relações de Trabalho, Sindicatos, Movimento Negro e entidades de classe, no sentido de se trabalhar em conjunto para combater a discriminação racial no mercado de trabalho;
- 2) Criar, junto ao Conselho, uma comissão de profissionais das áreas afetas ao trabalho, de modo que possam levantar subsídios para a solução do problema da discriminação racial no trabalho;
- 3) Organizar seminários, debates e estudos, de forma a elaborar uma proposta sobre a questão da discriminação racial para a futura Assembléia Nacional Constituinte".

Ao analisar mais detalhadamente os pronunciamentos dos membros da Mesa, temos uma exemplificação do racismo institucional existente nas empresas. Ninguém encontra normas por escrito da não aceitação de negros para cargos de chefia. Entretanto, o dirigente da Associação Paulista de Recursos Humanos assume que é uma prática do cotidiano ao afirmar que *"Todos confirmaram que existe o problema da discriminação racial"*. O racismo institucional ocorre neste momento independentemente do fato das pessoas terem ou não o preconceito aberto ou intencional. O fato é que o resultado é o mesmo.

Todos os depoimentos – tanto do Secretário como do líder sindical e do dirigente da Associação - são de pessoas brancas, acostumadas a conviver e a usufruir do ambiente racista em que a sociedade se manifesta.

"A discriminação institucional é aquela que ocorre independentemente do fato de a pessoa Ter ou não Ter preconceito aberto ou intenção de discriminar O conceito forma-

se a partir da idéia de que o racismo subjacente aos comportamentos individuais, coletivos ou institucionais faz parte da lógica das sociedades racistas nas quais comportamentos aparentemente livres de preconceitos podem gerar conseqüências negativas para os membros de grupos sociais discriminados (Essed, 1991).

(..)Para a discriminação racial no trabalho importa pouco a intenção do agente; o que interessa são os efeitos de sua ação.” (Bento, 2000).

Ao longo das centenas de atividades da Comissão de Relações de Trabalho, o impacto provocado no meio sindical foi significativo, pois a presença de sindicalistas negros facilitou a criação do clima para o debate, mas enfrentou resistências de líderes sindicais, que argumentavam que o debate dividiria os sindicalistas.

Uma das atividades desenvolvidas a partir da Comissão foi o lançamento da publicação “O lugar negro na força de trabalho” (1985), na qual Oliveira e outros apontam como principais características da situação do trabalhador negro: a remuneração extremamente baixa quando comparada a outros grupos e a segmentação dos negros em determinadas atividades e condições de trabalho inferior. Esse trabalho havia sido censurado pela antiga Direção do IBGE mas, graças ao ambiente de transição, houve oportunidade de lançá-lo no Conselho da Comunidade Negra.

Esse trabalho tornou-se referência nos anos 80 e sua divulgação pelo Conselho contribuiu sobremaneira para partirmos de novas bases para orientar a ação do movimento negro.

d) Ação política do Conselho: o pragmatismo da política brasileira com relação à África do Sul

O Brasil mantém relações diplomáticas com a África do Sul desde 1918, quando o então Presidente Venceslau Braz criou um Consulado Honorário na Cidade do Cabo (Decreto 12.996, de 24/05/1918).

Desde o início da aproximação com o continente africano, o aspecto comercial foi preponderante. A África do Sul, pelo seu dinamismo econômico, com um mercado consumidor e uma estrutura de distribuição relativamente desenvolvidos, sempre se apresentou ao Brasil como um parceiro privilegiado.

A África do Sul respondia por uma das maiores variedades de fonte de minerais do mundo, em especial materiais estratégicos como metais do grupo da platina (platina, paládio, rádio, rutênio, irídio e ósnió), necessários para o processo de transformação industrial; diamantes industriais, para instrumentos abrasivos e perfuradores; urânio e carvão, para produção de energia; cromo, indispensável para a fabricação de ligas de aço; manganês, para a fabricação de ferro e aço; vanádio, para fabricação de ligas de aço; antimônio para fabricação de baterias elétricas; titânio, utilizado no emprego de pigmentos. Podemos, ainda, citar andalusite, kianite, silimanite, amianto, feldspato e vermiculite, todos materiais essenciais nos processos industriais de alta tecnologia.

Isso dá uma idéia da importância mundial que a África do Sul desempenhava na produção de minerais, pois o domínio da tecnologia de produção desses minerais, sua extração e comercialização estavam quase que exclusivamente em mãos sul-africanas (Manduca, 1995).

Em 1948, a ascensão do Partido Nacional da África do Sul começou a gerar sérios problemas diplomáticos, como efeito da criação do *apartheid*. O *apartheid* pode ser entendido como um conjunto de medidas legais de discriminação racial, que visava essencialmente perpetuar a hegemonia branca. Essa hegemonia compreendia o controle absoluto e minucioso de todos os aspectos da vida pública e privada dos não europeus, a repressão e o aniquilamento de toda veicidade de oposição.

A partir de 1949 foram promulgadas leis que proibiam os casamentos entre europeus e membros de outras raças e declarava nulos os já ocorridos. Também promulgadas leis que estipulavam que as raças deveriam residir em regiões distintas, proibindo qualquer comércio entre elas, assim como a posse de bens em áreas que não fossem de seu grupo racial; supressão do comunismo, que permitia ao Poder Judiciário realizar qualquer prisão a quem pertencesse a organizações comunistas; e que obrigavam a inscrição da população segundo sua raça, o que definiria onde residiria, seu salário e emprego (Durban, 1969).

Por outro lado, o Brasil sempre se apresentou internacionalmente com a imagem de um país modelo de harmonia racial, constituindo-se no exemplo de país em desenvolvimento e de perfeita convivência racial, conforme consta nos relatórios apresentados à ONU sobre a Convenção Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial:

"I have honor to inform you that since racial discrimination does not exist in Brazil (...) legislation dealing specifically with racial discrimination. No detailed presentation is given, because the historical and cultural background of the Brazilian people is such that this type of prejudice is entirely alien to it" (CERD, 1970).

"The racial integration in Brazil, which is the result of the four centuries of our national development, provides the contemporary world with an experience in harmonious racial living that is unfortunately uncommon in other areas. This integration has not stemmed from laws stipulating that we are one people, but from a natural process spontaneously achieved" (CERD, 1971).

"It would seem superfluous here to repeat the fact that in Brazil racial tolerance and miscegenation antedate any legal statute that might have tried prohibit or supress racial discrimination. It is matter of record that although ethnic integration has existed for centuries in Brazil, the first law to deal specifically with the subject went into effect in 1951. That is the reason why Penal Code does not tackle racial discrimination directly" (CERD, 1974).

"As country that has consolidated its national identity over a long period of ethnic experience, marked by the harmonious integration and cultural congruence of different racial groups, Brazil condemns all acts of discrimination, giving its unwavering support to all initiatives undertaken to combat apartheid, especially to the pertinent resolutions of the United Nations General Assembly and the Security Council" (CERD, 1980).

O Brasil foi uma das primeiras nações a assinar a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial da ONU, em 1965, e um dos primeiros países a condenar o *apartheid* na África do Sul. O Brasil sempre conciliou essas posições com os esforços de manutenção e ampliação do comércio com a África do Sul.

A utilização do vocábulo pragmatismo veio para designar uma fase da política externa brasileira, especialmente a partir do governo Geisel (1974-1978), quando o Itamaraty tomou uma série de iniciativas políticas e econômicas no plano internacional. Nesse período, o Brasil priorizou a intensificação das relações econômicas e políticas com a África negra, especialmente ao sul do Saara.

Para além de uma preocupação de ampliação de mercados externos, o reconhecimento da independência de Angola configurou-se como um novo elemento na busca do fortalecimento da posição brasileira no contexto dos países em desenvolvimento.

A condenação decidida ao racismo e ao *apartheid* na África do Sul convivia com a situação de discriminação racial no Brasil, cuja existência era oficialmente negada⁴.

Um dos temas que sempre fora consensual entre o Movimento Negro e os partidos políticos, conseguindo mobilizar praticamente toda a militância, era a luta contra o *apartheid* na África do Sul. O Conselho da Comunidade Negra, que em sua composição abrigava pessoas que tinham uma aproximação muito estreita com o que se passava na África Austral, passou a liderar as manifestações de protesto no Estado de São Paulo.

Um episódio de protesto contra o *apartheid* marca um dos momentos de mobilização e articulação do Conselho da Comunidade Negra junto às entidades do movimento negro e à sociedade, envolvendo o governo de um Estado num conflito internacional. Foi um espaço onde o governo Montoro abriu o diálogo e tornou-se porta-voz da comunidade negra junto ao Governo Federal e retomou a temática da discriminação racial nessa esfera. Há uma nítida vinculação entre a luta pela democracia no País e a libertação do negro na África do Sul.

No início do mês de agosto de 1985, o noticiário internacional registrava o crescimento da resistência contra o regime do *apartheid*, o julgamento de líderes opositores e a decretação do estado de emergência na África do Sul. Em São Paulo, cerca de duzentas pessoas

⁴ *"Houve época em que o Brasil se contentava em dizer que, havendo essa diversidade, ele não abrigava preconceitos. Não é verdade. Nunca me esqueci do que aconteceu - já me referi a isso em mais de uma ocasião - numa reunião, nos anos 50, no Ministério da Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, quando eu era assistente de Sociologia e trabalhava com o professor Florestan Fernandes e com o professor Roger Bastide dois eminentes sociólogos que se dedicavam ao problema das relações entre negros e brancos no Brasil. Talvez com uma certa ingenuidade, me referi ao fato de que aqui havia preconceito. Dizer isso naquela época era como se fosse uma afirmação contra o Brasil. O presidente da mesa, uma pessoa de grande respeitabilidade, irritou-se. Ao final da reunião, disse-me: 'Olha, eu só não pedi para você se retirar da reunião porque ...' Em seguida, elogiou-me para compensar a manifestação de profundo desagrado pelo fato de eu ter dito que havia preconceito de cor no Brasil"* (Cardoso, 1998)- Discurso do Presidente da República na abertura do Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: O papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos.

fizeram uma passeata de protesto em frente ao consulado da África do Sul, com a presença de políticos do PC do B, como Benedito Cintra, Eduardo Suplicy, do PT e lideranças do PDT (Folha de São Paulo e Jornal da Tarde, 6/08/1985).

Lideravam o protesto militantes do Movimento Negro e representantes de partidos políticos, convocados pelo Conselho da Comunidade Negra, que entregou um documento ao Governador Montoro, exigindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul, e solicitando uma audiência ao Presidente José Sarney, para que fosse dado também um apoio efetivo ao povo sul-africano (Jornal da Tribuna Operária, 12 a 18/8/1985):

*Senhor Governador,
São Paulo, 1º de agosto de 1985*

Nós, da comunidade afro-brasileira do Estado de São Paulo, militando em entidades civis, sindicatos e entidades religiosas, sociedades amigos de bairro, movimentos estudantis e entidades religiosas, sempre lutamos pela implementação da democracia no país e somos aliados naturais do governo comandado por Vossa Excelência contra o arbítrio e pelo direito natural de todos.

Conscientes de que o negro brasileiro só terá direito à plena cidadania quando este direito for estendido aos negros de todo o mundo;

Conscientes de que o massacre perpetrado contra a maioria negra azaniana pelo governo nazi-fascista da África do Sul é um massacre contra nós, negros brasileiros;

Conscientes de que a comunidade internacional tomou posição firme e decisiva e, estranhamente, o Governo brasileiro tem uma postura tímida e pouco inovadora em relação ao que, no passado, foi feito pela Velha República que, como sabemos, era um regime autoritário;

Considerando o reconhecimento da comunidade afro-brasileira à liderança que Vossa Excelência representa no contexto político nacional e internacional, julgamos imprescindível a participação do Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Prof. André Franco Montoro, em Ato Público organizado conjuntamente com o Movimento negro, contra o regime do apartheid na África do Sul.

Queremos deixar explícito que nós, afro-brasileiros, defendemos e empreendemos as seguintes bandeiras de luta:

- Rompimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais com a África do Sul no Estado de São Paulo.*
- Retirada imediata de qualquer representação diplomática e comercial da África do Sul no Estado de São Paulo*
- Apoio à Resolução da ONU*
- Apoio às resoluções da Organização da Unidade Africana- OUA, referentes à África Austral*
- Que Vossa Excelência, Senhor Governador do Estado de São Paulo, exerça a liderança natural, no sentido de que os governadores dos demais estados brasileiros se manifestem contra o apartheid*
- Que o Governador do Estado de São Paulo interfira junto ao Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, para que receba o movimento negro*
- Que o Governo do Estado de São Paulo desencadeie uma campanha pública de esclarecimento permanente contra o regime do apartheid*

Em 22 de agosto, em manifestação organizada pelo Conselho da Comunidade Negra no anfiteatro do Palácio Bandeirantes, foi entregue ao Governador Franco Montoro um apelo ao Presidente Sarney, no sentido de que as relações comerciais e diplomáticas fossem rompidas.

Para o evento, foram convidados os embaixadores africanos do Zaire, Costa do Marfim, Senegal, Gabão, Camarões e Haiti. Em seu discurso, o Presidente do Conselho reivindicava que fosse dada a maior homenagem do Estado de São Paulo ao líder preso Nelson Mandela.

A cerimônia serviu principalmente para introduzir o Conselho da Comunidade Negra na Agenda Nacional, através da denúncia sobre a discriminação racial, fundamentalmente porque, na Comissão Pré-Constituinte que o Presidente da República estava criando, não havia nenhum negro. O discurso do Presidente do Conselho foi montado para que, no momento em fosse citado o fato, a platéia de centenas de pessoas deveria permanecer batendo palmas, reforçando a sua importância. Cada detalhe do evento foi preparado antecipadamente, para que se atingisse o objetivo pretendido.

Ao tomar a palavra, o Governador Franco Montoro assumiu o compromisso de somar esforços para o rompimento dos laços diplomáticos com a África do Sul e de encaminhar ao Presidente Sarney

essa reivindicação, garantindo também que solicitaria que um negro fosse integrado na Comissão Pré- Constituinte.

O Cônsul da África do Sul, John Sunde, enviou uma carta ao Governador Franco Montoro, solicitando que proibisse tais manifestações, pois não cabia ao governo de São Paulo julgar aspectos da política externa, atribuição do Ministério das Relações Exteriores. Montoro devolveu a carta num gesto de protesto e pessoalmente comunicou ao Itamaraty os termos inaceitáveis daquela carta (Diário Popular, 23/8/1985).

Um outro aspecto a destacar diz respeito à questão das informações acerca dos acontecimentos na África do Sul. Os noticiários veiculados por meio da mídia foram muito mais generosos na quantidade de notícias sobre a situação do negro na África do Sul do que a do negro no Brasil. Embora comparações pudessem ser feitas, se tivéssemos que recolher imagens sobre o negro naquele momento, utilizando o que a mídia veiculava, com certeza teríamos de recorrer ao que se passava na África do Sul.

e) A Comissão de Estudos Constitucionais

Horas antes da cerimônia de protesto contra o *apartheid*, fizemos uma reunião com o presidente do Conselho a respeito de seu pronunciamento e sobre como poderíamos avançar nessa questão. Conferimos como estava a mobilização, o convite aos embaixadores africanos, o transporte de pessoas, o horário e, finalmente, definimos a estratégia do que poderíamos atingir com o discurso do Presidente.

A preocupação com os detalhes do evento era de extrema importância pois o anfiteatro do Palácio dos Bandeirantes, além de grande, trazia a preocupação de como se como criar um clima emocional, sem deixar de ser um ato oficial, que teria muita repercussão. O horário foi acertado para que pudesse constar do noticiário noturno daquele mesmo dia. Os detalhes nos preocupavam, já que o Governador do Estado de São Paulo iria se manifestar sobre um tema internacional.

Nesse período, dois temas dominavam a pauta dos jornais: a formação da Comissão dos Notáveis e, na área internacional, o crescente bombardeio ao sul de Angola, pelas forças sulafricanas.

Na reunião, preparatória do ato, decidimos denunciar que na Comissão de Notáveis não havia um cidadão negro sequer. E mais, decidimos ocupar estrategicamente o anfiteatro e combinamos que durante essa passagem do pronunciamento, ficaríamos em pé e batendo palmas durante um bom tempo, até que todos se levantassem e nos acompanhassem. Foi pensado e realizado conforme o planejado. O clima foi de muita emoção, com algumas pessoas vibrando com as palmas, confirmando o desabafo pela ausência de negros na Comissão de Notáveis.

Durante o encerramento do evento, na sua última fala, o Governador Montoro mencionou o episódio e disse que iria reivindicar a presença de um negro na Comissão de Notáveis. O anfiteatro foi tomado pelas palmas.

Tancredo Neves, durante o processo de transição após sua eleição no Colégio Eleitoral, havia imaginado constituir uma comissão nacional que elaboraria um anteprojeto de Constituição. Para tal empreitada havia imaginado convidar intelectuais e juristas renomados do país inteiro. Com o seu falecimento, o então Presidente Sarney manteve a idéia e convocou 50 pessoas.

O Presidente Sarney telefonou ao Governador Montoro para comunicar o atendimento de sua reivindicação feita dez dias antes, durante o ato público promovido no Palácio dos Bandeirantes contra o *apartheid* da África do Sul (Diário Popular, O Globo, Jornal de Brasília, Folha da Tarde, 3/9/1985).

O nome indicado foi o do Prof. de Economia Hélio Santos, Presidente do Conselho da Comunidade Negra, que substituiu Miguel Seabra Fagundes, que não havia aceitado o convite.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também batizada popularmente de Comissão de Notáveis, foi encarregada de formular, no prazo de dez meses, um anteprojeto de Constituição. O Presidente Sarney afirmou que ela não substituiria nem o povo nem o Congresso, mas seria "*uma ponte entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá*".

O então Ministro da Justiça, Fernando Lyra, saudou o fato de a comissão ser integrada por pessoas de diversas procedências. Afonso Arinos, ao discursar, disse que deveriam por em prática a intenção do ex-presidente Tancredo Neves ao elaborar uma lista de 21 nomes, aos quais foram somados outros 30, escolhidos por Sarney e por Lyra.

A posse se deu no dia 3 de setembro, no Salão Negro do Ministério da Justiça, onde o Presidente da Comissão, Afonso Arinos, aproveitou para indicar os vice-presidentes regionais Paulo Brossard (DF), Evaristo de Moraes (RJ), Gilberto Freire (Norte/Nordeste) e Miguel Reale (Sul).

A partir dessa nomeação, o Conselho da Comunidade Negra passou a articular, nacionalmente, propostas a serem incorporadas na Comissão de Estudos Constitucionais. Toda uma agenda nacional foi preparada para ouvir nos estados as sugestões do movimento negro.

O significado jurídico-político maior da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é a restauração da legalidade e da legitimidade do poder fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força a um poder de direito, a um regime legal. A Constituinte é um momento específico de transição da ordem política, uma alternativa de reforma política. Na avaliação política das lideranças do Conselho, era necessária uma mobilização, um trabalho de envolvimento da comunidade negra e um trabalho de informação do significado da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O Governo do Estado estava diretamente preocupado com a temática e encomendou uma pesquisa sobre o tema.

A pesquisa foi encomendada pelo governo do estado, numa amostra de 400 casos, representativa dos eleitores do município de São Paulo, entre os dias 24 a 29 de outubro de 1985. As entrevistas foram feitas em locais de grande afluxo de pessoas, em diversos pontos da cidade.

Com o resultado dessa investigação, vieram à luz algumas informações interessantes, como o quê o paulistano pensava da Constituinte, que serviriam de preparação para a definição de uma estratégia de comunicação.

Passo a expor um resumo dessa pesquisa.

Observava-se naquele momento, outubro de 1985, o fato de que o termo "Assembléia Nacional Constituinte" havia sido ouvido por cerca de 80% da população entrevistada, refletindo o espaço que vinha ocupando nos meios de comunicação. Constatou-se, todavia, o contraste com 28% das pessoas que dispunham de conhecimento sobre o conceito e a finalidade.

O domínio sobre o que significava uma Assembléia Nacional Constituinte, seus objetivos e suas finalidades era desconhecido pela

maioria da população. Estava restrito a indivíduos de alta escolaridade e os socialmente melhor posicionados. Por trás da palavra Constituinte havia um vazio, uma vaga promessa de mudança e uma expectativa de melhores dias, solução de todos os problemas, desde o custo de vida até a segurança pública. Essa era a constatação de que poucos tiveram acesso à idéia da convocação da Constituinte.

A pesquisa de opinião da Feedback registrava que, ao informar o entrevistado sobre a finalidade da Assembléia Nacional Constituinte, que é de elaborar uma nova constiuição para o País, emergia com força a expectativa quanto a mudanças institucionais e a promoção da cidadania.

Chamava atenção o fato de que uma vez informada sobre a Constituinte, a grande maioria era favorável a mudanças constitucionais que garantissem os direitos das chamadas minorias, o direito à participação e manifestação de todos e o direito à propriedade da terra aos que nela trabalhavam.

No entanto, o mesmo não acontecia quanto ao desejo de participar no debate e preparação da Constituinte: apenas uma minoria de 19%, formada, em geral, pelos mais instruídos ou engajados politicamente nos partidos declarados do PT e PMDB se dispunha a participar ativamente desse processo.

Tabela – Nível de Informação sobre a Constituinte – “feedback”

BASES	Total (400)	INSTRUÇÃO (%)				CLASSE(%)		
		<i>Sem</i> (46)	<i>Baixa</i> (144)	<i>Média</i> (95)	<i>Alta</i> (115)	<i>D/E</i> (146)	<i>C</i> (139)	
Ouviram falar em Assembléia Nacional Constituinte	80	59	69	84	97	64	84	94
Sabem definir corretamente a Assembléia Nacional Constituinte	28	7	15	20	59	12	27	50
Sabem definir a Constituição	31	6	15	23	67	10	28	60
Declararam saber a data da última Constiuição Brasileira	29	9	13	28	57	10	27	54
ANO DE 1967	4	(-)	(-)	2	10	1	2	9
1964 a 1969	12	-	3%	6%	30	3	9	23
1945/1946	5	-	4	4%	9	1	5	10
1985	2	2	2	4	1	2	2	3
Outros	10	7	4	14	17	4	11	18

BASES	Total	Sexo %		Idade %			Partido %			
		Mas.	Fem	18 a 25	26 a 39	40 a 65	PMDB	PT	PTB PFL PDS	Outros e não sabe
	400	200	200	122	144	134	123	67	47	165
Ouviram falar em assembléia Nacional Constituinte	80	82	78	80	76	83	82	85	85	74
Sabem definir corretamente a Assembléia Nacional Constiuinte	28	32	23	30	29	25	-	-	-	-
Sabem definir a Constituição	31	38	23	38	28	28	-	-	-	-
Declaram saber a data da última Constiuição Brasileira	29	38	19	33	26	27	32	43	23	21
ANO DE 1967	4	5	2	6	3	2	2	6	-	4
1964 a 1969	12	15	7	19	8	7	9	25	2	9
1945/1946	5	7	2	1	4	9	9	3	4	2
1985	2	3	2	3	4	-	2	2	2	1
Outros	10	13	8	11	10	11	10	13	15	8

Base: Total da Amostra

Tabela – Atitude frente a Assembléia Nacional Constiuinte –

BASES	Total	Instrução %				Classe %		
		Sem	Baixa	Média	Alta	D/E	C	A/B
	400	46	144	95	115	146	139	115
Considera a convocação da Assembléia Nacional Constituinte:								
Muito necessária	29	20	15	23	55	18	25	48
necessária	47	41	55	49	38	49	54	36
desnecessária	6	4	8	5	3	6	6	4
INTERESSE EM PARTICIPAR DA PREPARAÇÃO DA ASSEMBLÉIA:								
ALGUMA PARTICIPAÇÃO	36	30	26	38	48	30	37	42
Participação ativa	19	17	17	18%	24	16	21	21
Nenhuma participação	45	53	57	44%	28	54	42	37
Os Constituintes devem ser representantes:								
Exclusivamente dos partidos políticos	18	26	20	13	17	21	17	16
Também da Sociedade	74	61	68	83	79	65	79	79
Favoráveis a:								
Assembléia Constiuinte	20	9	10	18	39	8	21	35
Congresso Constituinte	70	70	79	77	55	77	73	59

Tabela Atitudes frente à Assembléia Nacional Constituinte “feedback”

BASES	Total %	Sexo %		Idade %			Partido %			
		Mas.	Fem.	18 a 25	26 a 39	40 a 65	PMDB	PT	PTB PFL PDS	Outros e não sabe
	400	200	200	122	144	134	123	67	47	165
Consideram a convocação da Assembleia Nacional Constituinte:										
Muito necessária	29	33	25	33	31	24	35	43	19	22
Necessária	47	46	48	48	47	46	47	43	51	47
Desnecessária	8	7	4	8	2	7	2	3	11	8
INTERESSE EM PARTICIPAR DA PREPARAÇÃO DA ASSEMBLÉIA:										
ALGUMA PARTICIPAÇÃO	36	38	33	42	40	25	44	25	43	55
Participação ativa	19	22	16	16	17	24	37	46	32	31
Nenhuma participação	45	40	51	42	43	51	19	29	25	14
Constituintes devem ser representantes										
Exclusivamente dos partidos políticos	18	23	12%	12	15	26	19	9	30	18
Também por membros da sociedade	74	70	79	81	76	66	78	90	68	66
Favoráveis a:										
Assembléia Constituinte	20	27	13	20	22	18	22	25	17	18
Congresso Constituinte	70	64	78	73	70	69	74	70	77	66

A indicação do Presidente do Conselho da Comunidade Negra para ocupar uma vaga na Comissão de Estudos Constitucionais transformou o Conselho e o Jornal da Comunidade Negra em depositários de manifestações, denúncias e sugestões de propostas para serem incorporadas à Constituição.

As cartas traziam um variado campo de sugestões e confirmavam as informações contidas na pesquisa de opinião (**Feedback**) sobre o processo da Constituinte. Destacavam-se menções no sentido de que a sua grande finalidade seria promover melhorias sociais, reformular a legislação, refletindo um forte descontentamento com a realidade social em que o negro estava vivendo.

"A nova Constituinte, no que diz respeito ao negro, deve ser muito estudada e colocada em prática. Digo isto porque aquela liberdade que a 'bondosa' Princesa Isabel nos presenteou, não nos livrou, mas nos colocou numa situação difícil na qual muitos vivemos até hoje. E a Lei Afonso Arinos, de bonita teoria, mas a punição severa para que ela seja obedecida e para os abusos e discriminações que vem acontecendo ?

A nova Constituinte deve ver pelo menos os seguinte itens abaixo:

O negro e - Melhores oportunidades de emprego

- melhores condições de trabalho

- Maiores oportunidades no ensino

- reforçar o direito de 'ir' e 'vir', pois como sabemos, em alguns estabelecimentos não é permitida a entrada de negros" (D.C. - Marília 18/06/1986).

As expectativas eram de esperança e uma vontade de que o tema fosse incorporado pela comunidade negra. Eu chamo atenção sobre a descoberta de que o assunto não seria de interesse exclusivo dos políticos. O anseio de democratização era visto como uma oportunidade de participação e debate da especificidade da questão de ser negro no País:

"Procuramos discutir com todos sobre a constituinte, tema que conheci esse ano, pois achava que isso era assunto para políticos e puxa, mas não, é de todos" (A A M, Campinas/SP-18/05/1985).

"Gostaria que o mesmo (o jornal) fosse distribuído onde há maior concentração da comunidade negra, para que esta tomasse conhecimento da importância da constituinte, principalmente para

nós negros, sempre como não integrantes do contexto social brasileiro, abrindo-se assim a formação da Consciência Negra em todos nós” (SP, 24/01/1985).

“...Neste ano da Constituinte, toda a sociedade se mobiliza, inclusive setores menos favorecidos. Enquanto a burguesia, os dominantes se articulam para manterem-se no poder, é fundamental que o povo brasileiro, os operários, as mulheres e também os negros se mobilizem para que a situação atual não permaneça. É um absurdo que nossa (será mesmo?) polícia continue tendo a orientação de suspeitar de negros. É também absurdo que no estado da Bahia, onde a grande maioria da população é negra, nas universidades locais só estudem, praticamente, brancos” (D.O, Vice-presidente da capital da UEE/SP - São Paulo, 03/03/1986).

Grande parte do que os movimentos negros apresentaram como propostas se confundia com o diagnóstico da situação da população negra no país:

- o trabalho doméstico deveria ser considerado uma atividade econômica que pudesse usufruir dos benefícios do Estado;
- garantia de que cerca de 50% das vagas das escolas públicas brasileiras (do primeiro grau à universidade) fossem destinadas aos carentes;
- incentivo ao ensino profissionalizante obrigatório em todo território nacional;
- controle do sistema de atendimento à saúde pelos sindicatos de trabalhadores;
- criminalização da discriminação racial, deixando de ser considerada simplesmente contravenção penal, pois a lei que levava o nome do Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a Lei Afonso Arinos, não punia ninguém (Shopping News, 22/07/1986).

No Brasil, com a proibição do sufrágio dos analfabetos no advento da República, armou-se um mecanismo no sistema eleitoral que impediu o acesso de boa parte de negros e brancos à cidadania. Somente após quase um século mais tarde, a Lei de 1/6/1985 facultou aos analfabetos a inscrição nas listas eleitorais. Entretanto, o Conselho da Comunidade

Negra, juntamente com o Movimento Negro, cometeu um grave erro estratégico negligenciando a inscrição do eleitorado dos analfabetos:

“Os partidos de todas as tendências – e mesmo os movimentos negros – não mobilizaram os iletrados para levá-los a se inscreverem como eleitores, com vista à escolha da Constituinte. O jornal do Conselho da Comunidade Negra, editado em São Paulo, praticamente ignorou o fato. No suplemento “O Negro e a Constituinte”, espécie de guia do eleitor afrobrasileiro, havia apenas uma breve e deslocada menção à novidade histórica: “todo mundo a partir de dezoito anos pode votar, inclusive as pessoas que não sabem ler e escrever.” (Berquó, 1992).

f) Visões sobre o Conselho da Comunidade Negra

Nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 1985, no Centro de Treinamento de Botucatu, o Conselho organizou um seminário para uma reflexão sobre o Movimento Negro, seus acertos e erros e sobre o Conselho da Comunidade Negra. Embora o Conselho ainda não tivesse completado um ano de existência, já havia críticas ao seu funcionamento, registradas nos anais desse seminário de Botucatu.

As cartas que o Jornal do Conselho da Comunidade Negra recebeu, cujos trechos reproduzo no Anexo I, oferecem um painel muito rico sobre as expectativas geradas quanto a criação do Conselho.

Ao me debruçar sobre a literatura que tem registrado o papel do Conselho da Comunidade Negra, destaco o brasileiro prof. George Reid Andrews e a prof^a. Ruth Cardoso (ver Anexo II), que deram contribuições significativas para a compreensão e a avaliação do papel desenvolvido pelo Conselho, na década de 80.

Além das referências acima citadas (as cartas, os documentos do Conselho e a literatura), para fazermos uma comparativa avaliação do Conselho da Condição Feminina, podemos identificar algumas semelhanças e algumas especificidades. Com essa diversificada documentação, faço um pequeno balanço daquilo que denomino “Visões sobre o Conselho da Comunidade Negra”.

São pontos críticos e deficiências apontadas no Conselho, durante o Seminário de Botucatu:

O Conselho só recebeu um único funcionário para instalar os procedimentos administrativos da enorme variedade de atividades a serem executadas. Isso acabou gerando a necessidade de contar com colaboradores e voluntários, que não necessariamente dominavam os procedimentos administrativos. Essa solução, que daria certo no Movimento Negro, acarretou mais problemas.

O trabalho num órgão público exigia continuidade e permanência como qualquer órgão, demandando técnicos, profissionais, especialistas, recursos humanos treinados e capacitados para as tarefas que se apresentavam. Em um órgão que dispunha de salas e telefone, sem nenhuma receita ou autonomia administrativa era de se prever que haveria problemas com a comunidade negra, ávida de respostas.

Na falta de funcionários, apresentaram-se muitas pessoas dispostas a colaborar, mas a gestão necessária era incapaz e insuficiente para absorver e utilizar o potencial humano, gerando desconforto e insatisfação. Os problemas eram de toda ordem, desde o atendimento telefônico até o gerenciamento das informações do Conselho.

As reclamações cresceram com os fatos advindos de uma infraestrutura deficiente:

- 1- Falta de divulgação das atas do Conselho, pois muitas pessoas da comunidade queriam ter conhecimento dos temas discutidos;
- 2- Falta de uma boa recepção a pessoas que procuravam o Conselho;
- 3 - Demora na implantação do Regulamento Interno do Conselho e da infraestrutura administrativa;
- 4 - A deficiência do cadastro e das comunicações com a comunidade acabou sendo um dos pontos mais críticos, colaborando com a falta de comunicação;
- 5 - A demora na implantação das Comissões de Trabalho acabou afastando pessoas que tinham interesse em participar com idéias e sugestões. As Comissões, aos poucos, foram sendo implementadas, resultando em solução efetiva para ampliar a atuação do Conselho;
- 6 - Após a cerimônia de posse, muitos conselheiros deixaram de participar e outros apresentaram dificuldades na integração com o corpo de conselheiros no estabelecimento de algum grau de comunicação

junto aos membros da comunidade. Isso representou uma sobrecarga para os poucos conselheiros e muito desgaste para o cotidiano das pessoas que trabalhavam no Conselho. Não havia sintonia sobre os efeitos do racismo e as medidas necessárias;

7- A questão da comunicação interna, das iniciativas da executiva, junto aos conselheiros era deficiente o que contrastava com o interesse e a vontade em participar gerando descontentamento, pois todos tinham necessidade de saber de tudo ao mesmo tempo com a devida rapidez pela executiva;

8 - A dificuldade de se contatar a executiva e sua centralização teve como consequência o fato de que somente um membro da executiva estava trabalhando todo o tempo. Isso acarretava uma reestruturação de horários de todos os membros da executiva uma difícil combinação, diante do que era necessário no serviço público;

9- O corpo de funcionários limitado, mal treinado, confundindo militância com o papel de servidor público, e desconhecendo a dura realidade de trabalhar contra a discriminação racial, gerava situações de difícil aceitação como impontualidade até mesmo ausência de seriedade no trabalho. As pessoas eram cobradas como militantes do Movimento Negro, defensores de uma causa, quando, na realidade, eram simplesmente servidores públicos;

10- A incorporação de conselheiros do interior do Estado obedecia a uma bem definida estratégia: debater e refletir os problemas e a realidade dessas comunidades mas, ao invés disso, sofremos uma tentativa de generalização para o interior da realidade da Capital;

11-Como em qualquer organização, a disputa pelo poder também ocorreu no interior da executiva, com a ausência de delegação de poderes e a defesa de interesses pessoais sobrepondo-se aos interesses comunitários.

"Embora o Conselho tenha objetivos comuns com o Movimento Negro observamos que também que eles têm como tarefas fundamentais assegurar a boa gestão do pluralismo e inflectir as eventuais tensões interétnicas que possam surgir no país. Esses órgãos são, antes de tudo, foros do aparelho de Estado e não locais de tomada de decisão do Movimento Negro, operando segundo orientação oficial. Dessa forma, não se pode confundí-los com as instituições do Movimento Negro, mesmo que esses

órgãos tenham em seu comando pessoas ligadas ao Movimento ou dele oriundas.”(d’Adeski,2000)

Por outro lado, no registro do Seminário de Botucatu reconhece-se que a comunidade negra ressentida da necessidade de órgãos que se preocupem com os problemas específicos da comunidade negra. Algumas lideranças reconheciam que a existência do Conselho podia ser mais importante que a direção de outros órgãos públicos. Temia-se que o Conselho se tornasse partidário e sobrepuzesse os interesses do governo sobre os interesses da comunidade negra.

Nas avaliações sobre a criação do Conselho da Condição Feminina há algumas afirmações que se tornaram comuns nos documentos das entidades femininas, como o reconhecimento de que foi um avanço a incorporação do tema da discriminação, a responsabilização dos governos na implantação de políticas para as mulheres e a proposta de criar o Conselho da Condição Feminina, diferentemente do que consta nos documentos sobre o Conselho da Comunidade Negra, que não recebeu o mesmo reconhecimento por parte de setores do Movimento Negro.

Entretanto, houve concordância quanto à necessidade de superar as limitações que as estruturas de Conselho impunham, tais como falta de autonomia financeira e administrativa; limitado poder de intervenção sobre políticas públicas e relação com a sociedade civil e com os movimentos sociais.

A luta feminista, bem como a luta do Movimento Negro, foram consideradas, pelos setores da esquerda, como questões menores, em função do fato de se afastarem ou terem se desviado da luta de classes e divergências com o regime, tidas como únicas relevantes. Essa crítica encontrava grande repercussão no interior dos movimentos sociais, provocando o surgimento de uma série de conflitos internos que, freqüentemente, conduziam seus militantes a situações de impasse.

Basicamente, o que faz a questão racial ser tão espinhosa é que, se a compararmos com a questão de direitos iguais para as mulheres, veremos que, por mais difícil que seja essa luta, ela não incide diretamente sobre a questão da nacionalidade.

O grande “pecado” do Movimento Negro que traz enorme incomodo, mínima expressão política e penetração limitada na sociedade como um todo, é sua ênfase na diferenciação – o fato de que existem muitos negros nessa sociedade, que são pensados como diferentes dos

brancos, dentro de um arcabouço essencialista- e sua insistência no fato da discriminação. Essa dupla linhas de pensamento atenta profundamente contra as premissas do pensamento de nacionalidade brasileira, que, como mostrou DaMatta(1986), em sua fábula das três raças, juntando-se e misturando-se, baseia-se na ênfase no contato e noção da transcendência da diferença e na noção de que, mesmo havendo discriminação, ela não seria, no final das contas, tão negativa quanto a discriminação nos Estados Unidos e na África do Sul.

O discurso do Movimento Negro atinge diretamente a raiz da construção da nacionalidade brasileira: a não diferenciação. No nosso mito de construção da nação, o grande tabu é manter uma diferença etnorracial de grupo no corpo da nacionalidade.

O jornal do Conselho da Comunidade Negra foi uma das atividades militantes mais prazerosas, da qual pude participar enquanto membro do Conselho e editor desse periódico. A tiragem, que chegou a 400.000 exemplares, dá uma idéia do objetivo, agitação, mobilização e divulgação que se queria atingir. Nenhuma outra publicação do Governo teve a mesma penetração junto à população.

Ao receber as cartas, abria-se um universo de situações afetivas, emotivas, solidárias, denunciatórias e, principalmente, de descoberta sobre como a comunidade negra nos recebia.

Nesses trechos, que reproduzo do Anexo I, tem-se uma idéia de temas complexos como a questão da identidade, a felicidade das pessoas terem tido contato com o tema e descobrirem que existia um jornal especialmente dirigido a essa comunidade.

"Fiquei contente em termos conhecimentos, que existe um jornal que fala sobre a nossa raça. Olha eu fiquei sabendo, que existia este jornal por acaso, eu achei um exemplar jogado, ví a foto de um negro, e peguei o jornal para lê-lo." (M A M G. São Paulo, 10/03/1986)

"Vocês podem achar estranho, mas eu tomei consciência do jornal numa Agência Rodoviária, eu estava comprando passagem e vi um exemplar do lado de dentro do guichê, pedi para dar uma olhada e peguei o endereço, isso já faz mais ou menos 2 meses, mas só agora tive tempo para rabiscar." (Lia, Sta. Rita, 22/01/1986)

"Eu recebi uma vez o jornal do conselho da comunidade negra quando estava na rua do Samba , li e gostei bastante , depois em

outra oportunidade eu o encontrei na casa de um amigo meu” (I.A R. , São Paulo, 23/06/1986)

Os temas da identidade negra e da mulher negra eram recorrentes e, principalmente, mexiam com a solidão daqueles que queriam falar sobre ser negro no Brasil. Isso acabou se tornando uma fonte de referência sobre o Movimento Negro. A escassez de recursos do Movimento limitava sua capacidade de se comunicar com a comunidade negra, o que o Conselho atingiu com sua estrutura, com retornos como estes abaixo descritos:

“Seu jornal diz tudo o que eu procurava, e até então não achava. Sei de movimentos em outros países mas aqui no Brasil, mais preciso, em São Paulo tão perto, não acreditei” (H.L.C.B. - Santos 28/02/86).

“Esse órgão é sem dúvida o que faltava para aproximar e informar o negro. Que há muito tempo vive isolado, separado atrás do vergonhoso muro que se chama preconceito.”(R. L. V. - Mogi Mirim, 17/03/86)

“Achei excelente por tudo: por informar, esclarecer e denunciar tudo aquilo que aconteça com os negros, principalmente as mulheres. É ótimo saber que temos onde denunciar a opressão e o racismo sofridos.”(V. L. - S. Paulo, 17/04/1986)

“Fiquei maravilhada com as reportagens de ver as pessoas negras orgulhosa do que são eu adoro minha raça e tenho lutado um pouco por ela digo pouco por que acho que nada fiz de muito grande e porque tenho encontrado muito negros com vergonha de si e alguns que nada fazem - negros de alma branca.” (M.M. - S. Paulo 3/12/1985).

“Sou paulistana, mas moro em uma cidade (Amparo) pequena no interior de S. Paulo, pois só aqui consigo trabalhar, estudar e criar meu filho, mas por minha condição de negra e mãe solteira, tenho sofrido por várias discriminações, mas sei como lutar contra tudo isto, estudando e mantendo-me informada socialmente (...) Quero se vocês me permitirem, através deste jornal cumprimentar a nossa Miss Brasil Deise Nunes, pela sua brilhante vitória o que nos dá força para continuarmos nossa luta e conquistar-mos nossa liberdade. (C. O - Amparo, 09/07/1986).

O Conselho também despertou interesses em pessoas não negras:

“Sou amante da raça negra e é pela primeira vez e com alegria que tenho contato com um trabalho cuja preocupação é a raça negra (...) Devo informar-lhe por mera apresentação, tenho 18 anos, sou branca (...). Minha paixão pelos negros é algo como sangue nas veias, essencial (...). Já procurei em livros, mas como é fato comprovado e até citado num artigo do jornal com o título – O negro faz parte da história, não se encontra nada substancial sobre o negro neles.(H. L. C. B.)

“... uma viagem que fiz a Florianópolis a um mês atrás, lá eu tenho a impressão que o racismo é pior do que em qualquer outro lugar que já estive até hoje. Não sou negra, sou descendente de italianos, mas tenho amigos negros e japoneses e também é muito doloroso que nem sempre são tratados como gente.” (Lia – Sta. Rita 22/01/1986)

Um dos trabalhos que melhor retratou o processo de criação e instalação do Conselho foi o de George R. Andrews pois, desde a sua fundação até a constituição das assessorias nas Secretarias, ele esteve presente conversando com os principais interlocutores. Registrou o início do processo, quando lideranças do PMDB eram adversárias da proposta:

“Os críticos do PMDB – e dos ativistas afro-brasileiros ligados ao partido – foram rápidos em denunciar a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e os funcionários negros dentro das Secretarias do Estado, como um calmante ministrado à clientela negra do partido, um ato puramente cosmético, sem nenhuma importância real.” (Andrews, 1998)

Por outro lado, sua visão, passados vários anos, conseguiu captar a importância do ineditismo do ato de criação do Conselho, que estava mexendo com aspectos fundantes da idéia de nacionalidade brasileira:

“Encarando estes desenvolvimentos de uma perspectiva histórica, pode-se discordar. Reconhecendo a existência da discriminação racial no Brasil e criando agências estatais com o objetivo exclusivo de documentar e combater essa discriminação, o PMDB de São Paulo tomou uma iniciativa sem precedentes na História brasileira. Nunca antes uma instituição do Estado brasileiro contradisse oficialmente o antigo mito da democracia racial. E

nunca agências do Estado foram encarregadas do propósito expresso de combater o racismo.” (Andrews,1998)

Das críticas apresentadas no Seminário de Botucatu, ao longo do tempo, algumas foram superadas; mas o importante é que o Movimento Negro foi levado a exercer o papel de negociador. Após o período de instalação do Conselho, no seu primeiro ano, as iniciativas passaram a ser de várias lideranças que foram agregadas à idéia do Conselho e descobriram, por conta própria, como ampliar os espaços políticos a partir das limitações.

“Estas agências não tinham autoridade para fazer cumprir decretos executivos ou nova legislação. E, como seus membros são primeiros a admitir, elas são entidades pequenas e com pouco recursos que se ocupam de brechas mínimas nos mapas organizacionais do governo do Estado, e detêm um poder político correspondentemente limitado. Apesar disso, enxerga-se nestas agências e na decisão de criá-las, uma espécie de abertura nas relações raciais brasileiras, em pelo menos dois sentidos. Primeiro, como está indicado acima, a admissão por parte do governo do Estado de que a democracia racial não é uma realidade no Brasil é em si um desenvolvimento histórico que dá peso e legitimidade aos protestos dos movimentos negros. Segundo, estas agências são em si pequenas aberturas pelas quais os ativistas e políticos negros podem se inserir no aparato do Estado e ganhar acesso a outras agências, a políticos e a administradores do Estado.” (Andrews,1998)

O desenvolvimento das ações do Conselho ganhou raízes para além da Secretaria de Governo, onde estava instalada funcionalmente, graças à ação e perseverança de muitos profissionais.

Nas Secretarias Estaduais estabeleceu-se um processo rico de debate e discussão sobre racismo e discriminação racial e tudo o que isso implicava na vida dos funcionários públicos. As pessoas envolvidas tinham objetivos pessoais, mas também eram profundamente cobradas sobre o que fazer e como agir.

Um das metas estabelecidas desde o início do Conselho, encansavelmente perseguida, era a relativa às relações raciais no mercado de trabalho, com a participação de sindicalistas, pesquisadores e profissionais de relações humanas. O resultado dessa idéia foi a instalação de Comissões em sindicatos, centrais sindicais e na Secretaria de Relações do Trabalho, sendo inaugurada uma nova linha de pesquisa,

que acabou se tornando referência nacional. Andrews registra o papel desses militantes:

"Sem dúvida, alguns usarão este acesso principalmente para vantagem pessoal, explorando sua posição recém descoberta para melhorar suas próprias carreiras. Outros, no entanto, já proporcionaram exemplos de como esse acesso pode ser usado para buscar objetivos mais amplos. Um exemplo desse tipo é a criação de seções adicionais para assuntos afro-brasileiros em cada secretaria do Estado como resultado dos esforços originais de aprovação junto ao conselho. Outro exemplo é a solicitação, por parte do conselho e das seções para assuntos afro-brasileiros nas Secretarias do Trabalho e da Educação, de dados de serviço de estatísticas do Estado, o SEADE, sobre renda de negros, desemprego, desempenho educacional no Estado de São Paulo. Esses dados nunca foram preparados antes, e quando o SEADE começou a torná-los públicos, em uma série de relatórios iniciados em 1985, recebeu uma considerável publicidade nos meios de comunicação de São Paulo e causou um impacto marcante nos círculos sindicais e educacionais." (Andrews,1998)

Sem dúvida tornamo-nos políticos melhores. Os embates diários com secretários estaduais e assessorias foi desenvolvendo uma capacidade de intervenção com muita qualidade. Ao examinar os fatos, não se pode deixar de reconhecer a capacidade que lideranças do Movimento Negro adquiriram, nesse complexo e dinâmico processo:

"Este uso dos recursos do Estado para documentar e dar publicidade à desigualdade racial jamais teria ocorrido antes da criação das agências afro-brasileiras, nem também das atividades de pesquisa que elas realizaram. Embora os orçamentos das agências sejam minúsculos em relação ao restante do aparato do Estado, elas proporcionam níveis de apoio e estabilidade financeiros a que muito raramente as organizações afro-brasileiras tiveram acesso – se é que algum dia o tiveram. Cada uma destas agências concluiu que esses recursos são melhor utilizados na publicação das questões raciais e na provocação ao debate e reflexão públicos sobre elas – em resumo, na elevação da consciência negra, patrocinada pelo Estado.(...) as agências afro-brasileiras dividiram seus esforços entre a pressão dentro do aparato do Estado e fora do aparato do Estado, na sociedade civil. Eles estão tentando, através de uma variedade de iniciativas em vários meios de comunicação, colocar em pauta a questão da discriminação racial, para torná-la uma questão pensada tanto por

negros quanto por brancos, e depois transformar a consciência pública da questão em uma pressão política tangível. Há uma evidência clara de que o movimento negro das décadas 1970 e 1980 obrigou a sociedade brasileira a reconsiderar suas atitudes públicas e privadas sobre a questão racial.” (Andrews, 1998)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do Conselho da Comunidade Negra seria atual ainda hoje, nos anos 2000, na entrada do novo século?

Sim, depois daquele período em que os movimentos sociais tiveram um papel importante, os temas levantados pelo Conselho e a abrangência atingida não foram ainda superados por nenhuma instituição criada posteriormente. Aquele período de efervescência continua sendo uma referência.

Este estudo pretendeu mostrar a experiência de como a participação no governo do estado de São Paulo conseguiu ampliar em nível de eficácia as ações pela promoção da igualdade. A experiência do Conselho foi repetida em outros estados como Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e algumas capitais: São Paulo, Belém, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília.

Alguns personagens do governo ocuparam, posteriormente, Ministérios, postos importantes nos Poderes Executivo e Legislativo e os problemas colocados naquele momento continuam sendo levantados por alguns deles ainda hoje, com muito mais informação e conhecimento da realidade brasileira.

Pudemos constatar que novos sujeitos políticos conseguiram impor uma nova agenda, independente dos partidos políticos, na maioria do tempo. Pudemos também perceber que o processo de ampliação da participação através de uma formalização jurídica, ampliando os direitos e garantindo a possibilidade de exigí-los em diferentes Secretarias como Educação, Segurança, Trabalho, entre outras.

"Houve aí uma relação que significou realmente uma nova maneira de abrir espaços e um novo modo de gerenciar as políticas públicas. Um modo mais moderno, mais adequado e que começou a ser implementado aqui pela pressão dos movimentos e também pela necessidade de mudança dessa forma de gerenciamento" (Cardoso, p. 87, 1994).

Foram sempre momentos de tensão entre os conselheiros e os órgãos de governo para implementar as políticas de combate ao

racismo, somando a isso tudo a disputa interna e cobrança por parte dos militantes.

Começa haver uma participação em algumas agências públicas realizada de forma parcial, ficando evidenciado que nunca havia sido previamente pensado anteriormente, muito menos fazia parte de uma política estabelecida.

“Há uma ampliação do modo de gerir as áreas de políticas públicas com a aceitação e abertura de novos espaços onde os movimentos sociais entram..” (Cardoso, p.83, 1994).

Várias gerações de militância foram se integrando, pessoas de diferentes origens partidárias e com histórico de luta pela comunidade tiveram um papel destacado. Trouxeram a questão das carências que atingiam as populações pobres, as mulheres, os negros, enfim, a questão da politização da questão privada que continua em discussão no mundo contemporâneo.

A ordem política, inaugurada no Brasil nas eleições de 1974, refletiu um processo de transição no qual as dimensões da democratização tiveram um crescimento extremamente desigual. O aumento da liberalização (do direito à informação e à expressão) foi muito maior do que a participação - isto é a capacidade do povo influenciar o governo e suas políticas, seja por eleições, seja por outros meios democráticos. Tratou-se de um aspecto crucial da transição brasileira, desde a política de distensão do Governo Geisel (1974-1978), passando pela abertura do governo Figueiredo(1978-84) até a “Nova República” (1984-1989). Não há dúvidas de que, durante a transição, houve momentos de intensa participação, como na Campanha pelas Diretas, em 1984, e nas eleições para a Constituinte, em 1986.

O Conselho da Comunidade Negra surge nesse contexto, precedido por intensa participação dos movimentos negros, que contestaram o poder em um regime autoritário e cerraram fileiras com a sociedade civil.

Com a eleição do Governador de Estado de São Paulo e a criação de um órgão de governo que formularia propostas de governo com participação da comunidade negra, um novo desafio se colocava: ultrapassar a visão dicotômica do Brasil; de um lado o Estado, de outro a sociedade, sem perder de vista a necessidade de continuar a lutar para consolidar a democracia, pois seria necessário pressionarmos as alavancas existentes em nosso sistema institucional vigente.

É desse modo que a luta pela igualdade social poderia contribuir para a consolidação e ampliação das organizações e instituições, promovendo um aumento na capacidade de organização democrática entre a população em geral e, particularmente, na população negra.

O trabalho inovador do Conselho passou a agir em cima de fatos gerados pela discriminação racial em diferentes campos, que nunca haviam sido objeto de incorporação em políticas públicas. Com a criação de um espaço de diálogo entre a sociedade e o Estado, estabeleciam-se novos parâmetros de atuação política.

As atividades foram se apresentando e, com o aprofundamento da questão, constatou-se que nenhum órgão ou agência poderia abordar, sozinha, a complexidade e a enormidade dos problemas que a discriminação racial institucional acarretava.

O cidadão vê o Estado como o único capaz de resolver suas necessidades mais básicas (saúde, educação, emprego, habitação e segurança). Porém, ao mesmo tempo, sua identidade é nebulosa por ser tratado burocraticamente e questões, como discriminação e racismo, não são sequer objeto de registro de denúncia e consciência de violação de seus direitos como cidadão.

Paulo Freire (1979) denomina de consciência transitiva ingênua as pessoas que têm consciência do que se passa ao redor e da sua condição de excluído, porém, não dispõem de instrumentos para avaliar, criticar e criar mecanismos de alteração dessa situação.

A participação nas Comissões do Conselho apresentou-se como um componente fundamental para o desenvolvimento individual e para o auto-aprendizado, pois a maioria das pessoas tinha vivido a problemática da discriminação racial. Antes, a forma de enfrentá-la era de maneira pessoal mas, agora, tratava-se de um processo para a construção de um cidadão ativo que lutasse pelo autoperder. A participação deveria ser entendida como forma de moldar e tomar consciência dos próprios interesses.

Criando um círculo virtuoso que levou a uma maior participação com Assessorias e Grupos de Trabalho, uma vez colocado em prática, gerava maior interesse e compromisso em outras áreas e setores de trabalho da sociedade civil como, por exemplo, os sindicatos.

Ampliando os limites do que se entendia por política, superando as fronteiras tradicionais, gerava, assim, a legitimidade na luta por relações

mais igualitárias em outras esferas, como, por exemplo, nas escolas, empresas e sindicatos.

Enfim, a democracia não pode ser conceituada só como um regime político, mas, sim, também como um tipo de sociedade que respeita e valoriza a diversidade, como um tipo de sociedade futura, um estilo de vida, algo que deve permear todas as relações sociais de qualquer ser humano. Sendo assim, a oportunidade de participação que o Conselho possibilitou torna-se um componente essencial à vida democrática.

A democracia implica em reconhecimento político da comunidade negra, pois, sem ele, não seria possível pensar-se em uma sociedade mais humana e igualitária.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de Jornal:

DCI. - *Sarney preside instalação da Comissão pró Constituinte.* São Paulo .4/09/1985.

Diário Popular. *Negros e brancos contra o preconceito racial.* São Paulo, 06/08/1985.

Diário Popular - *Montoro condena "apartheid" e quer sanções contra África.* São Paulo, 23/08/1985 pp. 3.

Diário Popular. - *Sarney convoca um negro para a Comissão notável.* São Paulo, 03/09/1985, pp. 5.

Diário Popular. - *Negros reivindicam a Temer melhor tratamento policial.* São Paulo, 25/01/1986.

Folha da Tarde. - *Distúrbios: Oscarlino Marçal dá explicações.* São Paulo, 19/04/1983, pp.2.

Folha de S. Paulo. Martins, Carlos Estevam. *Democracia participativa 1.* São Paulo, 25/05/1983, pp. 3.

Folha de S. Paulo. Martins, Carlos Estevam. *Democracia participativa 2.* São Paulo, 26/05/1983, pp. 3.

Folha de S. Paulo. Reis, José. *Racismo e preconceitos na atividade científica.* São Paulo, 28/08/83.

Folha de S. Paulo. - *Negras impedidas de entrar em bar por preconceito.* São Paulo, 03/02/1985, pp. 20.

Folha de S. Paulo. - *Vítimas de discriminação racial vão à polícia hoje prestar depoimentos.* São Paulo, 04/02/1985.

Folha de S. Paulo. - *Comunidade negra quer antiracismo na Constituição.* São Paulo, 6/02/1985.

Folha de S. Paulo.- *Mulheres negras armam plano e provam que são discriminadas.* São Paulo, 24/03/1985, pp.30.

Folha de S. Paulo. - *Suplicy deixa Congresso para disputar eleição.* São Paulo, 6/08/1985.

Folha de S. Paulo - *Comissão chama Santos para representar negros.* São Paulo, 03/09/1985.

Folha da Tarde. - *Montoro condena o apartheid.* São Paulo, 23/08/1985, pp. 2.

Folha da Tarde. - *Comunidade negra tem representante na Comissão de Estudos Constitucionais.* São Paulo, 03/09/1985, pp.7.

Jornal de Brasília. - *Comissão de Notáveis tem novos nomes.* Brasília, 03/09/1985.

Jornal do Brasil - *Sarney instala hoje Comissão de Estudos para a Constituição.* Rio de Janeiro, 03/09/1985, pp. 3.

Jornal Cachoerinha. -. *O negro e a Constituinte.* Casa Verde, julho de 1986.

Jornal Folha Metropolitana. - *S. Paulo marca posição contra o "apartheid".* São Paulo, 23/08/1985.

Jornal da Tarde. - *Mais protestos contra Pretória. Agora, em São Paulo.* São Paulo, 06/08/85.

Jornal Tribuna Operária. - *Brasileiros apoiam luta do povo da África do Sul.* São Paulo, 12 a 18/08/1985, pp. 2.

Jornal de Piracicaba. - *Constituinte: Hélio Santos defende discussão com povo.* Piracicaba, 30/11/1985.

O Estado de São Paulo. - *Protesto em São Paulo.* São Paulo, 06/08/1985.

O Estado de S. Paulo. *Arinos quer anteprojeto da Comissão.* São Paulo, 03/09/1985, pp. 4.

O Globo - *Decreto inclui Freire, substitui os que não aceitaram e nomeia um negro.* Rio de Janeiro, 03/09/1985.

Shopping News- City News. - *Negros querem enfrentar a discriminação.* São Paulo, 28/07/1986.

Revistas:

Revista Veja. *O Brasil Rico só tem Brancos*. 21/05/1986.

Relatórios , documentos e publicações:

ARDAILLON, Danielle. - *Estado e Mulher: Conselhos dos Direitos da Mulher e Delegacias de Defesa da Mulher. Relatório final do projeto de pesquisa 'A mulher brasileira nos anos 80'*. Área de Política Governamental Específica, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1989.

_____ *Discurso de posse do presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, São Paulo, maio de 1984.*

_____ *Relatório e Anteprojeto de Lei Contra Discriminação Racial*. Comissão: Ademir Lopes, Ana Maria Rodrigues Ribeiro, Celso Prudente, Cláudio Fermiano, Clovis Moura, Eunice Aparecida de Jesus, Joaquim Beato, João Batista de Jesus Felix , Jurandir Nogueira Silva, Neuza Maria Pereira Lima, Orlanda Campos, Wilson Prudente, Eduardo de Oliveira, Maria de Jesus. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 28 de junho de 1981.

_____ *Relatórios do Brasil sobre a Convenção Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. (trad. ing. in "International Conventional on the Elimination of all forms of Racial Discrimination", CERD/C/R/-3/Add.11, 18 march 1970).

_____ Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Second session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Note by the Secretary General. Brazil, 16 February, 1970.

_____ International Convention on the Elimination of all forms of Racial Discrimination. CERD/C/R/-3/Add.48, 15 JULY 1971

_____ Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Fourth session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Note by the Secretary General. Brazil, 8 July, 1971.

_____ International Convention on the Elimination of all forms of Racial Discrimination. CERD/C/R/70/Add.10, 20 March 1974. Committee

on the Elimination of Racial Discrimination. Ninth Session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Third periodic reports of States Parties. 1974.

_____International Convention on the Elimination of all forms of Racial Discrimination. CERD/C/20/Add 14, 17 MARCH 1978.

_____Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Seventeenth session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Fifth Periodic Reports of States Parties. 1978.

_____International Convention on the Elimination of all forms of Racial Discrimination. CERD/C/66/Add 1, 6 November MARCH 1979.

_____Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Twenty-First Session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Sixth Periodic Reports of States Parties. 1980.

_____International Convention on the Elimination of all forms of Racial Discrimination. CERD/C/91/Add 25, 18 October 1982.

_____Committee on the Elimination of Racial Discrimination. Twenty-Seventh Session. *Consideration of Reports submitted by States Parties under Article 9 of the Convention*. Seventh Periodic Reports of States Parties. 1982.

_____ *Manifesto do Movimento Negro do PMDB*. 8 de Abril de 1983.

_____ *Manifesto de Lideranças do Movimento Negro ligadas ao PMDB* indicando o deputado Benedito Cintra para presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa.

_____ *Manifesto de protesto dos delegados negros do PMDB* sobre o programa de TV do partido veiculado na televisão. 1983.

_____ *Manifesto do Movimento Negro Pró Diretas no Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo*, 13/05/1984.

Modo Petista de governar e as políticas institucionais de combate à discriminação das mulheres. Agosto de 1991

_____*Ofício do Secretário de Assuntos Políticos: M. A. Castello de Branco ao Diretor da RTC, 13/01/1984.*

_____*Requerimento do deputado Benedito Cintra para Constituição da Comissão Especial de Inquérito sobre a discriminação racial sofrida pela população negra do Estado de São Paulo, 1984.*

Livros consultados:

AMARO, Sarita. *Negros: identidade, exclusão e direitos no Brasil*. Porto Alegre: Tchê Editora, 1997.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do Parlamento*. São Paulo, Cortez, 1991.

ANDREWS, George Reid. *O negro no Brasil, nos Estados Unidos*. **In** Revista Lua Nova. São Paulo, Editora Brasiliense, vol. 2, nº 1, abril-junho/1985.

ANDREWS, George Reid. *Negro e brancos em São Paulo*, Bauru-SP. EDUSC, 1998

AZEVEDO, Sergio e PRATES, Antonio Augusto Pereira. *Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva* **In: Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BERQUÓ, Elza & ALENCASTRO, Luiz Felipe de - *A emergência do Voto Negro- São Paulo - Novos Estudos CEBRAP, (33) 77-88, julho de 1992*

BICUDO, Hélio Pereira. *Comentários sobre a palestra de Paulo Sérgio Pinheiro Violência e Cultura*. **In** Direito, cidadania e participação. Bolivar Lamounier, Francisco C. Weffort, Maria Victoria Benevides, org. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

- BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Trad. de Patrick Burgllin. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- BOSCHI, Renato Raul. *Associativismo urbano e democratização, algumas reflexões teóricas*. Fortaleza, Ver. Ciências Sociais 12/13 (1/2): 107-120, 1981/1982.
- BOSCHI, Renato R. & VALLADARES, Lucia do Prado. *Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade ação coletiva e o papel do Estado*. **In** Espaço e Debates nº 8, janeiro/abril, 1983.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Trad. Maria Alice da Silva Ramos. São Paulo, Vértice Ed. Revista dos Tribunais, IUPERJ, 1987.
- CALLIGARIS, Contardo. *Lei e Comunidades: algumas propostas*. **In**: São Paulo sem medo: diagnóstico da violência urbana. Pinheiro, Paulo Sérgio, [et.al.]. Rio de Janeiro, Garamond, 1998
- CARDIA, Nancy. *Direitos Humanos: ausência de cidadania e exclusão moral*. Comissão Justiça e Paz de São Paulo. **In** Princípios de Justiça e Paz. São Paulo, janeiro de 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Construindo a democracia racial*. Presidência da República. Coleção Documentos da Presidência da República, Brasília, 1998.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Formas de participação popular no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação SEADE v.1 n.3 pp.46a 50, set./dez 1985.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Movimentos Sociais na América Latina*. **In** Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 3, vol. 1, fev. 1987.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Isso é política ? Dilemas da Participação entre o Moderno e o Pós - Moderno*. São Paulo, **In** Novos Estudos CEBRAP nº 20, mar de 1988.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *A Sociedade em Movimento: novos atores dialogam com o Estado*. São Paulo, **In** Revista Crítica de Ciências Sociais nº 32, junho 1991.

- CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil – O longo caminho* –Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELS, Manuel. *La cuestion urbana*. Madrid, Siglo Veintiuno Edition, 1976.
- CASTELLS, Manuel *O poder da identidade*. tradução Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo, Paz e Terra, 1999
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A Polícia e os Direitos Humanos: Estratégias de Ação*. **In** Direitos Humanos no século XXI . Pinheiro, Paulo Sérgio e Guimarães, Samuel Pinheiro, organizadores. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- Conselhos Municipais de Direitos*. **In** Cadernos Cendhec. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. (CENDHEC), Vol. 01, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985
- D'ADESKY, Jacques. Pluralismo Étnico e Multi-culturalismo – Racismo e Anti-Racismos no Brasil – Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. **In**: Dagnino, Evelina (org.) – Os anos 90: Política e sociedade no Brasil, São Paulo, 1994.
- DAHL, Robert A. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1989.
- DAHL, Robert A. *Um prefácio à Democracia Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1999.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* – Rio de Janeiro – Rocco, 1986.
- DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha – Petrópolis*, 1984.

- DOIMO, Ana Maria. *"Movimento Popular" no Brasil pós-70: Formação de um campo ético-político*. Tese de doutoramento. São Paulo, Universidade de São. Paulo, 1993
- DURBAN, Arnaud. *O Apartheid*. In Paton, Alan e outros – Apartheid. Lisboa, Cadernos D. Quixote, Publicações Dom Quixote, 1969.
- DURHAN, E. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. São Paulo, Novos estudos CEBRAP, nº 10, 1984.
- ELLISON, Ralph. *O homem Invisível*. Trad. de Márcia Serra de "Invisible Man", 1947, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1ª ed., 1990.
- EVERS, Tilman. *De costas para o Estado, longe do parlamento*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP v. 2 nº 1, abr. 83, pp. 25-39.
- EVERS, Tilman. *Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP v. 2 nº 4, abr. 84, pp. 11-23.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 1979.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Fator, 1983.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano – A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*-São Paulo, FFLCH-USP, 1986
- FERREIRA, Albaniza Ramos. *Movimentos de reivindicação urbana e participação política no cenário dos anos pós-70*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da FFLCH/USP, São Paulo, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na Sociedade de Classes*. vol. I e II, 3ª. Ed., São Paulo, Ática, 1978.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. *O processo legislativo e a produção legal no processo pós-Constituinte*. Novos Estudos CEBRAP, n. 38, 1994.

- FLEISCHER, David V (org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 1981.
- FONTOURA, Maria Conceição Lopes *A Exclusão da Cultura Afro Brasileira dos Currículos Escolares: Uma questão só de reconhecimento histórico ?* Dissertação de Mestrado . Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul ,1987
- FRANCO, Afonso Arinos Melo. *História e Teoria dos Partidos no Brasil* . São Paulo, Editora Alfa - Omega, 1976.
- FULLIN, Carmen Silvia. *A Criminalização do Racismo: dilemas e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999
- GERSCHMAN, Silvia. *Democracia Social e Atores Políticos- um estudo da reforma sanitária*. Tese de doutoramento. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil Contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político*. Rio de Janeiro, BIB, n. 28, 2º semestre de 1989, pp.42-70.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto* - Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GREGORI, Maria Filomena. *VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: a pratica do SOS MULHER (SP), queixas e cenas*. Dissertação de Mestrado . São Paulo, Universidade de São Paulo , 1988
- GRIN, Mônica. *Políticas de ação Afirmativa e ajustes normativos: o Seminário de Brasília.-* São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, n.59, pp 172-192, março 2001.
- GUNN, Phillip. *Uma geografia da violência na região metropolitana de S. Paulo nos anos 80. In: São Paulo sem medo: diagnóstico da violência urbana*. Paulo Sérgio Pinheiro [et.al.], Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- HASENBALG, Carlos A . *Comentários a 'Raça, Cultura e Classe na Integração das Sociedades'*. Rio de Janeiro, Dados, Revista de Ciências Sociais, vol.27, nº 3, 1984.

- HASENBALG, Carlos A . *Discursos sobre a raça : pequena crônica*. **In** Relações Raciais no Brasil contemporâneo/ Nelson do Valle Silva, Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. ,: IUPERJ, 1992.
- HASENBALG, Carlos A . *Negros e mestiços : vida , cotidiano* **In** Relações Raciais no Brasil contemporâneo/ nelson do Valle Silva, Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. ,: IUPERJ, 1992.
- HIPPOLITO, Lúcia. *PSD: de Raposas e Reformistas - O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. *Raças e Classes no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octávio. *Negritude e cidadania*. Cadernos PUC, São Paulo, Educ/Cortez, nº 2 , 1980.
- IANNI, Octávio. *A questão racial no Brasil In Desigualdades racial no Brasil contemporâneo/ org. por LOVELL, PEGGY A. - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991*
- IBEAC, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - Alfabetização escolarização de jovens e adultos de S. Paulo. São Paulo, Gráfica e Editora Perez, 2001.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos Sociais Urbanos: uma época de transição, limites e potencialidades*. **In** Sader, Emir. (org.) Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos sociais urbanos no Brasil – reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80*. Rio de Janeiro, BIB, nº 23, 1987.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos Sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades*. **In** Sader, Emir (org.) Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos sociais e políticas públicas: Demandas por saneamento básico e saúde (São Paulo, 1974-84)*. São Paulo, Cortez, 1989.

- JAGUARIBE, Hélio. *Raça, cultura e classe na integração das sociedades*. Rio de Janeiro, Dados Revista de Ciências Sociais, vol. 27, n^o 2, 1984, pp. 125-43.
- JAGUARIBE, Helio ...[et al.]. *Brasil: reforma ou caos*. Nelson do Valle e Silva, Marcelo de paiva Abreu, Fernando Bastos de Ávila Winston Frirsch, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- LAISNER, Regina Claudia. *Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas: uma análise das representações de moradores de periferia de São Carlos/SP*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- LAMOUNIER, Bolivar (org.). *Voto de Desconfiança : Eleições e Mudança política no Brasil (1970-1979)*, Rio de Janeiro, Vozes, 19
- LAMOUNIER, Bolivar. *Partidos e Utopias*. São Paulo, Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolivar. *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*. São Paulo, Sumaré, 1990.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Depois da transição: Democracia e eleições no Governo Collor*. São Paulo, Loyola, 1991.
- LAMOUNIER, Bolivar e KINZO, Maria D'Alva Gil. *Partidos Político: representação e processo eleitoral no Brasil (1945 - 1978)*. BIB, no. 5, Suplemento de Dados, n^o 19, 978, pp. 11-32.
- LAMOUNIER, Bolivar e MENEGHELLO, Rachel. *Partidos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEITE, José Correia. (organização e texto: Cuti) *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LIMA BERTULIO, Dora Lúcia. *Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- LIMA, Ivan Costa e outros org. *Os Negros- os conteúdos escolares e a diversidade cultural*. Núcleo de Estudos Negros –NEM Série Pensamento Negro em Educação n^o 4, Florianópolis, 1999.

- LIMA, Marcia. *Notas sobre 'raça', cidadania e violência no Rio de Janeiro. In Cidadania, justiça e violência/ Orgs. Dulce Chaves Pandolfi...[et al.]*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- LORENZO CACHÓN, Moldes Rócio. *Prevenir el racismo en el trabajo en España*. Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales. Secretaria General de Asuntos Sociales, Instituto de Migraciones y Servicios Sociales, Observatorio Permanente de la Inmigración. Madri, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994
- MACHADO, Simone Matos. *O processo de formalização jurídico-institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.
- MAGGIE, Yvonne. *A experiência do movimento do pré-vestibular para negros e carentes*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP n. 59, pp 193-202, março de 2001
- MAIOR FONTES, Breno Augusto S (org.). *Movimentos Sociais – produção e reprodução do sentido*. Recife, Editora Universitária, UFPE, 1999.
- MANDUCA, Paulo César Souza. *As Relações Brasil - África do Sul*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- MARAM, Sheldom Leslie *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro.-1890-1920*. tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDONÇA, Luciana Ferreira de Moura *Movimento Negro: Da Marca da Inferiidade racial à Construção da identidade étnica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1996
- MINGARDI, Guaracy. *A nova polícia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991
- MELUCCI, Alberto. *A experiência individual na sociedade planetária*. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. N. 38, São Paulo, 1996, pp. 169.

- MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. *Las Políticas Públicas*. Trad. espanhola de Francisco Morata. Barcelona, Editora Ariel S.A, 1992.
- MESQUITA NETO, Paulo. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. **In**: Cidadania, justiça e violência/ Orgs. Dulce Chaves Pandolfi...[et al.]. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- MOISÉS, José Alvaro [et. al.]. *A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'*. **In** *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais 2*. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Cedec, 1978.
- MONTORO, André Franco. *Alternativa comunitária: um caminho para o Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- MOURA, Maria Regina Soares de Lima Gerson. *A trajetória do pragmatismo- uma análise da política externa brasileira*. Dados – **In** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, n.3, 1982, pp. 349 a 363.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis-RJ, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento; prefácio à edição nigeriana de Wole Soyinka; prefácio de Florestan Fernandes.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.*
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Negro revoltado, 2 ed..- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.*
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan Africanismo na América do Sul emergência de uma rebelião negra – Petrópolis Editora Vozes-IPEAFRO, 1981*
- NASCIMENTO, Elisabeth Larkin. *O Sortilégio da cor – Identidade Afro-descendente no Brasil – São Paulo Tese de Doutorado- Universidade de São Paulo, 2000.*
- NASCIMENTO, Maria Ercília do. *A Estratégia da Desigualdade – O Movimento Negro dos anos 70*. Dissertação do Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989

- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1984
- OLIVEIRA e OLIVEIRA, Eduardo. *Etnia e Compromisso Intelectual* - Rio de Janeiro Caderno da Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- universidade Federal Fluminense, novembro de 1977
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Tereza Cristina N.- *O lugar do negro na força de trabalho/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, - Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- OLIVEIRA, Rachel. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC, São Paulo, 1992.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Percepção dos direitos e participação social. In Cidadania, justiça e violência/ orgs. Dulce Chaves Pandolfi...[et al.]*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PASQUINO, Gianfranco. *Movimentos sociais. In: Dicionário de Política /org. Bobbio, Norberto [et. al.]*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- PASTORE, José & VALLE SILVA, Nelson – *Mobilidade Social no Brasil*, São Paulo, Markron Books, 2000
- PATON, Alan e outros. *Apartheid*. Lisboa, Cadernos D. Quixote. Publicações Dom Quixote, 1969.
- PEREIRA, Luiz Bresser. *A Economia Brasileira - Uma introdução crítica - 6ª. Edição*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PEDROSO, Leda Aparecida. *Democracia, Política e Administração Educacional: a proposta Montoro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. *Políticas Governamentais e Clientelismo Político: o caso da SEDESCT de São Luís*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

- PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- PINHEIRO DO NASCIMENTO, Irllys (Alencar F. Barreira orgs). Rio de Janeiro, Notrya; Fortaleza, SUDENE, Universidade Federal do Ceará, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência e Cultura*. **In** Direito, cidadania e participação/ Bolivar Lamounier, Francisco C. Weffort, Maria Victoria Benevides, org. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e consolidação democrática: o caso brasileiro*. **In**: São Paulo sem medo: diagnóstico da violência urbana/Paulo Sérgio Pinheiro[et.al.]. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- POMPERMAYER, Malori José, org. *Movimentos Sociais em Minas Gerais. Emergência e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG, 1987.
- PONTES, Heloisa . *Do Palco aos Bastidores*. Dissertação de Mestrado , Campinas , Universidade De Campinas, 1985
- QUADROS, Waldir José. *O 'Milagre Brasileiro' e a Expansão da Nova Classe Média*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou os Desafios dos Anos 90*. Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. *Ideologia nacional, antropologia e "questão racial"* – Estudos Afro-Asiáticos, (31) 79-90, outubro de 1997
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Mobilização e Conflito Político: a Campanha das "Diretas Já"*. Dissertação de Mestrado,.Campinas Universidade Estadual de Campinas, 1993
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é Quem na Constituinte – Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*. São Paulo, OESP-MALTESE, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, nº 36, fev. de 1998.
- ROFINO, Selma dos Santos. *Memórias em Exclusão: Ser Professor Negro na cidade de São Paulo 1950- 1990*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC/SP, 1996.
- RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Movimento negro e a crise brasileira*. **In** Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, Política e Administração, Fundação Escola de Serviço Público, v. 1, nº 1, mar. 1985.
- SADER & PAOLI, Maria Célia. *Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro*. **In**: CARDOSO, Ruth. A aventura Antropológica: teoria e pesquisa . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SANSONE, Livio. *A internacionalização da cultura negra*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, (56) 111-138, março de 2000.
- SANTOS, Gevanilda Gomes – *Partidos Políticos e Etnia Negra* Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992
- SANTOS, Ivair Augusto Alves, MOURA FERREIRA, Maria Cecília de; DIAS, Rosana Queiroz. *Encontro Relatório Tripartite sobre implementação de políticas voltadas à diversidade - Brasília – Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho (OIT)*, outubro de 1996.
- SANTOS, Micênio. *13 de Maio, 20 de Novembro: Uma descrição da construção de símbolos raciais e nacionais*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. 2ª edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade - entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SARTORI, Giovana. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo, Ática, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. 2ª Ed. revista. Florianópolis, Editora UFSC, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma Revolução no cotidiano ? – Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: era da globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SCHWARTCZ, Lilia Moritz org. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade – In: História da Vida privada no Brasil Vol. 4 – contrastes da Intimidade coordenado geral da coleção Fernando A Novais- São Paulo; Companhia das Letras, 1998.*
- SEN ,Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Jorge. *Controle da Criminalidade e Segurança Pública na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Forense, 1990.
- SILVA, Jorge. - *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 1998.

- SILVA, Maria Aparecida Pinto- Visibilidade e Respeitabilidade – *Memórias e Luta dos negros nas Associações Culturais e Recreativas de São Paulo (1930-1968)*.- São Paulo - PUC/SP, 1997.
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. *Encontros e desencontros de um movimento negro* - Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1994.
- SILVA, René Marc da Costa. *A cidadania em revista: Intelectualidade, política e a questão racial* na Revista Civilização Brasileira, Dissertação de Mestrado no Departamento de História- Universidade de Brasília, Brasília, 1993.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Raça e Racismo na Virada do Milênio: os contornos da racialização*. Campinas – Tese de doutorado apresentado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- SODRÉ, Muniz, Claros e Escuros: *Identidade, povo e mídia no Brasil* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês [et al.]. *Poder legislativo municipal e movimentos populares: participação e clientelismo em Belo Horizonte*. **In:** Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais ANPOCS, 1987.
- SOYINKA, Wole. **In:** NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*/ Abdias Nascimento; prefácio à edição nigeriana de Wole Soyinka; prefácio de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. *Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.
- TELLES, Vera Silva. *As novas faces da cidadania: introdução*. **In:** Cadernos de Pesquisa CEBRAP. São Paulo, Análise e Planejamento. N. 4, junho 1996.
- TELLES, Vera Silva. *A 'nova questão social' brasileira*. São Paulo - Praga . Estudos Marxistas nº 6 setembro, 1998.
- TELLES, Vera Silva. *Direitos sociais: afinal, do que se trata ?*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

- VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah. *Políticas e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.
- VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. *Relações Raciais no Brasil contemporâneo* – Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1992.
- VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999
- VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, ILSE, Krischke (org.). *Crise Política Movimentos Sociais e Cidadania*. Florianópolis, Editora UFSC, 1989.
- VITA, Álvaro. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Ática, 1989.
- WEFFORT, Francisco Correia. *Qual a democracia ?*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ANEXO-Í

CARTAS

Numa visita à Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, para sugerir a reimpressão do Boletim do Governo, porque havia uma matéria do Conselho sobre o Seminário *O negro no mercado de trabalho*, o Diretor Superintendente, jornalista Audálio Dantas, concordou em fazer um jornal de quatro páginas, com tiragem inicial de 50.000 exemplares. Uma tiragem extraordinária, que impôs uma incrível rede de distribuição, envolvendo os lugares de maior concentração da comunidade negra: quadras de ensaio de escolas de samba, bailes de fins de semana, salões de beleza, porta de estádios de futebol, pontos de ônibus, saídas de metrô, hospitais públicos e cidades em que havia representantes do Conselho da Comunidade Negra.

O jornal trazia a indicação de quem quisesse recebê-lo bastava escrever ao Conselho, que lhe seria enviado gratuitamente um exemplar.

Foram sete números que atingiram a marca de 250.000 exemplares em média, num total de quase dois milhões de exemplares distribuídos.

Isto acabou gerando centenas de cartas, algumas das quais tomamos, não só como um painel sobre o entendimento do importante papel do Conselho da Comunidade Negra, mas principalmente como expressão da voz das pessoas frente ao quadro da discriminação racial.

São mulheres negras, jovens estudantes, religiosos, militantes partidários e brancos que escrevem utilizando papéis de embrulho ou de carta, bilhetes datilografadas ou manuscritos revelando a caligrafia de trabalhadores e de donas de casa que, das formas mais variadas, contam episódios, fazem propostas, denunciam, apóiam o jornal, incentivam, descobrem a existência do movimento negro e falam sobre lutas, garantias de direito, Constituinte etc.

a) Como obtive o jornal

A reprodução de trechos de algumas pessoas sobre como conseguiram o jornal dão uma idéia da diversidade e riqueza de situações, de como as pessoas tinham acesso ao jornal:

"Fiquei contente em termos conhecimentos, que existe um jornal que fala sobre a nossa raça. Olha eu fiquei sabendo, que existia este jornal por acaso, eu achei um exemplar jogado, ví a foto de um negro, e peguei o jornal, para le-lo" (M A M G. São Paulo, 10/03/1986).

"Vocês podem achar estranho, mas eu tomei consciência do jornal numa Agência Rodoviária, eu estava comprando passagem e vi um exemplar do lado de dentro do guiche, pedi para dar uma olhada e peguei o endereço, isso já faz mais ou menos 2 meses, mas só agora tive tempo para rabiscar (Lia. Sta. Rita, 22/01/1986).

- ESCOLA DE SAMBA

"eu recebi uma vez o jornal do conselho da comunidade negra quando estava na rua do Samba , li e gostei bastante , depois em outra oportunidade eu o encontrei na casa de um amigo meu" (I.A R. , São Paulo, 23/06/1986)

- IGREJA

No início dos trabalhos foi dado um especial destaque à presença do Movimento Negro surgido na Igreja Católica, movimento este iniciado em São Paulo, que se espalhou rapidamente pelo País junto às comunidade eclesiais de base, passando a desenvolver um importante papel na consolidação das propostas da democracia.

"(...) pois pelo primeiro contato que tive com ele pude perceber que é um jornal sério"(.C. A P., Teologado Claretiano - Curitiba, 6/03/86).

"O jornal do Conselho da Comunidade Negra foi muito bem recebido pelos membros do grupo de minha paróquia (...). Que a força do Deus de todos os nomes esteja com vocês" (Frei D., Paróquia Nossa Senhora Pilar - Duque de Caxias, 02/05/1986).

"Num encontro em São Paulo, tomei conhecimento do jornal do Conselho da Comunidade Negra. É rico de informação, é muito útil para os grupos da região" (S.O , Paróquia Nossa Senhora da Gloria – Camobi-RS, 05/05/1986).

"Sou estudante de filosofia, seminarista capuchinho, realizo trabalho junto a um grupo o qual denominamos 'consciência negra' (G.F. S. - Santa Maria-RS, 09/05/1986).

"Tomei conhecimento do Jornal através de um amigo com quem participo nos Encontros da Consciência Negra . Sou seminarista negro da Diocese de Duque de Caxias no RJ. Ainda não tina visto algo desse gênero" (P.O. R, Casa Paroquial de São Sebastião – Duque de Caxias, 15/06/1986).

"Temos uma população muito elevada de negros e já tivemos algumas reuniões sobre diversos assuntos ligados aos problemas que a comunidade negra passa e sofre. Inclusive copatrocinamos um Ato Público contra o apartheid na África do Sul em maio, p.p. em Piracicaba, em frente à Igreja (Padre R. F. R - S. Paulo, 4/06/1986).

- ESCOLAS

"Fiquei feliz por esta revista negro no mercado de trabalho ter chegado nas escolas. Embora eu sempre me interessei por coisas de nossos irmãos negro nunca participei de nada, mas lendo esta revista me entusiasmei e resolvi escrever" (P. A).

"Foram feitas palestras na escola sobre o movimento negro no Brasil e eu fiquei interessado...(I. A - Taubaté, 17/06/86).

"Por acaso passei os olhos na estante da biblioteca, onde quase tudo é velho e encontrei algo novo que trata de algo velho, algo que sabemos ser de árduo trabalho, de luta difícil, de algo valorosíssimo" (H.L.C.B. - Santos, 28/02/86).

- SALÃO DE BELEZA

"Descobri este jornal num salão de beleza e queria saber como se faz para receber este jornal"(E.M.C.B. Capivari – SP, 17/03/1986).

"Sou cabeleireira e negra, gostaria de ter um lugarzinho, em nosso jornal será possível" (A A C - S. Paulo 08/07/1986).

- EVENTOS DA COMUNIDADE NEGRA

"Durante a realização do 8 FECONEZU, em Limeira, felizmente tivemos a satisfação de receber mais exemplares..." (M.H.P. – Jundiaí, 20/11/1985).

De maneira geral, as pessoas escreviam para agradecer e manifestar o que sentiam pelo jornal, e como se identificavam com o que estava escrito nas suas páginas. Nesse processo, muitas descobertas foram feitas:

"Gostei, pois não sabia da existência deste jornal. Gostei, pois faz com que o negro torne-se a ficar mais forte e mais negro, faz com que nós fiquemos mais esclarecidos" (E. P. R. - Rio de Janeiro 5/03/86).

"Seu jornal diz tudo o que eu procurava, e até então não achava. Sei de movimentos em outros países mas aqui no Brasil, mais preciso, em São Paulo tão perto, não acreditei" (H.L.C.B. - Santos 28/02/86).

"Esse órgão é sem dúvida o que faltava para aproximar e informar o negro. Que há muito tempo vive isolado, separado atrás do vergonhoso muro que se chama preconceito" (R. L. V. - Mogi Mirim, 17/03/86).

A partir do trabalho nas escolas, iniciado pela Comissão de Educadores do Conselho, um universo de jovens começou a manifestar-se sobre este tema, despertando sua curiosidade e vontade de aprofundamento:

"Sou estudante de arquitetura (FAUS- Faculdade de Arquitetura de Santos), e devo confessar-lhe que estou ansiosa para saber mais sobre o negro. Gostaria de que, se possível conseguisse algum prospecto sobre este assunto que me fascina" (H. L. C. B. - Santos, 28/02/86).

"Sou diretor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, quartanista de Jornalismo na Universidade de São Paulo(...). Neste ano da Constituinte, toda a sociedade se mobiliza, inclusive setores menos favorecidos. Enquanto a burguesia, os dominantes se articulam para manterem-se no poder, é fundamental que o povo brasileiro, os operários, as mulheres e também os negros se mobilizem para que a situação atual não permaneça. É um absurdo que nossa (será mesmo?) polícia continue tendo a orientação de suspeitar de negros. É também absurdo que no estado da Bahia, onde a grande maioria da população é negra, nas universidades locais só estudem, praticamente, brancos" (D.O, Vice presidente da capital da UEE/SP 03/03/1986- São Paulo).

"Como os senhores mesmo escreveram, somos a maior parte da massa brasileira; cerca de cinqüenta e cinco por cento da população e temos de lutar por nossos ideais de vida nessa sociedade agressiva e repressora . Tenho atualmente vinte e um anos de idade, cursando o ultimo ano do colégio" (J. C.C. - S. Paulo, 30/06/1986).

b) Mulheres Negras

As mulheres foram as que mais escreveram, denunciaram, contaram sobre suas vidas, desafios, sofrimentos, fracassos, as duras e abomináveis conseqüências do racismo no cotidiano de ser mulher negra:

"Em fevereiro deste ano uma colega de minha mãe, sabendo que eu tenho diploma de datilografia e de professora falou p/mim que na fábrica (MIMOSA) onde ela trabalha ia ter uma vaga de escritório porque a moça estava querendo sair.

Mesmo sabendo que aqui tem preconceito, me arrumei bem, peguei os meus diplomas e fui até lá. Vocês já podem imaginar qual foi a resposta que eu obtive: não tem vaga. Fiiquei muito triste e sai.

Ontem encontrando a mãe de uma colega minha que terminou o magistério junto comigo, ela falou: E você, já encontrou serviço ? Respondi que não; então ela disse: L. faz 15 dias que está trabalhando no escritório da fábrica Mimosa.

Fiquei super triste porque eu já tinha ido lá bem antes. Só porque sou negra não me deram o serviço, negro também é gente e o sangue que corre em minha veia é igual ao de um branco (...)

Faz dois meses que ando pela cidade procurando emprego e sempre ouço esta palavra não tem vaga ou preenche a ficha. Enquanto isto quase todas as minhas colegas que são brancas e que terminaram junto comigo o magistério estão empregadas(...). Por favor, me escrevam dando só uma razão para um negro estudar. Será que vale a pena todos esses meus anos de estudo ? ??????" (E.M. C. B. Capivari –SP, 17/03/1986).

"Eu moro na zona leste, atualmente estou cursando faculdade, e tenho pouco contato com rapazes de cor, e numa visão geral, quanto maior o grau de conhecimento, instrução que se consegue uma pessoa de cor, principalmente homem, mais eles se afastam de sua raça, uns pela própria necessidade, a maioria

por ignorância. Geralmente isto se deve pelo próprio curso, profissão e o grupo de pessoas relacionadas com o meio que se atua. Mas dentro de um contato sociável vendo a princípio até desprezo por si próprio (...) o negro brasileiro é racista contra si próprio, não se auto valoriza, buscando no branco uma obscuridade por sua própria realidade(..)" (Z.D.C. - S. Paulo, 14/06/1986).

"Achei excelente por tudo: por informar, esclarecer e denunciar tudo aquilo que aconteça com os negros, principalmente as mulheres. É ótimo saber que temos onde denunciar a opressão e o racismo sofridos" (V. L. - S. Paulo, 17/04/1986).

"Fiquei maravilhada com as reportagens de ver as pessoas negras orgulhosa do que são eu adoro minha raça e tenho lutado um pouco por ela digo pouco por que acho que nada fiz de muito grande e porque tenho encontrado muito negros com vergonha de si e alguns que nada fazem - negros de alma branca" (M.M. - S. Paulo 3/12/1985).

"Sou paulistana, mas moro em uma cidade (Amparo) pequena no interior de S. Paulo, pois só aqui consigo trabalhar, estudar e criar meu filho, mas por minha condição de negra e mãe solteira, tenho sofrido por várias discriminações, mas sei como lutar contra tudo isto, estudando e mantendo-me informada socialmente (...) Quero se vocês me permitirem, através deste jornal cumprimentar a nossa Miss Brasil Deise Nunes, pela sua brilhante vitória o que nos dá força para continuarmos nossa luta e conquistar-mos nossa liberdade (C. O - Amparo, 09/07/1986).

"peço lhe desculpa pela minha caligrafia porque eu sou uma das milhares de negras que a sociedade branca não deu oportunidade de ser gente. Mas só que eu como uma pessoa frustrada não quero que os meus filhos sejam por motivo de estudo" (M.G.R - São Paulo, 19/06/1986).

"Nasci em Bauru e residente em Marília há 18 anos. Tenho 24 anos, formada em Enfermagem Padrão pela Universidade Estadual de Londrina, manequim profissional e trabalho como secretária da Diretoria do Banco Econômico. Meu pai é advogado, professor e vereador, inclusive membro da Comunidade Negra, o qual em certa oportunidade conseguiu palestra em nossa Câmara Municipal com o professor Hélio Santos (...). Vivemos acomodados por vivermos em bons bairros, freqüentarmos as melhores escolas

e por termos sido criados em uma sociedade branca que nos aceitava e onde fomos 'poupados' de muitos problemas que os outros negros passavam.

Porém a vida vai mostrando que não está certo o que tem acontecido, não pode haver esta segregação e não podemos aceitar o fato de nós, de situação um pouco privilegiada, que representamos uma porcentagem mínima de raros negros que conseguem entrar numa faculdade(...) uma maior conscientização por parte do negro de que sua raça não é inferior (...) nada de agirmos, pensarmos como brancos, muito menos devemos subestimar ou aceitar atitudes paternalistas. Devemos, sim, assumir nossa negritude, lutar por nossos direitos, mas sem revolta pois gera violência e não seria a solução" (D.C. – Marília, 18/06/1986).

"Como mulher negra consciente da situação do negro na sociedade brasileira, creio ser este jornal um informativo da maior importância nestes últimos anos e onde há união esta a força de um povo é disto que necessitamos" (T.R.C. - Rio de Janeiro, 06/05/1986)

c) Não negros

O jornal atingiu um grupo de pessoas que muitas vezes se auto-identificavam como brancas e manifestavam-se com um silêncio acanhado ao receber as denúncias de discriminação. Outros se dirigiam ao jornal, reconhecendo a crueldade do racismo e seu reconhecimento pela luta dos negros. O amor, o afeto, as emoções de carinho: tudo isto relacionado a uma confusa forma de encarar o problema da discriminação racial. É um registro do momento histórico onde algumas emoções confundiam –se com o agir militante:

"Sou amante da raça negra e é pela primeira vez e com alegria que tenho contato com um trabalho cuja preocupação é a raça negra (...) Devo informar-lhe por mera apresentação, tenho 18 anos, sou branca (...). Minha paixão pelos negros é algo como sangue nas veias, essencial (...). Já procurei em livros, mas como é fato comprovado e até citado num artigo do jornal com o título – O negro faz parte da história, não se encontra nada substancial sobre o negro neles (H. L. C. B.).

"... uma viagem que fiz a Florianópolis a um mês atrás, lá eu tenho a impressão que o racismo é pior do que em qualquer outro lugar que já estive até hoje. Não sou negra, sou descendente de italianos, mas tenho amigos negros e japoneses e também é muito doloroso que nem sempre são tratados como gente" (Lia – Sta. Rita 22/01/1986).

d) Denúncias e sugestões

Como um canal de desabafo, muitas pessoas escreviam para denunciar, de maneira geral, a existência dos racismo:

"O negro não é vagabundo" (P.A. - São Paulo 15/03/86).

"E a Lei 7437 que o nosso presidente assinou para ser uma lei como as outras ? Para não ser cumprida ? Que tal se esta lei se tornasse pública para que todos os cidadãos a conheçam ? Por que pouca gente sabe da existência desta lei ?" (E.M.C. B. – Capivari, 17/03/86).

"E a Lei Afonso Arinos, de bonita teoria, mas a punição severa para que ela seja obedecida e para os abusos e discriminações que vêm acontecendo ?" (D.C. – Marília, 18/06/1986)

"Não seria interessante utilizar esse importante espaço de comunicação para articular a nível nacional os Comitês anti-apartheid e outras organizações através da troca de endereços e informes ?" (C.C. –Salvador, 27/03/86).

"Por que criamos uma sociedade ou coisa assim em que depositaríamos uma quantia em um fundo ou sei lá faríamos como os japoneses e outras raças fazem, assim estudaríamos nossos filhos e faríamos deles patrões fortes e homens honrados" (P. A - 15 /3/1986).

"É preciso que a comunidade negra se una e lute pelo fim do racismo, por direitos iguais a todos cidadãos, pela valorização da sua cultura, e finalmente, que haja punição severa para aqueles que praticarem atos de discriminação, como certos clubes em São Paulo que proíbem a entrada de negros" (D. O, vice presidente da capital da UEE/SP – São Paulo, 03/03/1986).

"A partir de hoje quero fazer parte dessa comunidade. Gostaria que contasse comigo a qualquer momento" (M.D.C. - Lins, 10/03/1986).

e)Constituinte

A indicação do presidente do Conselho da Comunidade Negra para ocupar uma vaga na Comissão de Estudos Constitucionais transformou o Conselho e o jornal em depositários de manifestações, denúncias e sugestões de propostas para serem incorporadas na Constituição. As cartas traziam um variado campo de sugestões:

"Gostaria que o mesmo (o jornal) fosse distribuído onde há maior concentração da comunidade negra, para que esta tomasse conhecimento da importância da constituinte, principalmente para nós negros, sempre como não integrantes do contexto social brasileiro, abrindo- se assim a formação da Consciência Negra em todos nós" (SP, 24/01/1985).

"Procuramos discutir com todos sobre a constituinte, tema que conheci esse ano pois achava que isso era assunto para políticos e puxa, mas não, é de todos" (A A M, Campinas - 18/05/1985).

"A nova Constituinte, no que diz respeito ao negro, deve ser muito estudada e colocada em prática. Digo isto porque aquela liberdade que a 'bondosa' Princesa Isabel nos presenteou, não nos livrou, mas nos colocou numa situação difícil na qual muito vivemos até hoje. E a Lei Afonso Arinos, de bonita teoria, mas a punição severa para que ela seja obedecida e para os abusos e discriminações que vem acontecendo ??

A nova Constituinte deve ver pelo menos os seguinte itens abaixo:

*O negro e - Melhores oportunidades de emprego
- Melhores condições de trabalho
- Maiores oportunidades no ensino
- Reforçar o direito de 'ir' e 'vir', pois como sabemos, em alguns estabelecimentos não é permitida a entrada de negros" (D.C. - Marília 18/06/1986).*

"...Neste ano da Constituinte, toda a sociedade se mobiliza, inclusive setores menos favorecidos. Enquanto a burguesia, os

dominantes se articulam para manterem-se no poder, é fundamental que o povo brasileiro, os operários, as mulheres e também os negros se mobilizem para que a situação atual não permaneça. É um absurdo que nossa (será mesmo?) polícia continue tendo a orientação de suspeitar de negros. É também absurdo que no estado da Bahia, onde a grande maioria da população é negra, nas universidades locais só estudem, praticamente, brancos” (D.O, Vice presidente da capital da UEE/SP - São Paulo, 03/03/1986).

f) Região de origem das cartas

A distribuição dos jornais, realizada através do Correio junto às entidades da comunidade negra, conseguiu estabelecer uma rede, onde as cartas abaixo, vindas de diferentes regiões, dão uma mostra da diversidade de pessoas e instituições que reconheciam a existência e as atividades do Conselho da Comunidade Negra. Essas cartas registram:

- 1) apoio e disponibilidade para distribuição do jornal para várias localidades;
- 2) sugestões ao representante do Conselho na Comissão de Estudos para a Constituinte;
- 3) identificação, por parte de associação de funcionários públicos, com o conteúdo, mas que também faziam questão de lembrar a forte presença negra em locais de serviços públicos, como na área da saúde, por exemplo, conforme registrado na pesquisa do prof. Waldir Quadros;
- 4) júbilo das entidades negras pela denúncia da existência do racismo;
- 5) satisfação pela existência de um canal para denúncias.

• SÃO PAULO - INTERIOR

"Agradeço o trabalho que o Conselho vem desenvolvendo. E ofereço-me para alguma tarefa que estiver ao meu alcance” (J.R.S. Mogi da Cruzes).

"Aqui em Limeira chega em média de 20 exemplares no instituto da irmã de minha namorada, mas é tão procurado, que acabo sobrando e ficando sem ”(M.C. - Limeira, 05/07/86).

"Na minha opinião eu achava que o negro não só tivesse participação na constituinte, mas também nas repartições públicas" (J.A P - Lins, 08/07/1986).

"Fiz a divulgação do nosso jornal da melhor forma possível, posso lhes garantir um exemplar" (Nova Odessa, 23/07/1986).

- **MINAS GERAIS**

"Em Campinas, tive o prazer de conhecer o inteligente e eficiente jornal do Conselho da Comunidade Negra (...). Machado tem aproximadamente 70% de negros, mas infelizmente, a maioria não é conscientizada. Apesar de que há uma entidade que consegui na Prefeitura, denominada associação dos congadeiros, mas o presidente, é um rapaz, que sempre esteve a serviço da ditadura. Não é um moço de diálogo, não foi eleito, o pior é que os negros não gostam dele, isto para mim é lamentável (...). Agora eu e dois radialistas negros desta cidade e vários comerciantes, comerciárias, operários em geral, empregadas domésticas, resolvemos nos unir e fundar o Grupo de apoio" (J.S. - Machado, 23/07/1986).

"Sou negro, estudante, militante do Movimento Negro e se possível gostaria de passar a receber o Jornal" (M.M.B. - Belo Horizonte, 29/04/1986).

"Tivemos a satisfação de receber os muitos exemplares do Jornal" (G. R. F. - Betim, 20/05/1986).

"Visando suprir a carência de divulgação de trabalhos da comunidade negra, seria de nosso interesse tornarmos distribuidores de seu jornal"(P. C. M. - Juiz de Fora, 27/02/1986).

- **RIO DE JANEIRO**

"Em nome da Associação de Funcionários do Hospital Souza Aguiar, venho solicitar o folheto O Negro no mercado de Trabalho visto que dos 2000 funcionários que possuímos existe uma grande parte de negros que se mostram interessados em ler e debater com a comunidade a discriminação que sofrem na sociedade" (M. A - Rio de Janeiro, 10/03/86).

"Sou presidente da AMABA Associação de Amigos do Bairro de Adriana (...) é um bairro de classe média e só temos cerca de 5% dos moradores negros, contando com os mulatos" (H.G.P. - Rio de Janeiro 15/07/1986).

"Sou do Grupo de Estudo e Consciência Negra de Ituitaba (...) fiquei muito feliz em receber este belíssimo trabalho realizado por uma das organizações negras de maior prestígio, no momento no país (...) invocando aos Orixás, que cada dia os façam avançar mais nos objetivos a que se propuseram" (M. S. C. - Rio de Janeiro, 28/02/1986).

- **RIO GRANDE DO SUL**

"...parabenizá-lo pela bela idéia de trazer ao leitor brasileiro o problema do negro, até hoje discriminado pelo sistema em que vivemos, mesmo porque é muito difícil ter acesso a esse tipo de leitura porque até mesmo nas bibliotecas municipais não há material para leitura" (D. M. - Sant'ana do Livramento, 28/04/1986).

"Somos um grupo Pastoral de Canoas, que estamos iniciando nosso trabalho com a comunidade negra..." (C. P.- Matias Velho, 2/5/1986).

"...Enviamos pedido de exemplares do Jornal, na esperança que também os comerciários de Bento Gonçalves fiquem a par do que está acontecendo no Brasil em termos da participação do negro na sociedade nacional" (Sindicato dos Empregados no Comércio - Bento Gonçalves, 26/03/1986)

- **BAHIA**

"Alio-me a todas as frentes pela conquista de uma verdadeira democracia racial nesse país, por isso contem com o meu apoio para a divulgação de trabalhos e atividades aqui em Salvador" (C. C. - Salvador, 27/03/86).

"Ficamos honrados com vosso convite para participar do "I encontro Estadual de Sindicalistas Negros" Nós estamos necessitando de realizar o referido encontro aqui entretanto a inexistência d recursos materiais e humanos , tem impedido d realizarmos atividades necessárias para fazer crescer o movimento negro (...). Um esclarecimento: a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) foi fundada por 18 negros liderados por Vitor Serra, em 16 de Setembro de 1832" (S.P.D - Salvador 09/03/1986).

"Soubemos, através de grupos do movimento negro da Bahia, da existência deste combativo Jornal. Nós, do Grupo Negro Palmares de Novo, acreditamos que o Jornal é um importante canal de

informação e denúncias e que ajudará o crescimento da nossa luta contra o racismo em todos os níveis.” (M. S – Salvador, 16/04/1986).

“A SECNEB está colaborando ativamente na organização da 3ª Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura. Acreditamos que a afirmação da diversidade cultural, a desmistificação de ideologias do branqueamento - seja ela racial ou cultural- e a recuperação histórica do processo e dos valores civilizatórios africanos no Brasil, são fundamentais para reverter o quadro de referências que perpetuam modelos de discriminação e opressão.” (J. E S. – Salvador, 7/3/1986).

- **MATO GROSSO DO SUL**

“Vocês delataram com tão grandioso brio, a discriminação, preconceitos e tantas outras causas que a entidade negra vem sofrendo desmesuradamente nestes últimos anos, com tão grande violência que cada vez mais nos assustam e nos agridem(...) já era hora de darmos o nosso grito e lançar-se na luta, todos de mãos dadas, venceremos esta medíocre barreira que a sociedade vinha impondo ao longo do tempo” (V.G.Q., Três Lagoas - 27/06/1986).

- **ESPÍRITO SANTO**

“Tomei conhecimento, no Seminário de minha cidade (Vila Velha - ES), que me deixou muito interessada (...) gostaria de receber o jornal periodicamente, para analisar e relatar com meus alunos e colegas de trabalho” (A A N - Vitória, 09/06/86).

- **PIAUI**

“Estamos iniciando aqui, uma discussão sobre a questão do negro. (...) Precisamos com urgência de qualquer material e experiências de lutas e organizações que os senhores dispõem ou que possam conseguir e nos enviar. Precisamos também de endereços e outras entidades, para fazermos contato” (Pró movimento Negro- Piauí - Teresina, 21/07/86).

“Sou estudante de Serviço Social e me preocupo muito com a questão do preconceito racial...” (A. M – Teresina, 17/03/1986).

- **PARANÁ**

“(...) pois pelo primeiro contato que tive com ele pude perceber que é um jornal sério...” (C. A P, Teologado Claretiano - Curitiba, 6/03/86).

- **PARAÍBA**

"...os meus melhores amigos são os de pele escura, onde encontrei a verdadeira amizade, pois vários brancos que encontrei, são brancos por fora, mas por dentro são mais escuros que o diabo, e aproveitadores e ladrões (...) será que podem mudar ou pensar na minha idéia, de mudar este nome, negro, para de cor ou de cor escura, porque negros são os pensamentos destes nossos enganadores e aproveitadores que vivem de nosso suor..." (M. A. L. - João Pessoa, 13/06/86).

"Gostaria de receber o Jornal do Conselho da Comunidade Negra . Caso seja possível enviem-me mais de um número para que possa divulgar por essas bandas..." (R.F. F. C. - Campina Grande, 28/05/1986).

"...daria sugestão para que vocês divulgassem mais trabalhos importantes, pessoas negras que se destacam na sociedade brasileira..." (F. F. R. - Campina Grande, 31/05/1986).

- **SERGIPE**

"O Centro de Educação e Ciências Humanas acaba de criar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e sua instalação dar-se-á em 13 de maio do corrente(...) Gostaríamos de contar com o apoio dos companheiros no sentido de divulgar o acontecimento, de manter o intercâmbio..." (Profª M. N. S.- Aracaju, 02/04/1986).

- **PERNAMBUCO**

"...dá uma visão de como os negros estão se organizando, já que os jornais comuns mostram só o lado geral, sem especificar, ou melhor dizendo, escondem..." (R.M A. S. - Recife, 11/04/1986).

- **DISTRITO FEDERAL**

"Sou aluna da Faculdade de Artes, aqui de Brasília. Nossa professora de folclore nos solicitou que apresentássemos um trabalho (...) a história da Cultura Africana. Gostaria de poder contar com o apoio da entidade..." (A M. M. - Brasília, 06/05/1986).

"Gostaríamos de receber gratuitamente o Jornal (...) Movimento Negro Unificado DF; GT Olho Africano e GT Ganga /Zumba.." (M. S - Brasília, 10/07/1986).

- **GOIÁS**

"...Solicito intercâmbio para construção de bases sólidas para a valorização do negro..." (M. A. C. S. - Goiânia, 15/04/1986).

- **PARÁ**

"...Sou de Castanhal, cidade de mais de 120.000 habitantes..." (J. de J. S. S. - Castanhal, 18/06/1986).

ANEXO-II

Encontro no IBEAC, realizado em 4 de Setembro 1991, com a professora RUTH CARDOSO

Ivair: As pessoas aqui presentes têm história de militância no Movimento Negro e têm uma particularidade: elas se envolveram com o Estado. Elas podem contribuir nessa relação que é conflituosa, cheia de impasses e de negociações, de avanços e recuos. São quase 10 anos de relações com o Estado, declarada, onde o Estado reconhecia que tinha um problema, criava órgãos para isso. O Estado tem um Conselho de Comunidade Negra, a Prefeitura tem uma comissão da Comunidade Negra. O Hédio é nosso ilustre representante, que iniciou esse trabalho com o Conselho da Comunidade Negra. O Pires também tem participações importantes, ocupou um cargo a nível do Município do Estado de São Paulo na COHAB como diretor administrativo. O Sandércio tem experiência na área sindical. O Santiago também tem experiência importante, trabalho a nível do Conselho, a nível do movimento sindical. A Estela Bonini é uma nova colega e a Cida, que todo mundo conhece, tem uma longa história para contar na relação com o Estado.

A nossa preocupação básica é tentar discutir melhor as relações do Movimento Negro com o Estado. A gente tem hoje muito material acumulado através de experiências individuais para tentar esboçar um novo quadro dessa relação. A Ruth se enquadra como uma pessoa importante pela contribuição que ela tem dado ao longo do tempo.

Ruth: *Eu entendi que o meu papel aqui era propor alguma idéia para discutir com vocês, um pouco na linha do que eu tenho escrito e trabalhado que é o que é a participação. A minha preocupação tem sido escrever de um modo geral sobre a presença dos movimentos sociais, entre os quais está o Movimento Negro.*

Tem-se escrito muito pouco sobre os movimentos sociais como um todo e precisamos pensar sobre isso para entendermos a sua relação com o Estado. A minha preocupação foi dentro da linha que aqui está sendo colocada porque eu, ao fazer pesquisa, e tendo uma simpatia pelos movimentos sociais, sempre estava em contato com as pessoas que estavam vivendo um problema que era de serem chamados de cooptados pelo Estado. Eu acho que essa noção de cooptação não serve para nada. Acho que ela só atrapalha, só serve como um discurso de

discriminação. Eu vou começar dizendo porque eu acho que esse conceito de cooptação deveria ser deixado de lado. No meu modo de entender, a idéia de participação, pensando não agora mas desde sempre, desde que a democracia se instalou, desde a Revolução Francesa, quando se fala em participação está se falando da sociedade com o Estado. A idéia de que o Estado, se ele tem alguma forma de representação, isto é, de alguns interesses do lado da sociedade de serem manifestados para o Estado, isto significa participação. Então, o conceito é de participação que, em si já é um conceito muito amplo. Ele engloba todas as formas pelas quais a sociedade manifesta a sua vontade frente ao Estado. Isto quer dizer uma forma de participação.

É uma manifestação da sociedade, dentro de certas regras estabelecidas para a eleição de representantes, que serão melhores ou piores. É o momento em que a sociedade indica ao Estado a sua vontade. Essa é base de um sistema participativo. Nós temos outras formas de participação como, por exemplo, os sindicatos. O sindicato é uma forma de organização de categorias profissionais que, ao se unirem num sindicato, têm ali um instrumento de manifestação da sua vontade. Eu acho importante começar com essa idéia porque dá uma visão mais ampla e mais objetiva do que a gente está chamando de participação. Eu acho que a participação nos movimentos sociais é uma coisa mais recente. Nós tivemos movimentos sociais bastante antigos, eles não nasceram nos anos 70. O próprio movimento negro tem uma história bastante longa no Brasil, mas nós devemos concordar que houve uma relativa mudança nessa forma de relação com o Estado nesse período mais recente. Por que houve essa mudança? Porque os movimentos começaram a eclodir com uma força muito maior e começaram a ter um espaço de manifestação mais amplo. Houve no Brasil, a partir dos anos 70, uma mudança na relação dos movimentos com o Estado e houve certas condições que facilitaram as forças desses movimentos. Eu não estou dizendo que isso não havia antes; só acho que isso tem uma continuidade com o passado. Como a literatura sobre movimentos sociais dá muita ênfase à idéia de que são novos movimentos sociais, esse adjetivo "novos" aparece muito. Eu acho que esse adjetivo tem um sentido, mas é bom a gente não esquecer que essas coisas começam a aparecer porque elas tem de si alguma história. De alguma maneira, ela está pegando um gancho em atividades, manifestações, propostas que já existiam e está transformando isso e por isso é novo. A continuidade existe, as coisas têm um passado. Os movimentos negros, populares, etc, todos têm sua história. A forma desses movimentos aparecem é que é diferente, nova.

O que levou a isso ? Para entender isso nós temos que pensar que houve mudanças tanto a nível da sociedade como a nível do Estado. O fato de alguns movimentos aparecerem mais ou menos depende também de força que eles têm. Quando eu falo nisso eu estou deixando de lado a idéia de cooptação, porque eu estou tentando trabalhar com a idéia de que a participação é uma relação entre a sociedade e o Estado, que a participação entre si não é boa ou ruim, que existem formas de participação e essas formas se abrem em determinados momentos. Eu não estou mais me perguntando se o Estado se aparelhou para cooptar os movimentos sociais e, por isso , abriu espaços para esses movimentos para mim é uma relação. Eu não posso explicar só pela organização das comunidades discriminadas. Essas comunidades sempre tiveram consciência da discriminação. Todo operário tem consciência de que é explorado pelo sistema capitalista mas isso não quer dizer que ele tenha as armas para lutar contra isso. O sentimento de discriminação sempre foi claro e antigo. O problema é qual o instrumento para se lutar contra isso, em que momento esses instrumentos aparecem e podem ser construídos. Provavelmente, e o sentimento de que se deveria acabar com a monarquia é muito interior à Revolução Francesa, mas tem um momento em que determinadas condições históricas permitem que essa luta exista, se manifeste, encontre outros aliados e seja vencedora. Nós não podemos pensar que só nesses recentes é que a consciência da gestão negra aparece. Acontece que as formas de luta eram difíceis e encontravam resistência, até porque elas não traziam resultados de ordem mais prática. Acho que isso é importante porque a gente deixa de se perguntar quem veio primeiro: a galinha ou o ovo. O Estado mudou para que os movimentos pudessem se manifestar ou os movimentos, a sociedade mudou e forçou o Estado ? Eu acho que isso é um caminho de duas mãos sem algum tipo de luta que realmente force a criação de novos órgãos, de novas políticas, de novas direções não existe nenhuma modificação. A participação é o canal de pressão da sociedade sobre o Estado. Por outro lado, é preciso que do lado do Estado exista também uma certa flexibilidade, uma certa forma de transformação desse aparelho do Estado que responda a essa demanda de sociedade. Nós temos que olhar sempre dos dois lados para entender o que aconteceu no mundo. Onde existem problemas de discriminação, de separação, de expoliação de determinados grupos específicos, etc.

Esses grupos começaram a se organizar. Aconteceu alguma coisa. Não é só a pura tomada de consciência, porque isso já era vivenciado desde sempre. Aconteceu alguma coisa: em países tão diferentes com Estados tão diferentes, com sociedades tão diferentes, essas questões começam a aparecer. Qual é a minha res posta para que universalmente

se aumentasse esses níveis de participação ? Eu acho que houve mudanças no modo de gerir o Estado. Eu acho que crescimento da sociedade , a complexidade das sociedades modernas que tornaram muito mais desiguais , muito mais separadas, com muito mais discriminações para diferentes grupos. Na Europa, a mão-de-obra passou a ser estrangeira e é evidente que o preconceito contra os estrangeiros aumentou muito. Aqui no Brasil: "além de serem pobres são pretos". Esses recortes, o próprio modo como as sociedades cresceram, fez com que se tornassem mais desiguais. Na França, por exemplo, que tinha educação universal desde sempre, com escola pública que atendia todo mundo, com um modelo pedagógico educacional muito claro que realmente moldava as cabeças das pessoas e era um elemento de integração social: todos eram incluídos dentro daquele país, havia um sentimento de nacionalidade porque havia todos esses instrumentos do Estado para formar a população mais homogênea. No entanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo levou a criar uma heterogeneidade. Esses instrumentos, que serviam para criar uma homogeneidade, de repente não são mais capazes porque vocês têm turcos trabalhando, têm os portugueses, os espanhóis, os italianos e isso cria uma série de comunidades que falam outra língua e você começa a ter uma diferenciação na sociedade que é muito grande. Pode-se dizer que cada vez que se tem maior diferenciação na sociedade a gente tem também um aumento do preconceito.

A sociedade que se torna muito mais complexa, vai tendendo a uma diferenciação, à criação de grupos diferenciados que vão tendo uma certa dificuldade de conviver, no sentido de se integrar naquilo que a gente costumava chamar de uma nação. Eu acho não só por esse caminho, da maior mistura de diferentes etnias, de diferentes culturas, etc, dentro de uma nação mas, por outro lado, também porque essa sociedade, que foi se tornando cada vez mais complexa, foi criando formas de manter integrada extremamente diferentes e nós podemos falar em sociedades de massa. Mesmo no Brasil, com todas as deficiências e complicações ao nosso próprio desenvolvimento, que deixa muita gente à margem do desenvolvimento econômico, nós também vivemos nas condições de uma sociedade de massa. Por que ? Porque, na realidade, nos não temos mais a possibilidade da manifestação dos interesses diferenciados da sociedade, senão a nível de uma comunicação que se dá principalmente através dos meios de comunicação de massa. É uma sociedade que para se manifestar só encontra o lugar dessa manifestação em forma de informação, que são formas de sociedade de massa.

Eu estou descrevendo sociedades que estão cada vez mais particulares, em termos de grupo que elas criam e cada vez mais as condições levam a esse particularismo e ao mesmo tempo, sociedades, que só estão unidas através dos meios de comunicação de massa. Hoje não existe eleição, política sindical, políticas de movimentos sociais que não passe por esse caminho dos meios de comunicação. É por aí que existe alguma forma de comunicação mais ampla. Isso é assim no mundo inteiro.

Com isso eu estou querendo mostrar que houve mudanças importantes nesses últimos 20, 30 anos, a nível da sociedade e a nível de Estado que tem que responder a essa sociedade. Qual o papel do Estado ? É gerenciar as sociedades. O Estado de repente também teve que responder a muito mais a níveis locais, regionais, separados, a definir políticas específicas porque a sociedades se tornou muito mais diferenciada. Isso que eu estou descrevendo muito rápido o que se chama de Estado de bem estar social. É um Estado que passa a ter que gerir os seus conflitos passando muito mais pela idéia de políticas específicas, o que gera em contra partida uma forma de pressão sobre esse Estado que vem dessas categorias, dessas corporações. Essa visão de que, apesar de todos os defeitos, as imperfeições, as dificuldades que agora, por exemplo, são muitas para o Estado brasileiro, principalmente que está falido, mas cujo papel de atuação foi uma direção no sentido de políticas específicas. Ainda na ditadura, o Estado brasileiro viu a necessidade de criar políticas específicas: política de habitação, política de saúde, de educação, etc. Não quer dizer que tenha cumprido isso, mas sente a necessidade de começar a atuar setorialmente, o que, por sua vez, cria a possibilidade da organização setorial.

...as condições para se organizar existem quando vêm que existe uma meta. Para resultado imediato deve existir uma meta, existir com quem conversar, existe onde apresentar os seus interesses. Eu chamo isso de um novo momento na relação entre o Estado e a sociedade, no qual se abre a perspectiva de "apresentação de interesses". De repente a gente tem um guichê de uma agência pública onde você pode apresentar as suas reivindicações e os seus interesses. Abriram de alguma maneira esses guichês, o que não quer dizer necessariamente que vão responder. Essa nova maneira é que explica porque houve essa ampliação do papel dos movimentos sociais. Todas as vezes que nós quisermos ver como novo, que é a "nova" forma de participação, que é o caminho da participação com "p" maiúsculo, excluindo as outras formas, nós, aí, estaremos enganados. Acho que muitas das nossas interpretações foram por esse lado: agora é a hora dos movimentos

sociais, agora é a vez das categorias discriminadas terem um canal direto de apresentação dos seus interesses, o sistema representativo não funciona, é corrupto.

No começo dos anos 70, quando ainda estávamos numa ditadura, isso tudo foi visto como muito bom. Agora que tudo isso tudo está dominado pela pressão do Estado, os novos movimentos vão ser os novos sujeitos políticos. Eu acho que, evidentemente, eles tiveram um papel importante no nosso caso porque nós estávamos sob uma repressão e não tínhamos os canais abertos de participação, mas qualquer interpretação que veja só isso como uma forma de participação me parece errônea, porque a sociedade é muita complexa, os interesses são muito diversificados, a divisão entre aqueles que entram ou não no bolo é muito profunda, de modo que temos que ter diferentes canais de manifestação de interesses.

O Estado de "mal estar social", que dialoga com as diferentes categorias, só pode existir, ter algum controle, se existirem as outras formas de participação. É preciso que os sindicatos sejam fortes como organismos cooperativos e não se confundam com os movimentos sociais. O sindicato é uma organização de categorias e luta em função dos interesses dessas categorias profissionais e ele luta num sentido global, diferente dos movimentos sociais. Ele tem o seu papel; o sistema político também. O sistema representativo, as câmaras de representação, etc, também estão em outra esfera. Podem funcionar melhor ou pior, mas não podemos deixá-lo de lado, porque ele é a única maneira de se construir os vários canais de comunicação entre a sociedade e o Estado para os vários modos que os interesses podem se manifestar.

O diálogo das comunidades discriminadas é direto com o Estado. Eles estão pedindo uma política específica. Existem políticas que têm que ser globais, mas essas políticas específicas têm que estar filiadas, têm que estar dentro do contexto de políticas globais que são, por definição, igualitárias, que garantem a igualdade básica, que é uma condição da democracia. A gente precisa ter claro que essa forma de participação dos movimentos sociais é uma delas. Ela é fundamental, dada essa mudança da sociedade e do Estado, tem razão estrutural para existir, mas, ao mesmo tempo, tem que estar ao lado da outra.

Não podemos ter essas avaliações de que a única forma boa de participar é quando todos se reúnem, quando se constrói um conceito de comunidade. Todos nós, nos movimentos sociais, trabalhamos com conceito de comunidade, que é uma noção importante para a nação mas

que, evidentemente, não somos comunidade nenhuma. Não existe comunidade negra, existe uma diferença dentro da população negra, que é tão grande quanto o que existe na população brasileira em geral. Nós só podemos falar numa comunidade negra com relação a certos problemas, que são comuns a todos, como no movimento de mulheres, etc. Essa idéia de que somos uma comunidade é uma idéia que permite agregar as pessoas que, por interesses específicos, ela é muito importante na luta política mas não podemos confundir tudo e achar que realmente trata-se de uma comunidade real, porque existe uma grande diferenciação. Em geral há essa idéia de que, como se reúnem as pessoas por interesses muito vivenciados, são movimentos que trazem experiência de vida, essas formas de participação são as únicas legítimas. Elas são instrumentos importantes para esses grupos se mobilizarem, mas têm seu limite e não se pode desvalorizar todas as outras formas, como se tentou fazer nos anos 70.

Já nos anos 80, as coisas foram sendo retomadas: os sindicatos passaram a ter um papel inegavelmente importante e a avaliação mais positiva das diferentes formas de participação começou a surgir. É muito importante que a gente não assuma essa visão meio moralista de que só quando a gente tem um grupinho integrado com democracia direta, etc, é que temos participação. Com isso a gente tem uma visão mais ampla para explicar porque esses movimentos todos tiveram esse papel e porque eles têm um papel importante na relação com o sistema representativo. Eu acho que a Constituinte foi um período importante para a gente ver isso. Nós vimos o momento em que as diferentes comunidades organizadas - e quanto mais organizadas melhor o resultado -, na pressão sobre os constituintes para que a Constituição atendesse às reivindicações. A comunidade negra teve o seu papel, as mulheres fizeram o chamado "lobby de batom", etc. Da mesma maneira que esse processo era feito só pelo os empresários anteriormente.

"Lobby", quando eu era jovem, era uma palavra muita feia porque queria dizer exatamente isso: pressão de grupos particulares em defesa dos seus interesses. Nós achávamos que isso era o contrário da política porque era uma organização só das classes dominantes. Como a sociedade agora é particularista e muito dividida, os interesses particulares têm que ser colocados, mas interesses assentados numa mobilização, numa comunidade que tem um mínimo de organização para aparecer um personagem dentro da política. Hoje, a palavra "lobby" cabe neste tipo de coisa e foi o que se viu na Constituinte.

As pessoas falam que a Constituição é uma soma de pedaços, mas a sociedade é assim. Hoje a nossa sociedade vive assim e isso foi

espelhado na Constituição. A nossa sociedade é mais desintegrada, mais diversificada e é preciso muito mais essa tensão particularista para cada grupo.

Esse é o quadro geral eu entendo esse papel dos movimentos sociais. Dentro do conjunto dos movimentos sociais eu acho importante a gente pensar nas características diferentes. Aqui nós passamos a tratar tudo com movimentos sociais. Nós pusemos lá dentro: movimentos negros, de mulheres, movimentos reivindicativos populares. Eu acho que tem uma razão para tudo isso, parte de um conjunto, porque eles correspondem a essa abertura, desse diálogo setorial. Esse processo de mobilização é novo, no sentido em que esses grupos, que eu chamo de grupos de solidariedade, na sua organização criam um novo tipo de solidariedade política. Isso é algo importante, forte. Não é solidariedade "moral", mas tem certas características na organização desses movimentos que permitem essa idéia de uma comunidade que atua.

Primeira coisa: são grupos muito pouco hierarquizados. Logicamente, em lideranças é colocada de outro modo dentro desses grupos modernos. Há um certo desprezo pela hierarquia e a relação entre o líder e os liderados é mais igualitária. Isso seria a democracia direta dos movimentos sociais. Não há idéia de que o líder é um delegado e que ele age em nome do grupo. Ele só age em nome do grupo quando ele constrói o consenso do grupo. Isso é muito bom, mas é um problema também. Vocês devem ter estórias para contar no sentido de que é muito difícil a construção desse consenso. Quando ele não consegue ser construído, há rochas, há divisões, etc. Essa é uma das razões pelas quais a história dos movimentos sociais, ao contrário do que ideologicamente foi previsto de que seria algo que iria crescendo como uma onda, é uma história de divisão. Eu me pergunto porque isso acontece? Porque o tipo de organização põe a votação por consenso. No sistema representativo é o contrário, você elege tantos deputados de um partido, outros de outros e que teoricamente representam a sociedade e para instalar a representação do conflito. Nos movimentos, você só tem força e ação na hora em que essa ação é consensual, em que o grupo consegue estabelecer uma idéia de consenso e o líder é, na verdade, aquele que se submete a esse consenso ou que constrói esse consenso positivo. Isso é um elemento nessa mobilização que a leva a pensar, que tem grandes vantagens na ação, mas que traz grandes dificuldades porque essas decisões são coletivas e que levam a um consenso.

Esses grupos se definem sempre como grupos políticos que estão fazendo política, mas que, ao mesmo tempo, estão fora do

sistema político. Por que? Porque os discursos com os quais eles atuam são contra a política tradicional, com uma indiferenciação com relação ao sistema político.

Isso que eu estou descrevendo são os mecanismos de funcionamento desses grupos sociais que dão a sua força e, por outro lado, os seus limites, as dificuldades que eles têm que viver. A força é porque eles podem se apresentar no guichê da secretaria correspondente às suas demandas como um grupo organizado, consensual e apartidário.

Existe uma distinção entre o que eu chamo de movimentos sociais não localizados que tenho chamado também de libertários, aqueles que lutam contra uma discriminação antiga, tipicamente como é o caso do movimento negro, do movimento de mulheres, dos movimentos homossexuais, do movimento ecológico, etc. Esses movimentos pegam uma faixa ampla da sociedade e têm que construir a idéia que são discriminado. Esses discriminados estão dispersos em situações diferentes de classe, em diferentes regiões, ect e têm que ser agrupados.

É mais difícil trabalhar nesse nível, apesar de esses movimentos serem os mais fortes que eclodiram nos anos 60 e acho que ainda são os mais fortes e os mais permanentes. Eles têm dificuldades com relação aos movimentos que eu chamo de puramente reivindicativos. Todos são reivindicativos, mas vou estabelecer uma diferença. Os movimentos reivindicativos populares têm uma base local. É mais fácil saber o que é preciso reclamar num bairro da periferia. As diferenças tanto político-partidárias como de diferenças de opinião e diferenças de renda, não são fáceis de serem deixadas num segundo plano e de se construir um tipo de ação consensual. A questão local dá para o momento na integração maior e ela dá para o Estado um sistema de resposta que é interessante para o Estado e ele tem um mecanismo de responder. Cada vez mais o Estado que diferencia uma sociedade mais complexa, ele também tem o seu gerenciamento a nível local. Por isso, a gente vê a discussão tão quente sobre sub-prefeituras e qualquer coisa que seja regionalização.

Existem duas coisas que se juntam: o fato do movimento ter uma base local permite a ele uma unidade maior e, por outro lado, o Estado tem uma possibilidade de critérios que passa por essa regionalização. A coisa é mais complicada quanto temos esses movimentos que, por um lado, foram os mais importantes politicamente mas que, por outro lado, são os mais dispersos. Eles não têm na sociedade. Eles expressam uma

discriminação mas, necessariamente, não se confundem com uma coisa local. Ao expressar uma discriminação eles estão dando uma luta que é, em grande parte, a nível da sociedade, quer dizer, a relação com o Estado é mais complicada porque grande parte dos objetivos desses movimentos é de mudar a cultura, de mudar a cabeça das pessoas, de mudar a sociedade. Isso dá, às vezes, um difícil contra-peso entre essas duas formas de ação. Frequentemente, os movimentos vão para o lado de que o importante é fazer acompanhar, mudar a cabeça das pessoas, que é um tipo de atuação importante porque a discriminação está no cotidiano.

Por outro lado, essa discriminação está no cotidiano, mas ela muda o cotidiano, a sociedade, etc, e muda a partir de uma legislação, de uma regulamentação do Estado, de uma atuação do Estado. Esses movimentos sempre tiveram essa dualidade. Por exemplo, nos E.U.A, às vezes, setores do movimento foram basicamente para a luta da demanda de uma política específica do Estado, dizendo, por exemplo, que os negros são discriminados e por isso eles não estão na escola, por isso, eles não têm trabalho, etc. E precisamos ter uma política, temos que ter vagas na universidade, que sejam garantidas pela população negra, temos que ter postos de trabalho, etc. Isto é demanda de uma política específica que tem que ser regulamentada pelo Estado e tem que ser apresentada para o Estado. Ao mesmo tempo, outros setores do movimento, contrários a isso, acham que o que adianta é fazer uma atuação a nível da sociedade e da mudança dos hábitos, etc.

A coisa tem esses dois lados. Ela corresponde a uma consciência de que essa sociedade dividida, não precisa ser mais assim, tem que ter a briga do cotidiano: as mulheres precisam brigar na sua casa para conseguir um espaço diferente e assim por diante. Ao mesmo tempo, nós sabemos que as coisas na sociedade não mudam só pela consciência, não adianta a gente só fazer todas as pessoas concordarem. É preciso mudar realmente condições objetivas dessas discriminação. É aqui que as políticas de Estado, as políticas específicas têm todo o seu papel e a sua importância. Nós precisamos de legislações que garantam os direitos das populações que são mais discriminadas, nós precisamos de uma atuação direta do Estado dando "privilégios" para as populações discriminadas e temos que conseguir um balanço entre tudo isso.

O peso de um lado ou do outro complica a ação dos movimentos. Quando a ação for muito diretamente no sentido da criação desses recursos específicos, desses privilégios, ela chegou a ser um pouco negativa. Como são muitos os grupos de privilegiados, há uma luta por

recursos também. Ela pode até ser um elemento de aumento da discriminação se ela for acompanhada pelo outro lado, que vai lutando dentro da própria sociedade. Temos então duas frentes de luta especialmente nos movimentos não localizados, não definidos e através de uma reivindicação muito pontual e específica.

Nessa luta dentro da sociedade, acho que temos que pensar que há um papel muito importante para os meios de comunicação de massa, porque é por aí que essas manifestações encontram peso. Isso é limitação, também, é uma coisa complicada. Nós já conhecemos as idéias de que se a gente entra na comunicação de massa, de repente somos cooptados por ela, que a Rede Globo transforma o que a gente faz, etc. Mas é com isso que a gente tem que lidar, esse é o único instrumento. Numa sociedade como a americana pouco importa o grau de mobilização que uma manifestação pública promete. Importa se ela for para a televisão. Eles têm uma consciência muito clara disso. É mais importante fazer aparecer no meio de comunicação de massa do que mobilizar o país inteiro. Eu acho que aqui no Brasil nós temos na pele a consciência disso. Eu sempre disse que aquele programa do Silvio Santos, "O Povo no TV", que agora é o "Aqui e Agora", tem uma função. Alguns bairros que tinham problemas chamavam e a TV ia lá e mostrava que um poste da Light tinha caído e a Light imediatamente se mobilizava. É uma relação complicada. É uma forma de exposição de problemas que é importante.

A gente tem que ter claro que a gente está lutando dentro da sociedade e com o Estado e é o conjunto dessas coisas que vai permitir uma mobilização. Eu vou parar por aqui para a gente poder discutir.

Ivair: *Eu estou maravilhado com a sua exposição, porque traduz aquilo que a gente iniciou há muitos anos: os meios de comunicação de massa, o movimento não hierarquizado, o trabalho de consenso, as atitudes do dia a dia. Vamos abrir agora para discussão.*

Hédio: *Você, de certa forma, organizou algumas ansiedades que a gente vem debatendo nos últimos anos. Gostaria de explorar os momentos de sua fala. O movimento ainda tem algumas dúvidas: se o que é fundamental é o debate ideológico, a luta ideológica contra o racismo ou se buscar resposta para alguns efeitos que a discriminação impõe, ou seja, as desigualdades raciais, por exemplo, no trabalho, na escola, etc. Eu vejo que isso se refletiu muito nesses órgãos institucionais que surgiram a partir dos anos 80. Primeiro, porque me parece que mesmos os movimentos não sabiam bem qual deveria ser a função desses órgãos. Parece-me que a expectativa era de uma*

representação política real, ou seja, que desse conta primeiro da miserabilidade financeira e material das entidades, ou seja, que o Estado deve finalmente investir na subversão negra, deve potencializar financeira e materialmente as entidades. Eu não tenho jornal e espero que o Estado financie o meu jornal; eu não tenho uma sede e espero isso do Estado. Essas opções tinham um problema que os movimentos não sabiam bem definir quais eram as expectativas e a tendência era que fosse pela resolução dos problemas materiais das entidades. Depois porque esses órgãos acabavam numa série de momentos se confundindo, não tenho muita clareza que tipo de atuação ele deveria estabelecer. Eu acho que tendência era em se pensar como um movimento social atuando no interior do Estado. Um dos resultados de uma confusão mesmo em termos de concepção desses órgãos é que se pensar como um movimento social no interior do Estado acabou fazendo com esses órgãos caíssem numa certa armadilha de pensar o que saiam as políticas específicas fora o contexto das globais. Caíram num isolamento no aparelho de Estado. Eu acho que essa ansiedade que a gente começa a enfrentar hoje no sentido de definir primeiro se o papel fundamental desses órgãos é buscar formulação de políticas públicas anti-discriminatórias, se um órgão que exclui ou não o combate ideológico que os movimentos sociais tem que travar.

A linha de ampliação desses órgãos coincidiu com certo reflexo por parte dos movimentos autônomos, ou seja, a atuação desses órgãos prescinde de um poder de pressão capaz de aumentar o poder de fogo e de negociação junto ao Estado. Eu acho que o movimento caminha no sentido de tentar eleger de fato qual é a estratégia a ser adotada que tende a passar por uma conjugação desses órgãos com a potencialização do movimento social autônomo. Parece-me que é consensual o entendimento de que esses órgãos ficaram meio que sozinhos e aí você tem que enfrentar o secretário, o governador, etc e mesmo os movimentos taxando você de "vendido", um pouco sem saber se é possível numa interface entre o movimento autônomo e esses órgãos.

Outra coisa que me parece importante é que, e ao tentar privilegiar, ao tentar definir uma estratégia, começa a surgir uma compreensão, na minha avaliação mais realista, de que mesmo a mobilização do conjunto da população negra, o combate ideológico contra o racismo não é uma coisa tão atraente quanto a possibilidade de você ter respostas a problemas imediatos que a população negra experimenta.

Eu tentei organizar os dilemas que a gente tem enfrentado mas, para começar, eu acho que, hoje, o movimento começa a ter uma

preocupação sobre os seus objetivos estratégicos e, a partir daí, ele começa a lidar, com mais tranquilidade, a convivência do movimento autônomo com os lobbys do Estado.

Ruth: *Você colocou o dilema fundamental. A gente tem que lutar por resultados práticos e, por outro lado, com uma coisa muito mais difusa, que é mudar a ideologia. Você colocou uma coisa interessante que eu não falei: como andam os movimentos que ora se mobilizam mais. Eu acho que isso também é uma característica dos movimentos sociais. Às vezes, a gente fica impressionada com isso. É um dado da realidade. O movimento é assim. Quando tem qualquer coisa que pode confluir para manifestação, etc, às vezes a gente tem poder de mobilização mas, depois, ninguém participa 24 horas por dia, porque as pessoas vivem ! O resultado disso é que tem fluxos e refluxos. O que pensar e encontrar na prática, a resposta é que a gente tem a possibilidade de fazer com que, quando a chama está baixa em certos momentos, seja possível uma mobilização. A receita eu não tenho. De qualquer maneira, pode-se conseguir esses resultados de ordem prática através da relação junto ao Estado. Eles são fundamentais porque a continuidade de uma luta qualquer está baseada no fato em que alguma coisa se consegue.*

Os movimentos reivindicativos populares eram muito pragmáticos. A gente não pode perder de vista isso mas, ao mesmo tempo, tem de manter objetivos de ordem mais geral funcionando, para manter a chama da mobilização. Eu acho que você colocou exatamente a questão crucial de como é que se faz isso e a gente vai ter que inventar na prática. De qualquer maneira, excluir a pressão direta para se conseguir, seja no nível de legislação, seja no nível da luta concreta contra determinadas populações, eu acho que... Eu acho que participação, se ela é vista como um canal de relação com o Estado, ela precisa também abrir canais de denúncia. A gente fala tanto que todos precisam participar mas, participar para quê? Você participa para alguma coisa e isso é onde você deposita a sua queixa.

O grande problema dos organismos do Estado brasileiro em todos os seus níveis é que a gente não tem essa relação. A gente promove a participação e depois onde é que a gente vai se queixar? No caso do movimento de mulheres, a criação das delegacias de mulheres foi uma coisa muito importante. É um lugar onde você pode levar uma denúncia, é um espaço do Estado onde você pode encaminhar aquele tipo de coisa. A questão das escolas, para a comunidade negra, é uma questão fundamental. O grau de discriminação que existe nas escolas é vergonhoso. Nós temos que fazer uma campanha geral.



www.dhnet.org.br